








RONDÔNIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL SUSTENTÁVEL - PDES

2015 - 2030

(Revisão 2025)

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Marcos José Rocha dos Santos
Governador

Sérgio Gonçalves da Silva
Vice-Governador

Elias Rezende de Oliveira
Secretário-Chefe da Casa Civil

Beatriz Basílio Mendes
Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Jakeline Oliveira Costa Mackerte
Secretária Adjunta de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Estefane Ferreira Estevam Marinho
Diretora Executiva

Douglas Vieira da Silva
Diretor de Gestão Estratégica e Políticas Públicas SEPOG

Daniel Piedade de Oliveira Soler
Gerente de de Gestão Estratégica e Modernização Institucional

PODER ESTADUAL

Wilber Carlos Santos Coimbra
Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE RO

Alexandre Jesus de Queiroz Santiago
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Rondônia - MPRO

Raduan Miguel Filho
Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia - TJRO

Alex Redano
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE RO

SECRETARIAS ESTADUAIS

Elias Rezende de Oliveira
Casa Civil

Luana Nunes Oliveira Rocha Santos
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

Silvia Lucas da Silva Dias
Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO

Gilvander Gregório de Lima
Agência Estadual de Vigilância em Saúde - AGEVISA

Cleverson Brancalhão da Silva
Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD

Valdemir Carlos Goes
Casa Militar

Nivaldo de Azevedo Ferreira
Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBM

José Abrantes Alves de Aquino
Controladoria-Geral do Estado - CGE

Aníbal de Jesus Rodrigues
Comapanhia de Mineração de Rondônia

Jurandir Claudio Dadda
Contabilidade Geral do Estado - COGES

Eder Andre Fernandes Dias
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

Sandro Ricardo Rocha dos Santos
Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN

Paulo Renato Haddad
Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERO

Antônio Francisco Gomes Silva
Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE

Gabriele Moreira Gaspar
Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia - FHEMERON

Leonildo Nery Rodrigues
Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER

Julio Cesar Rocha Peres
Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

Adir Josefa de Oliveira
Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia - IDEP

Marcela Milrea Araujo Barros
Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - IESPRO

Marcelo Silva dos Santos
Instituto de Pesos e Medidas de Rondônia - IPEM

Tiago Cordeiro Nogueira
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON

Clébio Billiany de Mattos
Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER

Erasmo Meireles e Sá
Ouvidoria-Geral do Estado de Rondônia

Jeremias Mendes de Souza
Polícia Civil - PC

Thiago Alencar Alves Pereira
Procuradoria-Geral do Estado - PGE

Regis Wellington Braguin Silverio
Polícia Militar de Rondônia - PM

Domingos Sávio Oliveira da Silva
Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC

Luiz Paulo da Silva Batista
Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

Renan Fernandes Barreto
Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM

Lauro Fernandes da Silva Junior
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Albaniza Batista de Oliveira
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

Marco Antônio Ribeiro De Menezes Lagos
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Luis Fernando Pereira da Silva
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

Silvio Luiz Rodrigues a Silva
Secretaria de Estado de Gestão de Pessoas - SEGEP

Paulo Higo Ferreira de Almeida
Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL

Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Elias Rezende de Oliveira
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

David Inácio dos Santos Filho
Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Jeferson Ribeiro da Rocha
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

Felipe Bernardo Vital
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Delner Freire
Secretaria de Estado de Tecnologia da Informação e Comunica-
-ção - SETIC

Gilvan José Pereira Junior
Secretaria de Estado do Turismo - SETUR

Augusto Leonel de Souza Marques
Secretaria de Integração do Estado de Rondônia em Brasília -
SIBRA

Gasodá Surui
Superintendência Estadual do Indígena - SI

Fernando Cesar Ramos Parente
Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH

Marcia Rocha de Oliveira Francelino
Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL

Semayra Gomes do Nascimento
Superintendência de Gestão de Pessoas - SUGESP

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Natan Oliveira da Costa

EQUIPE TÉCNICA

Daniel Piedade de Oliveira Soler
Diego Alan Freitas da Cruz
Douglas Vieira da Silva
Eloia Duarte Rodrigues
Leticia Christina Machado Batista
Rafael Estevão Marão Guimarães

CONSULTORES ESPECIALISTAS

Deuszivane Almeida da Silva - SEDUC
Gleydston José Barros Ferreira da Silva - SESDEC
Elinaldo de Oliveira Bomfim - SESDEC
Nálei de Carvalho Sobrinho - SEAS
Paulo Roberto Cavalcante Morey - SESAU
Ana Paula da Silva Rodrigues - SETIC
Antônio Carlos Vieira - SEAGRI
Cleiton Silva de Amorim - SEDAM
Fabiano Cangussu Soares - IDARON
Genis dos Santos e Silva - EMATER
José Francisco Gama da Silva - SEAGRI
Kary Jean Falcão Gonçalves - SEDUC
Letícia Nunes Nascimento Martins - SEFIN
Mônica Pereira de Carvalho Almeida - SEFIN
Rafael Luis da Silva - SEDEC
Flávio Cordeiro - SOPH
José Lucas Mesias de Almeida - SEDEC
Emmanoel Cunha Nazareth - SEDEC
Fabiana Bezerra Neves dos Santos

GERÊNCIAS DA SEPOG ENVOLVIDAS

Gerência de Gestão Estratégica e Modernização Institucional -
GGEMI
Gerência de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas -
GAMPP
Gerência de Estudos e Análises Socioeconômicas - GEA
Gerência de Monitoramento e Avaliação Governamental -
GMAG

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Maria Luiza Lucas de Amorim
Angélica Nunes Brasil do Nascimento

REVISÃO ORTOGRAFICA E FOTOGRAFICA

Rosângela Aparecida da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marcelo Ferreira de Vasconcelos

EQUIPE DE APOIO

Alexandre Espindola dos Santos
Angélica Nunes Brasil do Nascimento
Ariane Dias de Almeida
Bruna Pinheiro Trindade
Caio Rennê Alfaia de Souza
Deuszivane Almeida da Silva
Diovany de Souza Diogo
Ellen Arteaga da Silva Torres
Ellen Reis Araújo
Fernanda Petrides Silva
Jhennifer Nalin Fernandes Ribeiro
Lídia Cristina Nunes Xavier Sobreira de Azevedo
Marcelo Ferreira de Vasconcelos
Nálei de Carvalho Sobrinho
Neurimar Pereira da Silva
Natan José Ferreira de Morais
Paulo Roberto Cavalcante Morey
Solange Feitosa da Costa
Ramon Lima de Oliveira
Regiane da Costa Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Profa. Dra. Maria Madalena dos Santos

PREFEITURAS PARTICIPANTES

Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis
Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste
Prefeitura Municipal de Ariquemes
Prefeitura Municipal de Buritis
Prefeitura Municipal de Cabixi
Prefeitura Municipal de Cacaulândia
Prefeitura Municipal de Cacoal
Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia
Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari
Prefeitura Municipal de Castanheiras
Prefeitura Municipal de Cerejeiras
Prefeitura Municipal de Chunpinguaia
Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste
Prefeitura Municipal de Corumbiara
Prefeitura Municipal de Costa Marques
Prefeitura Municipal de Cujubim
Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste
Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira
Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim
Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste
Prefeitura Municipal de Jaru
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
Prefeitura Municipal de Machadinho d'Oest
Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza
Prefeitura Municipal de Mirante da Serra
Prefeitura Municipal de Monte Negro
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia d'Oeste
Prefeitura Municipal de Nova Mamoré
Prefeitura Municipal de Nova União
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste
Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
Prefeitura Municipal de Parecis
Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno

Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste
Prefeitura Municipal de Porto Velho
Prefeitura Municipal de Presidente Médici
Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia
Prefeitura Municipal de Rio Crespo
Prefeitura Municipal de Rolim de Moura
Prefeitura Municipal de Santa Luzia d'Oeste
Prefeitura Municipal de São Felipe d'Oeste
Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé
Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé
Prefeitura Municipal de Serigueiras
Prefeitura Municipal de Teixeirópolis
Prefeitura Municipal de Theobroma
Prefeitura Municipal de Urupá
Prefeitura Municipal de Vale do Anari
Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso
Prefeitura Municipal de Vilhena

REGIONAIS DO GOVERNO

Cláudio Santos
Coordenador das Regionais

Dabson Bueno
Regional I - Porto Velho

Benedita Aparecida de Oliveira
Regional II - Ariquemes

Pablo Wangley Pereira Neves
Regional III - Jaru

Vanessa da Silva Souza Mestre Pereira
Regional IV - Ouro Preto do Oeste

Everton Almeri Estevão
Regional V - Ji Paraná

José Moura dos Santos
Regional VI - Cacoal

Wesley Rodrigo Germiniano de Oliveira da Silva
Regional VII - Vilhena

Adeilso da Silva
Regional VIII - Rolim de Moura

Cleiton Xavier
Regional IX - São Francisco do Guaporé

Flavio Derzete da Mota
Regional X - Guajara Mirim

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Adriana Melo Alves
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - MIDR

Marcelo Thomé da Silva de Almeida
Federação Das Indústrias Do Estado De Rondônia - FIERO

Pedro Teixeira Chaves
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Raniery Araújo Coelho
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - FECOMERCIO

Hélio Dias de Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
Tiago Martins Jorge Ferreira
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON

Fabiana Gomes
Federação Centro de Estudos Rioterra

Marcelo Ferronato
Ação Ecológica Guaporé - ECOPORÉ

Txai Suruí
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

André Lima dos Santos
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Superintendência Regional de Rondônia - DNIT

Caê Aires Moura Lacerda
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
- CENSIPAM

Marcelo Macedo Guimarães
Serviço Geológico Do Brasil - SGB / CPRM

Antônio Teotônio de Souza Neto
Agência Nacional de Mineração - ANM

Luiz Cleyton Holanda Lobato
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Superintendência Estadual do IBGE em Rondônia - IBGE

Enio Roberto Milani
Superintendência Federal de Agricultura SFA/RO-MAPA

Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Paulo Guilherme Salvador Wadt
Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

Moisés José Rosa Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Samuel dos Santos Nienow
Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade - ICMBio

Waldemar Cavalcante de Albuquerque Filho
Coordenadoria Regional de Porto Velho - COREPV/SUFRAMA

Edison Rigoli Gonçalves
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia - CREA/RO

Luis Flávio Carvalho Ribeiro
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Amadeu Hermes Santos da Cruz
Companhia Rondoniense de Gás - RONGÁS

Lúcia Helena de Oliveira Wadt
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Clovis Alberto Pompeu Teixeira
Fundação Nacional da Saúde - FUNASA

Márcio Melo Nogueira
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Seccional Rondônia

César Luiz da Silva Guimarães
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA RO

Rosemberg Alves Pereira
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Alessandra da Costa Lunas
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia - FETAGRO

Bruna Érica de Oliveira
Agência Deutsche Gesellschaft für Internationale
Zusammenarbeit - GIZ

Sumário

Apresentação..... 08
Carta do Governador..... 09
Carta da Secretária..... 10
Introdução..... 12
1. Justificativa da Revisão do Plano..... 12
2. Bases Institucionais e Diretrizes Estruturantes do Planejamento Regional..... 13
3. Sistema de Planejamento..... 14
4. Identidades Regionais Produtivas..... 14
5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... 42
6. Objetivos do PDES RO 2030..... 42
7. Metodologia da Revisão..... 43
8. Visão Integrada para o Futuro Sustentável de Rondônia..... 44
9. Visão Estratégica para Rondônia até 2030..... 45
10. Redefinição de Diretrizes Estratégicas..... 47
11. Características Gerais do Estado de Rondônia..... 82
12. PDES em Movimento: Dez Anos de Implementação..... 101
13. Estrutura de Governança e Implementação..... 183
14. Recomendações Estratégicas..... 185
15. Mapa de Metas e Indicadores de Desenvolvimento do PDES 2030..... 188
16. Considerações Finais..... 195

Apresentação

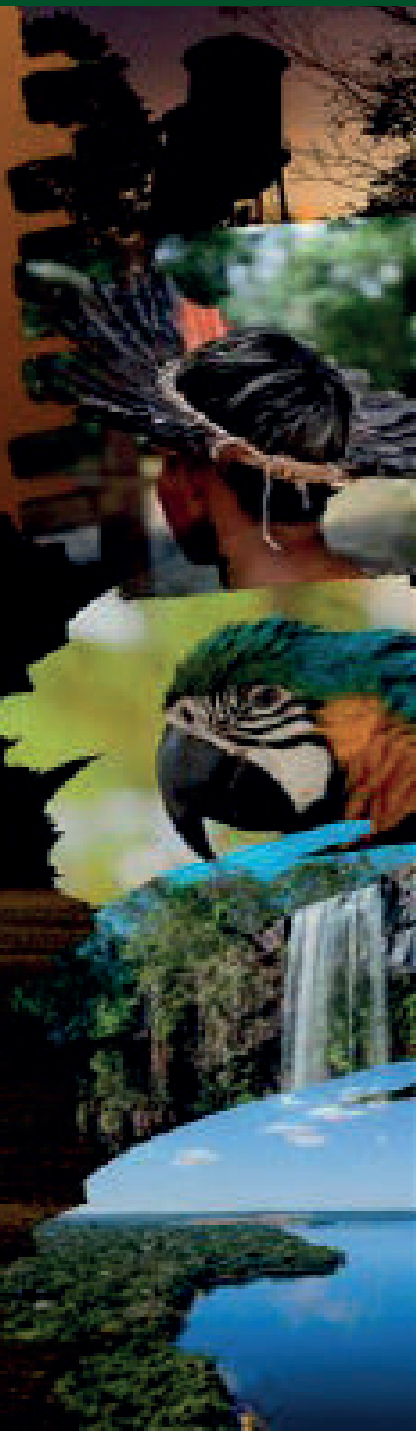
O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia 2015–2030 foi concebido como um marco estratégico para orientar as escolhas de longo prazo do estado, considerando sua diversidade territorial, cultural, social e produtiva. Seu propósito é indicar caminhos que conciliem crescimento econômico, inclusão social, equilíbrio ambiental e fortalecimento institucional, assegurando uma visão de futuro que represente os anseios da população rondoniense.

Após quase uma década de sua formulação, encontra-se em andamento a etapa de revisão, momento essencial para reafirmar o compromisso do Governo de Rondônia com a atualização contínua de suas estratégias, em sintonia com os desafios globais e as especificidades regionais. Nesse período, o mundo enfrentou transformações profundas, marcadas pela pandemia da Covi-d-19, por conflitos internacionais e pelo avanço das mudanças climáticas em intensidade quase extrema. O Brasil também sentiu de forma direta esses efeitos, vivenciando enchentes, secas severas e outras situações críticas que impactaram a sociedade, a economia e o meio ambiente desafios dos quais Rondônia igualmente não esteve à margem. Esse processo de revisão, portanto, incorpora lições aprendidas, avanços já alcançados e novas demandas sociais, ambientais e tecnológicas que emergiram diante desse cenário de complexidade crescente.

A revisão do Plano de Desenvolvimento Estadual de Rondônia (PDES) foi conduzida pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, por meio da Diretoria de Gestão Estratégica e Políticas Públicas - DGEPP, com estudos técnicos, reuniões com secretarias e autoridades municipais, audiências públicas e análise de dados. O documento consolida avanços, identifica novos desafios e define prioridades para garantir atendimento efetivo aos cidadãos e promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado em Rondônia.

O processo da revisão também buscou dialogar com experiências consolidadas em diferentes partes do Brasil, de modo a conhecer e adotar melhores práticas de planejamento de longo prazo. O objetivo é fortalecer a integração entre governo, setor produtivo, academia e, sobretudo, a sociedade civil nos quatro cantos do estado, garantindo um olhar atento tanto para os progressos já obtidos quanto para as áreas que exigem maior dedicação e cuidado.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia 2015–2030 reafirma, assim, sua natureza dinâmica e participativa, ao mesmo tempo em que se mantém como referência fundamental para alinhar políticas públicas, orientar investimentos e promover transformações estruturais que garantam qualidade de vida para a atual e as futuras gerações de rondonienses.





CARTA DO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

À sociedade rondoniense,

É com elevada honra e profundo senso de responsabilidade pública que ***apresento*** *à sociedade o* ***Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável – PDES 2030****, instrumento estratégico que orientará as ações governamentais e o esforço coletivo do Estado rumo a um futuro mais próspero, justo e sustentável.*

O PDES 2030 resulta de um processo técnico e participativo, alicerçado em diagnósticos consistentes, escuta qualificada da sociedade, articulação interinstitucional e alinhamento às diretrizes nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável. Trata-se de um plano de longo prazo, concebido para transcender ciclos administrativos e assegurar continuidade, previsibilidade e foco em resultados para a população rondoniense.

Este documento estabelece ***diretrizes, objetivos e metas estruturantes*** *voltadas ao fortalecimento da economia, à promoção do desenvolvimento social, à sustentabilidade ambiental, à inovação, à infraestrutura, à governança pública e à redução das desigualdades regionais. O PDES 2030 reafirma o compromisso do Governo do Estado com uma gestão orientada por evidências, eficiência no uso dos recursos públicos e transparência na condução das políticas públicas.*

Mais do que um plano governamental, o PDES 2030 é um ***pacto de desenvolvimento,*** *que convoca os Poderes constituídos, os municípios, o setor produtivo, a academia, as organizações da sociedade civil e cada cidadã e cidadão a participarem ativamente da construção do futuro de Rondônia. O êxito de suas diretrizes dependerá do engajamento coletivo e da corresponsabilidade entre Estado e sociedade.*

Reitero, assim, o compromisso deste Governo com a implementação, o monitoramento e a avaliação contínua do PDES 2030, assegurando que suas ações sejam periodicamente acompanhadas e aprimoradas, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento equilibrado do nosso Estado.

Com confiança no potencial de Rondônia e na força do seu povo, apresento o PDES 2030 como um marco orientador para os próximos anos.

Atenciosamente,

Marcos José Rocha dos Santos
Governador do Estado de Rondônia



CARTA DO CHEFE DA CASA CIVIL

À sociedade rondoniense,

*A **Casa Civil apresenta** o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável – PDES 2030 como a bússola que norteará Rondônia rumo a um horizonte de prosperidade, equilíbrio e justiça social. Como órgão central de articulação política e institucional do Governo do Estado, a Casa Civil compreende que este plano não se limita a um documento técnico, mas se consolida como o alicerce de um pacto de desen-volvimento que une todos os setores da sociedade em torno de um objetivo comum: a construção de um futuro próspero e sustentável.*

O PDES 2030 fundamenta-se na valorização das pessoas, na inovação e no uso responsável e sustentável do nosso território. Nesse contexto, a Casa Civil assume o compromisso de zelar para que cada diretriz aqui estabelecida seja no fortalecimento da economia, na ampliação da infraestrutura ou na redução das desigualdades regionais, seja efetivamente convertida em ações concretas.

Nosso foco está na territorialização das políticas públicas, respeitando as especificidades de cada região de Rondônia, para que o desenvolvimento alcance a todos de forma equitativa.

O PDES representa, acima de tudo, um verdadeiro pacto de desenvolvimento. Ele integra a visão estratégica de longo prazo aos instrumentos orçamentários de curto e médio prazo, como o Plano Plu-rianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando que os recursos públicos sejam aplicados com racionalidade, eficiência e responsabilidade. Ao adotar um planejamento orientado por evidências, Rondônia reafirma seu compromisso com a transparência, a boa governança e os Objetivos de Desen-volvimento Sustentável (ODS).

O Plano reforça, ainda, o compromisso do Governo do Estado com a responsabilidade pública, garantindo que as ações governamentais transcendam os ciclos administrativos e se consolidem como um legado de previsibilidade, segurança institucional e confiança para o setor produtivo e para a sociedade civil. A Casa Civil atuará de forma permanente no monitoramento e na articulação da execução dessas estratégias, assegurando que a integração entre planejamento e execução resulte em um Estado mais resiliente, eficiente e menos desigual.

Assim, a Casa Civil reafirma seu compromisso em assegurar que o PDES 2030 seja um instrumento vivo de governança, capaz de orientar decisões, fortalecer políticas públicas e deixar um legado sólido de desenvolvimento sustentável para as atuais e futuras gerações.

Atenciosamente,

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Chefe da Casa Civil de Rondônia



CARTA DA SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

À sociedade rondoniense,

*O **Plano de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – PDES 2030** constitui um marco técnico e institucional no fortalecimento da capacidade de planejamento governamental e na consolidação de uma gestão pública orientada por resultados, evidências e visão de longo prazo. Sua elaboração expressa o amadurecimento das práticas de governança e o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável.*

Conduzido tecnicamente pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o PDES 2030 fundamenta-se em diagnósticos consistentes da realidade socioeconômica, territorial, fiscal e ambiental de Rondônia, aliados à análise de tendências e cenários prospectivos. O plano organiza políticas públicas, programas e investimentos em torno de objetivos estratégicos claros, promovendo integração e coerência na ação governamental.

O PDES 2030 desempenha papel essencial ao alinhar o planejamento de longo prazo aos instrumentos de médio e curto prazo, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, fortalecendo a racionalidade do gasto público, a eficiência administrativa e a transparência na entrega de resultados à sociedade.

Estruturado por eixos estratégicos, indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação, o plano consolida-se como um instrumento vivo de gestão, capaz de orientar decisões, acompanhar resultados e promover o aprimoramento contínuo das políticas públicas.

Mais do que um referencial técnico, o PDES 2030 expressa uma visão inspiradora de futuro para Rondônia, centrada na valorização das pessoas, na inovação, no uso sustentável do território e na redução das desigualdades regionais. um convite à construção coletiva de um Estado mais próspero, equilibrado e resiliente.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão agradece a contribuição e o empenho de todos os órgãos, secretarias, entidades e da sociedade rondoniense que se dedicaram à construção deste plano e reafirma seu compromisso com a implementação e o acompanhamento permanente do PDES 2030, colocando o planejamento a serviço da transformação da realidade e das gerações presentes e futuras.

Atenciosamente,

Beatriz Basílio Mendes
Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Introdução

Desde a década de 1970, Rondônia vem passando por intensas transformações impulsionadas por políticas nacionais de ocupação da Amazônia. Iniciativas como o Polonoroeste e, posteriormente, o Planafloro buscaram promover o desenvolvimento regional, mas também revelaram os limites de modelos baseados na expansão da fronteira agrícola e no uso intensivo dos recursos naturais. Essas experiências evidenciaram a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade, na valorização da biodiversidade e na inclusão social.

Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES, aprovado em 2015, foi concebido como um instrumento estratégico para orientar o crescimento do estado de forma integrada, territorializada e participativa. Sua elaboração se apoiou em diagnósticos técnicos e consultas amplas à sociedade, resultando em diretrizes, programas e projetos que visavam equilibrar desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social.

Agora, quase uma década após sua aprovação, o PDES passa por um processo de revisão, reconhecendo que Rondônia, assim como o Brasil e o mundo, enfrentou novos desafios nesse período, da pandemia da Covid-19 às mudanças climáticas mais severas, passando por crises econômicas e sociais que impactaram diretamente o território e sua população. Essa revisão busca consolidar avanços, cor-rigir rumos e incorporar novas prioridades, reforçando a integração entre políticas públicas, setores produtivos e sociedade civil.

O documento organiza-se em capítulos que dialogam entre si, articulando a compreensão da realidade atual com uma visão de futuro compartilhada. Ele traz um diagnóstico atualizado das dimensões socioeconômicas, ambientais, territoriais e institucionais; revisita os programas e diretrizes estratégicas do PDES 2015; e projeta ações voltadas ao fortalecimento da bioeconomia, da gestão sustentável dos recursos naturais e da valorização dos direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e produtores locais.

Mais do que um plano, o PDES em revisão é uma ferramenta de pactuação social e institucional, que pretende alinhar esforços em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável para Rondônia, em consonância com a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Plurianual (PPA e outras políticas públicas intersetoriais. Sua natureza dinâmica permitirá ajustes contínuos, acompanhando transformações globais e regionais, sem perder de vista os desafios e oportunidades do presente.

Ao final, o documento apresenta sua metodologia de revisão e a estrutura proposta com as novas diretrizes, assegurando transparência e participação social em todas as etapas.



1. Justificativa da Revisão do Plano

1.1. Motivos e diagnóstico da revisão

A revisão do PDES (2025) surge como resposta às transformações econômicas, sociais e ambientais pelas quais Rondônia vem passando, exigindo estratégias atualizadas e eficazes. Este pro-cesso é essencial para garantir que as ações públicas estejam atualizadas e coerentes com as necessidades reais da população e as mudanças no cenário político, social, econômico ou ambiental.

A sua revisão foi construída de forma colaborativa entre órgãos públicos e representantes da sociedade, visando alinhar o planejamento estadual às novas dinâmicas econômicas, promover a inovação, fortalecer setores estratégicos e assegurar que o desenvolvimento ocorra de forma equili-brada entre crescimento, conservação ambiental e justiça social.

Ademais, a realização de audiências públicas em todas as 10 regiões de planejamento do estado permite que a população contribua diretamente com sugestões, críticas e propostas. Isso for-talece a legitimidade democrática do plano.

Outro fato que colabora para a revisão do PDES é manter a coerência com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e estratégica. Além disso, a revisão per-mite incorporar temas emergentes como inovação tecnológica, governança pública moderna, justiça inteligente e segurança integrada, refletindo as novas prioridades da sociedade.

Estes grupos de fatores resultarão na melhoria da infraestrutura, na competitividade regio-nal e na ampliação da governança nos eixos centrais para garantir um futuro sustentável e inclusivo em todo o território rondoniense.

1.2. Motivos e diagnóstico da revisão

Rondônia, como parte da Amazônia Legal, possui diversos desafios históricos e contem-porâneos para garantir o desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e qualidade de vida da sua população atual com 1.581.196 habitantes e densidade demográfica de 6,65 Hab./Km2 (IBGE, 2022).

A maioria desta população está concentrada no Eixo da BR 364 em cidades de porte médio. Este plano adota princípios integradores que visam promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de forma equilibrada, inclusiva e sustentável a partir de vários conceitos, tais como De-senvolvimento Sustentável, Economia Verde e Bioeconomia, Economia Circular, Integração Regional e Logística, Valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Rondônia (PDES) é um instrumento estratégico que orienta o crescimento econômico e social do estado, considerando suas particularida-des regionais e desafios contemporâneos. Seu escopo abrange a formulação de diretrizes, programas e projetos voltados para a redução das desigualdades socioeconômicas, o fortalecimento da infraes-trutura e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Os instrumentos de gestão utilizados foram os mecanismos de monitoramento, avaliação e controle, além da participação social realizada pelas audiências públicas regionais, registro e incorporação das propostas da sociedade civil, lideranças locais e representantes institucionais.

A abrangência do PDES se estende por todo o território de Rondônia, contemplando seus 52 municípios e suas dez regiões administrativas de planejamento e gestão. O plano busca inte-grar políticas públicas estaduais e federais, promovendo o desenvolvimento regional sustentável por meio da participação ativa de diversos setores da sociedade, incluindo governos, empresas e comunidades locais. Além disso, o PDES considera aspectos históricos, geográficos e ambientais do estado, garantindo que as ações propostas sejam adaptadas às necessidades específicas de cada região. Dessa forma, o plano se estabelece como um mecanismo essencial para a construção de um futuro mais equilibrado e próspero para Rondônia.

2. Bases Institucionais e Diretrizes Estruturantes do Planejamento Regional

2.1. Fundamentação legal

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) está amparado na Constituição do Estado de Rondônia, especialmente nos artigos 232-A a 232-D, que estabelecem diretrizes para promover o desenvolvimento sustentável em consonância com os princípios constitucionais federais e estaduais. Esses dispositivos definem como objetivos do plano: impulsionar a sustentabilidade socioeconômica do estado, ampliar as atividades produtivas, reduzir desigualdades regionais, for-talecer os municípios, desenvolver tecnologia e infraestrutura, e melhorar a qualidade de vida da população.

A Lei Complementar Estadual nº 965/2017 estabelece a atuação interinstitucional e in-tersetorial da administração pública estadual, orientada por princípios como legalidade, eficiência e responsabilidade fiscal, visando o aprimoramento das políticas públicas e a modernização da gestão.

Em seu artigo 27, §1º, desta lei há o reforço de que a ação governamental será efetivada mediante a formulação do PDES. Essa norma consolida o plano como instrumento obrigatório de planejamento estratégico, vinculando sua execução à estrutura administrativa e orçamentária do Estado. Complementarmente, a Lei Complementar Estadual nº 414/2007 organiza o território em 10 Regiões de Planejamento e Gestão, cada uma com um polo municipal de referência, fortalecendo o ordenamento territorial e a efetividade das ações estratégicas do PDES.

Assim, a revisão do PDES é, portanto, não apenas legítima, mas necessária, para garantir que o plano continue alinhado às transformações sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas que impactam Rondônia. Além disso, ela assegura que o Estado esteja em conformidade com os marcos legais que regem o planejamento público, fortalecendo a governança e a efetividade das políticas públicas.

2.2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é uma das diretrizes utilizadas pelo estado para nortear a revisão do PDES. Ela fundamenta-se no compromisso de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões do país, promovendo a inclusão produtiva e o equilíbrio territorial. A mais recente atualização, por meio do Decreto Federal nº 11.962/2024, consolida seus eixos estratégicos e reforça sua governança, alinhando-a ao enfrentamento das desi-gualdades e à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Entre seus principais obje-tivos estão: promover a convergência nos níveis de desenvolvimento e qualidade de vida, consolidar redes policêntricas de cidades para interiorizar o progresso e fomentar a diversificação econômica com agregação de valor às cadeias produtivas. O alinhamento do PDES à PNDR permite que Rondônia incorpore essas diretrizes nacionais de forma adaptada às suas especificidades regionais, potencializando o impacto das políticas públicas e a captação de recursos federais.

2.3. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), coordenado pela SUDAM, é o principal instrumento de planejamento da política regional voltado à realidade amazônica em sintonia com a PNDR, o Plano Plurianual Federal (PPA) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O PRDA orienta ações integradas para promover a sustentabilidade, valorizar a diversidade sociocul-tural e reduzir desigualdades territoriais. Com foco em resultados, o PRDA 2024–2027 foi elaborado com base em evidências e participação social, promovendo a sociobiodiversidade, a bioeconomia e a inovação como pilares do desenvolvimento endógeno. Aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDAM (Resolução Condel nº 106/2023), o plano oferece diretrizes estratégicas que fortalecem o PDES ao articular ações multiescalares e programas estruturantes com foco na transformação econômica e social da Amazônia Legal, respeitando seus limites ecológicos e seus povos.

3. Sistema de Planejamento

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) constitui-se como o principal instrumento de planejamento estratégico do Estado de Rondônia. Ele é a base orientadora para a formulação, execução e avaliação das políticas públicas, garantindo que a ação governamental este-ja alinhada aos anseios da sociedade e aos compromissos de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. O PDES não é apenas um documento técnico, mas sim uma visão estruturada do futuro desejado, traduzida em objetivos estratégicos, diretrizes e metas que norteiam a atuação integrada das diferentes áreas do governo.

A estrutura do PDES foi concebida para organizar de forma lógica e hierárquica os instrumentos de planejamento, permitindo clareza na definição de prioridades e coerência na execução das políticas públicas. No nível mais amplo, o plano é composto por eixos de desenvolvimento, que representam os grandes campos de atuação do governo, e por diretrizes estratégicas, que indicam os caminhos a serem seguidos dentro de cada eixo. Esses eixos e diretrizes formam o núcleo do planejamento estadual e refletem a compreensão dos principais desafi os e oportunidades do território rondoniense.

Os eixos podem ser compreendidos como áreas temáticas abrangentes que estruturam a atuação do Estado. São eles que organizam a ação governamental em torno de dimensões como desenvolvimento econômico, inclusão social, infraestrutura, meio ambiente, cidadania, segurança pública, saúde, educação, gestão pública, entre outros. Cada eixo busca responder a problemas estruturais e, ao mesmo tempo, potencializar as vocações regionais, oferecendo um horizonte estratégico para o desenvolvimento de longo prazo.

As diretrizes, por sua vez, detalham a forma de atuação dentro de cada eixo. Elas funcionam como orientações específicas que dão concretude ao planejamento, apontando prioridades, princípios e formas de intervenção do poder público. Se o eixo indica o campo de atuação, a diretriz define como esse campo deve ser explorado, estabelecendo compromissos e linhas de ação que deverão ser observados em todos os níveis do planejamento governamental. Assim, garantem a coerência e a continuidade das políticas ao longo do tempo.

Logo abaixo dos eixos e diretrizes do PDES estão as políticas públicas, que são instrumentos fundamentais de intervenção do Estado sobre a realidade social, econômica e ambiental. Enquanto o PDES estabelece a visão de futuro e as grandes orientações, políticas públicas são a materialização dessa visão em estratégias voltadas para o enfrentamento de problemas concretos da sociedade. Cada política pública busca reduzir desigualdades, promover direitos, melhorar serviços e gerar impactos positivos na qualidade de vida da população. Elas são elaboradas de maneira articulada com as diretrizes do PDES, de forma a assegurar alinhamento e efetividade na implementação.

As políticas públicas, por sua vez, são desdobradas em programas de governo, que representam conjuntos organizados e coordenados de ações voltadas para resolver aspectos específicos da política. Enquanto a política pública define a estratégia ampla para enfrentar um determinado desafio, o programa foca em partes desse desafio, estruturando objetivos mais delimitados e operacionalizáveis. Dessa forma, os programas traduzem as diretrizes em iniciativas concretas e viáveis, possibilitando maior eficiência na alocação de recursos e na coordenação das atividades governamentais.

Em um nível ainda mais operacional, os programas de governo são compostos pelos instrumentos de planejamento, que representam as ferramentas práticas para execução das ações. Entre esses instrumentos estão projetos, planos de ação, atividades, convênios e outros mecanismos que tornam tangível a entrega de bens e serviços à sociedade. Os instrumentos são a etapa final da cadeia de planejamento, aquela em que o Estado se conecta diretamente com a população, entregando resultados concretos e mensuráveis. Sem eles, as diretrizes permaneceriam apenas no campo estratégico, sem a efetividade necessária para promover mudanças na realidade social.

Esse novo modelo de planejamento assegura uma visão integrada e articulada entre os diferentes níveis de gestão. Ao estabelecer uma hierarquia coerente entre os níveis de planejamento com o PDES definindo eixos estratégicos e diretrizes, as políticas públicas alinhando-se a essas diretrizes, os programas de governo desdobrando as políticas em ações concretas e os instrumentos de planejamento orçamentário assegurando sua execução, o Estado fortalece sua capacidade de converter estratégias em resultados efetivos.

Além disso, essa estrutura favorece a transparência, a participação social e o monitoramento permanente, elementos essenciais para a melhoria contínua das políticas públicas.

Em síntese, o PDES se consolida como a espinha dorsal do planejamento em Rondônia. Ele traduz os grandes desafios e potencialidades do Estado em diretrizes estratégicas e organiza, de forma integrada às políticas públicas, programas e instrumentos que concretizam as ações governamentais. Mais do que um plano, é um modelo de governança, que busca assegurar que cada ação desenvolvida pelo governo esteja vinculada a um objetivo maior de desenvolvimento sustentável e de melhoria da qualidade de vida da população rondoniense.

4. Identidades Regionais Produtivas

O recorte territorial adotado pelo Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES-RO) segue a divisão político-administrativa oficial do estado, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007. Essa legislação definiu a organização dos 52 municípios rondonienses em dez Regiões de Planejamento e Gestão (RP), com base em estudos que identificaram características e identidades comuns entre os territórios. Essa regionalização permanece vigente e orienta a atuação do PDES-RO, permitindo uma abordagem mais eficiente e integrada para o planejamento estratégico e a territorialização das políticas públicas em todo o estado. As 10 Unidades Regionais de Governos estão descritas a seguir:





4.1. Região I – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Porto Velho – Regional I

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
3

Área/Km²
45.016,40

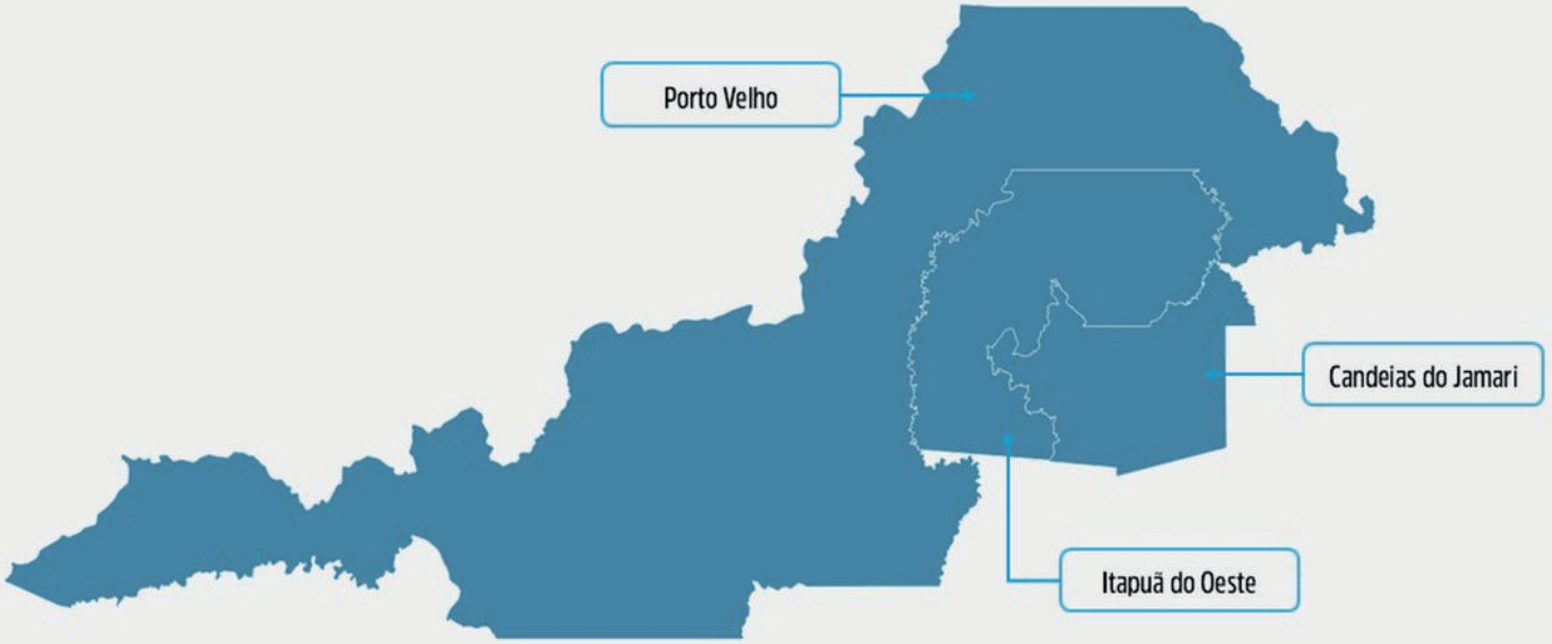
População/ Habitantes
548.245 (2024)
491.292 (2023)

Agropecuário
R$ 1.247.821,42

Industrial
R$ 4.776.286,48

Administração Pública
R$ 4.267.801,38

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 7.733.872,46



A economia da Região I de Rondônia, composta por Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste, revela um mosaico produtivo marcado pela complementaridade entre setores de serviços, administração pública, agropecuária, extrativismo e indústria, configurando uma dinâmica de crescimento que alia o papel urbano-administrativo da capital com o fortalecimento da produção agropecuária e agroindustrial nos municípios vizinhos.

Porto Velho, como capital e maior centro urbano do estado, concentra a base administrativa e de serviços, abrigando a gestão pública, o comércio, a educação superior, a saúde especializada e o setor logístico. Esse protagonismo urbano é acompanhado por uma agropecuária em franca expansão, com destaque para a soja e a pecuária bovina, além do potencial em mineração e energia hidrelétrica. Assim, a capital desempenha a função de polo integrador, conectando a produção regional aos mercados nacional e internacional, especialmente via rodovias, hidrovias e infraestrutura logística.

Candeias do Jamari apresenta uma economia estruturada sobre a agricultura familiar, com forte participação na produção de alimentos básicos e atividades ligadas à agroindústria. O município tem registrado, contudo, a expansão da soja e a diversificação produtiva, impulsionada pela sua proximidade com a capital. Essa posição estratégica favorece o desenvolvimento de logística e turismo, constituindo um eixo complementar ao dinamismo de Porto Velho, ao mesmo tempo em que preserva uma identidade voltada à produção agrícola e ao abastecimento alimentar.

Itapuã do Oeste, por sua vez, consolidou-se como território de fronteira agrícola, com crescimento acelerado da produção de soja e a manutenção de atividades de extrativismo vegetal e mineral. O município apresenta vocação para a formação de um parque industrial associado à cadeia da soja, madeireira e mineral, reforçando sua identidade como espaço de transformação produtiva. Ao lado disso, a presença de serviços e comércio locais garante suporte às cadeias produtivas emergentes.

Essa configuração demonstra que a região combina o peso político-administrativo e logísti-co da capital com a força agroindustrial e agrícola dos municípios vizinhos, formando um corredor estratégico de desenvolvimento para Rondônia. Juntas, essas cidades constituem uma área que articula governança, produção de alimentos, commodities agrícolas, industrialização e logística, tornando-se essencial para a competitividade estadual e para a integração econômica com o res-tante do Brasil e países vizinhos.

REGIONAL I - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS

Municípios	Primeira Atividade	Segunda Atividade	Terceira Atividade	Tendência / Crescimento
Porto Velho	Serviços Administrati-vo Pública/ Comércio	Insústria de Transfor-mação Extrtivismo	Pecuária	Grãos Soja e Milho
Candeias do Jamari	Agricultura Familiar	Administração Pública	Agroinsdútria	Logística/Turismo
Itapuã do Oeste	Grãos Soja	Extrativismo (Madeira/Minerio)	Serviços	Parque Industrial

Fonte: Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional I se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Serviços, Administração Pública e Logística do município de Porto Velho:

   • Capital e maior centro urbano do estado.

   • Concentra gestão pública, comércio, educação superior, saúde especializada e infraestrutura logística.

   • Papel estratégico como polo integrador regional e nacional, com destaque para rodovias, hidrovias e energia hidrelétrica.

2. Agropecuária e Agricultura Familiar do município de Porto Velho:

   • Expansão da soja e pecuária bovina.

   • Forte presença da agricultura familiar voltada ao abastecimento alimentar.

   • Expansão da soja e diversificação produtiva.

2.1 Agropecuária e Agricultura Familiar do município de Itapuã do Oeste:

   • Fronteira agrícola com crescimento acelerado da soja.

   • Potencial para agroindustrialização.

3. Extrativismo Vegetal e Mineral do município de Itapuã do Oeste:

   • Atividades extrativistas consolidadas.

   • Potencial para integração com cadeias industriais (madeira e minerais).

4. Indústria e Agroindústria do município de Itapuã do Oeste:

   • Vocação para formação de parque industrial ligado à soja, madeira e mineração.

   • Indústria e Agroindústria do município de Candeias do Jamari:

   • Agroindústria associada à agricultura familiar.

5. Turismo do município de Candeias do Jamari:

   • Potencial turístico impulsionado pela proximidade com Porto Velho.

   • Integração com logística e produção agrícola.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico

- Integração regional: Porto Velho e Candeias do Jamari como centro logístico e administrativo, articulando produção e distribuição.
- Integração com logística e produção agrícola.
- Expansão da soja: Em todos os municípios, com destaque para Itapuã do Oeste.
- Fortalecimento da agricultura familiar: Especialmente em Candeias do Jamari.
- Desenvolvimento industrial: Formação de polos industriais em Itapuã do Oeste.
- Valorização do extrativismo sustentável: Foco na agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade e no fortalecimento das cadeias produtivas locais.
- Turismo regional: Como vetor complementar de desenvolvimento.

4.2. Região II – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

A Regional II apresenta uma economia diversificada, com forte base no setor primário, mas em processo de expansão para serviços, comércio e turismo. A agropecuária e a agricultura familiar constituem a espinha dorsal da região, sustentando a economia de municípios como Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Alto Paraíso e Cujubim, com destaque para a pecuária de corte e leite em Cacaulândia, Campo Novo e Alto Paraíso, e a agricultura familiar em Rio Crespo, Monte Negro e Cujubim. A piscicultura, em expansão em Ariquemes, Monte Negro, Cujubim e Rio Crespo, despon-ta como setor estratégico pela crescente demanda de mercado. O cultivo de grãos, especialmente a soja em Rio Crespo, Alto Paraíso e Ariquemes, e do café clonal em Cujubim, Campo Novo e Alto Paraíso, fortalece cadeias agroindustriais e gera reconhecimento em mercados diferenciados.







4.2. Região II – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Ariquemes– Regional II

SEPOG Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão — RONDÔNIA Governo do Estado

Quantidade de Municípios
8

Área/Km²
23.260,95

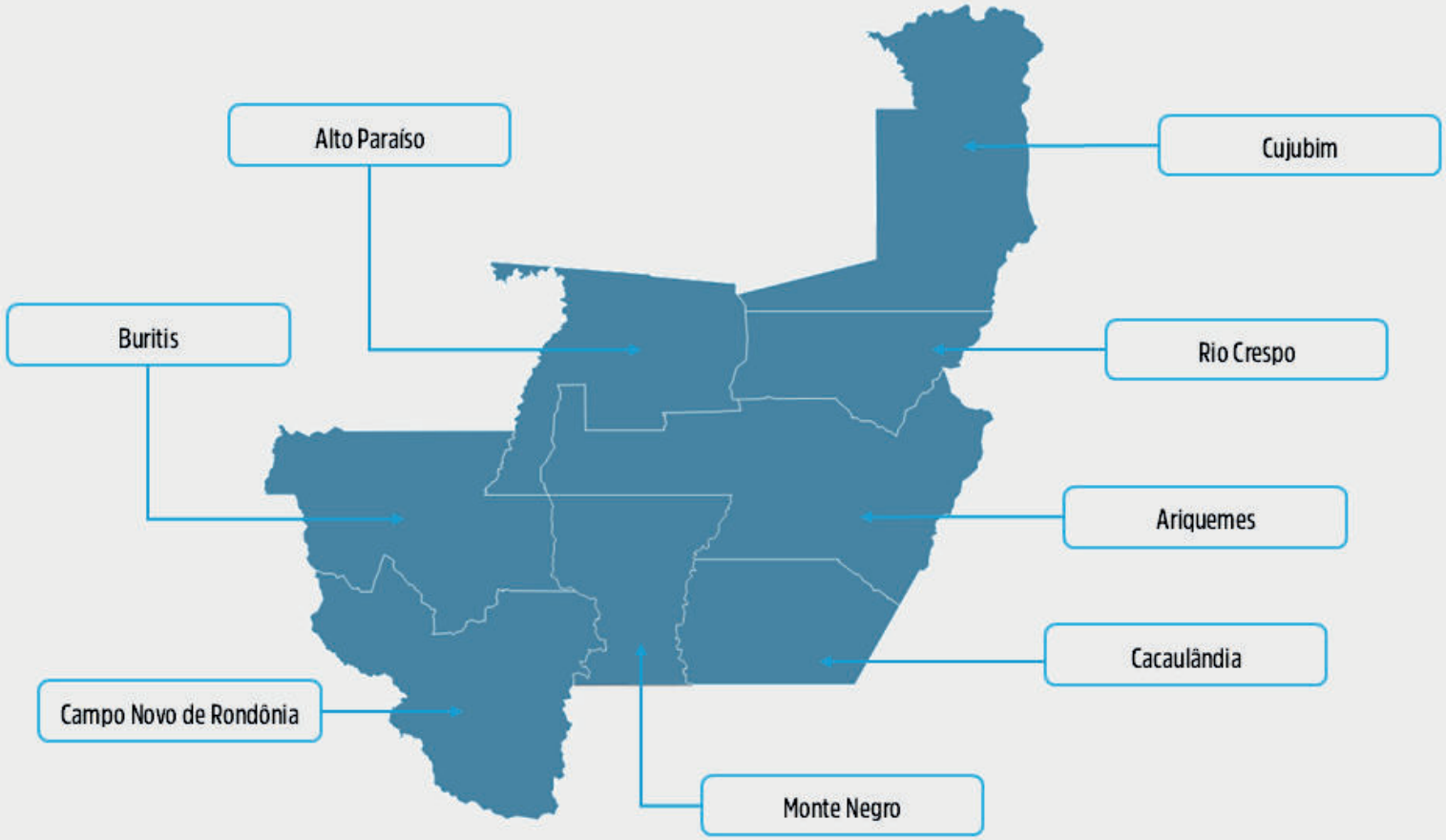
População/ Habitantes
202.212 (2024)
184.021 (2023)

Agropecuário
R$ 1.637.191,62

Industrial
R$ 559.623,36

Administração Pública
R$ 1.688.961,24

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 1.909.278,11



A Regional II apresenta uma economia diversificada, com forte base no setor primário, mas em processo de expansão para serviços, comércio e turismo. A agropecuária e a agricultura familiar constituem a espinha dorsal da região, sustentando a economia de municípios como Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Alto Paraíso e Cujubim, com destaque para a pecuária de corte e leite em Cacaulândia, Campo Novo e Alto Paraíso, e a agricultura familiar em Rio Crespo, Monte Negro e Cujubim. A piscicultura, em expansão em Ariquemes, Monte Negro, Cujubim e Rio Crespo, desponta como setor estratégico pela crescente demanda de mercado. O cultivo de grãos, especialmente a soja em Rio Crespo, Alto Paraíso e Ariquemes, e do café clonal em Cujubim, Campo Novo e Alto Paraíso, fortalece cadeias agroindustriais e gera reconhecimento em mercados diferenciados.

Além disso, o dinamismo urbano de Buritis, Monte Negro e, sobretudo, Ariquemes, que se consolida como polo regional, amplia o peso do comércio, dos serviços e da administração pública. A mineração, presente em Ariquemes e Campo Novo, e o setor madeireiro em Cujubim, embora relevantes, trazem desafios quanto à sustentabilidade ambiental. O turismo, com atrativos como o Pico do Tracoá em Campo Novo e áreas naturais em Alto Paraíso, surge como vetor complementar, integrando-se à agricultura familiar e à agroindústria.

As tendências apontam para a expansão das agroindústrias, valorização da piscicultura, fortalecimento da agricultura familiar, crescimento do turismo regional e avanço dos setores mineral e madeireiro, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, inovação e diversificação econômica.

REGIONAL II - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS

Municípios	Primeira Atividade	Segunda Atividade	Terceira Atividade	Tendência / Crescimento
Buritis	Serviços Administrativo Pública/ Comércio	Pecuária de Corte	Comércio	Cafeicultura
Campo Novo	Agropecuária	Café e Cacau	Minérios	Turismo
Monte Negro	Agropecuária	Administração Pública	Comércio e Serviços	Psiscultura
Cacaulândia	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Lavoura do Cacau	Cafeicultura
Ariquemes	Serviços Administrativo Pública/ Comércio	Agropecuária	Agronegócio	Mineração
Alto Paraíso	Setor Agropecuário	Soja	Soja/ Café	Turismo
Rio Crespo	Soja	Agricultura Familiar	Pecuária	Agricultura Familiar/ Minério
Cujubim	Pecuária	Agricultura Familiar	Psiscultura/ Madeira	Cafeicultura

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional II se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Agropecuária e Agricultura Familiar dos municípios de Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Alto Paraíso e Cujubim:

• É a espinha dorsal da economia da maioria dos municípios (Buritis, Campo Novo, Monte Negro, Alto Paraíso e Cujubim).

• A pecuária de corte e leite é consolidada em Cacaulândia, Campo Novo e Alto Paraíso, confi gurando-se como um dos pilares de geração de renda e emprego.

• A agricultura familiar tem papel central em Rio Crespo, Monte Negro e Cujubim, sustentando cadeias locais de produção de alimentos e abastecimento interno.

2. Piscicultura em Expansão dos municípios de Ariquemes, Monte Negro, Cujubim e Rio Crespo :

• Municípios como Ariquemes, Monte Negro, Cujubim e Rio Crespo se destacam com a produção de peixes (tambaqui e pirarucu), ganhando escala comercial.

• É um setor com alto potencial de crescimento pela demanda crescente no mercado interno e pela possibilidade de exportação.

3. Cultivo de Grãos e Café:

• A soja está consolidada em Rio Crespo e Alto Paraíso, mas também se expande em Ariquemes, gerando integração com cadeias agroindustriais (frigoríficos, laticínios, silos).

• O café, especialmente o café clonal e premiado, fortalece a identidade de Cujubim, Campo Novo e Alto Paraíso, projetando a região em concursos de qualidade e mercados diferenciados.

4. Comércio, Serviços e Administração Pública:

• Buritis, Monte Negro e Ariquemes possuem maior dinamismo urbano, com serviços públicos, comércio e administração estruturando empregos fora da agropecuária.

• Ariquemes se consolida como polo regional, articulando a produção agropecuária com ser-viços de suporte, logística e agroindústrias.

5. Mineração e Madeira:

• A mineração é relevante em Ariquemes e Campo Novo, enquanto Cujubim se destaca no setor madeireiro.

• Apesar da importância econômica, essas atividades trazem desafios em relação à sustentabilidade e regulamentação ambiental.

6. Turismo e Novas Fronteiras Econômicas:

• O turismo tem destaque em Campo Novo (Pico do Tracoá e ecoturismo) e Alto Paraíso, despontando como vetor complementar de desenvolvimento

• Há também uma tendência de integração entre turismo, agricultura familiar e agroindústria, que pode gerar valor agregado às cadeias locais.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

• Expansão das agroindústrias: laticínios, frigoríficos e beneficiamento de café, soja e cacau.

• Valorização da piscicultura, fortalecendo a identidade de Rondônia como referência nacional.

• Fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em Rio Crespo, Monte Negro e Cujubim.

• Avanço do turismo regional, em Campo Novo e Alto Paraíso.

• Crescimento do setor madeireiro e mineral, sobretudo em Cujubim e Ariquemes, demandando políticas de manejo sustentável.

4.3. Região III – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Jaru– Regional III

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
5

Área/Km²
21.853,30

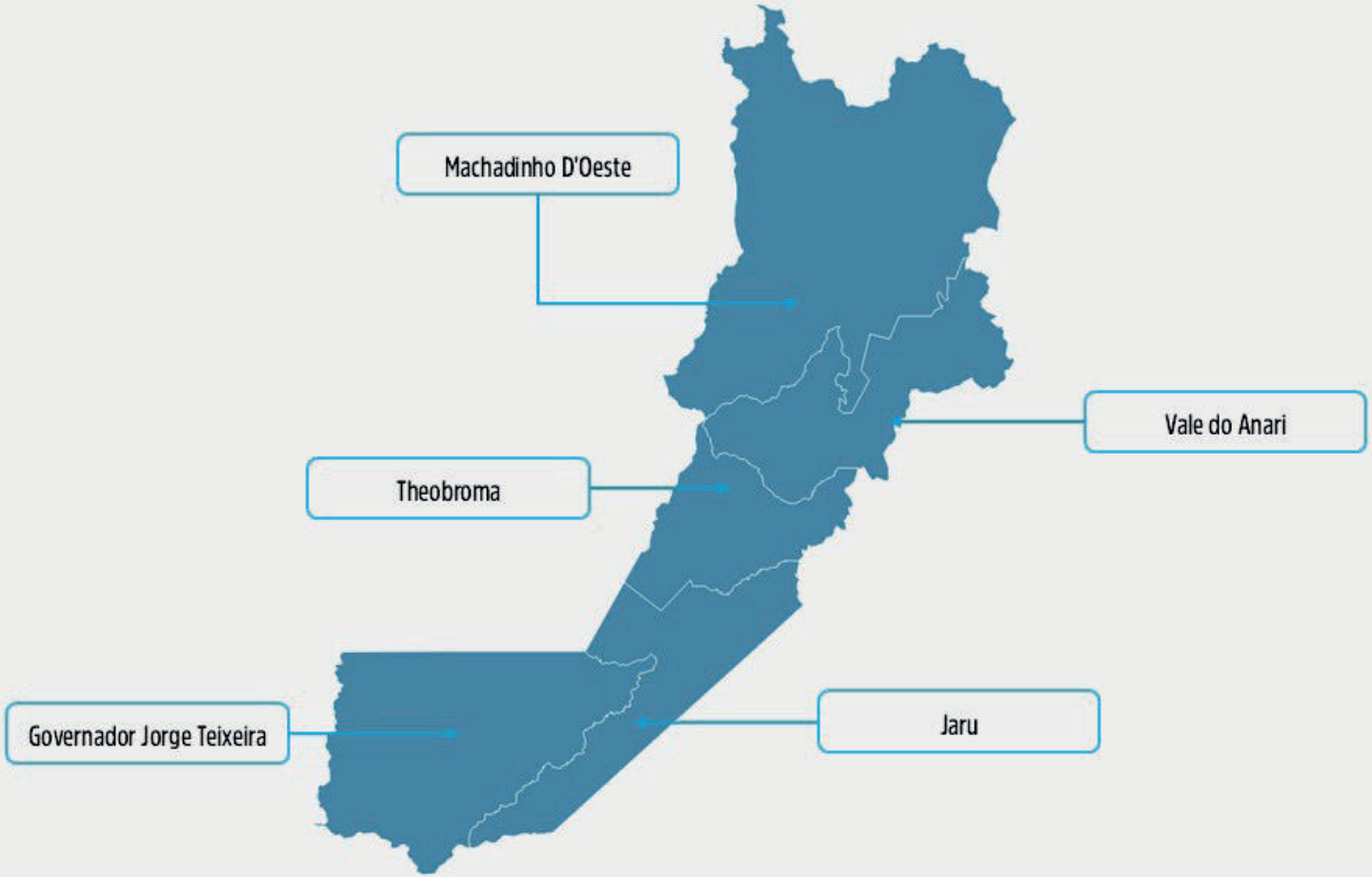
População/ Habitantes
114.871 (2024)
105.200 (2023)

Agropecuário
R$ 1.012.774,95

Industrial
R$ 229.767,18

Administração Pública
R$ 877.173,86

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 937.206,61



A Região III de Rondônia apresenta economia fortemente baseada no setor primário, com destaque para a agropecuária e a agricultura, ao mesmo tempo em que demonstra sinais de diversificação produtiva.

REGIONAL III - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS				
Municípios	**Primeira Atividade**	**Segunda Atividade**	**Terceira Atividade**	**Tendência / Crescimento**
Machadinho do Oeste	Pecuária de Leite	Extração de Madeira	Gado de Corte	Agricultura de Grãos
Governador Jorge Teixeira	Pecuária de Leite	Agricultura	Piscicultura	Agroindústria
Jaru	Pecuária de Leite	Pecuária de Corte	Cafecultura	Cacau/ Castanha/ Água Mineral
Theobroma	Pecuária de Leite	Pecuária de Leite	Cafecultura	Soja/Piscicultura
Vale do Anari	Pecuária de Leite	Cafecultura	Soja	Cafecultura/ Secadora

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional III se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Pecuária de Corte e Leite:

• Machadinho D'Oeste: Forte presença na pecuária de leite e gado de corte, sendo um dos pilares da economia local.

• Jorge Teixeira: Pecuária de leite como atividade central, com papel relevante na geração de renda.

• Jaru: Combina pecuária de leite e corte, integrando-se a outras cadeias produtivas.

• Theobroma: Destaca-se na pecuária de corte e leite, com perfil produtivo diversificado.

• Vale do Anari: Atua fortemente na pecuária de corte, com integração à cafeicultura e à soja.

2. Cafeicultura:

• Jaru: Produção de café com destaque, integrando-se à produção de cacau e castanha.

• Theobroma: Cafeicultura como uma das principais atividades, ao lado da pecuária e piscicultura.

• Vale do Anari: Investimentos em infraestrutura para secagem e beneficiamento do café, fortalecendo a cadeia produtiva.

3. Agricultura de Grãos (Soja):

• Machadinho D'Oeste: Tendência de expansão para agricultura de grãos, especialmente soja.

• Vale do Anari: Produção de soja consolidada, com integração à pecuária e à cafeicultura.

• Jorge Teixeira: Agricultura como atividade central, com diversifi cação crescente.

4. Piscicultura:

• Jorge Teixeira: Piscicultura em crescimento, com potencial de integração à agroindústria.

• Theobroma: Piscicultura como atividade complementar, refletindo diversifi cação produ-tiva.

5. Piscicultura:

• Jorge Teixeira: Surgimento de agroindústrias ligadas à produção local, especialmente leite e piscicultura.

• Vale do Anari: Agroindustrialização do café em destaque, com investimentos em bene -ciamento.

6. Produtos Especiais e Recursos Naturais:

• Jaru: Produção de cacau, castanha e exploração de água mineral, agregando valor à economia local.

• Machadinho D'Oeste: Extração de madeira como atividade relevante, com desafi os de sustentabilidade.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

• Diversificação agropecuária: Forte presença da pecuária e cafeicultura em todos os municípios.

• Valorização da piscicultura: Em crescimento, especialmente em Jorge Teixeira e Theobroma.

• Expansão da soja: Presente em Machadinho D'Oeste e Vale do Anari.

• Agroindustrialização: Com destaque para café, leite e grãos.

• Exploração sustentável de recursos naturais: Madeira (Machadinho) e água mineral (Jaru).

De modo geral, a Região III demonstra tendência de diversificação econômica, combinando atividades tradicionais da agropecuária com expansão agrícola, piscicultura e agroindústrias, fortalecendo a geração de emprego e o desenvolvimento local.









4.4. Região IV – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Ouro Preto D'Oeste– Regional IV

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
4

Área/Km²
4.934,53

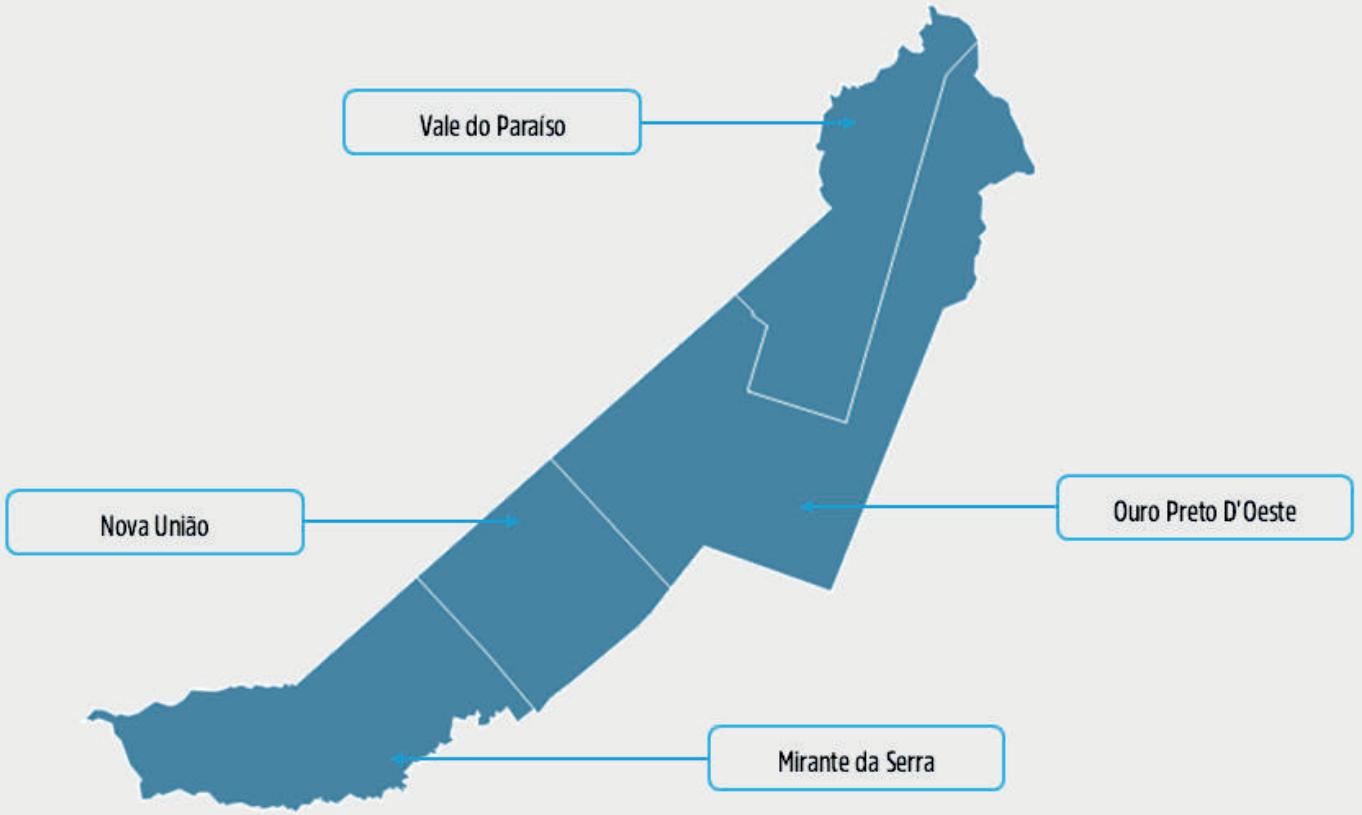
População/ Habitantes
61.841 (2024)
56.958 (2023)

Agropecuário
R$ 483.927,59

Industrial
R$ 92.790,05

Administração Pública
R$ 426.949,96

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 461.455,35



A Região IV de Rondônia possui uma economia fortemente pautada na agropecuária, com destaque para a pecuária de leite, e na agricultura familiar, com crescente diversificação em piscicultura, cafeicultura, fruticultura e pequenas agroindústrias.

O município de Mirante da Serra se destaca pela pecuária de leite, piscicultura e agricultura familiar, com potencial turístico em desenvolvimento. Nova União combina produção de leite, café e cacau, com expansão de agroindústrias e atividades da administração pública. Ouro Preto do Oeste concentra-se na pecuária leiteira, agricultura familiar e comércio, com políticas de incentivo à cafeicultura. Por fim, Vale do Paraíso tem como principais atividades a pecuária de leite e corte, cafeicultura, fruticultura (melancia) e piscicultura.

De forma geral, a Região IV reflete um panorama de economia baseada em atividades tradicionais da agropecuária e agricultura familiar, mas em expansão para a diversificação produtiva, agregação de valor e potencial turístico, fortalecendo o desenvolvimento regional.

REGIONAL IV - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS

Municípios	Primeira Atividade	Segunda Atividade	Terceira Atividade	Tendência / Crescimento
Mirante da Serra	Pecuária de Leite	Piscicultura	Agricultura Familiar	Turismo Potencial
Nova União	Pecuária de Leite	Agricultura/ Café/ Cacau	Administração Pública	Agroindústria
Ouro Preto do Oeste	Pecuária de Leite	Agricultura Familiar	Comércio	Cafeicultura
Vale do Paraíso	Pecuária de Leite	Pecuária de Corte	Cafecultura	Fruticultura/Piscicultura

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional IV se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Pecuária de Corte e Leite:

- Mirante da Serra: Destaca-se pela pecuária de leite, com projetos voltados à melhoria da produção, como o Programa Mais Calcário.
- Nova União: Possui atividades de pecuária de leite e corte, integradas à agricultura familiar e agroindústria.
- Ouro Preto do Oeste: Forte presença da pecuária de leite, associada à agricultura familiar.
- Vale do Paraíso: Pecuária de leite e corte são atividades centrais, com investimentos em infraestrutura.

2. Agricultura Familiar e Culturas Diversificadas:

- Mirante da Serra: Projetos voltados à agricultura familiar, com foco na melhoria do solo e aumento da produtividade.
- Nova União: Produção de café e cacau com destaque para a agricultura familiar.
- Ouro Preto do Oeste: A agricultura familiar é base da economia, com produção de leite, café e outros produtos agrícolas.

3. Cafeicultura e Cacau:

- Nova União: Produção de café e cacau com foco na agregação de valor via agroindústria.
- Ouro Preto do Oeste: Cafeicultura integrada à agricultura familiar e comércio local.
- Vale do Paraíso: Cafeicultura relevante, com investimentos em infraestrutura e beneficiamento.

4. Piscicultura:

- Mirante da Serra: Investimentos em capacitação e infraestrutura para fortalecer a piscicultura.
- Vale do Paraíso: Piscicultura em desenvolvimento, integrada à fruticultura e à pecuária.

5. Fruticultura:

- Vale do Paraíso: Produção de melancia como destaque, com potencial de expansão e agregação de valor.

6. Turismo:

- Mirante da Serra: Potencial turístico em desenvolvimento, com ações voltadas à valorização regional.

7. Comércio e Administração Pública:

- Ouro Preto do Oeste: Comércio local fortalecido por iniciativas de mecanização e apoio à produção agrícola.
- Nova União: Administração pública estruturada, com papel relevante na organização econômica local.

8. Agroindústria:

• Nova União: Iniciativas voltadas à agroindustrialização do café, cacau e leite.

• Vale do Paraíso: Investimentos em infraestrutura para beneficiamento de produtos agrícolas.

A região composta por Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste e Vale do Paraíso apresenta uma tendência clara de crescimento econômico, impulsionada por diversificação produtiva, valorização da agricultura familiar, investimentos em infraestrutura e fortalecimento de cadeias agroindustriais. Aqui está uma contextualização estratégica sobre esse crescimento:

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

Diversificação Produtiva: Esses municípios não dependem de um único setor, o que fortalece a resiliência econômica. A combinação entre pecuária (leite e corte), cafeicultura, piscicultura, fruticultura e agricultura familiar cria um ecossistema produtivo variado, capaz de atender diferentes mercados e se adaptar às mudanças econômicas.

Valorização da Agricultura Familiar: A agricultura familiar é um pilar econômico e social da região, com apoio de programas como o Mais Calcário em Mirante da Serra. Essa valorização contribui para:

- Segurança alimentar local.
- Geração de emprego e renda.
- Estímulo à permanência das famílias no campo.

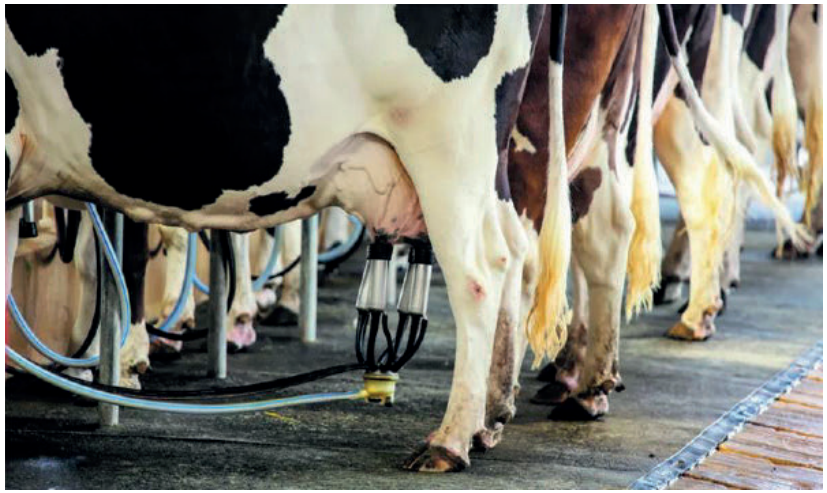
Expansão da Agroindústria: Municípios como Nova União e Vale do Paraíso estão investindo em beneficiamento de café, leite, cacau e frutas, agregando valor à produção primária. Isso:

- Aumenta a competitividade regional.
- Gera empregos industriais.
- Estimula o empreendedorismo local.

Investimentos em Infraestrutura e Capacitação: Há esforços visíveis em infraestrutura rural, capacitação técnica e mecanização agrícola, como em Ouro Preto do Oeste e Vale do Paraíso. Esses investimentos:

- Melhoram a produtividade.
- Facilitam o escoamento da produção.
- Aumentam a atratividade para novos negócios.

Potencial Turístico: Mirante da Serra começa a explorar o turismo como vetor complementar, aproveitando paisagens naturais e cultura local. O turismo rural pode se integrar à agricultura familiar e à agroindústria, gerando novas fontes de renda e promovendo o desenvolvimento sustentável.





4.5. Região V – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Ji-Paraná – Regional V

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
5

Área/Km²
12.976,14

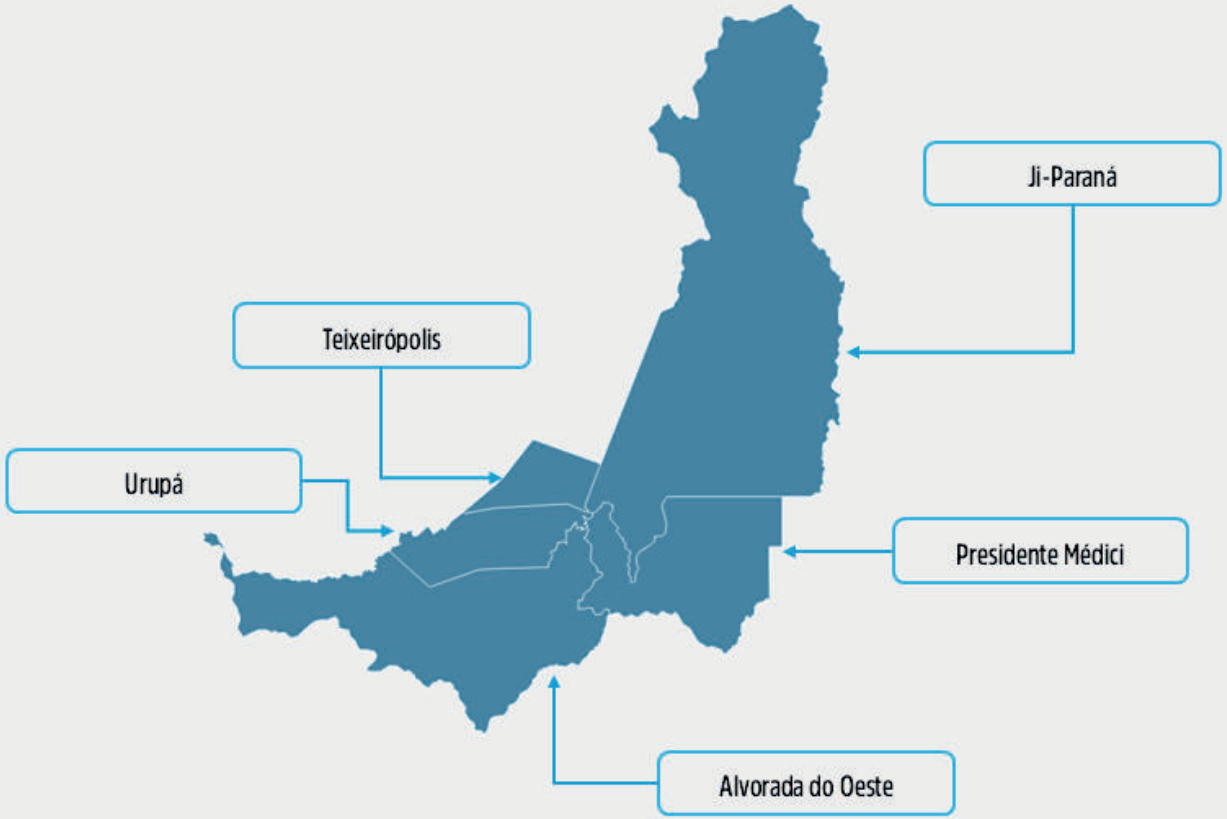
População/ Habitantes
189.627 (2024)
171.758 (2023)

Agropecuário
R$ 711.370,18

Industrial
R$ 578.027,70

Administração Pública
R$ 1.235.222,11

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 2.208.207,70



A Região V de Rondônia apresenta economia diversificada, com forte presença da agropecuária, agricultura familiar, comércio e serviços. Destaca-se a pecuária de leite e corte, cafeicultura, cacau, laticínios, fruticultura e piscicultura, combinando atividades tradicionais com expansão agrícola, agroindústrias e serviços, o que fortalece o desenvolvimento regional e a geração de emprego.

REGIONAL V - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS				
Municípios	**Primeira Atividade**	**Segunda Atividade**	**Terceira Atividade**	**Tendência / Crescimento**
Alvorada do Oeste	Pecuária de Leite	Pecuária de Leite	Cafeicultura	Agricultura Familiar
Ji-Paraná	Serviço/ Comércio	Indústrias	Agricultura Familiar	Turismo de Negócios
Presidente Médici	Cafeicultura	Agricultura Familiar	Fruticultura	Agroindústrias
Teixeirópolis	Pecuária de Leite	Pecuária	Agricultura/ Cacau	Agricultura Familiar/ Cacau/ Café

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional V se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Diversificação Agropecuária

A região mantém uma base sólida na pecuária de leite e corte, associada à cafeicultura, cacau, fruticultura e piscicultura, o que garante:

- Resiliência econômica frente a oscilações de mercado.
- Geração de empregos em múltiplas cadeias produtivas.
- Potencial de agregação de valor via agroindústrias.

2. Fortalecimento da Agricultura Familiar

Municípios como Presidente Médici, Teixeirópolis e Urupá têm a agricultura familiar como eixo central, com destaque para:

- Produção de alimentos básicos.
- Sustentação das economias locais.
- Integração com políticas públicas e programas de apoio técnico.

3. Expansão da Agroindústria

Há uma tendência crescente de industrialização da produção agrícola, especialmente em:

- Presidente Médici: Expansão de agroindústrias ligadas ao café e frutas.
- Urupá: Laticínios e beneficiamento de pescado.
- Teixeirópolis: Potencial para agroindústria do cacau e café.

Essa expansão contribui para:

- Geração de empregos industriais.
- Aumento da competitividade regional.
- Estímulo ao empreendedorismo local.

4. Dinamismo Urbano e Comercial

Ji-Paraná se destaca como polo regional de negócios, com forte presença de:

- Comércio e serviços estruturados.
- Indústrias diversas.
- Logística e infraestrutura urbana que favorecem o escoamento da produção regional.

5. Potencial Turístico

Alvorada do Oeste apresenta vocação para o turismo de negócios, aproveitando sua posição estratégica e estrutura urbana. Esse segmento pode se integrar ao agronegócio e à produção local, gerando novas oportunidades econômicas.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

1. Diversificação Agropecuária

A região mantém uma base sólida na pecuária de leite e corte, associada à cafeicultura, cacau, fruticultura e piscicultura, o que garante:

- Resiliência econômica frente a oscilações de mercado.
- Geração de empregos em múltiplas cadeias produtivas.
- Potencial de agregação de valor via agroindústrias.

Cacoal – Regional VI

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
7

Área/Km²
19.046,16

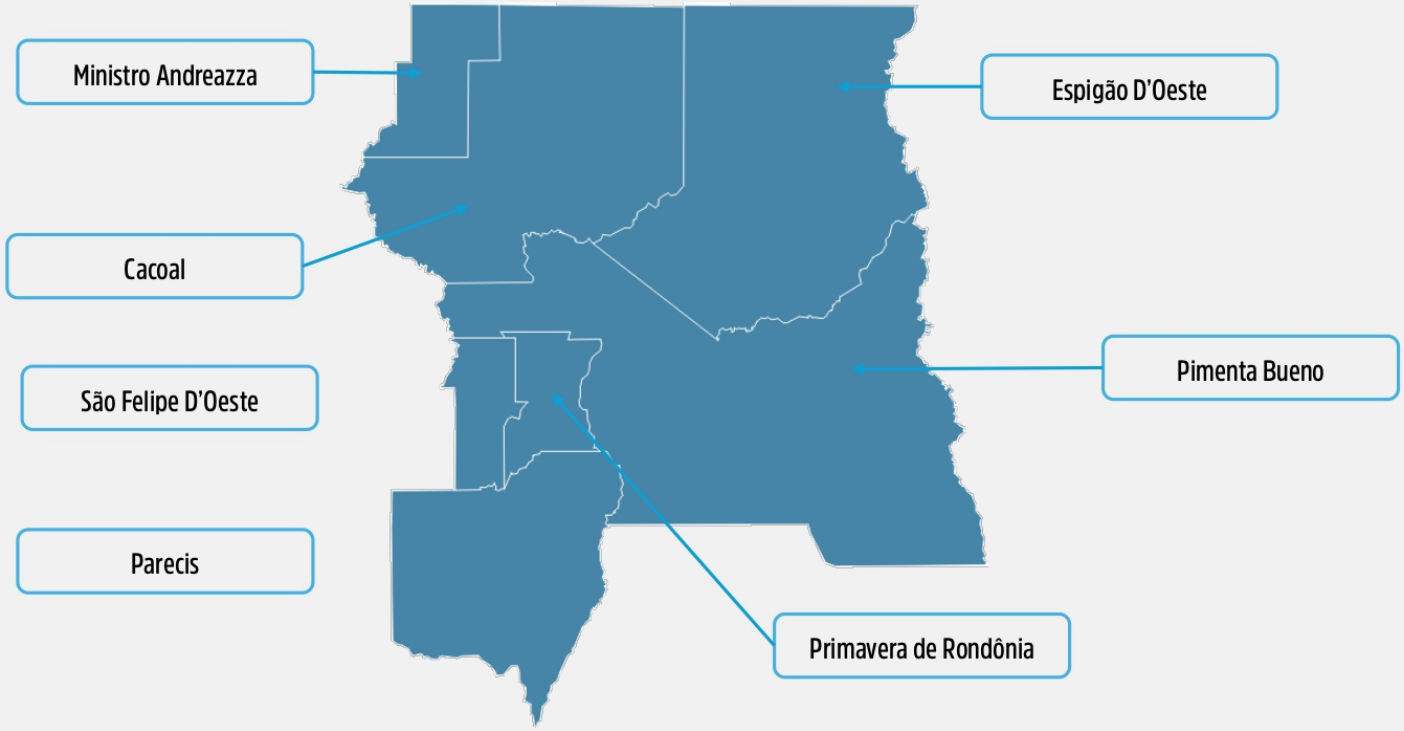
População/ Habitantes
189.338 (2024)
170.305 (2023)

Agropecuário
R$ 1.184.013,86

Industrial
R$ 521.859,28

Administração Pública
R$ 1.131.711,10

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 2.075.724,02



A Região VI de Rondônia apresenta uma economia diversificada, com destaque para a agropecuária, agricultura familiar, serviços e comércio. A pecuária de corte e leite, a cafeicultura e a produção de grãos como soja e milho são atividades predominantes. Além disso, há investimentos em turismo, mineração e fruticultura, refletindo um processo de desenvolvimento regional equilibrado.

REGIONAL VI - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS

Municípios	Primeira Atividade	Segunda Atividade	Terceira Atividade	Tendência / Crescimento
Cacoal	Serviços	Agricultura Familiar	Cafeicultura	Turismo
Espigão do Oeste	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Agricultura Familiar	Grãos (Milho e Soja)
Ministro Andreazza	Cafeicultura	Pecuária de Leite	Pecuária de Leite	Fruticultura/ Cacauicultura
Parecis	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Agricultura Familiar/ Cafeicultura	Minério (Calcário/Cobre)
Pimenta Bueno	Serviços	Pecuária de Leite	Agricultura Familiar	Cafeicultura
Primavera de Rondônia	Cafeicultura	Pecuária de Leite	Pecuária de Corte	Soja
São Felipe D' Oeste	Cafeicultura	Pecuária de Leite	Pecuária de Corte	Fruticultura/ Cacauicultura

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional VI se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Consolidação da Agropecuária Diversificada

- A pecuária de leite e corte permanece como base econômica em praticamente todos os municípios, com destaque para Espigão do Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe D'Oeste.
- A agricultura familiar está consolidada, especialmente em Cacoal, Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, sustentando cadeias locais de abastecimento e promovendo inclusão produtiva.

2. Expansão da Cafeicultura e Culturas Associadas

- A cafeicultura é uma atividade estratégica em Cacoal, Ministro Andreazza, Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe do Oeste, com potencial de agregação de valor e reconhecimento em mercados especializados.
- A produção de cacau e fruticultura (como em Ministro Andreazza e São Felipe do Oeste) está em crescimento, refletindo a diversificação agrícola e o aproveitamento de nichos de mercado.

4. Crescimento da Produção de Grãos

- A soja e o milho estão em expansão, especialmente em Espigão do Oeste e Primavera de Rondônia, indicando uma tendência de integração com cadeias agroindustriais e aumento da produtividade.

4. Fortalecimento do Comércio e Serviços

- Cacoal e Pimenta Bueno se destacam como centros urbanos dinâmicos, com forte presença de comércio, serviços e infraestrutura, funcionando como polos regionais de suporte à produção rural.
- Esse dinamismo urbano favorece a integração entre campo e cidade, criando oportunidades para inovação, logística e atração de investimentos.

5. Potencial de Desenvolvimento Turístico

- Cacoal apresenta potencial turístico, especialmente voltado ao turismo de negócios e à valorização da cultura local.
- O turismo pode se integrar à produção rural e à agroindústria, gerando novas fontes de renda e promovendo o desenvolvimento sustentável.

6. Potencial Mineral

- Parecis possui recursos minerais como calcário e cobre, que podem ser explorados de forma sustentável, agregando valor à economia local e criando oportunidades para a formação de polos industriais.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

1. Expansão da Agropecuária e Agricultura Familiar

- A pecuária de leite e corte continua sendo uma base sólida em municípios como Espigão do Oeste, Parecis, Primavera de Rondônia e São Felipe d'Oeste.
- A agricultura familiar está consolidada em Cacoal, Pimenta Bueno e Parecis, sustentando a produção local e promovendo a inclusão produtiva.
- A cafeicultura é uma atividade estratégica em quase todos os municípios, com potencial de agregação de valor e reconhecimento em mercados especializados.

2. Crescimento da Produção de Grãos

- A soja e o milho estão em expansão, especialmente em Espigão do Oeste e Primavera de Rondônia, indicando uma tendência de integração com cadeias agroindustriais e aumento da produtividade.

3. Fortalecimento do Comércio, Serviços e Função Urbana

• Cacoal e Pimenta Bueno se consolidam como polos regionais de serviços e comércio, oferecendo suporte logístico, educacional e administrativo à produção rural.

4. Valorização de Cadeias Produtivas Específicas

• A fruticultura e o cacau estão em crescimento em municípios como Ministro Andreazza e São Felipe do Oeste, refletindo diversificação e aproveitamento de nichos de mercado.

• Essas cadeias têm alto potencial de valorização ambiental e econômica, podendo se integrar ao turismo e à agroindústria.

• Infraestrutura rural e urbana.







4.6 Região VI – Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Vilhena – Regional VII

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
7

Área/Km²
31.449,64

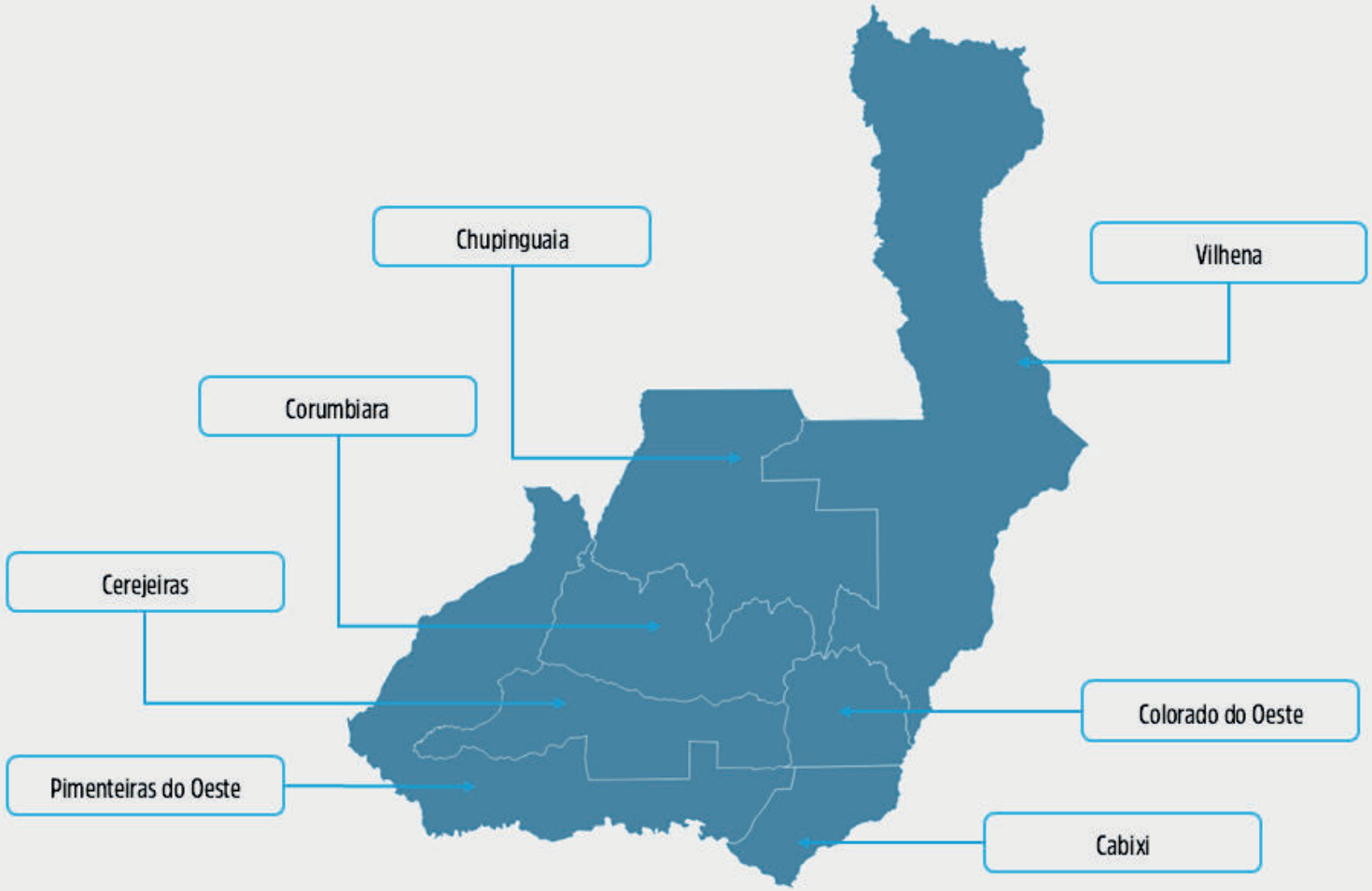
População/ Habitantes
168.222 (2024)
151.735 (2023)

Agropecuário
R$ 1.750.124,64

Industrial
R$ 500.321,14

Administração Pública
R$ 1.250.977,96

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 2.322.359,64



A Região VII de Rondônia apresenta uma economia diversificada, com forte presença da produção agrícola e pecuária, especialmente soja, milho, pecuária de corte e leite, combinadas com café e cacau em expansão. Os municípios também se destacam pelos serviços, turismo e infraestrutura industrial, como frigoríficos, refletindo um processo de diversificação econômica e fortalecimento do desenvolvimento regional.

REGIONAL VII - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS				
Municípios	**Primeira Atividade**	**Segunda Atividade**	**Terceira Atividade**	**Tendência / Crescimento**
Cabixi	Cadeia de Soja	Cadeia de Milho	Turismo	Cafeicultura
Cerejeiras	Serviços	Soja	Cafeicultura	Cacauicultura
Colorado do Oeste	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Cafeicultura	Agricultura Familiar
Corumbiara	Cadeia da Soja	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Cafeicultura
Chupinguaia	Cadeia da Soja	Pecuária de Corte	Frigorífico	Energia Elétrica
Pimenteiras	Cadeia da Soja	Cadeia do Milho	Turismo	Agricultura Familiar
Vilhena	Serviços	Soja	Cafeicultura	Agricultura Familiar

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional VII se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Produção de Grãos (Soja e Milho)

- Cabixi: Destaca-se pela produção consolidada de soja e milho, com papel relevante na economia local e potencial de integração com agroindústrias.
- Cerejeiras: Pioneira na introdução da soja em Rondônia, mantém produção significativa e está expandindo para o milho.
- Corumbiara: Produção de soja em crescimento, fortalecendo a base agrícola do município.
- Chupinguaia: Forte na produção de soja, com estrutura de apoio como frigorífico e investimentos em energia.
- Pimenteiras do Oeste: Produção relevante de soja e milho, com destaque para o papel da agricultura familiar.
- Vilhena: Polo regional com produção expressiva de soja, integrando-se a cadeias logísticas e agroindustriais.

2. Pecuária de Corte e Leite

- Colorado do Oeste: Pecuária de corte e leite são atividades predominantes, sustentando a economia local.
- Corumbiara: Pecuária consolidada, complementando a produção de grãos e café.
- Chupinguaia: Pecuária de corte em destaque, com frigorífico local que agrega valor à produção.
- Vilhena: Pecuária presente como atividade complementar à agricultura e aos serviços.

3. Cafeicultura e Cacauicultura

- Cabixi: Potencial para desenvolvimento da cafeicultura, com condições favoráveis para expansão.
- Cerejeiras: Cafeicultura e cacauicultura em expansão, refletindo diversificação agrícola.
- Colorado do Oeste: Cafeicultura presente como atividade complementar à pecuária e agricultura familiar.
- Corumbiara: Crescimento da cafeicultura, integrando-se à matriz produtiva do município.
- Vilhena: Cafeicultura significativa, com potencial de agregação de valor e reconhecimento regional.

4. Agricultura Familiar

- Colorado do Oeste: Agricultura familiar consolidada, sustentando cadeias locais de produção e abastecimento.
- Pimenteiras do Oeste: Forte presença da agricultura familiar, integrada à produção de grãos e turismo.
- Vilhena: Agricultura familiar relevante, complementando o dinamismo urbano e agroindustrial.

5. Comércio, Serviços e Função Urbana

- Vilhena: Consolidado como polo regional, com forte presença de comércio, serviços, logística e agroindústrias, articulando a produção rural com mercados nacionais.
- Chupinguaia: Investimentos em infraestrutura elétrica e frigorífico indicam avanço na industrialização e suporte aos serviços locais.

6. Potencial Turístico

- Cabixi: Interesse crescente no turismo, com paisagens naturais e cultura local que podem ser exploradas de forma sustentável.
- Pimenteiras do Oeste: Potencial turístico associado à produção rural e à valorização ambiental

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

1. Expansão da Produção de Grãos (Soja e Milho)

- A soja é o principal vetor de crescimento agrícola, com destaque em Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras e Vilhena.
- O milho também ganha espaço, especialmente em Cabixi e Pimenteiras, contribuindo para a diversificação e integração com cadeias agroindustriais (como ração e biocombustíveis).

2. Fortalecimento da Pecuária

- A pecuária de corte e leite permanece como atividade consolidada em Colorado do Oeste, Corumbiara e Chupinguaia, com destaque para a presença de frigoríficos e investimentos em infraestrutura.
- Essa cadeia produtiva tem potencial para expansão com foco em qualidade, rastreabilidade e exportação.

3. Crescimento da Cafeicultura e Cacauicultura

- A cafeicultura está em expansão em Cerejeiras, Corumbiara, Cabixi e Vilhena, com potencial de agregação de valor e reconhecimento em mercados especializados.
- A cacauicultura também cresce, especialmente em Cerejeiras, refletindo diversificação agrícola e aproveitamento de nichos de mercado.

4. Valorização da Agricultura Familiar

- Presente em Colorado do Oeste, Pimenteiras e Vilhena, a agricultura familiar sustenta cadeias locais de abastecimento e promove inclusão produtiva.
- Programas de apoio técnico e acesso a crédito têm impulsionado a produtividade e a permanência das famílias no campo.

4. Dinamismo Urbano e Serviços

- Vilhena se consolida como polo regional, com forte presença de comércio, serviços, logística e agroindústrias.
- Esse dinamismo urbano favorece a integração entre campo e cidade, criando um ambiente propício para inovação e atração de investimentos.

6. Potencial Turístico e Energético

- Cabixi e Pimenteiras apresentam potencial turístico, com paisagens naturais e cultura local que podem ser exploradas de forma sustentável.
- Chupinguaia investe em infraestrutura energética, o que pode impulsionar a industrialização e atrair novos empreendimentos.





4.8 Região VIII - Atividades Produtivas e Tendências Econômicas

Rolim de Moura – Regional VIII

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
7

Área/Km²
12.976,14

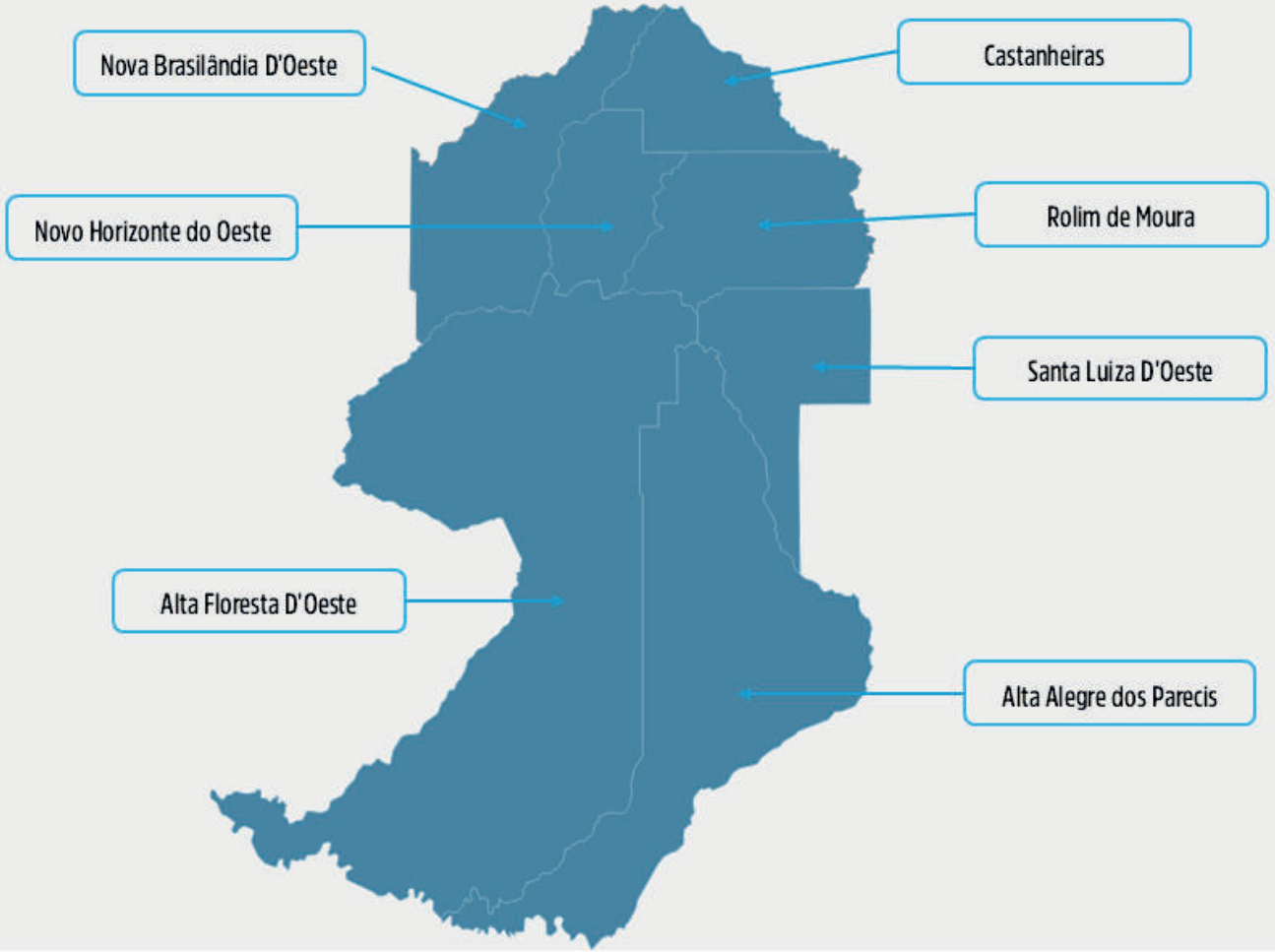
População/ Habitantes
133.568 (2024)
123.377 (2023)

Agropecuário
R$ 711.370,18

Industrial
R$ 578.027,70

Administração Pública
R$ 1.235.222,11

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 2.208.207,70



A Região VIII de Rondônia apresenta uma economia predominantemente agrícola e pecuária, com forte presença da pecuária de corte e leite, cafeicultura, fruticultura, piscicultura e produção de soja. Alguns municípios, como Nova Brasilândia do Oeste e Novo Horizonte do Oeste, também exploram minérios como zinco e chumbo, enquanto outros, como Alto Alegre dos Parecis, têm potencial para desenvolvimento do turismo. A diversificação produtiva entre agropecuária, agricultura familiar, piscicultura, fruticultura e mineração reflete um panorama de crescimento regional, agregação de valor e fortalecimento econômico local.

REGIONAL VIII - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS

Municípios	Primeira Atividade	Segunda Atividade	Terceira Atividade	Tendência / Crescimento
Alta Floresta do Oeste	Pecuária de Corte	Cafeicultura	Pisicultura/ Leite	Hortifruti/Soja
Alto Alegre dos Parecis	Cafeicultura	Pecuária de Corte	Agricultura Familiar	Turismo
Castanheiras	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Soja	Fruticultura
Rolim de Moura	Pecuária de Corte	Cafeicultura	Cafeicultura	Fruticultura/Soja
Nova Brasilândia do Oeste	Cafeicultura	Pecuária de Corte	Minérios (Zinco/Chumbo)	Cacauicultura
Novo Horizonte do Oeste	Pecuária de Corte	Cafeicultura	Minério (Chumbo)	Fruticultura
Santa Luzia do Oeste	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Cafeicultura	Soja

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional VIII se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

- Alta Floresta do Oeste: Destaca-se pela pecuária de corte e cafeicultura, com crescimento na produção de leite e piscicultura. A diversificação inclui hortifrúti e soja, refletindo uma economia agrícola diversificada.
- Alto Alegre dos Parecis: Reconhecida pela produção de café e pecuária de corte, com agricultura familiar em expansão. O ecoturismo, impulsionado por suas cachoeiras, é uma tendência crescente.
- Castanheiras: A economia é centrada na pecuária de corte e leite, com cultivo de soja e fruticultura em crescimento. A agropecuária é a principal fonte de renda local.
- Rolim de Moura: Importante polo agrícola, destaca-se pela pecuária de corte, cafeicultura e cultivo de cacau. A diversificação inclui fruticultura e soja, com investimentos em infraestrutura e agroindústrias.
- Nova Brasilândia do Oeste: A cafeicultura é predominante, com presença de pecuária de corte e exploração mineral (zinco e chumbo). A cacauicultura está em expansão, refletindo a diversificação agrícola.
- Novo Horizonte do Oeste: Destaca-se na produção de café Conilon, com pecuária de corte e leite complementando a economia. A fruticultura está em crescimento, diversificando a produção agrícola.
- Santa Luzia do Oeste: A economia é centrada na pecuária de corte e leite, com cafeicultura em expansão. O cultivo de soja está em crescimento, refletindo a diversificação agrícola.





São Francisco do Guaporé– Regional IX

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
4

Área/Km²
27.169,39

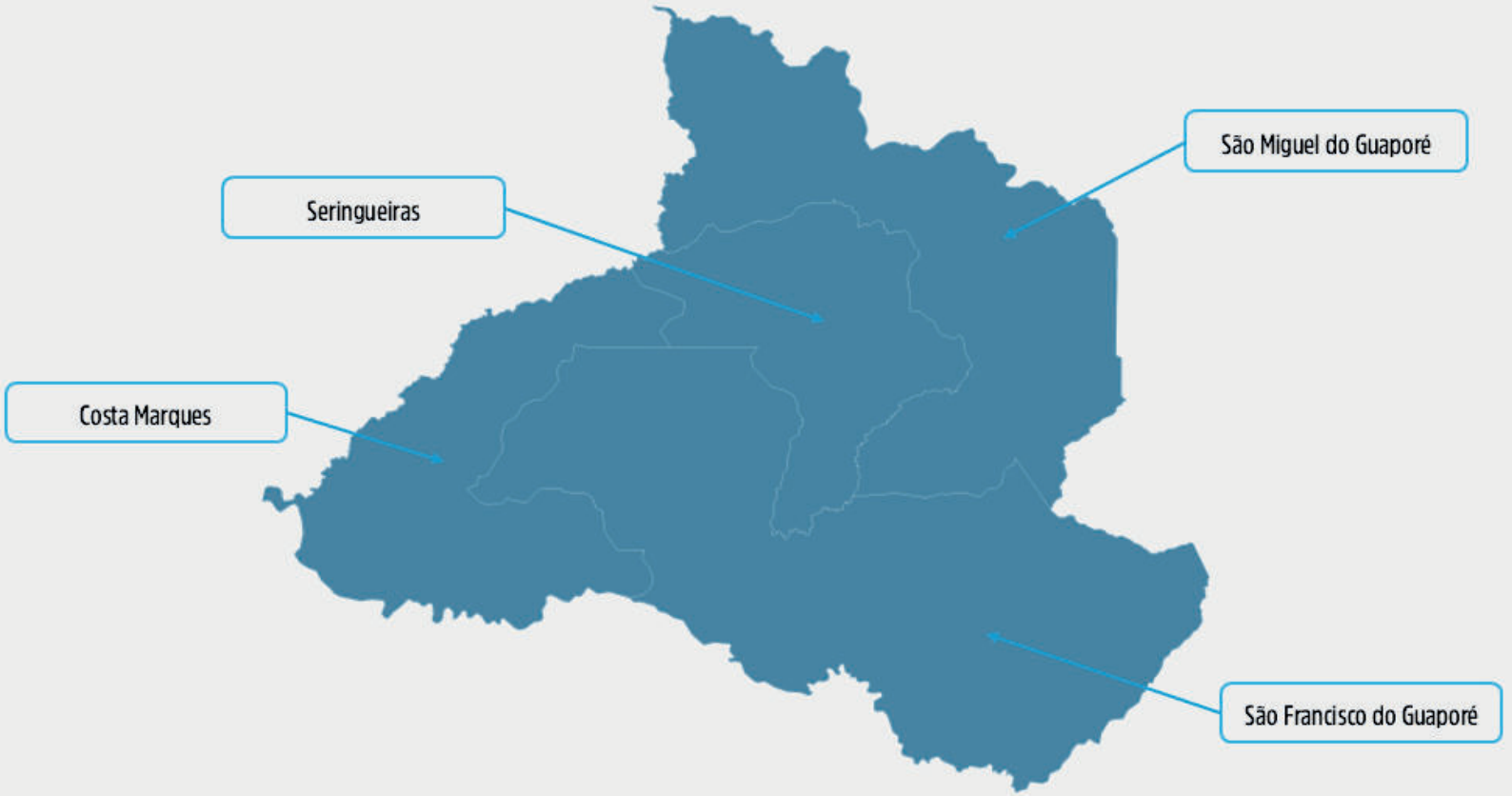
População/ Habitantes
66.254 (2024)
61.719 (2023)

Agropecuário
R$ 849.220,93

Industrial
R$ 117.353,43

Administração Pública
R$ 536.500,87

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 409.855,65



A Região IX apresenta uma economia centrada na agropecuária, com forte presença da pecuária de corte e leite, cafeicultura e cultivo de soja. A fruticultura e o turismo de pesca também contribuem para a diversificação econômica em alguns municípios. Costa Marques e São Francisco do Guaporé destacam-se na pecuária e na produção de soja; São Miguel do Guaporé é referência em cafeicultura; e Seringueiras combina cafeicultura, pecuária e fruticultura. De forma geral, a região reflete um panorama de produção agrícola consolidada, com diversificação crescente e potencial para expansão econômica.

REGIONAL IX - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS				
Municípios	**Primeira Atividade**	**Segunda Atividade**	**Terceira Atividade**	**Tendência / Crescimento**
Costa Marques	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Cafeicultura	Soja
São Francisco do Guaporé	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Cafeicultura	Soja/Turismo de Pesca
São Miguel do Guaporé	Cafeicultura	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Soja
Seringueiras	Cafeicultura	Pecuária de Corte	Soja	Fruticultura

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional III se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Pecuária de Corte e Leite

   Essa atividade é destaque nos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. A pecuária de corte e leite representa uma base importante da economia local, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional.

2. Cafeicultura

   A cafeicultura está presente em todos os quatro municípios, com destaque para São Miguel do Guaporé, que é o maior produtor de café de Rondônia, com uma produção de 49.646 toneladas. Seringueiras tem a cafeicultura como atividade predominante, enquanto Costa Marques e São Francisco do Guaporé apresentam crescimento e desenvolvimento nessa cultura.

3. Produção de Soja

   A produção de soja está em expansão nos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, refletindo a diversificação agrícola e o fortalecimento da economia rural.

4. Fruticultura

   A fruticultura está em crescimento no município de Seringueiras, evidenciando a diversificação produtiva e o potencial para novas cadeias agrícolas.

5. Turismo de Pesca

   O turismo de pesca apresenta potencial de crescimento em São Francisco do Guaporé, sendo uma atividade complementar à economia local com possibilidades de desenvolvimento sustentável.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

A Regional IX de Rondônia apresenta um perfil econômico fortemente ligado ao setor agropecuário, com destaque para a pecuária de corte e leite, cafeicultura e o cultivo de soja. Observa-se uma tendência clara de expansão da agricultura mecanizada e diversificação produtiva, com crescimento expressivo da soja em todos os municípios e o surgimento de novas atividades como o turismo de pesca e a fruticultura.

- Soja: Expansão acelerada como alternativa rentável e mecanizada, impulsionada por demanda nacional e internacional, em Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.
- Turismo de pesca: Potencial em São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Costa Marques, aproveitando recursos naturais e belezas locais.
- Fruticultura: Emergente em Seringueiras, com possibilidade de agregar valor à produção local e fomentar as agroindústrias.
- Cafeicultura: Consolidada e com espaço para melhoria tecnológica e acesso a mercados especiais em Costa Marques e Seringueiras.



Guajará-Mirim – Regional X

SEPOG
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

RONDÔNIA
Governo do Estado

Quantidade de Municípios
2

Área/Km²
34.927,37

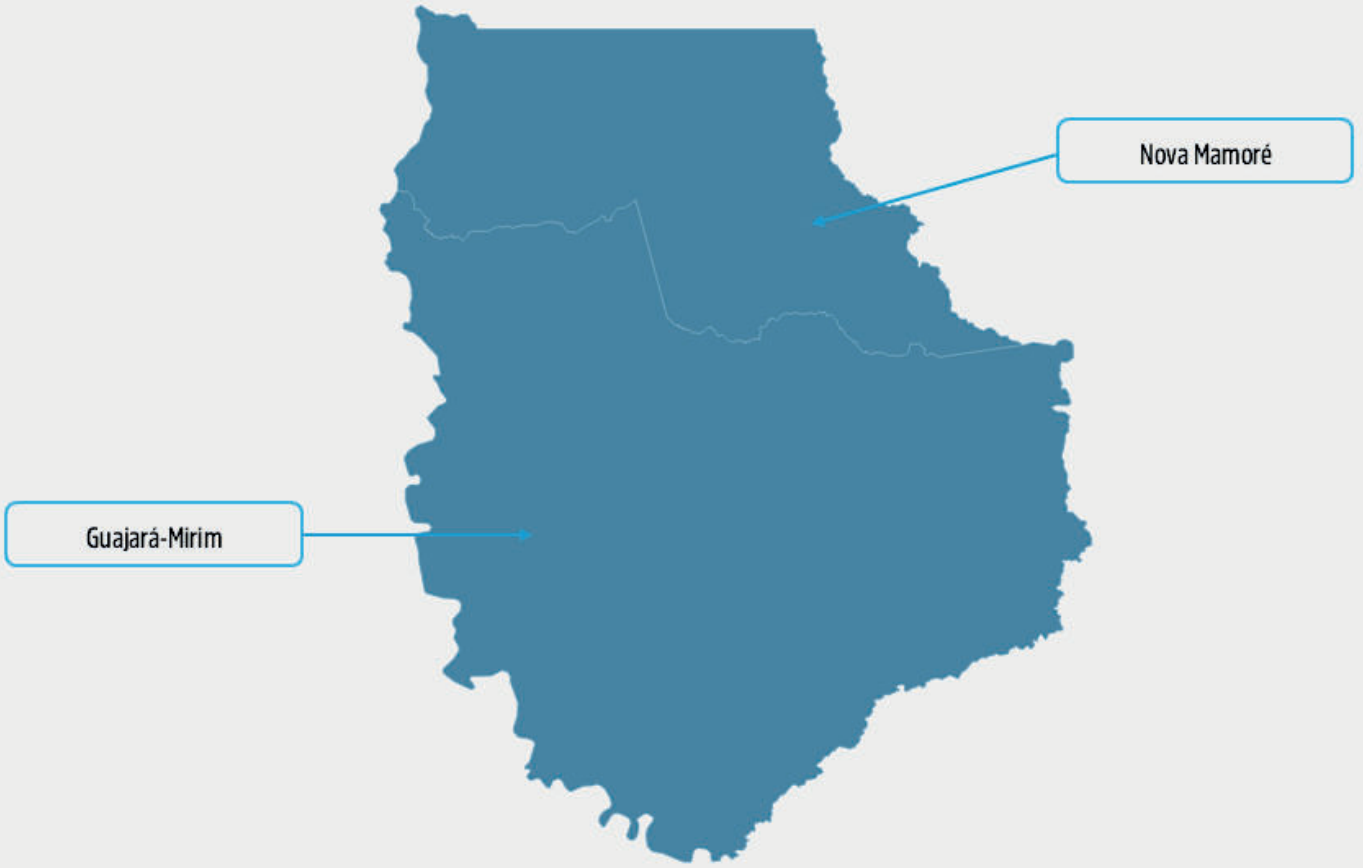
População/ Habitantes
72.049 (2024)
64.831 (2023)

Agropecuário
R$ 421.704,39

Industrial
R$ 61.955,40

Administração Pública
R$ 533.907,08

Demais Atividades de Comércio e Serviços
R$ 45.539,07



A Região X é caracterizada por uma economia diversificada, com destaque para a pecuária de leite e corte, a extração de castanha, a piscicultura e a agricultura mecanizada. Guajará-Mirim, além de ser um polo de produção de castanha e pecuária, possui um comércio ativo e busca expandir a produção de soja e avicultura. Nova Mamoré, por sua vez, concentra-se na pecuária leiteira, agricultura mecanizada e comércio, com ênfase na agricultura familiar, incluindo leite, peixe e café. Ambas as cidades têm investido em infraestrutura e apoio ao produtor rural, visando fortalecer a produção agropecuária e impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

REGIONAL X - PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NOS MUNICÍPIOS				
Municípios	**Primeira Atividade**	**Segunda Atividade**	**Terceira Atividade**	**Tendência / Crescimento**
Guajará-Mirim	Extração de Castanha	Pecuária de Leite Pecuária de Corte	Pisicultura/ Pesca	Soja/ Avicultura
Nova Mamoré	Pecuária de Leite	Agricultura Mecanizada	Cafeicultura	Agricultura Familiar (Leite/Peixe/Café e Outros)

FONTE - Informações in loco nas reuniões de sensibilização nas prefeituras

A identidade produtiva da Regional III se estrutura nos seguintes segmentos prioritários:

1. Pecuária de Corte e Leite

   A pecuária de leite e corte é uma atividade relevante nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, sendo uma das principais bases da economia local. Em Guajará-Mirim, essa atividade é tradicional e consolidada, enquanto em Nova Mamoré ela se destaca tanto na produção leiteira quanto na agricultura familiar.

2. Agricultura Familiar e Mecanizada

   Nova Mamoré apresenta forte presença da agricultura familiar, com produção diversificada que inclui leite, peixe, café e outros produtos. Além disso, a agricultura mecanizada também é significativa, contribuindo para o fortalecimento econômico regional.

3. Cafeicultura

   A produção de café está presente em Nova Mamoré, como parte da agricultura familiar. Embora não seja a principal atividade, contribui para a diversificação produtiva do município.

4. Piscicultura e Pesca

   Em Guajará-Mirim, a piscicultura e a pesca estão em desenvolvimento, com potencial para crescimento e geração de renda, especialmente em comunidades ribeirinhas e áreas rurais.

5. Extração de Castanha

   Em Guajará-Mirim, a piscicultura e a pesca estão em desenvolvimento, com potencial para crescimento e geração de renda, especialmente em comunidades ribeirinhas e áreas rurais.

6. Extração de Castanha

   A extração de castanha é uma atividade tradicional e de destaque em Guajará-Mirim, representando uma importante fonte de renda para populações locais e contribuindo para a economia extrativista da região.

7. Produção de Soja e Avicultura

   A produção de soja e a avicultura apresentam potencial de expansão em Guajará-Mirim, indicando caminhos para a diversificação agrícola e o fortalecimento da economia local.

Tendências e Oportunidades de Crescimento Econômico:

A microrregião de Guajará-Mirim e Nova Mamoré apresenta um conjunto diversificado de atividades econômicas com potencial para expansão sustentável e integração regional.

Guajará-Mirim, destacam-se o extrativismo da castanha, a pecuária de leite e corte, a piscicultura, a pesca artesanal, a avicultura e o cultivo de soja, configurando uma base produtiva com possibilidade de agregação de valor e verticalização. A retomada da produção de borracha nativa surge como um vetor estratégico de revalorização do extrativismo tradicional, fortalecendo a bioeconomia amazônica e criando oportunidades para o beneficiamento local e a geração de renda às comunidades extrativistas.

A construção da ponte binacional Brasil–Bolívia, também em Guajará-Mirim, representa uma oportunidade transformadora para o desenvolvimento do comércio, dos serviços e da logística internacional, ampliando o intercâmbio fronteiriço e estimulando novos investimentos em infraestrutura, turismo e integração produtiva.

Em Nova Mamoré, o dinamismo econômico é impulsionado pela pecuária leiteira, pela agricultura mecanizada, pelo comércio regional e pela agricultura familiar, que se destaca na produção de leite, peixe, café e hortifrutigranjeiros. A modernização das cadeias produtivas, aliada ao acesso a tecnologias sustentáveis e à qualificação técnica dos produtores, tende a consolidar a região como polo agropecuário e agroindustrial emergente.

De forma integrada, Guajará-Mirim e Nova Mamoré possuem condições favoráveis para o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, o crescimento do comércio transfronteiriço, o incremento da bioeconomia amazônica e a diversificação da base econômica regional, com foco na sustentabilidade, inovação e inclusão social.

5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia PDES 2030 foi concebido como uma resposta integrada aos desafios contemporâneos do estado, tendo como referência central os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Essa agenda global, firmada por 193 países em 2015, propõe um modelo de desenvolvimento que equilibra crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, com metas claras a serem alcançadas até 2030. Os 17 ODS abrangem temas como erradicação da pobreza, educação de qualidade, saúde, igualdade de gênero, água e saneamento, energia limpa, trabalho decente, justiça e ação climática.

No Brasil, a implementação da Agenda 2030 é coordenada pela Comissão Nacional para os ODS (CNODS), que promove a adaptação dos objetivos à realidade brasileira e estimula sua territorialização, ou seja, sua aplicação concreta nos territórios locais. Nesse contexto, os municípios desempenham papel decisivo, pois são os principais responsáveis por transformar os compromissos globais em políticas públicas efetivas. A adesão dos municípios ao CNODS e o alinhamento de suas estratégias aos ODS são fundamentais para garantir que os benefícios da Agenda 2030 cheguem diretamente à população.

Os 17 ODS 2030, ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estão presentes na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e são adotados pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). O PDES 2030 incorpora essa visão de longo prazo, alinhando as diretrizes estaduais às metas globais e às especificidades socioeconômicas, ambientais e culturais de Rondônia. Entre 2015 e 2024, o estado avançou em diversas áreas estratégicas, consolidando um modelo de desenvolvimento mais justo, resiliente e sustentável. A continuidade e efetividade desse plano dependem do engajamento ativo dos municípios rondonienses, que devem integrar os ODS em seus instrumentos de planejamento e fortalecer sua atuação colaborativa para que Rondônia seja protagonista na construção de um futuro mais equilibrado e inclusivo.

Embora a ONU mantenha oficialmente 17 ODS globais, países como Índia e Costa Rica também criaram ODS adicionais para atender a demandas locais específicas. O Brasil segue essa linha com o ODS 18, que é reconhecido nacionalmente e está sendo articulado com apoio técnico de instituições como IBGE, IPEA e Fiocruz.



6. Objetivos do PDES RO 2030

6.1 Potenciais de Rondônia e Principais Desafios até 2030

Rondônia desponta como um Estado estratégico para o desenvolvimento regional sustentável, reunindo ativos que o posicionam com destaque no cenário nacional. Sua localização geoestratégica, com fronteiras internacionais e acesso potencial ao corredor bioceânico, oferece oportunidades únicas de integração comercial e logística com países vizinhos e mercados globais. A matriz energética emergente, aliada à agropecuária moderna e tecnificada, fortalece a vocação produtiva do Estado, que se consolida como um importante fornecedor de *commodities* e alimentos. A vasta biodiversidade e cobertura florestal não apenas representam um patrimônio ambiental valioso, mas também abrem caminhos para o desenvolvimento de bioeconomia e práticas sustentáveis de uso do território.

Além disso, Rondônia apresenta avanços significativos em áreas sociais e institucionais que sustentam sua capacidade de planejamento e execução de políticas públicas. A alta cobertura vacinal e a atuação eficaz do SUS refletem um sistema de saúde robusto, enquanto a expansão da educação técnica e superior contribui para a formação de capital humano qualificado. A estabilidade fiscal do Estado, o fortalecimento da agricultura familiar e a consolidação de instituições democráticas garantem um ambiente propício à participação social e à governança colaborativa, evidenciada pela atuação ativa de conselhos e fóruns. Esses elementos justificam plenamente a inclusão de Rondônia como protagonista no PDES 2030, com potencial para liderar iniciativas inovadoras de desenvolvimento regional sustentável.

No entanto, para que esses ativos se traduzam em resultados concretos, é necessário enfrentar desafios estruturais e territoriais que ainda limitam o pleno desenvolvimento do Estado. As desigualdades regionais e sociais persistem, exigindo políticas públicas que promovam a inclusão e equidade entre os municípios, especialmente nas áreas rurais e comunidades tradicionais. A gestão ambiental também se impõe como prioridade, diante das pressões sobre os recursos naturais e da necessidade de conciliar crescimento econômico com preservação da biodiversidade. A infraestrutura logística, embora promissora, ainda apresenta gargalos que dificultam a integração fronteiriça e o aproveitamento das potencialidades bioceânicas.

Por fim, fortalecer os serviços públicos e a governança é essencial para consolidar uma cultura de planejamento de longo prazo. A ampliação da oferta de saúde, educação e conectividade digital, aliada à valorização da participação social e à transparência institucional, são pilares para garantir que o PDES 2030 seja efetivo, inclusivo e transformador.

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia PDES 2030 em seu primeiro processo de revisão teve seus objetivos estratégicos orientados de forma participativa para que ele seja utilizado pelos estados e seus municípios como uma ferramenta de planejamento de longo prazo voltada para transformar o Estado em uma referência de desenvolvimento equilibrado, inclusivo e inovador. Para isso, o plano se estrutura e está embasado em objetivos centrais da estratégia estadual, quais sejam:

- Mais Próspero: busca promover o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, ampliando a geração de riqueza e fortalecendo a economia regional com base em cadeias produtivas sustentáveis e competitivas.

- Mais Justo: foca na redução das desigualdades sociais, tendo como referência o Índice de Gini, e propõe políticas públicas que promovam equidade no acesso a oportunidades, serviços e renda.

- Mais Inclusivo: orienta ações voltadas à erradicação da pobreza, com atenção especial às populações vulneráveis e à ampliação da proteção social.

- Mais Oportunidades: prioriza o avanço da industrialização, da tecnologia e da inovação como motores de transformação econômica e geração de empregos qualificados.

- Mais Sustentável: reforça o compromisso com o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), instrumento essencial para orientar o uso racional do território, conciliando desenvolvimento com preservação ambiental.

Esses cinco objetivos estratégicos formam a base do PDES 2030 e refletem a visão de futuro que Rondônia deseja construir: um Estado dinâmico, justo e ambientalmente responsável.



7. Metodologia da Revisão

A revisão do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável (PDES) de Rondônia foi conduzida com o objetivo de atualizar as diretrizes estratégicas do estado, alinhando-as às transformações econômicas, sociais e ambientais ocorridas nos últimos anos. A modernização do plano promoveu um desenvolvimento regional equilibrado, reduziu desigualdades e valorizou as potencialidades locais. Além disso, integrou os instrumentos de planejamento, como o PPA (do estado e dos municípios), e fortaleceu a articulação entre secretarias, universidades, sociedade civil e demais atores públicos e privados.

O processo foi realizado de forma participativa e estruturada, por meio de oficinas técnicas, reuniões de sensibilização com os gestores dos 52 municípios e representantes do terceiro setor, além de audiências públicas nas cidades-polo. Para garantir a representatividade, foram enviadas cartas de intenção aos municípios e entidades, assegurando o engajamento formal e voluntário de todos os envolvidos. Canais digitais também foram disponibilizados, como formulários online e grupos de comunicação direta, que facilitaram o recebimento de sugestões e o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade, resultando em mais de mil contribuições populares.

A metodologia aplicada combinou ferramentas como análise SWOT, construção de cenários futuros e benchmarking com outros estados, além de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Estratégia Brasil 2050. Estudos técnicos e análises territoriais embasaram as decisões, enquanto a comissão técnica coordenou as etapas e garantiu a integração entre os setores.

Concluído no segundo semestre de 2025, o novo PDES torna-se o principal plano orientador para o estado e municípios como instrumento essencial para consolidar Rondônia como referência em planejamento de longo prazo, com foco em sustentabilidade, inclusão e competitividade.

7.1. Territorialidade e Identidade Regional

Quanto à Territorialidade, adotou-se os critérios de Regiões Administrativas de Planejamento ou Territórios de Identidade, com características socioeconômicas, culturais e ambientais específicas. Essa abordagem permite que o plano dialogue diretamente com as vocações e os desafios de cada região, como o eixo Guajará-Mirim e Nova Mamoré (forte presença de populações indígenas e as principais Unidades de Conservação), o Vale do Guaporé (área com forte tradição extrativista e localização de quilombos) e o eixo da BR 364, com forte tradição Agropecuária e Produtora de Grãos de Ariquemes a Vilhena (neste município está instalado importante centro logístico da agroindústria). A territorialidade permite a elaboração de estratégias diferenciadas e mais eficazes para cada realidade local e regional.

7.2. Cartas de Intenção

As Cartas de Intenção constituíram-se como instrumentos formais de mobilização e engajamento social no processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES). Seu propósito foi estimular a participação dos municípios, associações, conselhos e demais representações da sociedade civil, convidando-os a contribuir com sugestões, informações e percepções locais voltadas à construção de um diagnóstico territorial e produtivo do estado.

Essas contribuições foram essenciais para subsidiar a identificação das vocações e identidades produtivas regionais, permitindo a adequação dos eixos estratégicos e a definição das diretrizes prioritárias que orientarão o crescimento e o desenvolvimento sustentável de Rondônia até 2030.

A estrutura da Carta de Intenção foi organizada em três etapas complementares:

1. Apresentação contextual, com a exposição dos objetivos do PDES e do papel das instituições parceiras;

2. Fase analítica, por meio do preenchimento de planilhas que permitiram identificar o perfil produtivo, os potenciais e os desafios de cada região, garantindo espaço para manifestações e contribuições dos participantes;

3. Discussão coletiva, em que os dados e percepções levantados subsidiaram propostas inovadoras e colaborativas para o fortalecimento das políticas públicas e das cadeias produtivas locais.

Por meio dessa metodologia, as Cartas de Intenção consolidaram um processo participativo e integrado de diagnóstico, fortalecendo a articulação entre as esferas de governo e a continuidade dos avanços do PDES, assegurando coerência entre o Plano e sua revisão para até 2030, considerando as realidades regionais do Estado.



8. Visão Integrada para o Futuro Sustentável de Rondônia

8.1. Visão Integrada para o Futuro Sustentável de Rondônia

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia – PDES RO 2030 representa um compromisso de longo prazo com a construção de um estado mais próspero, justo e ambientalmente equilibrado. Inspirado no Plano Estratégia Brasil 2050, o plano estrutura diretrizes que buscam transformar Rondônia por meio de três pilares centrais: Prosperidade Econômica, Qualidade Ambiental e Justiça Social.

Com esse propósito, o PDES adota uma abordagem integrada e multidimensional, apoiada em frentes estratégicas que se reforçam mutuamente e criam as bases para um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

8.2. Educação como Fator Estruturante do Futuro

A educação é considerada o alicerce para qualquer processo de transformação duradoura. O PDES propõe o fortalecimento de uma educação de qualidade, inclusiva, inovadora e conectada às demandas regionais, integrando formação básica, técnica e superior com as necessidades produtivas e tecnológicas contemporâneas.

Competências digitais, pensamento crítico, criatividade, sustentabilidade e empreendedorismo são elementos fundamentais para os cidadãos de um estado preparado para os desafios do século XXI.

8.3. Logística para Integrar e Desenvolver

A infraestrutura é tratada como um vetor estratégico de desenvolvimento. O plano defende a expansão e modernização dos sistemas de transportes, com enfoque em soluções multimodais (rodoviárias, hidroviárias e ferroviárias), visando à redução de custos logísticos, ampliação da competitividade e maior integração entre regiões.

A consolidação do Eixo Bioceânico e o fortalecimento da integração fronteiriça posicionam Rondônia como elo estratégico no comércio internacional

8.4. Investimentos como Motor de Transformação

O PDES reconhece que os investimentos são fundamentais para impulsionar a economia. Nesse sentido, promove:

- Atração de capital privado;
- Ampliação das Parcerias Público-Privadas (PPPs);
- Crédito orientado para a bioeconomia, a agricultura familiar e a indústria verde;
- Ambiente regulatório estável, transparente e favorável à inovação.

Essas ações estimulam o dinamismo econômico e reforçam a geração de empregos e renda.

8.5 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade

A inovação é o eixo estruturante para um futuro resiliente. O plano enfatiza o fortalecimento dos ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação, com apoio a universidades, institutos de pesquisa, *startups* e iniciativas tecnológicas emergentes como *IA, IoT, big data, blockchain* e biotecnologia.

A modernização da gestão pública, aliada à inovação, cria condições para políticas públicas mais eficientes, inteligentes e alinhadas às demandas socioambientais.

9. Visão Estratégica para Rondônia até 2030

A construção da Visão Estratégica do PDES 2030 exigiu o reconhecimento dos desafios estruturais do estado — como desigualdades regionais, mudanças climáticas e limitações de infraestrutura — sem ignorar os atributos que tornam Rondônia singular: biodiversidade abundante, forte capacidade agrícola, potencial energético e crescente dinamismo econômico.

A visão formulada é ambiciosa, realista e adaptável, considerando que um planejamento desta natureza não é estático. Ele deve se ajustar às mudanças políticas, sociais, tecnológicas e econômicas que moldam o futuro.

As três propostas de visão construídas durante as oficinas foram submetidas à consulta pública por meio de formulário online. A proposta mais votada, com 43,5% dos votos, tornou-se a nova Visão Estratégica do PDES-RO 2030, assegurando legitimidade e participação social no processo.

O Caminho para 2030

Para que Rondônia alcance os objetivos definidos no PDES até 2030, é necessário seguir uma trajetória estratégica baseada nos seguintes princípios:

Planejamento Integrado e Territorializado

A tomada de decisão deve ocorrer com base em evidências e na escuta ativa das comunidades locais, garantindo que as propostas atendam às realidades de cada território do estado.

Governança Colaborativa

A implementação do PDES requer cooperação entre Estado, setor privado, academia e sociedade civil, fortalecendo mecanismos de controle social, participação e corresponsabilidade.

Investimento Contínuo em Capital Humano

O desenvolvimento passa pela valorização da educação, da formação técnica, da pesquisa científica e da qualificação da força de trabalho, consolidando uma sociedade preparada para as transformações tecnológicas e produtivas.

Práticas Sustentáveis

O PDES orienta suas estratégias segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando equilíbrio entre produção, preservação ambiental e qualidade de vida.

Inclusão Produtiva e Social

É essencial garantir que o crescimento econômico alcance todas as regiões e populações, especialmente grupos vulneráveis, promovendo oportunidades equitativas de desenvolvimento.

Modernização da Gestão Pública

A inovação aplicada à administração pública fortalece a eficiência, a transparência e a prestação de serviços, posicionando Rondônia como referência nacional em digitalização, processos inteligentes e governança baseada em dados.

Síntese Integrada

Essa visão integrada e estratégica posiciona Rondônia como um estado capaz de liderar transformações sustentáveis, consolidando um modelo de desenvolvimento que:

- Promove bem-estar;
- Incentiva inovação;
- Protege o meio ambiente;
- Fortalece a economia;
- Amplia a justiça social;
- Torna o estado resiliente às mudanças globais.

O PDES RO 2030 constitui, assim, um marco orientador que projeta Rondônia para um futuro equilibrado, inovador e sustentável, para esta e para as próximas gerações.



Nova visão do PDES 2030

“Ser reconhecido nacional e internacionalmente como um estado modelo de desenvolvimento sustentável, com uma economia diversifi cada, inclusiva e inovadora, que valoriza suas riquezas naturais, culturais e humanas. Tornar-se referência em governança efi ciente, proteção ambiental, redução das desigualdades sociais e promoção da qualidade de vida, consolidando Rondônia como um lugar de oportunidades e progresso para todos os seus cidadãos.”

10. Redefinição de Diretrizes Estratégicas

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia PDES-RO 2030 continua a ter como área de abrangência a totalidade do território estadual. Contudo, a sua execução e implementação seguem uma lógica regionalizada, respeitando a divisão do estado em Regiões de Planejamento e Gestão (RPGs). Essa divisão territorial, ainda válida em 2024, permite um olhar mais apurado sobre as particularidades e vocações de cada região, otimizando a formulação e execução de políticas públicas alinhadas à realidade local. O Estado permanece dividido em dez regiões, contemplando todos os 52 municípios rondonienses.

Cada uma das Regiões de Planejamento possui especificidades econômicas, ambientais, sociais e logísticas que influenciam diretamente na forma de atuação do PDES. Por isso, o planejamento regionalizado continua sendo uma diretriz central da estratégia de desenvolvimento estadual, uma vez que essa abordagem territorial se mostra fundamental na garantia de que o planejamento estadual seja inclusivo, eficiente e alinhado às reais demandas das diversas regiões de Rondônia.

10.1. Eixos de Desenvolvimento

10.1.1. Nova estrutura dos Eixos

A revisão do PDES 2030 foi realizada com o objetivo de promover maior alinhamento com o sistema de políticas públicas vigente, garantindo que sua estrutura oriente de forma integrada as principais ferramentas de planejamento, como o Planejamento Estratégico do Estado, o Plano Plurianual (PPA) estadual e os municipais. Para isso, o PDES passou a estar diretamente conectado aos eixos definidos no Planejamento Estratégico Estadual, fortalecendo a coerência entre os instrumentos de gestão e facilitando a articulação entre metas, ações e recursos. Essa integração é essencial para assegurar que o planejamento de longo prazo reflita as prioridades reais do estado e seja efetivamente incorporado nas decisões dos planos orçamentários e operacionais.

Além disso, a revisão buscou superar limitações das diretrizes anteriores, que estavam estruturadas de forma ampla e pouco operacional, dificultando o controle e o monitoramento dentro das ferramentas orçamentárias. Um exemplo claro é a antiga diretriz de “Cidadania”, que englobava áreas diversas como assistência social, educação, esporte, cultura, saúde e segurança pública, tornando complexa sua aplicação prática. Na nova versão, as diretrizes foram reorganizadas conforme os eixos do Planejamento Estratégico Estadual, o que permitirá maior clareza na definição de indicadores e metas, facilitando o acompanhamento das ações e seus impactos. Essa mudança representa um avanço significativo na capacidade de monitorar e avaliar os resultados do PDES 2030 que deverão estar inclusos nas ferramentas orçamentárias de forma mais eficaz e alinhada às políticas públicas.

10.2. Eixo Inclusão Social, Proteção e Direitos Humanos

O eixo de Inclusão Social, Proteção e Direitos Humanos do PDES 2030 tem como propósito central promover um modelo de desenvolvimento que garanta dignidade, equidade e acesso pleno aos direitos fundamentais para todos os cidadãos de Rondônia. A proposta é fortalecer e expandir a rede de proteção social, assegurando atendimento especializado e acessível às populações vulnerabilizadas como pessoas idosas, crianças e adolescentes, mulheres, população

LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pessoas com deficiência. Para isso, serão implementadas ações voltadas à regionalização dos serviços, criação de espaços de acolhimento, capacitação de profissionais e articulação efetiva entre as áreas de saúde, educação e assistência social.

Além da proteção social, o plano busca promover a inclusão produtiva e a melhoria das condições de vida por meio da ampliação da oferta educacional, da saúde pública de qualidade, da valorização cultural dos povos tradicionais e da capacitação profissional voltada às vocações locais. A redução das desigualdades regionais será tratada como prioridade, com foco na garantia de acesso aos serviços básicos e na promoção de políticas públicas que combatam a violência, a discriminação e a exclusão social. O monitoramento contínuo da eficácia dessas políticas será essencial para assegurar resultados concretos e duradouros.

Complementarmente, o eixo contempla ações estruturantes voltadas à integração e sustentabilidade territorial, como a regularização fundiária, o aprimoramento da legislação urbanística, a redução do déficit habitacional e a otimização dos recursos destinados à infraestrutura e habitação. O uso de tecnologias modernas e a capacitação técnica serão instrumentos-chave para garantir o ordenamento territorial e a inclusão social, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e mais justo em todas as regiões do estado. Dessa forma, o PDES 2030 reafirma o compromisso de Rondônia com a construção de uma sociedade mais igualitária, segura e integrada.

As diretrizes priorizadas para esse eixo pela sociedade estão listadas a seguir:



“Da Assistência Social”

1.FORTALECIMENTO DE CRAS E CREAS: Melhorar a infraestrutura e capacitar profissionais para atender pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos com maior eficiência.

2. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: Ofertar cursos de qualificação profissional e formação inicial voltados ao desenvolvimento de competências empreendedoras, geração de renda e promoção da inclusão produtiva de públicos em situação de vulnerabilidade social.

3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: Promover ações de qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, com foco na inclusão social, no desenvolvimento de competências profissionais e na construção de novos projetos de vida.

4. AMPLIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS E OFERTA DE SERVIÇOS: Ampliação da oferta dos programas de apoio Mamãe Cheguei, Crescendo Bem e Vencer com foco no estímulo da expansão dos serviços de assistência social no âmbito municipal, visando à garantia do atendimento integral às famílias em situação de vulnerabilidade.

5. FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA: Implementar e fortalecer políticas públicas que proporcionem acolhimento humanizado e proteção local para pessoas idosas em situação de risco pessoal e social, por violação de direito.

6. FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Fortalecer políticas públicas intersetoriais para acolhimento da população em situação de rua, com base nos direitos humanos e acesso a serviços essenciais.

7. PROTAGONISMO ECONÔMICO DA MULHER: Fortalecer o Programa Mulher Protegida através do Programa Vencer ou por parcerias para oportunizar às beneficiárias o acesso a cursos para capacitação e aperfeiçoamento profissionais com vistas à inclusão produtiva, geração de emprego e renda e o alcance do protagonismo econômico.

8. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: Implementar programas que garantam segurança alimentar e inclusão econômica para famílias vulnerabilizadas.

9. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E LGBTQIA+: Implementar programas de proteção, suporte jurídico e psicológico para vítimas de violência, além da inclusão no mercado de trabalho.

10. SEGURANÇA ALIMENTAR TRADICIONAL: Assegurar o direito à alimentação saudável e culturalmente adequada às comunidades indígenas, promovendo a soberania alimentar e o fortalecimento de práticas alimentares tradicionais.

“Da Cidadania”

1. FORTALECER OS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS: Fortalecer os programas de qualifi cação em áreas como tecnologia, saúde e serviços, para jovens em situação de risco social.

2. APOIO À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA MULHERES VULNERÁVEIS: Fortalecer o Programa Mulher Protegida através do Programa Vencer ou por parcerias para oportunizar às beneficiárias o acesso a cursos para capacitação e aperfeiçoamento profissionais com vistas à inclusão produtiva, geração de emprego e renda e o alcance do protagonismo econômico.

3. FORTALECER OS SERVIÇOS DE GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR: Ampliar o alcance e o número de municípios com os Programas Prato Fácil e Pão Nosso, com a finalidade de promover a equidade ao integrar políticas públicas de alimentação saudável, com foco na redução da insegurança alimentar.

4. ACESSO À INFORMAÇÃO : Criar canais e plataformas digitais para informar os cidadãos sobre seus direitos, deveres e os serviços públicos disponíveis.

5. PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: Realizar campanhas e ações para combater a discriminação, promovendo uma cultura de respeito, inclusão, acolhimento e não revitimização.

6. PROMOÇÃO DA INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA E SOCIAL: Incentivar a capacitação e o desenvolvimento de habilidades para aumentar a autonomia econômica.

7. FORTALECIMENTO DO VÍNCULO CRIANÇA-CUIDADOR: O estímulo ao direito de brincar e o desenvolvimento saudável.

8. PROMOVER A EQUIDADE RACIAL E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO ESTRUTURAL: Por meio de políticas públicas intersetoriais que valorizem a diversidade étnico-racial, ampliem oportunidades e garantam direitos às populações negras, indígenas e quilombolas.

9. INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: Prestar apoio técnico junto à gestão dos 52 municípios e à sociedade civil organizada, com vistas à criação e ao fortalecimento dos colegiados municipais, além de estimular a participação dos órgãos e entidades, enquanto integrantes da rede de atenção às políticas públicas correlatas.

10. PROMOÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS ESSENCIAIS POR MEIO DE AÇÕES ITINERANTES: Disponibilização de serviços essenciais à população em situação de vulnerabilidade social, especialmente em localidades de difícil acesso, assegurando o exercício pleno da cidadania e ampliando a presença do Estado onde ela se faz mais necessária.

“Da Habitação”

1. SANEAMENTO, ENERGIA LIMPA, ÁGUA POTÁVEL E RESÍDUOS: Assegurar o acesso das comunidades indígenas aos serviços essenciais de saneamento, energia limpa, água potável e destinação adequada de resíduos, como direito fundamental à saúde e à qualidade de vida.

2. REDUÇÃO DO *DÉFICIT HA*BITACIONAL E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS: Desenvolver parcerias com os municípios para reduzir o *déficit* habitacional, promover a construção de habitações e assegurar o direito à moradia digna.

3. INTEGRAÇÃO ENTRE HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA SOCIAL: Articular a política de habitação com a oferta de equipamentos sociais essenciais, como creches, escolas, unidades de saúde, transporte público e saneamento, promovendo territórios inclusivos e sustentáveis.

4. ACESSO À INFORMAÇÃO: Criar canais e plataformas digitais para informar os cidadãos sobre seus direitos, deveres e os serviços públicos disponíveis.

5. HABITAÇÃO SOCIAL EM ZONAS URBANAS E PERIFÉRICAS: Promover políticas públicas de habitação social para famílias em situação de vulnerabilidade, priorizando localidades com *déficit* habitacional, risco socioambiental ou precárias condições de moradia.

4. URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: Realizar projetos de urbanização e regularização fundiária em áreas ocupadas por populações vulneráveis, assegurando o direito à cidade, à moradia digna e à permanência segura no território.

3. APOIO TÉCNICO PARA AUTOCONSTRUÇÃO ASSISTIDA: Oferecer assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda na construção, reforma ou ampliação de moradias, respeitando os padrões de segurança, salubridade e cultura local.

2. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERGOVERNAMENTAL - Promover uma maior integração entre o governo estadual, municipal, governo federal, setor privado e sociedade civil na execução da política habitacional.

10.3. Eixo Gestão Ambiental, Territorial e Sustentabilidade

O eixo de Gestão Ambiental, Territorial e Sustentabilidade do PDES 2030 tem como propósito consolidar um modelo de desenvolvimento que valorize os recursos naturais de Rondônia, promova a conservação da biodiversidade e assegure a sustentabilidade das atividades econômicas. A proposta é fortalecer cadeias produtivas sustentáveis como vetor estratégico, estimulando a bioeconomia e a adoção de tecnologias verdes e inteligentes que concilie crescimento econômico com responsabilidade ambiental. Essa abordagem busca gerar benefícios sociais e econômicos de forma equilibrada, respeitando os limites ecológicos e promovendo justiça territorial.

Para alcançar esses objetivos, o plano propõe diretrizes estruturantes voltadas à gestão eficiente do território, como a regularização fundiária, o aprimoramento da legislação urbanística, a redução do déficit habitacional e a ampliação da infraestrutura urbana e rural. O uso de tecnologias modernas e a capacitação técnica serão fundamentais para garantir o ordenamento territorial e a inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em todas as regiões do estado. A integração entre meio ambiente, produção e qualidade de vida será tratada como eixo transversal, articulando políticas públicas de forma intersetorial.

As diretrizes priorizadas para esse eixo pela sociedade estão listadas a seguir:





“Do Desenvolvimento Ambiental”

1. GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA: A preservação dos recursos hídricos é essencial para garantir água de qualidade, além de incentivar a reutilização e práticas agrícolas sustentáveis.

2. COMBATER O DESMATAMENTO ILEGAL EM RONDÔNIA: Com foco prioritário nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Unidades de Conservação, Terras Indígenas e territórios quilombolas, por meio de ações articuladas de fiscalização, prevenção, inclusão produtiva e participação comunitária.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS E COMUNIDADES: Integração de programas de educação ambiental com foco nas mudanças climáticas nas escolas e comunidades, com o objetivo de fortalecer a conscientização e a capacitação da população sobre as questões ambientais e as ações necessárias para mitigar as mudanças climáticas.

4. GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA: A preservação dos recursos hídricos é essencial para garantir água de qualidade, além de incentivar a reutilização e práticas agrícolas sustentáveis.

5. ESPAÇOS VERDES E ÁREAS DE LAZER URBANAS: Incentivar a criação e a revitalização de parques e áreas verdes nos municípios, integrando soluções como jardins/parques lineares para promover bem-estar e sustentabilidade urbana.

6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL ÁGIL: Ampliar a oferta dos serviços abrangendo profissionais e técnicos específicos com tecnologias aplicadas que propiciem celeridade na emissão de licenças, reduzindo impactos ambientais e promovendo o desenvolvimento sustentável a longo prazo no estado e nos municípios.

7. CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: Incentivo aos órgãos gestores e fiscalizadores realizar treinamentos especializados e assistência técnica essenciais para que produtores rurais, indígenas e comunidades tradicionais adotem práticas sustentáveis, como plantio de espécies nativas e controle de erosão, enfrentando desafios ambientais de forma eficiente e incentivar a bioeconomia e a implantação dos SAFs com foco na conservação e manejo sustentável.

8. REDE INTELIGENTE DE MONITORAMENTO AMBIENTAL: Implementação de uma rede inteligente para monitoramento ambiental, visando a gestão eficiente dos recursos naturais por meio de tecnologias avançadas, garantindo a preservação e o uso sustentável dos recursos no território.

9. INCENTIVOS PARA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM TECNOLOGIA CLIMÁTICA: Criação de incentivos para a cooperação internacional na transferência de tecnologias climáticas, facilitando o acesso a inovações e soluções que possam ser aplicadas localmente para combater os desafios climáticos.

10. FOMENTO À ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: Incentivar práticas como o ecoturismo (em base comunitária ou de vivência) e o uso de produtos naturais locais para gerar renda, promover a preservação ambiental e fortalecer a economia verde, garantindo a independência econômica das comunidades e a proteção dos recursos naturais da cidadania e ampliando a presença do Estado onde ela se faz mais necessária.

“Da Territorialização”

1. RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E REFLORESTAMENTO: Incentivar programas de reflorestamento com parcerias municipais em áreas críticas, como nascentes e matas ciliares, para restaurar ecossistemas essenciais e preservar os recursos hídricos.

2. PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: Estimular os municípios a revisarem os seus Planos Diretores, compatibilizando a evolução da Legislação de Uso do Solo Urbano com o Zoneamento Ecológico Estadual para garantir um crescimento urbano sustentável.

3. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL PRIORITÁRIA: Parcerias entre municípios, estado e União (associações de produtores rurais, sindicatos e cooperativas) contribuirá para acelerar o processo de regularização fundiária, com a execução do georreferenciamento, facilitando o acesso a créditos e promovendo inclusão social e econômica.

4. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO: Mapeamento e identificação das regiões vulneráveis a desastres naturais, como enchentes, deslizamentos e secas severas por meio de dados históricos e imagens georreferenciadas, para prevenção de riscos e eventos extremos.

5. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: Elaboração da Terceira Aproximação do Zoneamento Ecológico Econômico de Rondônia (ZSEE-RO), na Escala de 1:100.000, com ênfase aos Municípios e Bacias Hidrográficas (Gestão de Recursos Hídricos) como Instrumento Legal para subsidiar o Planejamento Socioeconômico e Ambiental do Estado.

6. LICENCIAMENTO AMBIENTAL ÁGIL: Ampliar a oferta dos serviços abrangendo profissionais e técnicos específicos com tecnologias aplicadas que propiciem celeridade na emissão de licenças, reduzindo impactos ambientais e promovendo o desenvolvimento sustentável a longo prazo no estado e nos municípios.

7. POLÍTICA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Fomentar a política de regularização fundiária urbana, com apoio técnico aos municípios, garantindo a segurança jurídica aos ocupantes, com direito à propriedade, acesso a serviços públicos, infraestrutura, geração de renda e contribuindo com o desenvolvimento urbano sustentável dos municípios.

8. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: Incentivar a implantação de sistemas de transporte público eficiente, expandir e manter infraestrutura para pedestres e ciclistas (CICLOVIAS) com revisão a cada 2 anos, visando reduzir a poluição e melhorar a conectividade urbana, acompanhada de ações educativas e fiscalização do uso dos espaços públicos.

9. TRANSFERÊNCIA DE TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS AO ESTADO: Realizar os trâmites legais e administrativos necessários para a transferência das glebas públicas federais e arrecadação das terras devolutas ao estado de Rondônia enquanto integrantes da rede de atenção às políticas públicas correlatas.

10.DESTINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS ESTADUAIS: Construção do arcabouço jurídico e implementação do fluxo processual necessários para a concretização da destinação e regularização fundiária das áreas que tiverem sido transferidas pela União ao Estado.

10.4. Eixo Educar, Transformar e Aprender

O eixo “Educar, Transformar e Aprender” do PDES 2030 tem como objetivo consolidar a educação, a cultura e o esporte como pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico de Rondônia. A proposta é promover uma educação pública de qualidade, moderna, inclusiva e equitativa, por meio da ampliação da infraestrutura escolar, da formação continuada dos educadores e da valorização da educação infantil e em tempo integral. O fortalecimento da educação especial e inclusiva será prioridade, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ambiente escolar acolhedor, seguro e estimulante.

Além disso, o plano prevê melhorias no transporte escolar, na segurança das unidades de ensino e na integração entre educação e políticas de apoio psicossocial. A educação será orientada para o desenvolvimento integral dos alunos, com incentivo à abordagem empreendedora, à consciência ambiental e à valorização da cultura local. Nesse contexto, a diversidade cultural de Rondônia será fortalecida por meio da preservação, valorização e estímulo às manifestações culturais regionais, com foco na inclusão social, na educação e na economia criativa. A cultura será tratada como vetor de identidade, inovação e geração de renda, promovendo uma economia local diversificada e sustentável.

Complementarmente, o eixo contempla o desenvolvimento da infraestrutura esportiva com programas inclusivos voltados à formação de jovens atletas, suporte técnico e logístico, e qualificação de recursos humanos. O esporte será promovido como instrumento de integração regional, saúde, cidadania e desenvolvimento social, com ações que fortalecem tanto o esporte de base quanto o de alto rendimento. Ao integrar educação, cultura e esporte em uma mesma diretriz, Rondônia reafirma seu compromisso com a formação integral dos cidadãos e com a construção de uma sociedade mais justa, criativa e resiliente.

As diretrizes priorizadas para esse eixo pela sociedade estão listadas a seguir em seus subeixos:





“Da Educação”

1. SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO: Fortalecer a gestão escolar por meio de ações que promovam o bem-estar físico, emocional e social dos profissionais da educação, contribuindo para um ambiente saudável, produtivo e colaborativo.

2. FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES: Capacitar professores e gestores de forma permanente, atualizando metodologias e tecnologias educacionais para melhorar a prática pedagógica.

3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR: Investir na modernização das escolas, com novas unidades de ensino em tempo integral e equipamentos tecnológicos e transporte adaptado.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: Garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais, ampliando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e criando ambientes acolhedores e igualitários.

5. GESTÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: Focar na melhoria contínua da gestão escolar, implementando ações de capacitação para os profissionais, novas metodologias e alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando uma educação de qualidade e uma gestão escolar eficiente e inovadora.

6. EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: Desenvolver e expandir programas de educação profissionalizante nas escolas, em parceria com instituições de ensino técnico e empresas.

7. SEGURANÇA ESCOLAR: Implementar medidas de segurança, como videomonitoramento e vigilância, para proteger alunos e educadores.

8. EDUCAÇÃO FINANCEIRA, AMBIENTAL E MIDIÁTICA: Incluir ações de educação financeira, ambiental e midiática para crianças e jovens no currículo escolar

9. INCENTIVAR A INCLUSÃO DE PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORA: Esses programas ampliam as oportunidades de protagonismo estudantil e inserção no mundo da ciência e inovação.

10. INOVAÇÃO EDUCACIONAL: Promover ambientes de aprendizagem inovadores, acessíveis e de qualidade.

“Da Cultura”

1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Conscientizar a população sobre a importância de proteger e valorizar os bens públicos e culturais, como praças e escolas, promovendo o cuidado coletivo e a preservação do patrimônio cultural local.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA: Desenvolver programas educativos que aprofundem a compreensão sobre a pluralidade cultural do estado, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para viver em uma sociedade diversa e multicultural.

3. VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE LOCAL: Promover e valorizar o patrimônio cultural local, com foco no fortalecimento da identidade comunitária e no incentivo à economia criativa e artesanal, valorizando as expressões culturais regionais.

4. GESTÃO CULTURAL E ECONOMIA CRIATIVA: Desenvolver estratégias para fomentar a gestão cultural e a economia criativa, incentivando o acesso à cultura, o turismo e o desenvolvimento econômico local, e valorizando as expressões culturais regionais.

5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO: Integrar a cultura aos projetos de turismo sustentável, criando experiências culturais que promovam o desenvolvimento local, a inclusão social e a geração de renda a partir de atividades culturais e turísticas.

6. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: Registrar, preservar e valorizar as manifestações culturais e históricas de uma comunidade, assegurando que as tradições e histórias locais sejam reconhecidas e transmitidas às futuras gerações.

7. POLÍTICAS CULTURAIS E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE: Implementar políticas culturais que promovam a diversidade cultural, respeitando as diferentes manifestações culturais e incentivando a inclusão, o respeito e o intercâmbio entre as diversas comunidades.

8. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E MEMÓRIA CULTURAL: Promover a preservação do patrimônio imaterial, valorizando as tradições vivas e a memória cultural das comunidades, promovendo o respeito à diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições culturais de diferentes etnias.

9. IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS E CULTURAIS QUE PROMOVAM AS IDENTIDADES TRADICIONAIS: Valorizar a cultura local fortalece o pertencimento e a participação das comunidades nos processos educativos.

10. DESENVOLVER SOLUÇÕES QUE INTEGREM CULTURA, PATRIMÔNIO E INCLUSÃO DIGITAL: A inovação cultural gera oportunidades de economia criativa e turismo sustentável com base comunitária.

“Do Esporte”

1. INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA: Realizar investimentos em infraestrutura para o estado e municípios, com foco na conclusão de quadras poliesportivas e outros espaços adequados para a prática esportiva. Isso garante locais de qualidade para o desenvolvimento esportivo e social, melhorando a qualidade de vida da população.

2. FORTALECIMENTO DO ESPORTE NAS ESCOLAS: Incentivar o esporte nas escolas públicas e privadas, por meio de competições, programas de educação física e parcerias com clubes locais.

3. DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO: Criar programas para a população em geral como forma de incentivo às práticas saudáveis e de bem-estar.

4. APOIO E INVESTIMENTO EM ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO: Garantir o investimento necessário para apoiar atletas de alto rendimento, proporcionando suporte financeiro, técnico e estrutural. Esse apoio é essencial para o aprimoramento das habilidades dos atletas, permitindo que representem o município, estado ou país com excelência, além de aumentar a visibilidade e a competitividade esportiva.

5. PROJETOS SOCIAIS - TAIS COMO ARTES MARCIAIS, GUARDA MIRIM, BOMBEIRO MIRIM, ETC.: Desenvolvimento de projetos sociais voltados para a formação de crianças e adolescentes, como programas de artes marciais, Guarda Mirim e Bombeiro Mirim, com foco na disciplina, cidadania e prevenção da criminalidade.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Desenvolver políticas para incentivar a prática esportiva por pessoas com deficiência, promovendo acessibilidade e eventos adaptados.

7. FORMAÇÃO ESPORTIVA DE JOVENS: Criar programas de formação para jovens, com foco na inclusão social, desenvolvimento de habilidades e descoberta de talentos, incluindo escolas de esporte e intercâmbios.

8. ORGANIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES E FESTIVAIS ESPORTIVOS: Organizar competições e festivais esportivos para promover a integração regional e estimular a prática esportiva como lazer e profissão.

9. PROMOVER A PRÁTICA DE MODALIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS: Valorização de práticas como corrida de toras e arco e flecha fortalece a identidade cultural e o protagonismo indígena na juventude.

10.5. Eixo Saúde e Bem-Estar

O eixo Saúde e Bem-estar do PDES 2030 tem como objetivo garantir que todos os cidadãos de Rondônia tenham acesso equitativo, eficiente e humanizado aos serviços de saúde, independentemente de sua localização geográfica. As diretrizes priorizadas orientam o fortalecimento da infraestrutura física e tecnológica da rede de saúde, com foco na descentralização dos serviços especializados e na ampliação da capacidade de atendimento nos municípios. Isso inclui a modernização das unidades de saúde, a expansão dos centros regionais de referência e a melhoria da regulação para tornar o acesso a exames e tratamentos de alta complexidade mais ágil e eficaz.

A proposta também contempla a otimização dos fluxos de atendimento, a qualificação dos profissionais da saúde e o uso de tecnologias digitais para integrar os sistemas de informação, promovendo maior transparência e eficiência na gestão. A descentralização permitirá que os serviços estejam mais próximos da população, reduzindo deslocamentos e fortalecendo a atenção básica como porta de entrada do sistema. Com isso, Rondônia avança na construção de um sistema de saúde mais resiliente, inclusivo e preparado para enfrentar os desafios sanitários atuais e futuros, promovendo bem-estar e qualidade de vida em todas as regiões do estado.





“Da Saúde”

1. CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Implementar programas contínuos de treinamento para médicos e outros profissionais, visando atualizar práticas e protocolos de atendimento.

2. INFRAESTRUTURA DE SAÚDE: Ampliar e modernizar as unidades de saúde, incluindo UTIs e exames de alta complexidade, para atender a demanda local e regional.

3. GESTÃO DE REGULAÇÃO EM SAÚDE: Melhorar a organização e o controle do acesso aos serviços de saúde, otimizando filas de espera e garantindo eficiência na distribuição de atendimentos por meio da integração de dados e sistemas ou estratégias como a telemedicina.

4. REGIONALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE: Criar uma rede de atendimento regional para descentralizar serviços especializados e reduzir a sobrecarga em Porto Velho.

5. MELHORIA DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS GRAVES: Melhorar o diagnóstico precoce e tratamento de doenças graves, como câncer, garantindo cuidados adequados desde o início.

6. SAÚDE MENTAL: Expandir e qualificar a rede de atendimento psicossocial e de reabilitação.

7. VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Implementar ações focadas na prevenção e diagnósticos de doenças e promoção de hábitos saudáveis, especialmente em áreas vulneráveis.

8. APOIO AO PACIENTE EM TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO: Oferecer suporte integral aos pacientes em tratamento fora de seu município, incluindo moradia temporária, transporte e alimentação.

9. ESTIMULAR HÁBITOS SAUDÁVEIS E A PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS ENTRE ADOLESCENTES NAS UNIDADES: As unidades socioeducativas oferecem ambiente propício para práticas preventivas e educação em saúde de forma contínua.

10. GARANTIR ATENÇÃO INTEGRAL E HUMANIZADA À SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: A saúde mental é central na socioeducação e deve ser tratada com cuidado técnico, rede de apoio e respeito aos direitos humanos.

10.6. Eixo Governança Pública Moderna e Inovação

O eixo “Governança Pública Moderna e Inovação” do PDES 2030 foi estruturado com base nas diretrizes priorizadas durante o processo de revisão, que apontaram a necessidade de tornar o Estado mais eficiente, transparente, inovador e conectado às demandas da sociedade. A proposta é promover a modernização da gestão pública por meio da desburocratização dos processos, da reestruturação organizacional e da valorização dos servidores, com foco na melhoria dos serviços essenciais especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança e na otimização dos recursos públicos.

A transformação digital será tratada como eixo transversal, integrando tecnologias emergentes para aprimorar a gestão pública, fomentar a inovação no setor privado e garantir inclusão digital em todas as regiões do estado. A ampliação da conectividade e o fortalecimento da infraestrutura de comunicação são ações estratégicas para assegurar o acesso equitativo à tecnologia, especialmente em comunidades locais. A digitalização dos serviços, aliada à capacitação profissional e ao uso de soluções inteligentes, contribuirá para o desenvolvimento sustentável, a cidadania ativa e o crescimento econômico com responsabilidade social e ambiental.

Esse eixo também contempla a implementação de práticas modernas de governança, alinhadas às diretrizes do PDES-RO, com foco na transparência, na eficiência fiscal e na integração entre os sistemas de informação. A modernização da estrutura fazendária, o uso de dados para tomada de decisão e a articulação entre os diversos setores do governo são fundamentais para consolidar uma gestão pública inovadora, resiliente e orientada por resultados. Dessa forma, Rondônia se posiciona como um estado preparado para os desafios do futuro, com uma governança digital inclusiva e transformadora.





“Da Tecnologia”

1. INCLUSÃO DIGITAL POR MEIO DA CONECTIVIDADE: Visa garantir o acesso equitativo à tecnologia, fortalecendo a infraestrutura de comunicação e abrindo caminhos para a inclusão digital em comunidades locais.

2. GOVERNANÇA E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: Modernizar a gestão pública com foco em inovação e governança eficiente.

3. AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS: Modernizar e automatizar serviços públicos para aumentar a eficiência

4. UTILIZAÇÃO DE IA: Incentivar a adoção de inteligência artificial para otimizar processos e serviços públicos.

5. DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA: Incentivo à ampliação de redes de internet de alta velocidade em áreas de difícil acesso, escolas inclusive indígenas e unidades de saúde.

6. AGROINDÚSTRIA MODERNA E SUSTENTÁVEL: Incentivar inovações tecnológicas na agroindústria visando sustentabilidade.

7. FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: Criar programas contínuos de fomento à pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com cofinanciamento multissetorial.

8. GEOINTELIGÊNCIA DE DADOS ECONÔMICOS: Usar dados geográficos para melhorar a análise econômica e tomadas de decisão.

9. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NAS COMPRAS PÚBLICAS: Incentivo a Digitalização e a modernização dos processos de compras públicas

10. FÓRUNS DE TIC COM MUNICÍPIOS: Estimular eventos de TIC com foco em IA, automação e inovação nos municípios.

“Da Inovação”

1. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E GOVERNO DIGITAL: Integração de sistemas, visando uma plataforma digital centralizada para aumentar a eficiência e transparência governamental.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: Fomentar a industrialização do estado e agregar valor à produção local, qualificando a mão de obra e aumentando a competitividade.

3. TECNOLOGIAS VERDES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS: Adotar práticas de TI e promover contratações sustentáveis com base em critérios ambientais e sociais.

4. POLÍTICA DO USO DE IA: Estabelecer uma política para o uso ético e seguro da inteligência artificial na administração pública, alinhadas às melhores práticas.

5. INCENTIVO À INOVAÇÃO: Criar um ambiente propício para startups e empresas de tecnologia, apoiando projetos inovadores para gerar empregos e desenvolvimento econômico.

6. FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: Programas que incentivem a colaboração entre universidades, centros de pesquisa e empresas locais, fortalecendo o ecossistema de inovação.

7. INCENTIVO À INOVAÇÃO NAS ESCOLAS: Ampliar a cultura de inovação nas escolas públicas em parceria com a Secretaria de Educação.

8. APOIO A *STARTUPS* E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE INOVAÇÃO: Estabelecer centros de inovação e apoiar *startups* com incubadoras, aceleradoras e programas de mentoria para fomentar o empreendedorismo local.

9. INICIATIVAS DE INOVAÇÃO: Implantar ambientes de inovação nos municípios-polo com participação da FAPERO e ICTs locais para interiorizar a inovação

10. FÓRUNS DE TIC COM MUNICÍPIOS: Realizar eventos de TIC com foco em IA e automação, envolvendo soluções de pesquisadores e startups locais.

“Da Gestão Estratégica”

1. APOIO TÉCNICO DO ESTADO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA: Promover apoio técnico do Estado às prefeituras para implantar as medidas previstas na reforma tributária, promovendo maior eficiência na gestão fiscal.

2. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Aperfeiçoar a eficiência na alocação de recursos e melhorar o acompanhamento dos resultados das políticas públicas, utilizando ferramentas modernas de gestão orçamentária e avaliação contínua de desempenho.

3. CAPACITAÇÃO CONTÍNUA PARA MUNICÍPIOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS: Implementar um programa contínuo de capacitação para municípios na elaboração de projetos de captação de recursos, facilitando o acesso a financiamentos e investimentos.

4. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL INCLUSIVA: Assegurar que os serviços digitalizados do Estado alcancem os territórios indígenas com suporte presencial, garantindo acesso efetivo e equitativo às políticas públicas digitais.

5. DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA: Incentivo à ampliação redes de internet de alta velocidade em áreas de difícil acesso, escolas inclusive indígenas e unidades de saúde.

6. SUPORTE TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIAS MUNICIPAIS: Oferecer suporte técnico para a implantação de ouvidorias municipais, garantindo canais de comunicação eficientes com a população.

7. INTEGRAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA - CONSEG ÀS ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Incentivar a integração dos CONSEGs às estratégias de transformação digital e desenvolvimento sustentável para melhorar a segurança pública e

8. CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE CT&I PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Consolidar programa transversal voltado aos desafios territoriais com foco em inovação social, CT&I e cadeias produtivas.

9. CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA INTERCULTURAL: Formar jovens indígenas em tecnologia, mídias digitais e empreendedorismo, respeitando os saberes tradicionais e promovendo inclusão produtiva qualificada.

10.7. Eixo Desenvolvimento Econômico, Inovação e Competitividade

O eixo de Desenvolvimento Econômico e Competitividade Sustentável do PDES 2030 tem como objetivo impulsionar o crescimento econômico de Rondônia com base em suas vocações regionais, promovendo inclusão produtiva, inovação tecnológica e sustentabilidade. A estratégia está organizada em subeixos que orientam ações específicas e integradas para fortalecer a economia estadual de forma equilibrada e duradoura.

Diretrizes prioritárias para a Agropecuária:

As diretrizes priorizadas buscarão promover o desenvolvimento competitivo da agropecuária e da agricultura familiar, orientando a capacitação técnica dos produtores, incentivo à inovação, acesso a crédito e financiamento, e fortalecimento das cadeias produtivas. A proposta inclui o fomento à produção sustentável, organização produtiva, realização de eventos de intercâmbio de conhecimento e ampliação do acesso a mercados, com foco na inclusão social, infraestrutura adequada e melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais.



“Da Agrupecuária”

1. INFRAESTRUTURA PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: Manutenção adequada e modernização na infraestrutura necessária para o escoamento da produção agrícola melhorando as rotas de transporte.

2. FORTALECIMENTO INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: Promover e implementar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, com foco no desenvolvimento respeitando as necessidades locais.

3. CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE RONDÔNIA: Política Mercadológica ofertando infraestrutura logística, incluindo transporte e rotas de escoamento, para o funcionamento eficiente do centro de distribuição.

4. AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA: Implementar ações voltadas para o aumento da produtividade nas propriedades agrícolas, promovendo a inovação e a adoção de novas tecnologias para melhorar os resultados da produção. (Plano para apicultura, piscicultura - suinocultura - ovinocultura, avicultura, insumos e melhoria genética animal e vegetal e reforma de pastagens).

5. FORTALECIMENTO DE SISTEMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS RURAIS: Ampliação dos programas de apoio para melhorar a comercialização dos produtos rurais, com ênfase em feiras, mercados locais e sistemas de comercialização eficientes.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AGRICULTORES FAMILIARES: Ampliar a oferta assistência técnica gratuita e contínua, com orientações da EMATER sobre boas práticas agrícolas, tecnologias sustentáveis, manejo de solo e diversificação de culturas.

7. DESBUROCRATIZAÇÃO E FACILITAÇÃO DO CRÉDITO RURAL: Facilitar o acesso ao crédito rural, proporcionando condições vantajosas para investimentos em infraestrutura, maquinário e inovação.

8. PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS: Implementar programas que incentivem a diversificação da produção e o uso responsável dos recursos naturais e promover alternativas de renda.

9. PROMOVER A SANIDADE AGROPECUÁRIA COMO PILAR PARA A SAÚDE PÚBLICA, PRODUTIVIDADE E CREDIBILIDADE DOS PRODUTOS DE RONDÔNIA: A vigilância sanitária no campo é essencial para prevenir doenças, garantir o acesso a mercados e fortalecer a rastreabilidade e a conformidade com normas nacionais e internacionais.

Diretrizes priorizadas para as Cadeias Produtivas

Busca desenvolver a agricultura local e a produção rural sustentável com medidas que garantam mudas de qualidade, maquinários adequados, modernização da produção e preservação ambiental. O objetivo é diversificar a base produtiva, otimizar a produtividade agrícola, impulsionar a comercialização nacional e internacional, e garantir o bem-estar econômico de todos os envolvidos, incluindo a piscicultura e o manejo florestal responsável.



“Das Cadeias Produtivas”

1. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA: Fomento à adoção de tecnologias para aumentar a eficiência e a sustentabilidade das cadeias produtivas, incentivando práticas inovadoras.

2. CADEIAS PRODUTIVAS DE ALIMENTOS EM RONDÔNIA: Promover iniciativas de fortalecimento aos produtores rurais, indígenas e comunidades tradicionais (cadeias produtivas), realizando treinamentos com transferências de tecnologias e integrando práticas ecológicas em todas as etapas, desde a extração de recursos naturais até a comercialização, garantindo o mercado consumidor visando a desenvolvimento econômico das comunidades rurais no campo, evitando a migração para os centros urbanos.

3. IDENTIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS: Mapeamento das cadeias produtivas locais com potencial de crescimento, promovendo ações que fortaleçam e incentivem a inovação.

4. FORTALECER A FRUTICULTURA E HORTIFRUTICULTURA: Ampliar ações para fortalecer a produção e comercialização de frutas e hortaliças locais.

5. PROMOVER NOVOS MERCADOS E APOIO TÉCNICO: Buscar novos mercados para produtores oferecendo apoio técnico especializado, incluindo profissionais habilitados.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: Incentivo a práticas sustentáveis e responsáveis socialmente nas cadeias produtivas, visando a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades locais.

7. APOIO À CERTIFICAÇÃO DAS AGROINDUSTRIAS: Apoiar o Terceiro Setor nas certificações das agroindústrias integrando as instituições governamentais e os consórcios no estado.

8. FOMENTAR A MADEIRA COMO CULTURA DE LONGO PRAZO: Ampliar ações para fortalecer a produção e comercialização de madeira legalizada.

Diretrizes priorizadas para a Indústria, Comércio e Inovação

Este segmento foca na expansão das atividades industriais e agroindustriais, com estímulo à inovação, fortalecimento da logística multimodal e valorização da sociobiodiversidade. A proposta inclui a criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo, com políticas de incentivo, desburocratização, parcerias público-privadas, incentivos fiscais e apoio às micro e pequenas empresas, especialmente nas cadeias produtivas locais. A capacitação contínua, o fortalecimento de incubadoras e aceleradoras e o tratamento tributário simplificado para unidades familiares são ações estratégicas para geração de emprego, renda e competitividade.a piscicultura e o manejo florestal responsável.



“Da Industria”

CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PARA ATRAIR INDÚSTRIAS: Ampliar e melhorar a publicidade dos incentivos fiscais, infraestrutura adequada e condições favoráveis para a instalação e crescimento de indústrias nos municípios, gerando emprego e impulsionando a economia local ofertados pelo Estado.

2. FOMENTO À INDÚSTRIA DE PROCESSAMENTO E BENEFICIAMENTO DE GRÃOS: Estimular o desenvolvimento de indústrias locais para o processamento de grãos, agregando valor à produção agrícola e gerando mais empregos.

3. DESBUROCRATIZAÇÃO DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS: Implementar medidas para simplificar os processos de licenciamento ambiental e facilitar a instalação de novas empresas nos municípios, incentivando a atração de investimentos.

4. REGULARIZAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS: Criar um programa para facilitar o processo de regularização das pequenas empresas, oferecendo incentivos fiscais e apoio técnico, para que possam operar de maneira legalizada e competitiva.

Diretrizes prioritárias para a Infraestrutura e Logística Sustentável

Prevê a implementação de um plano integrado de infraestrutura voltado à melhoria da mobilidade, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. Serão priorizados investimentos em infraestrutura viária, logística e energética, alinhados às necessidades de saneamento básico, saúde pública e gestão eficiente de recursos, garantindo resiliência e suporte ao crescimento econômico.



“Da Infraestrutura”

1. SANEAMENTO BÁSICO E SAÚDE PÚBLICA: Saneamento básico é essencial para a qualidade de vida da população. O tratamento de água e esgoto possui interfaces com a saúde pública e com o meio ambiente, dada a necessidade de garantir um fornecimento adequado e sustentável de água.

2. INFRAESTRUTURA VIÁRIA, HIDROVIÁRIA E LOGÍSTICA: Implementação de programas regulares de manutenção e reparos, incluindo recapeamento asfáltico, sinalização e reparos em pontes e viadutos; infraestrutura portuária e dragagem para garantir a qualidade e segurança das vias.

3. INFRAESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA: Revitalização e ampliação dos portos públicos (ex: Porto de Porto Velho) com foco em eficiência operacional, segurança e atendimento multimodal.

4. INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Apoio na melhoria da rede elétrica, requisito para o crescimento econômico e a competitividade, como fator gerador de atração de investimentos.

5. TECNOLOGIAS INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE URBANO: Implantar tecnologias inteligentes para a gestão e modernização do transporte público urbano, promovendo a eficiência das rotas e horários, o acesso em tempo real a informações de itinerários e a melhoria da infraestrutura de apoio aos usuários.

Turismo Sustentável e Economia Criativa

O segmento tem como foco o fortalecimento do turismo em Rondônia, por meio da promoção das atrações turísticas, desenvolvimento de infraestrutura adequada, capacitação de profissionais do setor e realização de eventos e festivais culturais. A adoção de práticas sustentáveis visa atrair visitantes, fomentar a economia local, preservar os recursos naturais e culturais e garantir o crescimento contínuo do setor.



“Do Turismo”

1. DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA: Parcerias para a melhoria da infraestrutura turística, incluindo transporte, sinalização e acessibilidade em pontos turísticos.

2. PROMOÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO: Criação de campanhas de marketing e divulgação que enfatizem as atrações turísticas locais, atraindo visitantes e fomentando a economia local.

3. SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO: Desenvolvimento de iniciativas que promovam o turismo sustentável, respeitando o meio ambiente e a cultura local, garantindo a preservação dos nossos recursos naturais.

4. VALORIZAÇÃO ETNOCULTURAL: Valorização e promoção da cultura dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, gerando emprego e renda para essas populações.

5. FORTALECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SETOR DE TURISMO: Desenvolvimento de estratégias para promover destinos turísticos, melhorar infraestrutura, capacitar os profissionais do setor e implementar políticas públicas que incentivem o turismo sustentável e o crescimento econômico local.

6. CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SETOR: Implementação de programas de capacitação para guias turísticos, profissionais da hotelaria e demais envolvidos no setor, visando a melhoria da qualidade do atendimento ao visitante.

7. EVENTOS E FESTIVAIS: Organização de eventos e festivais que celebrem a cultura e as tradições locais, atraindo turistas e promovendo a interação da comunidade.

8. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: Promoção do patrimônio histórico e cultural local, atraindo visitantes e impulsionando o turismo na região, destacando a importância histórica e fortalecendo a economia local.

Do Desenvolvimento Econômico

O segmento prioriza diretrizes voltadas à atração de investimentos e ao fortalecimento do ambiente de negócios, com foco na melhoria da infraestrutura, capacitação da mão de obra e estímulo à inovação. A proposta inclui o apoio às indústrias locais, como laticínios e frigoríficos, e a criação de condições favoráveis para novos empreendimentos, com foco na competitividade, sustentabilidade e redução das desigualdades regionais.



“Do Desenvolvimento Econômico”

AMPLIAR PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: Firmar parcerias entre o governo estadual e instituições para oferecer cursos gratuitos ou subsidiados, focados nas áreas de demanda de trabalho local.

2. INCENTIVO À ATRAÇÃO DE EMPRESAS: Aumentar os incentivos para atrair empresas e gerar empregos, impulsionando o desenvolvimento econômico local.

3. PROMOVER INFRAESTRUTURA PARA EXPANSÃO DOS VÔOS: Melhorar a infraestrutura dos aeroportos do Estado para expandir os voos e fortalecer a conectividade e o desenvolvimento econômico.

4. AMPLIAR O PROGRAMA DE MICROCRÉDITO (PROAMPE): Oferecer crédito acessível para microempreendedores, estimulando a criação e crescimento de pequenos negócios.

5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA: Implementar cursos e programas de capacitação profissional em parceria com instituições de ensino, atendendo às demandas do mercado local.

6. DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: Apoiar empresas de diferentes nichos para diversificar a economia e aumentar as oportunidades de emprego nos municípios.

7. FOMENTAR E ORGANIZAR A CADEIA DE MINERAÇÃO DE RO: Planejar e estruturar a logística associada à mineração em Rondônia, promovendo competitividade, sustentabilidade e inclusão territorial nas regiões produtoras e nos corredores logísticos, com apoio aos potenciais municípios nas questões de atração de indústrias e sobre as questões jurídicas e ambientais.

8. INTENSIFICAR O INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO FEMININO: Ampliar a promoção do empreendedorismo feminino, oferecendo apoio e igualdade de oportunidades no ambiente empresarial.

9. APERFEIÇOAR A DIVULGAÇÃO DO PORTAL DO CIDADÃO: Digitalização e desburocratização dos processos agilizando e simplificando processos.

Do Empreendedorismo, Emprego e Renda

As diretrizes priorizadas orientam o futuro do desenvolvimento econômico e social dos municípios, ao promoverem a atração de empresas e indústrias, o estímulo à inovação e à pesquisa, e o fortalecimento do empreendedorismo local. A implantação de incubadoras e aceleradoras de startups, aliada à regionalização das capacitações e à estruturação da cadeia de mineração, contribui para a geração de empregos, renda justa e o aumento da arrecadação municipal. A ampliação da divulgação da Sala do Empreendedor reforça o apoio aos negócios locais, consolidando um ambiente propício ao crescimento sustentável e à inclusão produtiva.



“Do Empreendedorismo”

1. PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL: Estimular a criação de novos negócios e geração de empregos nos municípios para fortalecer a economia local.

2. ATRAÇÃO DE EMPRESAS E INDÚSTRIAS: Desenvolver estratégias para atrair indústrias e empresas ao município, aumentando a oferta de empregos e o desenvolvimento econômico.

3. FOMENTO A INOVAÇÃO E PESQUISA: Incentivar a inovação tecnológica e o desenvolvimento de pesquisas em setores estratégicos, criando um ambiente favorável para soluções que impulsionem o desenvolvimento econômico e social.

4. REGIONALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES: Realizar treinamentos e programas de capacitação de forma descentralizada, adaptando-os às necessidades específicas de cada região, com o objetivo de reduzir custos e otimizar o alcance das ações de qualificação.

5. FOMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INCUBADORAS E ACELERADORAS DE *STARTUPS*: Implantar espaços que ofereçam suporte a *startups*, promovendo o crescimento de negócios inovadores com acesso a mentorias, infraestrutura e investimentos.

4. ESTRUTURAR A CADEIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA: Mapear as potencialidades de minérios nos municípios, apoiando-os na questão de atração de empresas, capacitação da mão de obra local, alterando a legislação para ampliar o percentual do produto da arrecadação de mineradoras para os municípios produtores, fortalecendo a arrecadação local.

3. DIVULGAÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR: Ampliar a divulgação dos serviços oferecidos pela Sala do Empreendedor, promovendo o apoio ao desenvolvimento de negócios locais.

10.8. Eixo Justiça e Segurança Inteligentes e Integradas

O eixo Justiça e Segurança Inteligentes e Integradas do PDES 2030 tem como objetivo promover uma atuação articulada e eficiente na área da segurança pública e da justiça, com foco na proteção da população, na redução da criminalidade e na garantia dos direitos fundamentais. As diretrizes priorizadas orientam ações voltadas ao fortalecimento da segurança pública e viária, por meio da ampliação da fiscalização nas áreas urbanas, rodoviárias e de fronteira, da modernização tecnológica das forças de segurança, da capacitação contínua dos profissionais e da integração entre os entes estaduais, municipais e federais.

Além disso, o plano contempla o aprimoramento do sistema prisional, com foco na melhoria das condições de saúde, higiene e monitoramento das pessoas privadas de liberdade. A proposta inclui a promoção de iniciativas de ressocialização, que contribuam para a reintegração social e a redução da reincidência criminal. A modernização da infraestrutura das unidades prisionais e o fortalecimento das políticas de justiça restaurativa serão fundamentais para garantir um sistema mais humanizado, seguro e eficaz.

Ao seguir essas diretrizes, Rondônia se compromete com uma abordagem inteligente e integrada da segurança e da justiça, que alia tecnologia, prevenção, respeito aos direitos humanos e eficiência institucional. O objetivo é construir um ambiente mais seguro, justo e resiliente, capaz de responder aos desafios contemporâneos e promover a paz social em todas as regiões do estado.



“Da Justiça”

1. PRODUZIR CONHECIMENTO TÉCNICO E CIENTÍFICO PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS DE SEGURANÇA E JUSTIÇA: Para orientar ações de prevenção à violência, inteligência policial, sistema penitenciário, justiça restaurativa, perícia e cidades inteligentes, promovendo decisões baseadas em evidências.

2. CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DAS UNIDADES PRISIONAIS: Criação de sistema de controle e compartilhamento restrito de informações sobre as pessoas em situação de restrição de liberdade nas unidades prisionais.

3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: Implementação de políticas públicas voltadas a apoiar a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

4. APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO VIÁRIA E SEGURANÇA NO TRÂNSITO: Instalação de redutores eletrônicos de velocidade e radares de monitoramento em pontos críticos, além de um sistema inteligente de fiscalização para reduzir acidentes e melhorar o fluxo viário.

5. ESTIMULAR A INOVAÇÃO ABERTA E A CIÊNCIA APLICADA ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E JUSTIÇA: Para aproximar universidades, centros de pesquisa, forças de segurança e sistema de justiça, promovendo soluções tecnológicas e institucionais voltadas ao interesse público.

6. MELHORIA DA ESTRUTURA DAS UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL: Melhoria das condições de infraestrutura das unidades prisionais, aprimorando a segurança e as condições sanitárias dos espaços.

7. JUSTIÇA RESTAURATIVA E REINSERÇÃO SOCIAL: Desenvolver programas de reintegração social com foco na educação e reabilitação para promover a inclusão e justiça social.

8. FORTALECER A RESSOCIALIZAÇÃO E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: Para ampliar as oportunidades de inclusão social e romper ciclos de reincidência criminal, por meio de políticas públicas humanizadas e integradas à educação e ao trabalho.

9. PROMOVER A ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NA GESTÃO DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA E JUSTIÇA: Para fortalecer a integração entre pesquisa, formulação de políticas públicas e avaliação de resultados, com base em evidências e cooperação técnica.

10. PROMOVER A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E REPARAÇÃO SOCIAL: Para fortalecer a cultura da paz, a responsabilização consciente e a reconstrução de vínculos comunitários, respeitando os direitos das vítimas, ofensores e da sociedade.

“Da Segurança Pública”

1. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SEGURANÇA: Implementação de soluções tecnológicas, como sistemas de monitoramento e aplicativos de comunicação direta entre a população e as forças de segurança, para agilizar o atendimento a emergências.

2. FORTALECIMENTO DA CENTRAL DE VAGAS COM INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL: Para garantir maior racionalidade na gestão das vagas e integração entre instituições, promovendo decisões mais céleres e equilibradas entre oferta e demanda.

3. REFORÇO NO PATRULHAMENTO E VIGILÂNCIA: Implementação de ações de policiamento ostensivo e estratégias de integração entre a Guardas Municipais existentes e as forças policiais estaduais, promovendo maior visibilidade e segurança nas ruas.

4. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: Estratégias de integração entre a sociedade e as unidades de segurança pública, promovendo maior diálogo, transparência e confiança mútua, através do desenvolvimento de iniciativas transversais voltadas à prevenção da violência e promoção da cidadania, com o envolvimento da comunidade e de organizações sociais.

5. SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E PREVENÇÃO: Criar programas de integração entre órgãos de segurança pública e ações preventivas, incluindo policiamento comunitário.

6. AMPLIAR O PROGRAMA DE RONDA ESCOLAR (RONDA ESCOLAR): Aumentar a segurança nas proximidades das escolas, com patrulhas policiais especializadas para proteger estudantes e educadores.

7. APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO COM FORÇAS DE SEGURANÇA: Para assegurar respostas coordenadas e integradas em situações críticas, fortalecendo a cooperação interinstitucional e a segurança sistêmica.

8. PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E APOIO PSICOSSOCIAL AOS SERVIDORES: Para fortalecer a saúde mental, o bem-estar e a motivação dos profissionais, contribuindo com a humanização do atendimento e a redução do absenteísmo.

9. PROGRAMA PATRULHA MARIA DA PENHA: Este programa visa a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, com a presença constante de equipes policiais e a implementação de monitoramento eletrônico dos agressores.

10. IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO INTEGRADO: Para garantir maior segurança preventiva e agilidade no registro de ocorrências, promovendo uma cultura de vigilância qualificada e dissuasão de incidentes.

11. Características Gerais do Estado de Rondônia

Rondônia está localizado na porção ocidental da Região Norte do Brasil, fazendo fronteira com Amazonas, Mato Grosso, Acre e Bolívia, o que lhe confere papel estratégico na integração regional e internacional, especialmente no eixo Brasil–Peru–Bolívia, fortalecido pela Rota Multimodal Atlântico–Pacífico. Criado como estado em 1981, após ser Território Federal, Rondônia passou por rápidas transformações impulsionadas por ciclos econômicos ligados à exploração de recursos naturais e grandes obras de infraestrutura, como a BR-364 e as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. A BR-364 permanece como principal via de integração, conectando o estado aos mercados nacionais e internacionais, enquanto a extensa rede hidrográfica, com destaque para o Rio Madeira, sustenta a biodiversidade, abastecimento e transporte fluvial.

Mais da metade dos municípios rondonienses está inserida na Faixa de Fronteira do Brasil, organizada em três sub-regiões: Madeira-Mamoré (com perfil urbano e Porto Velho como polo regional), Fronteira do Guaporé (de perfil rural e colonização oficial ao longo da BR-364), e Chapada dos Parecis (com vocação agroindustrial voltada à exportação de grãos). Porto Velho é classificada como Capital Regional B, com forte concentração de atividades de gestão, enquanto Guajará-Mirim, cidade-gêmea de Guayaramerín (Bolívia), destaca-se pela integração transfronteiriça, apesar de ser considerada centro local. A posição geográfica, aliada à diversidade cultural, aos ativos ambientais e às vocações produtivas, torna Rondônia um território estratégico para a integração amazônica e o desenvolvimento sustentável da região Norte.

11.1. Dimensão Geoambiental

Rondônia, totalmente inserida na Amazônia Legal, abriga uma das maiores biodiversidades do planeta e possui um patrimônio geoambiental de grande relevância para o Brasil. Cerca de 75% do território estadual é formado por áreas de relevo plano ou suavemente ondulado, com declividade inferior a 8%, o que favorece práticas agropecuárias extensivas. No entanto, os solos apresentam aptidão agrícola regular a restrita, exigindo uso racional e técnicas adequadas para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento.



Basicamente, o relevo de Rondônia se subdivide em três grandes áreas:

1. Terras Baixas e Planícies (Norte e Centro)

A maior parte de Rondônia, especialmente ao norte e ao longo dos principais rios como o Madeira, é composta por planícies e terras baixas da Bacia Sedimentar Amazônica, com relevo plano e baixa altitude que favorecem a pecuária extensiva e a agricultura mecanizada. Apesar dessas vantagens, os solos são pouco férteis e sujeitos a encharcamento, exigindo correções e drenagem. Nessas áreas também se concentram importantes estruturas logísticas e energéticas do estado, como rodovias, hidrovias e usinas hidrelétricas.

2. Planaltos Sedimentares (Centro-Sul e Leste)

Uma porção significativa do centro-sul e leste de Rondônia, próxima à divisa com Mato Grosso, é caracterizada por Planaltos Sedimentares ou Chapadas, com relevo elevado e estruturas tabulares que marcam a borda da Bacia Amazônica. Essa região representa a principal zona de expansão da fronteira agrícola do estado, com relevo suavemente ondulado e solos favoráveis à agricultura mecanizada, especialmente para grandes lavouras de soja e milho integradas ao agronegócio mato-grossense. No entanto, o uso intensivo do solo impõe desafios ambientais como erosão e assoreamento, exigindo práticas de manejo sustentável.

3. Planaltos Residuais e Escudos (Sul e Sudeste)

No extremo sul e sudeste de Rondônia, o relevo é marcado pela presença de Planaltos Residuais e Escudos Cristalinos, especialmente o Escudo do Guaporé, uma das formações geológicas mais antigas e resistentes da região. Essas áreas apresentam relevo acidentado e solos rasos, o que limita a agricultura intensiva e direciona sua vocação para atividades como extrativismo vegetal, manejo florestal e turismo ecológico. Além disso, são ambientalmente estratégicas, abrigando nascentes e ecossistemas preservados que contribuem para a conservação hídrica e da biodiversidade.

O clima predominante é equatorial úmido, com uma estação seca mais definida que em outras partes da Amazônia, criando uma transição para o clima tropical. Essa condição climática, aliada à rede hidrográfica composta por rios como Madeira, Guaporé e Mamoré, favorece o desenvolvimento da pecuária e da agricultura. A vegetação é diversa, com florestas ombrófilas e formações savânicas, sustentando uma rica biodiversidade e potencial para produtos florestais. Apesar dos avanços no controle do desmatamento, desafios como grilagem, garimpo ilegal e exploração predatória persistem. O potencial hidrelétrico e logístico, com destaque para as usinas de Santo Antônio e Jirau e a dragagem do Rio Madeira, reforça a importância estratégica da dimensão geoambiental de Rondônia para o desenvolvimento sustentável.

11.2. Dimensão Econômica

A economia de Rondônia tem se transformado significativamente nas últimas décadas, consolidando-se como uma das mais dinâmicas da Região Norte. Historicamente impulsionada pela agropecuária, a economia estadual expandiu sua base produtiva com o fortalecimento da indústria de alimentos, o crescimento das exportações, a modernização do setor primário e os investimentos em logística.

Esta seção apresenta uma análise abrangente da estrutura produtiva do estado, sua participação no contexto amazônico e nacional, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), o desempenho do setor externo, o valor adicionado por setor e a distribuição regional da atividade econômica.

11.2.1. Rondonia no Contexto da Economia da Amazônia Legal

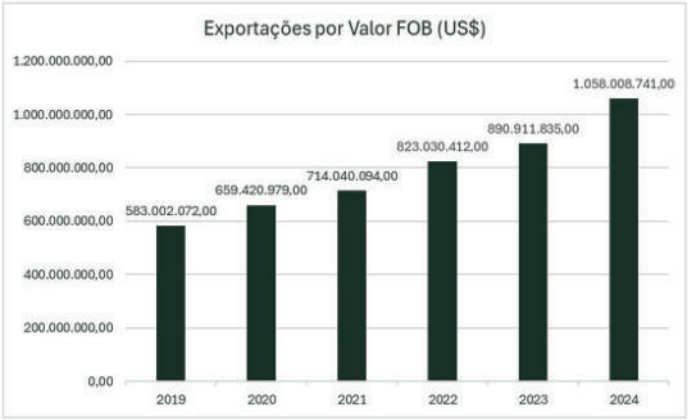
No contexto da Amazônia Legal, o estado de Rondônia vem se consolidando como um dos principais polos de dinamismo econômico da região, com destaque para o desempenho consistente dos setores agropecuário e extrativista. A produção e exportação de carne bovina, soja, milho, café, madeira e minérios colocam o estado em posição estratégica no cenário nacional e regional, especialmente quando se considera sua capacidade de integrar desenvolvimento econômico com potencialidades naturais. A performance positiva desses setores não apenas sustenta a base produtiva local, mas também amplia o protagonismo de Rondônia nas cadeias produtivas do agronegócio e da agroindústria, que se expandem com crescente valor agregado.

Embora unidades federativas como Mato Grosso e Pará concentram os maiores volumes econômicos da Amazônia Legal, Rondônia tem registrado avanços significativos na composição do PIB regional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a participação de Rondônia no Produto Interno Bruto da Região Norte evoluiu de 11,1% em 2001 para aproximadamente 13% em 2022, uma variação que evidencia não apenas crescimento absoluto, mas também relativo, frente aos demais estados da região. Tal evolução está fortemente associada à ampliação da produtividade agrícola, aos investimentos em infraestrutura logística e energética, e à verticalização de parte da produção primária, com destaque para o processamento de grãos, carnes e produtos florestais.

Os principais vetores desse crescimento econômico encontram-se nos municípios que lideram a geração de riqueza no estado: Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Cacoal. Cada um desses centros regionais abriga atividades estratégicas que vão desde a produção agropecuária intensiva até o fornecimento de serviços especializados, passando pela agroindústria, comércio atacadista e varejista, e, no caso da capital, pela geração de energia e pela centralização de decisões administrativas e financeiras.

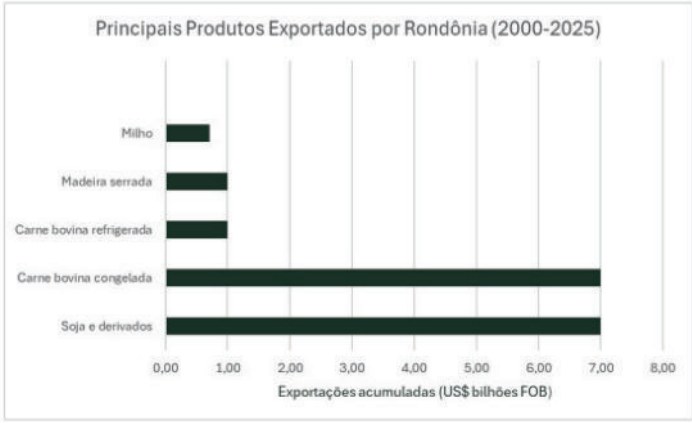


Esses municípios desempenham papel fundamental não apenas como polos de produção e consumo, mas também como núcleos de articulação logística e econômica para o interior do estado e para outros mercados consumidores, tanto dentro quanto fora da Amazônia.



Rondônia: Série histórica de exportações (2019 a 2024, Valor US$ FOB). Fonte: CEA/SEPOG

Nos últimos seis anos, Rondônia tem demonstrado uma trajetória sólida de expansão nas exportações, refletindo o fortalecimento de sua economia e maior inserção no mercado internacional. Entre 2019 e 2024, o estado viu o valor total exportado saltar de US$583 milhões para US$1,058 bilhão, o que representa um crescimento acumulado de aproximadamente 81%. Esse desempenho evidencia não apenas o aumento da capacidade produtiva local, mas também a diversificação e valorização dos produtos rondonienses no cenário global.



Rondônia: Série histórica da pauta de exportações (2000 a 2025, Valor em bilhões de US$ FOB). Fonte: CEA/SEPOG

11.2.2. Produto Interno Bruto e Valor Adicionado

Segundo o IBGE, a participação de Rondônia no PIB da Região Norte variou em torno de 12% entre 2010 e 2022, mantendo relativa estabilidade. Em 2022, o PIB estadual foi de R$62,8 bilhões (a preços correntes), com PIB per capita de cerca de R$36,3 mil, acima da média da Região Norte e próximo à média nacional.

Observa-se que a soja e derivados constituem parcela significativa da pauta exportadora de Rondônia, configurando-se como produto central na estrutura agroexportadora do Estado. Todavia, nota-se que nessa pauta é possível agregar valor, com estratégias voltadas à industrialização e inovação tecnológica.

A composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) revela a relevância do setor de serviços, que respondeu por 63,10% do VAB estadual em 2022 sendo que, internamente ao setor de serviços, a atividade mais relevante é a de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, com participação de 28% (dos 63%). A agropecuária representou 19,20%, e a indústria, 17,70%. Dentro do setor industrial, destacam-se a indústria de transformação e a de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. O setor de construção civil teve peso significativo no passado, impulsionado pelas obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, mas sua participação vem se estabilizando.

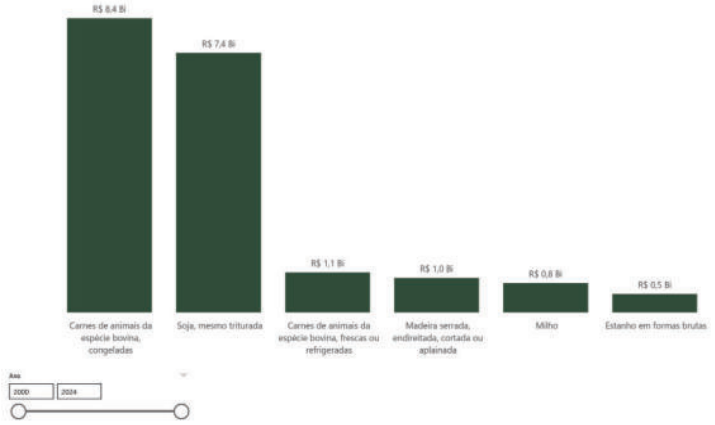
A distribuição do VAB por município evidência grande concentração econômica: Porto Velho responde por cerca de 33% do total, seguido por Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes e Cacoal.

11.2.3. Setor Externo e Balança Comercial

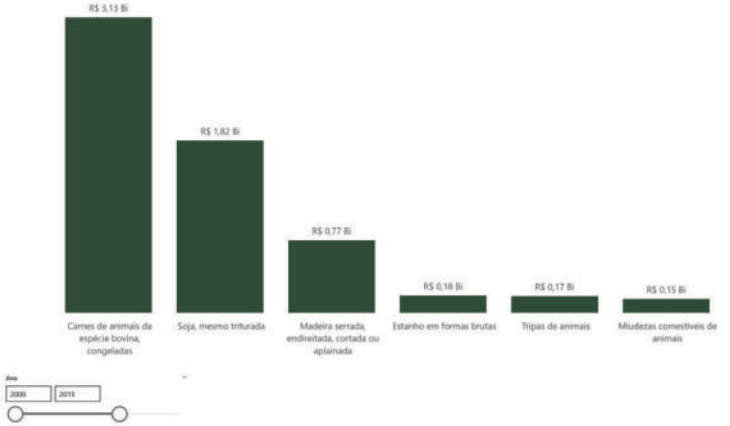
Rondônia mantém desempenho superavitário em sua balança comercial. Em 2024, Rondônia apresentou um volume de exportações de US$2,638 Bilhões, um volume de importações de US$1,392 Bilhões, resultando, portanto, como saldo um Superávit de US$1,246 Bilhões. Esses valores estão expressos em dólares FOB (*Free on Board*), termo de comércio internacional que estipula que o exportador é responsável por entregar a mercadoria no ponto de embarque designado, arcando com todos os custos e riscos até que a carga esteja a bordo do navio.

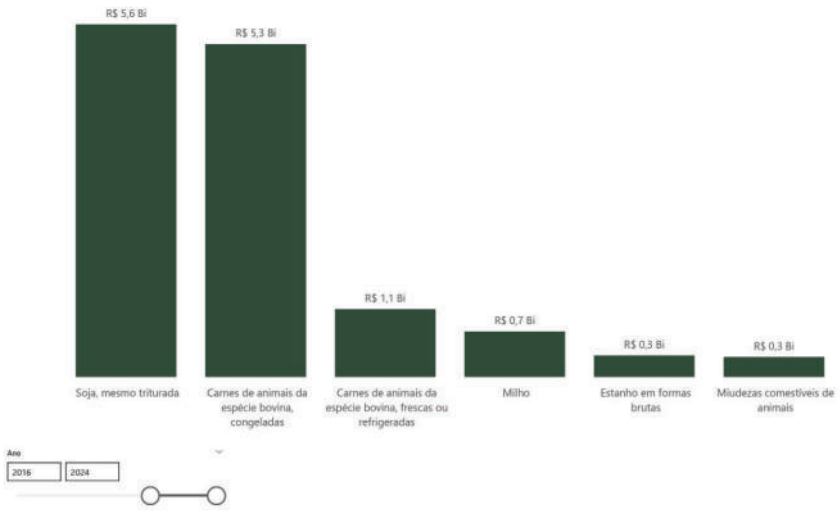
Entre os anos de 2000 e 2024, a estrutura da pauta exportadora do estado revela uma forte concentração em poucos produtos. Os principais foram: carnes com participação de 42,69% (US$ FOB 9,48 bilhões); soja, com representação de 33,33% (US$ FOB 7,37 bilhões); madeira processada (4,36% de representação e US$ 0,98 bilhão de valor); milho, com 3,7% de participação e US$ 0,82 bilhão; e estanho, com 2,33% de participação. Apenas esses cinco produtos representam cerca de 86,41% de todas as exportações estaduais nesse período, indicando uma dependência substancial de commodities primárias, particularmente do agronegócio.

A diversificação da pauta exportadora ainda é limitada e um ponto que cabe atenção. Contudo, foi possível observar, num recorte temporal menor (de 2000 a 2015), a ascensão da soja como potencial agrícola: nesse período em questão representou 25,54% da pauta de exportação do estado, conforme pode-se visualizar na figura abaixo (que está com as áreas hachuradas), enquanto a carne, também nesse período, representou mais de 43% da pauta.



Nos anos posteriores, entre 2016 e 2024, a soja não só aumentou a sua participação nas exportações como também ultrapassou a pauta majoritária de comércio de carne (que são as desossadas, frescas ou refrigeradas), alcançando uma representação de 37,02% ante 34,69% da carne bovina. Complementarmente, faz parte também do mercado da carne as do tipo "carnes de bovino, desossadas, frescas ou refrigeradas", que representaram 7,1% do volume total. Vale ressaltar que, apesar da pouca representação percentual, as carnes refrigeradas possuem mais valor agregado que as apenas congeladas (US$ FOB 1,07 bilhão no período contra US$ FOB 5,23 bilhões e 34,69% das congeladas), pois exigem processos tecnológicos mais sofisticados, logística mais precisa e são destinadas a consumidores com maior exigência e poder aquisitivo.





Esse elevado grau de concentração caracteriza Rondônia como uma economia especializada na exportação de produtos de baixo valor agregado. A especialização pode ser benéfica em contextos de preços internacionais elevados e demanda aquecida, mas também a torna altamente vulnerável, pois embora a valorização da moeda norte-americana amplie a receita bruta em reais, ela também eleva o custo de insumos importados, como fertilizantes e máquinas agrícolas, comprimindo margens de lucro e dificultando o planejamento produtivo.

Qualquer oscilação negativa nos mercados internacionais seja por crises econômicas globais, sanções, barreiras sanitárias, mudanças climáticas ou pressões ambientais pode impactar fortemente a receita externa do estado. A situação torna-se ainda mais crítica considerando que não há uma diversificação significativa da pauta exportadora, o que compromete a resiliência do estado frente a choques externos.

Assim, é recomendável que o Estado fomente a produção regional de insumos e biofertilizantes, promovendo parcerias público-privadas e linhas de crédito específicas, voltadas à sustentabilidade e à autonomia produtiva. A título de exemplo, enquanto Rondônia exporta predominantemente o grão, o Estado do Mato Grosso já industrializa cerca de 50% de sua produção, aumentando a renda per capita local.

A nível demonstrativo, podemos levar em consideração os dados de volume e valor FOB exportados da cadeia da soja, de acordo com a tabela a seguir:

Ano	Volume exportado (kg)	Valor FOB (US$)	Preço US$/kg
2005	180.881.933	41.865.787	0,231
2006	250.119.872	56.474.286	0,226
2007	229.106.639	61.706.079	0,269
2008	312.363.887	112.833.110	0,361
2009	314.403.814	127.118.652	0,404
2010	357.059.209	135.954.411	0,381
2011	286.669.359	131.705.106	0,460
2012	481.251.606	259.887.823	0,540
2013	548.427.236	288.104.635	0,526
2014	608.659.512	314.031.258	0,516
2015	762.629.214	292.576.923	0,384
2016	766.114.119	276.592.724	0,361
2017	878.078.872	332.790.644	0,379
2018	1.048.164.004	409.975.789	0,391
2019	1.115.015.852	385.782.725	0,346
2020	1.243.664.943	420.822.996	0,338
2021	1.539.163.896	654.652.271	0,425
2022	1.720.554.474	1.025.579.626	0,596
2023	2.152.010.464	1.140.313.476	0,530
2024	2.211.826.713	930.943.059	0,421

Considerando a série histórica (2005-2024), o preço médio pode ser calculado pela seguinte fórmula: Preço médio = Somatória do Valor FOB / Somatória Volume exportado.

O cálculo tem como resultado o valor médio de aproximadamente US$0,435/kg. Ou seja, isso implica dizer que, durante o período que contempla a série histórica em questão, cada quilograma de soja exportado por Rondônia foi vendido, em média, a cerca de US$0,44.

Isso pode indicar que a venda de soja em grão, sem agregar valor ao produto 'in natura' representa uma perda potenci al de receita para o Estado.

Fator	Consequências para o Estado
Captura mínima do valor na cadeia	A maior parte da margem de lucro fica na industrialização (farelo, óleo, biodiesel, proteína concentrada, lecitina, cosméticos). Enquanto o grão rendeu ~US$0,44 /kg na média 2005-24, produtos de primeira transformação facilmente triplicam ou quadruplicam esse valor. O efeito prático é que Rondônia exporta 15-20 milhões de toneladas de "água e casca" por navio e importa valor agregado na forma de ração animal, óleo degomado, biocombustível ou produtos alimentícios processados.
Vulnerabilidade a choques externos	*Commodity* pura ---> exposta a ciclos de preço internacional, logística fluvial/rodoviária e câmbio. As flutuações geram volatilidade na arrecadação de ICMS, dificultam o planejamento fiscal e ampliam a dependência de compensações federais (Lei Complementar n 87/1996 [Lei Kandir]).
Baixa geração de empregos qualificados	A atividade primária mecanizada cria poucos postos diretos por hectare. Sem "crushing" e refino no território, perde-se a chance de abrir vagas técnicas (engenharia de processos, química, logística, P&D) e carreiras de maior remuneração. Isso pode alimentar a fuga de capital humano e reduzir a massa salarial interna.
Efeito *"dutch disease"* regional	Quem dita preço é Chicago pois o contrato *Soybean Futures* (ZS), negociado na *Chicago Board of Trade* desde 1936, concentra mais que 90 % da liquidez mundial em derivativos de soja.
Pressão logística & ambiental mal compensada	*Traders*, fundos, indústrias esmagadoras e importadores asiáticos usam o preço de Chicago como referência (*benchmark*) para *hedge* e formação de custos; o produtor/Estado é "*price taker*", ou seja, o "agente que apenas aceita o preço de mercado".
Perda de poder de barganha e inovação	Permanecer apenas na etapa primária inibe investimentos em PD&I (proteínas alternativas, bioinsumos, química verde) que poderiam girar a roda da inovação regional. Traders, fundos, indústrias esmagadoras e importadores asiáticos usam o preço de Chicago como referência (*benchmark*) para hedge e formação de custos; o produtor/Estado é "*price taker*", ou seja, o "agente que apenas aceita o preço de mercado". Permanecer apenas na etapa primária inibe investimentos em PD&I (proteínas alternativas, bioinsumos, química verde) que poderiam girar a roda da inovação regional.

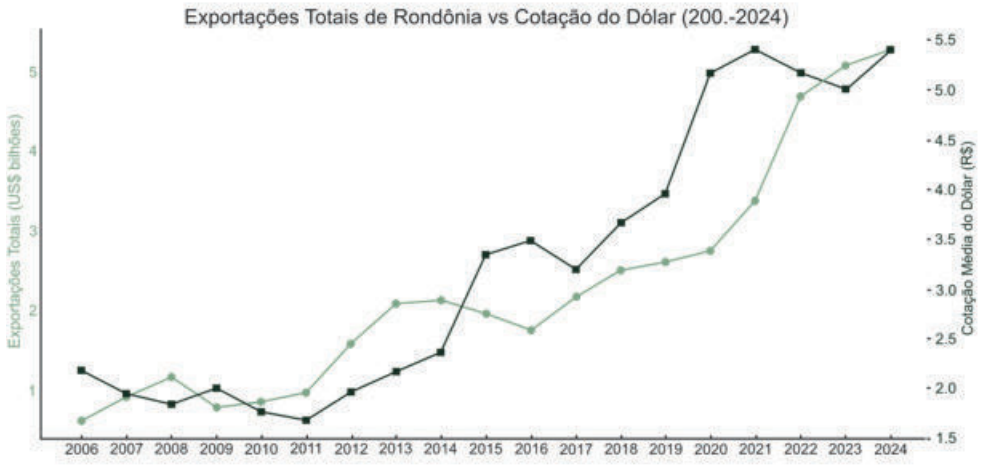
Para se ter dimensão do potencial agregador que o processo de transformação pode trazer, dados do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e *Commodity Markets Review*, apontam que na primeira transformação, o valor saltou de aproximadamente 0,44 US$/kg (grão) para 0,60-0,70 US$/kg (farelo) e > 1,10 US$/kg (óleo/biodiesel) um incremento de 200-300%.

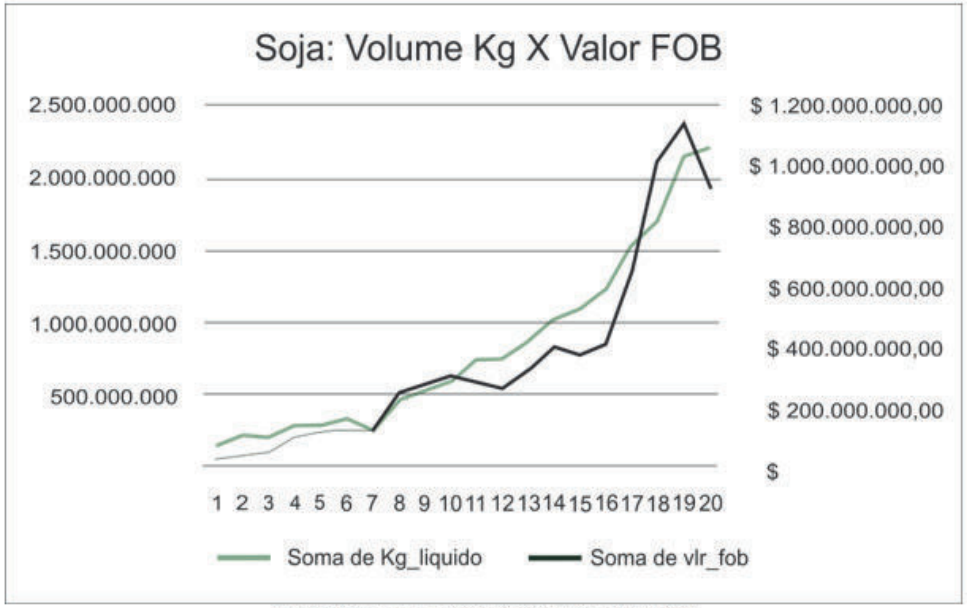
A superação da dependência da exportação bruta de grãos exige políticas de estímulo à industrialização e à verticalização da cadeia produtiva. O Estado pode usar instrumentos fiscais para atrair plantas de esmagamento e refino, por meio, por exemplo, de créditos presumidos de ICMS que só seriam ativados quando o processamento ocorrer dentro do Estado.

Por outro lado, a pauta de importações de Rondônia no mesmo período revela uma forte vinculação ao próprio setor agropecuário exportador. Os principais produtos importados foram: fertilizantes (em especial os compostos de nitrogênio, fósforo e potássio), máquinas para construção e agricultura, peças e componentes para tratores e veículos automotores, além de medicamentos e alguns produtos hortícolas como o alho. A maioria desses itens são insumos industriais e tecnológicos indispensáveis para a manutenção da produtividade no campo. Assim, a economia agroexportadora de Rondônia apresenta uma dependência externa tanto para suas receitas quanto para sua capacidade de produzir.

Essa simetria entre exportações primárias e importações industriais revela uma armadilha econômica clássica: o estado exporta commodities com baixo valor agregado e importa tecnologia, insumos e bens de capital de maior valor. Essa equação limita o acúmulo interno de valor, reduz a geração de empregos qualificados e impede o desenvolvimento de setores industriais autônomos e sustentáveis, como já foi demonstrado no exemplo da soja acima.

A vulnerabilidade do modelo econômico torna-se ainda mais evidente quando se considera a variação da taxa de câmbio ao longo dos últimos 25 anos. A análise da série histórica do dólar de 1997 a 2025 mostra oscilações marcantes, com picos em 2002, 2015, 2020 e agora em 2024-2025. Em momentos de desvalorização do real, os produtos exportados por Rondônia se tornam mais competitivos no mercado internacional, resultando em aumentos expressivos no valor FOB das exportações em reais mesmo que o volume físico exportado não tenha crescido. No entanto, essa vantagem cambial é ilusória: ela não decorre de um ganho real de produtividade, mas sim de uma flutuação monetária. Trata-se de um ganho aparente, e não estrutural.





Exportações da soja, de 2005 a 2024: Volume x Valor FOB

Além disso, quando o dólar está elevado, os custos de produção para os produtores locais também aumentam, uma vez que os principais insumos fertilizantes, máquinas e peças são cotados em moeda estrangeira. Isso comprime as margens de lucro e torna os produtores mais vulneráveis à volatilidade cambial. Ou seja, o mesmo fator que amplia a receita bruta das exportações também aumenta os custos operacionais e reduz a previsibilidade dos investimentos produtivos.

Essa dupla dependência do dólar tanto na entrada quanto na saída de recursos impõe uma limitação significativa à sustentabilidade do modelo agroexportador vigente em Rondônia. Enquanto a soja e a carne forem os principais vetores da economia, e a base produtiva depender de insumos externos, o estado continuará exposto às incertezas do mercado global. É preciso considerar estratégias de mitigação desse risco, seja por meio da diversificação da pauta exportadora, da verticalização das cadeias produtivas ou da industrialização de base tecnológica.

A verticalização industrial, associada à logística integrada e à autonomia na produção de insumos, permitirá que Rondônia deixe de exportar apenas grãos cru e passe a exportar valor, tecnologia e energia renovável. Essa transição consolida uma economia mais diversificada, resiliente e de maior valor agregado – capaz de gerar empregos qualificados, fortalecer a arrecadação e posicionar o Estado como referência na nova economia da soja sustentável.



Exportação de carne bovina, por Município e Valor US$ FOB (2024). Fonte: GEA/SEPOG

Em 2024, os principais municípios exportadores de Rondônia responderam por aproximadamente US$1,058 bilhão em vendas externas, valor que representa praticamente 100% das exportações totais de carnes do estado. Esse dado evidencia a forte concentração da pauta exportadora rondoniense neste setor específico, consolidando a carne como principal produto de comércio internacional da região. A distribuição geográfica das exportações também revela uma centralização significativa da produção e do processamento, com destaque para Rolim de Moura e Vilhena, que lideram amplamente as operações de venda ao exterior, reforçando seu papel estratégico na cadeia produtiva estadual.

Produto	Exportação de Carnes por Valor FOB (US$) - 2024
Carnes de animais da espécie bovina congeladas.	$ 873.439.958,00
Carnes de animais da espécie bovina frescas ou refrigeradas	$ 180.839.099,00
Farinhas, pó e pellets de carnes, miudezas, peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana; torresmos	$ 3.729.684,00

A composição da pauta exportadora de carnes de Rondônia em 2024 revela uma estrutura fortemente concentrada na carne bovina congelada, que responde por 82,6% do total comercializado ao exterior. Esse domínio consolida o estado como um dos principais exportadores brasileiros nesse segmento, evidenciando sua vocação para atender mercados distantes como os da Ásia e do Oriente Médio que demandam produtos com maior durabilidade e logística refrigerada eficiente. Paralelamente, observa-se o crescimento das exportações de carnes frescas ou refrigeradas, que já representam 17,1% do total. Esse avanço sinaliza uma diversificação da pauta e o amadurecimento da cadeia produtiva, com Rondônia ampliando sua presença em mercados mais exigentes, como Chile e Emirados Árabes, que valorizam produtos de maior valor agregado e qualidade sanitária. Por fim, embora com participação modesta (0,3%), as exportações de farinhas e subprodutos de carne desempenham papel relevante na sustentabilidade do setor, ao promover o aproveitamento integral da carcaça e aumentar a eficiência produtiva.



Entre 2005 e 2024, Rondônia ampliou sua presença global, passando de 74 para 116 países compradores, um crescimento expressivo que reflete a expansão e diversificação da pauta exportadora estadual.

- Em 2005, os produtos de Rondônia eram exportados para 74 países.
- Em 2024, esse número subiu para 116 países, refletindo um processo contínuo de internacionalização da economia estadual.
- O valor total das exportações em 2024 foi de US$2,6 bilhões, um recorde histórico, consolidando Rondônia como o segundo maior estado exportador da Região Norte, atrás apenas do Pará. Esse crescimento está diretamente ligado à diversificação produtiva (carne bovina, café, soja, peixe), investimentos em infraestrutura, certificações sanitárias e ações de promoção comercial internacional, como o Rondônia Day e missões empresariais.

11.2.4. Mineração

A mineração em Rondônia é marcada por forte informalidade, com cerca de 90% das operações fora da legalidade, e baixa agregação de valor, apesar da presença de jazidas relevantes como calcário, cassiterita, ouro e potássio. O crescimento da demanda global por minerais estratégicos abre oportunidades para o estado, mas ainda há desafios como a falta de pesquisa geológica aprofundada e ausência de polos industriais de beneficiamento. Superar esses gargalos pode transformar a mineração em um vetor de diversificação econômica, elevando sua participação no PIB estadual e promovendo uma cadeia produtiva voltada à agricultura, tecnologia e transição energética, com foco em sustentabilidade, regulação e aumento da arrecadação pública para financiar políticas sociais e ambientais.

Atividade Produtiva: Minérios Exportados por Rondônia*

- Estanho
  - É o minério mais expressivo nas exportações do estado.
  - Em 2024, foram exportados US$19,6 milhões, representando 0,79% do total exportado.
  - Em 2025 (até julho), o valor subiu para US$23,1 milhões, equivalente a 1,16% das exportações totais.
  - Minérios Diversos (categoria geral)
  - Inclui outros minérios não especifi cados individualmente, como cassiterita e tanta-lite.
  - Em 2024, essa categoria somou US$31,4 milhões, representando 1,27% das exportações.

- Cassiterita
    - Embora agrupada com o estanho em alguns relatórios, é uma fonte primária de estanho e aparece em registros específicos do SISCOMEX como produto separado em alguns anos.
    - Embora agrupada com o estanho em alguns relatórios, é uma fonte primária de estanho e aparece em registros específicos do SISCOMEX como produto separado em alguns anos.
- Tantalita
    - Minério estratégico usado na indústria eletrônica, aparece em menor volume, mas com valor agregado elevado.
- Nióbio (em forma de concentrado)
    - Exportado em pequenas quantidades, mas com presença constante em registros de exportação mineral.
    - *Fonte: Gerência de Estudos e Análises Socioeconômicas (GEA/SEPOG), com dados do Comex Stat.

Esses minérios são principalmente extraídos em municípios como Ariquemes, Campo Novo de Rondônia, Itapuã do Oeste, Monte Negro e Porto Velho, que compõem a chamada região estanífera de Rondônia.



Cassiterita



Tatalita



Nióbio

Município	Valores Recolhidos de CFEM Compensação Financeira pela Exploração de Recurso Minerais em (R$)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Acumulado
Rondônia (RO)	5.769.354,08	8.341.782,20	10.330.701,73	12.874.046,02	12.502.442,86	16.141.211,89	28.358.709,65	31.594.162,11	41.555.492,17	25.101.911,53	175.686.814,24
Ariquemes	940.895,01	2.657.113,28	3.129.175,32	3.395.096,95	3.513.385,59	4.919.973,00	13.503.468,52	14.303.468,62	18.408.606,89	12.501.911,53	77.273.094,25
Porto Velho	1.364.456,04	1.545.793,10	2.112.579,72	2.356.347,86	2.373.456,13	3.451.956,89	3.429.164,90	4.099.819,76	4.925.846,14	4.275.404,87	30.934.824,41
Nova Brasilândia	-	-	145.278,50	1.952.168,66	224.439,11	764.866,29	3.102.521,79	4.257.412,24	3.960.597,42	4.957.954,58	19.365.238,59
Itapuã do Oeste	461.891,60	300.671,94	1.446.795,06	1.902.969,56	984.294,19	784.286,26	1.872.758,30	2.437.126,12	2.597.744,59	2.794.594,75	15.582.142,37
Campo Novo	1.307.386,45	1.510.475,68	1.465.107,68	1.501.407,78	1.515.339,67	930.463,31	1.662.314,53	1.914.513,15	2.004.372,41	2.317.317,90	16.128.698,56
Rio Crespo	30.806,65	37.179,36	356.592,48	469.324,30	373.501,04	483.801,32	1.166.613,47	1.415.005,34	1.804.372,41	2.107.317,90	8.244.914,27
Espigão D'Oeste	200.098,92	222.642,20	445.159,89	443.568,02	366.705,89	603.858,03	1.033.203,80	1.437.604,82	1.607.853,12	1.947.850,00	8.308.544,09
Parecis	116.034,00	171.330,21	295.268,33	345.586,09	260.786,03	493.850,75	533.203,31	644.368,12	748.621,43	525.545,48	4.134.603,75
Pimenta Bueno	139.987,34	101.203,42	129.324,19	174.017,02	175.946,44	293.894,60	292.329,00	320.305,48	347.456,75	329.470,13	2.304.934,37
Candeias do Jamari	139.987,34	101.203,42	129.324,19	174.017,02	175.946,44	293.894,60	292.329,00	320.305,48	347.456,75	329.470,13	2.304.934,37
Nova Mamoré	782.914,23	712.938,53	732.715,89	773.969,82	896.057,52	904.130,79	1.089.174,56	1.302.204,34	1.433.184,99	1.614.231,33	9.541.521,00
Jaru	72.314,53	88.394,53	99.483,12	109.557,00	120.484,55	183.048,44	203.139,12	248.705,55	279.463,12	315.884,88	1.717.074,84
Ministro Andreazza	43.937,81	81.661,73	89.706,91	102.214,23	115.087,00	137.082,45	198.209,31	213.038,44	258.704,18	296.081,87	1.535.733,93
Cacoal	34.937,81	81.661,73	89.706,91	102.214,23	115.087,00	137.082,45	198.209,31	213.038,44	258.704,18	296.081,87	1.526.733,93
Machadinho D'Oeste	69.240,67	31.041,95	94.310,59	143.706,50	184.375,96	243.214,13	175.591,38	218.146,53	221.646,25	155.540,29	1.537.813,25
Cujubim	69.240,67	31.041,95	94.310,59	143.706,50	184.375,96	243.214,13	175.591,38	218.146,53	221.646,25	155.540,29	1.537.813,25
Ji-Paraná	59.840,38	109.985,81	116.407,96	144.558,34	166.363,98	203.656,29	115.892,25	134.774,23	152.970,55	173.409,34	1.377.858,13
Ouro Preto do Oeste	59.840,38	109.985,81	116.407,96	144.558,34	166.363,98	203.656,29	115.892,25	134.774,23	152.970,55	173.409,34	1.377.858,13
Vilhena	25.104,60	25.081,83	28.868,13	30.909,74	44.558,34	36.263,88	45.805,59	42.133,49	35.332,48	27.042,30	341.100,38
Presidente Médici	48.071,30	33.497,10	29.156,54	21.999,59	24.043,42	19.998,90	18.272,35	23.103,28	18.272,35	61.893,87	305.005,88

Fonte: Agência Nacional de Mineração

11.2.5. Infraestrutura

A infraestrutura de Rondônia apresenta avanços pontuais, mas ainda enfrenta gargalos que comprometem sua competitividade logística, como a BR-364, a necessidade de dragagem do Rio Madeira e a ausência de terminais portuários adequados. Até 2030, o estado terá o desafio de ampliar sua capacidade de transporte, reduzir custos e integrar-se de forma eficiente às fronteiras internacionais, enquanto mitiga os impactos ambientais das obras. Projetos estratégicos como a duplicação da BR-364, a dragagem do Madeira, a Ponte Binacional e a reabertura da BR-319 podem consolidar Rondônia como corredor logístico entre o Brasil e a América do Sul. Para isso, é essencial estruturar um sistema intermodal que articule rodovias, hidrovias e portos, promovendo integração sustentável aos mercados nacional e internacional.



Travessia Urbana de Porto Velho: Os Viadutos foram Marco de Mobilidade e Logística

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) executou neste período de 2015 um conjunto de obras estruturantes em Porto Velho, no âmbito da Travessia Urbana da BR-364 e BR-319, que transformaram a mobilidade da capital rondoniense e o escoamento logístico do estado.

A construção dos Viadutos

- Viaduto da Jatuarana: localizado na zona sul, ampliou o acesso ao centro e melhorou o fluxo de veículos na BR-364.
- Viaduto do Trevo do Roque: um dos mais estratégicos, conecta a zona sul ao centro administrativo e comercial, além de dar acesso ao porto do Rio Madeira e às BRs 364 e 319. Sua segunda pista foi liberada em novembro de 2016.
- Viaduto da Três e Meio: interliga a BR-364 ao bairro Areal da Floresta, com tráfego liberado em dezembro de 2017, recebendo investimentos superiores a R$8 milhões (viadutos e marginais).
- Passagem Inferior da Prudente de Morais: entregue em 2019, possibilitou a travessia urbana por baixo da BR-364, ampliando a segurança e a fluidez do trânsito entre zona sul e centro.

Essas entregas já reduziram significativamente o tráfego de carretas e veículos pesados dentro da malha urbana, tornando as rodovias mais céleres e seguras, além de melhorar a qualidade de vida da população da capital.

Viadutos em Planejamento

O DNIT também anunciou a construção de seis novos viadutos no trecho urbano da BR-319 (Av. Jorge Teixeira), cujo edital foi publicado em 2023. O projeto está dividido em dois lotes:

- Lote 1: Av. Lauro Sodré e Av. Farquar.
- Lote 2: Av. 7 de Setembro/Pinheiro Machado, Av. Abunã/Calama e Av. Imigrantes/Jorge Teixeira.

Com essas obras, as atuais rotatórias e semáforos serão substituídos por interseções em desnível, transformando a avenida em um corredor de tráfego rápido, essencial para consolidar Porto Velho como polo logístico integrado da Amazônia.

A implantação desses viadutos evidencia a importância de investimentos em infraestrutura urbana com forte impacto estadual. Eles representam:

- Segurança viária ampliada, com redução de pontos críticos de acidentes.
- Agilidade logística, ao retirar o fluxo de carretas da malha urbana.
- Mobilidade urbana mais eficiente, beneficiando diretamente a população de Porto Velho.
- Fortalecimento da integração regional, com rodovias mais rápidas e seguras para escoamento da produção e circulação de pessoas.

O conjunto dessas intervenções se consolida como marco estratégico para o desenvolvimento de Rondônia, alinhando logística, mobilidade e qualidade de vida urbana.

11.2.6. Ponte sobre o Rio Madeira (BR-319): Integração Estratégica entre Rondônia e o Amazonas

Ponte sobre o Rio Madeira, localizada em Porto Velho e integrante da BR-319, é uma das obras de infraestrutura mais simbólicas e estratégicas da Região Norte. Ela conecta Rondônia ao sul do Amazonas, por meio da cidade de Humaitá, consolidando um importante corredor de transporte interestadual, tanto para pessoas quanto para cargas.

Desde sua inauguração, a ponte se tornou um eixo vital para a integração da capital rondoniense com a região amazônica, garantindo maior fluidez no transporte rodoviário e reduzindo a dependência exclusiva de balsas. Seu papel vai além da logística: ela fortalece a circulação de mercadorias, o acesso a serviços e o intercâmbio sociocultural entre os estados vizinhos.



https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/apos-colisa-de-embarcacao-dnit-avalia-e-garante-que-ponte-sobre-o-rio-madeira-na-br-319-ro-am-esta-segura

Manutenção e Melhorias Recentes

Em março de 2025, a ponte sofreu a colisão de uma embarcação em suas estruturas de proteção dos pilares, sem prejuízos à sua estrutura principal. O episódio reforçou a necessidade de monitoramento constante e de investimentos em segurança hidroviária.

Em janeiro de 2025, o DNIT concluiu obras de melhoria na cabeceira da ponte, incluindo a instalação de uma passarela com rampa e escadaria para pedestres e ciclistas, resultado de recomendações do Ministério Público Federal (MPF). Essas adaptações ampliaram a acessibilidade, tornando a travessia mais inclusiva e segura para a população local.

Relevância Estratégica para Porto Velho e Rondônia

Integração Regional: a ponte é o elo físico que conecta Porto Velho diretamente ao Amazonas, fortalecendo a BR-319 como rota de circulação estratégica.

Logística e Mobilidade: facilita o transporte de grãos, produtos industrializados e insumos essenciais, além de encurtar distâncias no deslocamento de pessoas.

Segurança e Sustentabilidade: reduz a dependência de travessias fluviais mais lentas e arriscadas, contribuindo para um fluxo rodoviário mais eficiente e previsível.

Inclusão Social: as melhorias estruturais promovem acesso universal à infraestrutura pública, beneficiando pedestres e ciclistas da região.

No contexto do PDES-RO, a Ponte sobre o Rio Madeira deve ser reconhecida como infraestrutura crítica de integração nacional, cuja preservação, modernização e monitoramento permanente são fundamentais para sustentar a competitividade logística de Rondônia, ampliar a segurança viária e fortalecer o papel estratégico de Porto Velho como hub de conectividade amazônica.

11.2.7. Ponte do Abunã: Integração Logística e Territorial da Amazônia Ocidental

Iniciada em 2014, a Ponte sobre o Rio Madeira na região de Abunã (BR-364/RO, km 937) recebeu investimento de R$154 milhões e foi executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A estrutura é um marco histórico para Rondônia e, especialmente, para o Acre, que há mais de 30 anos dependia da travessia de balsas para se conectar ao restante da malha rodoviária federal.

Com 1.450 km de extensão, o Rio Madeira sempre foi um desafio logístico. A ponte representou a superação definitiva dessa barreira, eliminando filas de espera e reduzindo custos de transporte, tempo de viagem e riscos de isolamento sazonal. Sua inauguração, em 7 de maio de 2021, simbolizou a concretização de um sonho histórico da população acreana e rondoniense.



Ponte do Abunã. Foto por Pedro Devani

Importância Estratégica

A Ponte do Abunã representa um pilar estratégico do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia (PDES-RO), por:

Consolidar Rondônia como hub logístico da Amazônia Ocidental;

Ampliar a competitividade regional no comércio internacional, ao conectar a produção agropecuária e mineral aos portos do Pacífico;

Fortalecer a integração federativa e fronteiriça, aproximando Rondônia, Acre e países andinos;

eduzir vulnerabilidades socioeconômicas, ao eliminar gargalos históricos de transporte e mobilidade.

Trata-se, portanto, de uma obra estruturante e de impacto regional, que deve ser acompanhada por políticas de mobilidade sustentável, gestão integrada das rodovias e fortalecimento das cadeias produtivas que dependem desse eixo.

11.2.8. Dragagem do Rio Madeira: Estratégia para Sustentabilidade Logística e Competitividade Regional

A dragagem do Rio Madeira constitui-se em uma ação estratégica e contínua conduzida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), visando assegurar a navegabilidade e prevenir o colapso logístico da região Norte, em especial no estado de Rondônia. A hidrovia do Madeira é um dos eixos mais relevantes para o escoamento da produção agropecuária e mineral, conectando Porto Velho (RO) a diversos polos produtivos e consumidores da Amazônia e do Brasil.



Dragagem do Rio Madeira.
Fonte:https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-assina-ordem-de-servico-para-dragagem-no-rio-madeira foto DNIT

O objetivo central da dragagem é a remoção dos sedimentos acumulados no leito do rio, que dificultam a navegação, principalmente durante os períodos de estiagem severa. Essa intervenção possibilita a manutenção operacional da hidrovia Porto Velho–Manicoré, por onde transitam grãos, minérios, combustíveis e insumos essenciais ao abastecimento regional.

A tecnologia utilizada baseia-se na dragagem por sucção, com o uso de dragas equipadas com bocais de aspiração e jatos de água que desprendem e removem os sedimentos. Esse processo garante eficiência na manutenção do calado mínimo necessário à navegação segura.

Do ponto de vista econômico, a dragagem do Madeira é vital para evitar o isolamento hidroviário e os gargalos logísticos que poderiam comprometer a competitividade regional.

Em períodos críticos sem dragagem, o tempo de transporte pode se estender de 7–8 dias para até 20 dias, em função das restrições de navegação noturna. Dessa forma, a ação assegura a continuidade da cadeia logística, evita prejuízos à economia local e regional, além de prevenir riscos de desabastecimento.

Os trechos priorizados incluem áreas críticas como o Canal do Bom Jardim, em Porto Velho, além das comunidades de Miriti, Costa São Paulo, Salomão e Curicacas, identificadas como pontos de risco desde de 2022.

O governo federal destinou cerca de R$140 milhões para dragagens nos rios Madeira e Solimões, reforçando o compromisso com a infraestrutura de transporte fluvial da Amazônia.

No contexto do PDES-RO, a dragagem do Rio Madeira deve ser considerada não apenas uma ação emergencial, mas parte de uma estratégia de longo prazo para garantir a sustentabilidade logística, a integração regional e a competitividade da produção rondoniense. O fortalecimento da hidrovia é essencial para reduzir custos, ampliar mercados e consolidar Rondônia como um polo estratégico de conexão entre o Centro-Oeste brasileiro, a Amazônia e os países andinos.

11.2.9. Concessão da BR-364: Modernização da Principal Via de Integração de Rondônia

A BR-364 é o eixo rodoviário mais importante de Rondônia, conectando o estado ao Centro-Oeste, à região Norte e ao corredor logístico que segue até os portos do Arco Norte. Em 2024, o Governo Federal concedeu 686,7 km da rodovia, entre Vilhena e Porto Velho, abrangendo 10 municípios rondonienses. A concessão, vencida pela empresa Nova 364 (formada pela 4UM Investimentos e Banco Opportunity), marca um novo ciclo de investimentos em mobilidade, segurança viária e integração logística.

Obras Estruturantes Previstas

O contrato prevê:

- Duplicação de 135 km da rodovia;
- Implantação de 200 km de terceira faixa;

- Construção de passarelas para pedestres, passagens de fauna, vias marginais, pontos de ônibus e reforço da sinalização.

Além disso, em maio de 2025, o Governo Federal, por meio do Novo PAC, entregou um trecho duplicado e a ponte sobre o Rio Jaru, com investimento de R$69,9 milhões, antecipando parte das melhorias.

Cronograma de Execução

As obras de duplicação e ampliação estruturantes têm início previsto apenas a partir do 4º ano do contrato. Até esse marco, a concessionária ficará responsável por ações emergenciais de manutenção, como tapa-buracos, sinalização e conservação da via, além de levantamentos técnicos detalhados.

Apesar do avanço institucional que a concessão representa, produtores rurais, transportadores e caminhoneiros manifestaram preocupação com o início da cobrança de pedágio antes da execução das obras principais. Também destaca-se que a duplicação contemplará apenas 135 km dos mais de 686 km concedidos, o que limita a abrangência da modernização frente às demandas crescentes da malha logística.

Essas preocupações levaram o Ministério Público Federal a abrir investigação sobre o modelo de concessão e o cronograma de investimentos, reforçando a necessidade de transparência, diálogo social e acompanhamento contínuo por parte do poder público estadual e da sociedade civil.



Relevância para o PDES-RO

A concessão da BR-364 deve ser tratada como elemento estratégico do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia (PDES-RO). A modernização da rodovia é condição essencial para:

- Garantir o escoamento competitivo da produção agropecuária e mineral;
- Aumentar a segurança viária e reduzir acidentes fatais;
- Integrar Rondônia aos corredores logísticos nacionais e internacionais, fortalecendo sua posição estratégica no eixo Brasil–Andes–Pacífico;
- Atrair investimentos privados e industriais, viabilizando cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, à bioeconomia e à integração fronteiriça.

No entanto, é fundamental que a implementação seja acompanhada por mecanismos de governança, monitoramento e participação social, para assegurar que os investimentos cumpram seu papel de alavancar o desenvolvimento sustentável do estado.

11.2.10. Ponte Binacional Brasil–Bolívia: Integração Estratégica e Desafios de Vizinhança

A construção da Ponte Binacional sobre o Rio Mamoré, conectando Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (BOL), representa um marco histórico para a integração fronteiriça entre Brasil e Bolívia. A ordem de serviço, assinada em 8 de agosto de 2025, com a presença dos presidentes de ambos os países, autoriza a execução da obra pelo Consórcio Mamoré, dentro do escopo do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), sob coordenação do DNIT e em cooperação com o governo boliviano.

O projeto prevê uma ponte de 1,22 km de extensão, acompanhada de acessos terrestres (3,7 km pelo lado brasileiro e 6 km pelo lado boliviano) e de um complexo de fronteira, com investimento total de R$421,398 milhões. O prazo estimado de execução é de 30 a 36 meses.

Importância Estratégica

A ponte substituirá a atual travessia por balsas, estabelecendo uma ligação rodoviária permanente que fortalece o comércio bilateral e amplia a integração regional. Mais do que uma obra de engenharia, a ponte simboliza o cumprimento do Tratado de Petrópolis (1903), consolidando a cooperação entre os dois países e abrindo caminho para uma logística internacional mais competitiva.

No plano econômico, integra-se ao chamado "Projeto Saída para o Pacífico", permitindo que a produção brasileira em especial grãos, carnes e minérios chegue de forma mais ágil e barata aos portos do Chile e do Peru. Para Rondônia, a ponte reforça seu papel de hub logístico amazônico, ampliando sua relevância nos corredores de exportação e atraindo novas oportunidades de investimentos.

Impactos de Vizinhança: Desafios e Necessidade de Planejamento

Ao mesmo tempo em que cria novas perspectivas de desenvolvimento, a obra exigirá profunda atenção às dinâmicas locais de fronteira. É necessário considerar:

- Impactos sociais e urbanos, incluindo o aumento do fluxo migratório, a pressão sobre serviços públicos de saúde, educação e segurança, além de mudanças no cotidiano das populações de Guajará-Mirim e Guayaramerín.
- Impactos econômicos, como a dinamização do comércio transfronteiriço, o fortalecimento do turismo, mas também riscos de concorrência desleal para pequenos comerciantes locais.
- Impactos ambientais, relacionados à ocupação urbana desordenada, ao trânsito rodoviário mais intenso e às possíveis pressões sobre áreas de preservação próximas ao Rio Mamoré.
- Impactos culturais e identitários, pois a ponte aproximará ainda mais comunidades com tradições distintas, exigindo políticas de valorização cultural e de integração social.

Nesse sentido, a implantação da ponte deverá ser acompanhada de um plano de governança compartilhada, com a participação dos governos nacional, estadual e municipal, além de instâncias binacionais, sociedade civil e organismos internacionais. Esse planejamento deverá contemplar mecanismos de controle social, mitigação de riscos e promoção do desenvolvimento sustentável na faixa de fronteira.

Inserção no PDES-RO

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia, a Ponte Binacional deve ser vista como um vetor de integração internacional e desenvolvimento regional, mas também como um desafio de governança territorial. Sua plena efetividade dependerá não apenas da obra física, mas da capacidade institucional de lidar com os impactos de vizinhança que a acompanham, garantindo que os benefícios econômicos venham acompanhados de coesão social, proteção ambiental e fortalecimento das comunidades locais.

11.2.11 Intervenções Estruturantes em Infraestrutura Urbana e Rodoviária

O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) desempenha um papel estratégico que vai muito além da simples gestão da Malha Rodoviária. Sua atuação é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, promovendo integração regional, conectividade entre municípios e estados vizinhos, e fortalecendo cadeias produtivas que sustentam o crescimento de Rondônia. Conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 27.282/2022, o DER/RO é responsável pela execução das manutenções das rodovias pavimentadas, não pavimentadas e de implantação de pavimento novo, abrangendo toda a extensão da malha rodoviária estadual. Essa estrutura legal consolida o Departamento como o principal agente público na organização e expansão da infraestrutura de transportes em Rondônia.

A manutenção e ampliação das rodovias, aliadas à modernização da infraestrutura aeroportuária, são essenciais para atrair investimentos, impulsionar o turismo e dinamizar setores produtivos como o agrícola, pecuário, industrial e extrativista. Entre as ações estruturantes destacam-se o recapeamento asfáltico, a instalação de sinalização adequada, a construção de pontes de alta durabilidade e a recuperação de estradas, assegurando segurança e trafegabilidade em todas as regiões. Paralelamente às ações de infraestrutura, o DER/RO também exerce importante função social, sob orientação do Governo do Estado, por meio de programas que garantam o direito de ir e vir, como o benefício do Passe Livre, promovendo inclusão e acessibilidade a milhares de cidadãos rondonienses.

A infraestrutura da malha rodoviária, considerada prioridade governamental, vem permitindo avanços significativos na conservação e expansão da rede de transporte estadual. No período avaliado, foram executadas manutenções e obras abrangendo trechos pavimentados, não pavimentados e de implantação de novo pavimento, refletindo o compromisso contínuo do DER/RO com a melhoria da mobilidade e da logística regional.

Esses investimentos asseguram não apenas a eficiência do transporte e a segurança dos usuários, mas também o escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial de Rondônia, fortalecendo a economia estadual e ampliando a integração com os mercados nacionais e internacionais. Dessa forma, a atuação do DER/RO consolida-se como um dos pilares do desenvolvimento sustentável e do progresso socioeconômico de todo o Estado.

11.2.12. Manutenção nas rodovias pavimentadas

A malha rodoviária pavimentada do Estado de Rondônia foi mantida com rigor técnico e excelência operacional, garantindo condições seguras e funcionais para o tráfego e escoamento da produção. Essas ações contribuíram de forma significativa para a mobilidade, o desenvolvimento regional e a integração das comunidades.

Considerando a extensão total de 1.551,44 km, conforme estabelecido em decreto Estadual da Malha Rodoviária nº 27.282/2022, foram executados, ao longo dos últimos anos, serviços que atingiram uma média de 85% a 90% de cobertura das vias sob responsabilidade do DER/RO. As ações contemplaram manutenção, recuperação asfáltica, microrrevestimento e sinalização, garantindo trafegabilidade, segurança e durabilidade às rodovias pavimentadas, reafirmando o compromisso do DER/RO com a qualidade da infraestrutura viária e o bem-estar da população. No período também foram reabilitadas as seguintes Rodovias: RO-005, RO-010, RO-133, RO-135, RO-140, RO-257, RO-370, RO-391, RO-459, RO-460, RO-463, RO-464, RO-473, RO-479, RO-480, RO-481, RO-489 e RO-492.

11.2.13 Manutenção nas rodovias não pavimentadas

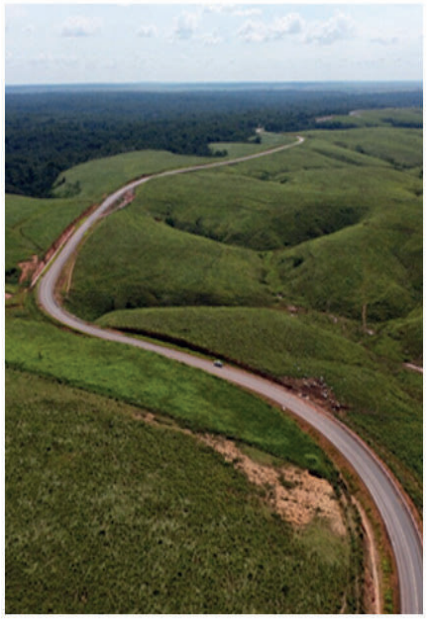
Ao longo dos últimos anos, os trabalhos de manutenção e conservação das rodovias não pavimentadas desempenharam papel fundamental no desenvolvimento de Rondônia. Essas ações garantiram a trafegabilidade e a segurança nas rodovias estaduais e vicinais, assegurando a integração entre as regiões e o escoamento eficiente da produção agrícola, pecuária e industrial do Estado. Foram priorizadas medidas estratégicas que preservaram a funcionalidade da malha rodoviária e promoveram a mobilidade das comunidades em todas as regiões rondonienses.

Considerando a extensão total de 3.684,11 km, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 27.282/2022, o DER/RO executou, ao longo dos últimos anos, serviços de manutenção que atingiram uma média de cobertura entre 90% e 94% das vias sob sua responsabilidade, contri- buindo diretamente para o fortalecimento da economia local e o escoamento da produção estadual. As intervenções incluíram patrolamento, recomposição do revestimento primário (cascalhamento) e limpeza lateral, garantindo melhores condições de deslocamento. O resultado reflete o empenho das 14 Residências Regionais, que superaram desafios operacionais e climáticos, além de realizarem serviços complementares, como desobstrução de bueiros e drenagem, essenciais para a conservação e prolongamento da vida útil da infraestrutura viária.

11.2.14. Novas pavimentações

No período de 2017 a 2025, o Estado de Rondônia alcançou avanços expressivos na área de infraestrutura rodoviária, com a execução de 206 km de pavimento novo, fortalecendo a integração regional e o desenvolvimento econômico.

Desse total, 97,31 km foram executados por meio de contratos de execução indireta, contemplando trechos estratégicos das rodovias RO-370 e RO-491, considerados de maior relevância para o escoamento da produção, a melhoria da mobilidade e o fortalecimento da logística estadual. Esses resultados refletem o compromisso do DER/RO em aprimorar a malha rodoviária, superando limitações orçamentárias e assegurando a continuidade de obras estratégicas. Os investimentos em pavimentação nova são fundamentais para fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Estado, garantindo mais segurança, eficiência e qualidade no transporte de pessoas e mercadorias.



A RO-370, popularmente conhecida como "Rodovia do Boi", desempenha um papel fundamental no escoamento da produção agropecuária do Cone Sul de Rondônia. Conectando regiões produtivas como Corumbiara e o Distrito de Vitória da União, a rodovia se integra ao projeto estratégico TransRondônia. Este projeto visa criar uma rota alternativa à BR-364, principal rodovia do estado, que facilitará o transporte de cargas pesadas, aliviando o tráfego na BR-364 e beneficiando as áreas agrícolas, otimizando a logística estadual. Essas obras, além de promoverem desenvolvimento econômico, estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o compromisso do estado com práticas sustentáveis e inclusivas.

Para viabilizar essa iniciativa, o Governo de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER), tem realizado investimentos significativos na pavimentação da RO-370.





A obra foi dividida em cinco lotes, totalizando 84,38 km de extensão. A integração dessas ações com o planejamento estratégico estadual e o PDES 2030 garante que os investimentos em infraestrutura estejam conectados às diretrizes de longo prazo, facilitando o monitoramento e a efetividade das políticas públicas.

Outro exemplo emblemático é a pavimentação da Rodovia 491 que é uma rodovia estadual de grande importância para Rondônia, sua relevância está na função essencial que desempenha ao facilitar o transporte de produtos e garantir a conectividade entre diversas regiões do estado.

Até o momento, 46% da obra já foi executada, resultado do empenho das equipes do DER/RO e da coordenação eficiente das atividades. A conclusão da pavimentação permitirá maior durabilidade da rodovia, redução de custos de manutenção e melhores condições de deslocamento para veículos de carga e transporte de passageiros.

Nos próximos anos, a obra será totalmente concluída e inaugurada, consolidando mais uma etapa importante na modernização da malha viária estadual e fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da região.

Ainda no período de 2017 a 2025, o Estado de Rondônia avançou de forma significativa na consolidação da infraestrutura rodoviária, por meio da execução de obras de pavimentação de grande relevância em diversos municípios. Essas intervenções realizadas, consolidam um legado de progresso, conectividade e desenvolvimento regional, fortalecendo o escoamento da produção e a integração das comunidades.

As obras a seguir refletem o compromisso do Governo do Estado em garantir mobilidade, segurança e eficiência logística em todas as regiões rondonienses:

Município	Rodovia / Trecho	Extensão (km)	Situação
Porto Velho	Rodovia 005	12,05	Concluída
Ariquemes	Vias Urbanas	5,69	Concluída
Ariquemes	Vias Urbanas	7,98	Concluída
Machadinho D'Oeste	RO-257	9	Concluída
Mirante da Serra	RO-010	2,89	Concluída
Pimenteiras	BR-435	8,76	Concluída
Urupá	RO-010	2,72	Concluída
Ariquemes	Vias Urbanas	8,09	Concluída
Ariquemes	Vias Urbanas	7,49	Concluída
Pimenta Bueno	Vias Urbanas	6,57	Concluída
Pimenteiras	BR-435	9,5	Concluída
Rolim de Moura	Vias Urbanas	3,28	Concluída
Rolim de Moura	Vias Urbanas	4,94	Concluída
Rolim de Moura	Vias Urbanas	4,94	Concluída
Campo Novo de Rondônia	BR-421	12,56	Concluída
Espigão d'Oeste	RO-133	10	Em andamento
Rolim de Moura	Vias Urbanas	13,14	Em andamento

Essas ações reforçam o papel do DER/RO como agente estruturador do desenvolvimento de Rondônia, atuando de forma integrada e contínua na execução, manutenção e ampliação das rodovias pavimentadas, não pavimentadas e de pavimento novo, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 27.282/2022.

11.2.15. Obras de Arte Especial (OAE)

Obras de Arte Especiais (OAE) são estruturas criadas para atravessar avenidas, vales e rios. Quando construídas sobre corpos d'água, as pontes têm um papel fundamental no progresso do estado, pois conectam comunidades e facilitam o transporte. O DER/RO possui um total de 213 pontes em seu patrimônio, sendo 107 de madeira, 80 de concreto e 26 mistas. A diversidade na construção dessas pontes é essencial para atender às diferentes necessidades geográficas e climáticas da região.

As pontes de madeira, por exemplo, são frequentemente utilizadas em áreas rurais devido à facilidade de obtenção de materiais e à rapidez na construção. Por outro lado, as pontes de concreto são mais duráveis e adequadas para suportar tráfego intenso, sendo preferidas em áreas urbanas ou em vias de grande circulação. As pontes mistas combinam o melhor dos dois mundos, proporcionando flexibilidade e resistência. Além de sua função prática, essas infraestruturas têm um impacto significativo no desenvolvimento econômico e social, permitindo o acesso a serviços essenciais e estimulando o crescimento das comunidades locais.

11.2.16. Construção de Pontes



Entre os anos de 2019 e 2025, o DER executou diversas obras de infraestrutura Rodoviária, com destaque para a construção de pontes em concreto protendido, aço e estruturas mistas em diversas regiões do Estado de Rondônia. Essas intervenções foram fundamentais para garantir maior segurança no tráfego, melhorar o escoamento da produção regional e assegurar a integração entre municípios.

Durante esse período, o DER construiu as seguintes pontes:

- Ponte sobre o Rio Urupá, no município de Ji-Paraná, construída em concreto protendido, localizada na RO-135.
- Ponte sobre o Rio Barão de Melgaço, em Pimenta Bueno, em concreto armado pré-moldado protendido, situada na Linha 45.
- Ponte sobre o Rio Jamari, em Ariquemes, construída em concreto pré-moldado protendido, localizada na BR-421.
- Ponte sobre o Rio Jamari, em Alto Paraíso, de concreto protendido, situada na RO-459.

- Ponte sobre o Rio Colorado, em Alto Alegre dos Parecis, construída em aço estrutural e concreto armado, localizada na RO-490.
- Ponte sobre o Rio Jaci-Paraná, em Campo Novo de Rondônia, construída em concreto pré-moldado protendido, situada na Linha Eletrônica.
- Ponte sobre o Rio Canário, em Chupinguaia, construída em aço e concreto armado, localizada na RO-391.
- Ponte sobre o Rio Ribeirão Grande, em Espigão d'Oeste, construída em aço e concreto armado, situada na RO-387.
- Ponte sobre o Rio Ararinha, em Parecis, construída em aço e concreto armado, localizada na RO-495.
- Ponte sobre o Rio da Anta, no município de Ariquemes, construída em concreto protendido, localizada na RO-257.
- Ponte sobre o Rio Azul, em Machadinho d'Oeste, de concreto protendido, situada também na RO-257.
- Ponte sobre o Rio Vermelho, em Ariquemes, de concreto protendido, na RO-257.
- Ponte sobre o Rio da Onça, em Ariquemes, de concreto protendido, na RO-257.
- Ponte sobre o Rio Belém, na RO-461, trecho entre Machadinho d'Oeste e Cujubim, construída em concreto protendido.
- Ponte definitiva sobre o Rio São Joaquim, na Linha 78 Sul, município de São Miguel do Guaporé, com estrutura de aço estrutural e concreto armado.
- Ponte sobre o Rio Cabreúva, em Corumbiara, de concreto pré-moldado protendido, localizada na RO-370.
- Ponte sobre o Rio Omerê, também em Corumbiara, de concreto pré-moldado protendido, situada na RO-495.
- Ponte mista sobre o Rio Pimenta, em Chupinguaia, com extensão de 95 metros, localizada na RO-495.

11.2.17. Manutenção de pontes de madeira

O Estado de Rondônia alcançou avanços significativos na manutenção e recuperação de pontes de madeira, com uma média de 40 estruturas revitalizadas por ano. Essas ações reforçam o compromisso do DER/RO em assegurar a qualidade e a segurança da malha viária estadual, por meio da execução de serviços de substituição de madeiramento, reforço estrutural e revitalização dos acessos em centenas de pontes distribuídas pelas rodovias estaduais.

Essas intervenções proporcionaram maior segurança e durabilidade às estruturas, garantindo o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o deslocamento de comunidades rurais e indígenas. A gestão tem priorizado pontos críticos, promovendo respostas ágeis às demandas regionais e otimizando o uso dos recursos públicos.

Os investimentos contínuos em manutenção preventiva e corretiva das pontes de madeira refletem a política de valorização da infraestrutura básica do Estado, com foco em ampliar a integração entre os municípios, fortalecer o desenvolvimento econômico e social e assegurar melhores condições de trafegabilidade ao longo de todo o ano.



11.2.18. A Importância da SEOSP para a Infraestrutura de Rondônia

A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP) foi criada com a missão de fortalecer a infraestrutura urbana e rural nos municípios de Rondônia, garantindo qualidade de vida e desenvolvimento regional. Desde sua implantação, a SEOSP tem atuado em diversas frentes, oferecendo apoio técnico e financeiro às prefeituras, seja por meio de recursos próprios do Governo do Estado, contrapartidas municipais ou emendas parlamentares. Essa integração assegura que obras essenciais sejam executadas mesmo em localidades com menor capacidade orçamentária.

Os serviços realizados pela SEOSP abrangem um amplo leque de ações estruturantes, como construção e revitalização de praças, feiras municipais, quadras esportivas, estacionamentos, barracões para eventos culturais e esportivos, além de melhorias em prédios públicos e centros comunitários. A secretaria também atua na modernização da iluminação pública, implantação de sistemas de drenagem, pavimentação com blocos sextavados, instalação de parques infantis e

academias ao ar livre, além de obras voltadas à mobilidade urbana e segurança viária. Essas iniciativas refletem o compromisso com a funcionalidade dos espaços públicos e a valorização das comunidades.

INTERVENÇÕES DA SEOSP NOS MUNICÍPIOS DESDE 2020			
ANO	Nº DE OBRAS	Nº MUNICÍPIOS	INVESTIMENTO
2020	36	21	R$ 9.484.014,73
2021	112	40	R$ 75.325.362,98
2022	58	27	R$ 41.929.436,26
2023	53	28	R$ 24.927.836,90
2024	43	24	R$ 25.694.743,29
2025	44	26	R$ 18.807.689,31

Com presença efetiva em praticamente todos os municípios do estado, a SEOSP soma centenas de obras em andamento ou concluídas, consolidando-se como peça-chave para o desenvolvimento sustentável de Rondônia. A diversidade de projetos e a abrangência territorial justificam sua criação como órgão estratégico, capaz de articular políticas públicas e garantir infraestrutura adequada para impulsionar a economia, promover lazer e bem-estar social. A atuação da SEOSP reafirma o papel do Governo do Estado como parceiro dos municípios na construção de um futuro





Fonte: SEOSP RO

O Governo do estado tem uma atuação com visão de governança municipalista. Um exemplo é o projeto com pista de caminhada, calçadas de passeio, estacionamento, playground, postes de iluminação, quiosques, palmeiras imperiais, ipês, pergolado, ponte de madeira, monumento da família do Shrek, totens, bancos, lixeiras e estação de barra fixa. Essas intervenções contribuíram para a valorização urbana e o bem-estar da população, promovendo ambientes mais inclusivos e funcionais.

O distrito de Vista Alegre do Abunã, em Porto Velho, recebeu a praça pública totalmente revitalizada pelo governo de Rondônia com um investimento de quase R$2 milhões, transformando o local em um espaço de lazer e esporte para a comunidade. O novo espaço conta com pista de caminhada, academia ao ar livre, bicicletário, playground, pergolados, áreas arborizadas, quadra de areia, campo de futebol, quadra poliesportiva e iluminação moderna.

É importante destacar que o Governo do Estado de Rondônia, por meio do DER e da SEOSP, tem adotado uma política de atendimento baseada na necessidade real da população, sem estabelecer critérios que diferenciam municípios de distritos, ou localidades grandes de pequenas. O foco é garantir que todos os cidadãos, independentemente da região onde vivem, tenham acesso a infraestrutura de qualidade e serviços públicos eficientes. Essa abordagem equitativa tem permitido que obras importantes cheguem a comunidades que historicamente enfrentam dificuldades de acesso e mobilidade.

Dimensão Social

O Estado de Rondônia alcançou avanços significativos na manutenção e recuperação de pontes de madeira, com uma média de 40 estruturas revitalizadas por ano. Essas ações reforçam o compromisso do DER/RO em assegurar a qualidade e a segurança da malha viária estadual, por meio da execução de serviços de substituição de madeiramento, reforço estrutural e revitalização dos acessos em centenas de pontes distribuídas pelas rodovias estaduais.



Segundo o último censo do IBGE e dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Rondônia passou de 0,690 em 2010 para 0,700 em 2021 segundo IBGE (censo de 2022), aproximando-se da média nacional e mantendo-se acima da média da Região Norte. A evolução do IDH é reflexo da elevação da renda média, dos ganhos em escolarização e do aumento da expectativa de vida.

Estado	Indicador	Ano	Nota
RONDÔNIA	IDH	1991	0.407
		2000	0.537
		2010	0.690
		2012	0.694
		2013	0.687
		2014	0.692
		2015	0.706
		2016	0.715
		2017	0.721
		2018	0.73
		2019	0.73

O Índice de Progresso Social (IPS), que avalia dimensões como necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar e oportunidades, também apresenta pontuação média superior à da Amazônia Legal, com a maioria dos municípios de Rondônia situados entre as faixas de desempenho intermediário a elevado.

Na área da saúde, a esperança de vida ao nascer aumentou de 66,3 anos em 2000 para 73,8 anos em 2024, segundo projeções da série histórica do IBGE. A taxa de mortalidade infantil caiu de 23,1 para 13,4 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período, refletindo avanços em vacinação, atenção básica e programas de proteção materno-infantil.

O número de médicos por mil habitantes também aumentou consideravelmente nas últimas duas décadas, embora ainda existam desigualdades no acesso entre capitais e municípios do interior. Porto Velho concentra a maior parte dos profissionais de saúde, o que impõe desafios à interiorização da assistência.

Rondônia tem apresentado avanços significativos na área educacional, superando as metas do IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, com destaque para a taxa de alfabetização de 94,2% entre a população com 15 anos ou mais, acima da média regional e nacional. Apesar da universalização do acesso à educação básica, persistem desafios como a qualidade do ensino e a evasão escolar, especialmente no ensino médio. O estado também tem investido em programas de inclusão produtiva, proteção social e segurança alimentar, com foco na agricultura familiar e transferência de renda. No entanto, ainda existem desigualdades entre os municípios, com alguns enfrentando sérias limitações em infraestrutura, saneamento e serviços públicos, o que reforça a necessidade de políticas voltadas à equidade e ao desenvolvimento social sustentável.

Povos Tradicionais e Indígenas

Superintendência Estadual do Indígena (SI) – Consolidação e Propósito

A Superintendência Estadual do Indígena (SI), vinculada ao Governo de Rondônia, foi criada com a missão de consolidar políticas públicas voltadas aos povos indígenas, assegurando direitos, preservação territorial, valorização cultural e promoção de alternativas produtivas sustentáveis, em conformidade com os princípios constitucionais e com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES). Desde sua instituição, a SI se tornou um espaço estratégico de interlocução entre o Estado e as comunidades indígenas, atuando na articulação interinstitucional e na execução de ações voltadas à defesa dos territórios e à promoção da autonomia econômica. Rondônia abriga uma rica diversidade étnica, com destaque para os povos indígenas, que representam cerca de 1,25% da população estadual, distribuídos em aproximadamente 44 etnias. A criação da Superintendência Estadual do Indígena (SI), liderada por um representante indígena, marcou um avanço nas políticas públicas voltadas à valorização cultural, proteção territorial e promoção da sustentabilidade. Iniciativas como o pagamento por serviços ambientais (REDD+), o Programa de Aquisição de Alimentos Indígena (PAA-Indígena), instalação de placas solares, melhorias na saúde e educação, refletem o compromisso do estado com os direitos e o bem-estar desses povos.

A estruturação da SI envolveu a organização administrativa e a definição de instrumentos para planejamento e execução de políticas públicas específicas. Esse processo permitiu desenvolver iniciativas voltadas à inclusão produtiva, valorização cultural e integração das comunidades

indígenas em programas estaduais e federais, com destaque para ações de segurança alimentar, incentivo à produção sustentável e formalização da atividade artesanal. Tais medidas ampliaram o acesso a benefícios institucionais e oportunidades de comercialização, fortalecendo a identidade cultural e a geração de renda. Atualmente, a SI consolida sua atuação por meio de diagnósticos socioeconômicos e ambientais, que subsidiam decisões estratégicas do governo, e pela criação de núcleos regionais para descentralizar o atendimento às comunidades. Essas ações reforçam um modelo de gestão pública pautado na escuta ativa, na valorização da diversidade cultural e na promoção da dignidade humana, reafirmando o compromisso do Governo de Rondônia com os povos originários e com o desenvolvimento sustentável dos territórios tradicionais.

Além dos indígenas, Rondônia abriga comunidades quilombolas e ribeirinhas que também são contempladas por políticas públicas específicas. Segundo o Censo de 2022, há 2.926 quilombolas no estado, beneficiados por ações como o mutirão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), comercialização do pirarucu e programas de apoio à produção e turismo. Os ribeirinhos, por sua vez, recebem assistência por meio de iniciativas como o Barco Hospital Walter Bártolo, ambulanchas, auxílio emergencial climático e programas sociais voltados à saúde, alimentação e educação. A valorização dos povos tradicionais em Rondônia passa pelo reconhecimento de suas especificidades culturais e históricas, e pela garantia de seus direitos fundamentais como base para um desenvolvimento justo e sustentável.

Mudanças no cenário econômico, social e ambiental

Nos últimos anos, Rondônia tem fortalecido sua economia, mas também enfrenta choques externos e eventos climáticos extremos, como a pandemia da Covid-19, conflitos internacionais que elevaram o custo de insumos, além de secas e enchentes com impactos sociais significativos. A crise hídrica tem se intensificado, com redução histórica dos níveis de rios como o Madeira, afetando o abastecimento, a produção agrícola e a infraestrutura. Para mitigar esses efeitos, o governo estadual tem adotado medidas como o Projeto Recuperar e ações de educação ambiental voltadas à adaptação climática e segurança hídrica.

O aumento das queimadas, que atingiram mais de 1,4 milhão de hectares em 2024, representa uma ameaça à biodiversidade e à saúde pública, com a fumaça elevando os níveis de poluição atmosférica e afetando populações vulneráveis. Esses incêndios estão frequentemente ligados a práticas ilegais como grilagem e desmatamento, exigindo uma resposta integrada entre fiscalização, políticas públicas e conscientização. Paralelamente, Rondônia tem avançado na promoção da educação inclusiva, com programas como o PAIE e a Lei Estadual nº 5.430/2022, que garantem direitos educacionais a crianças com deficiência, embora ainda haja desafios na formação de profissionais e infraestrutura escolar.

No campo da inovação, Rondônia tem se destacado pela adoção de tecnologias emergentes, especialmente inteligência artificial, com apoio de iniciativas como a Ecotech Amazônia e a Rede Tambaquitech. Apesar da vulnerabilidade à volatilidade de preços globais e às mudanças climáticas, o estado apresenta indicadores positivos de crescimento econômico, com destaque para o comércio, indústria e agropecuária. Em 2024, o comércio cresceu 20%, a indústria 19% e a agropecuária movimentou mais de R$18 bilhões, consolidando Rondônia como um polo de desenvolvimento e buscando construir uma economia resiliente e sustentável.

Caminhos para a Resiliência Sustentável

Para garantir um futuro próspero e equilibrado, Rondônia deve intensificar esforços na diversificação de sua matriz econômica, reduzindo a dependência de commodities e fortalecendo setores estratégicos como tecnologia, turismo sustentável e bioeconomia. A regularização fundiária e ambiental, aliada à implementação de políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas, é essencial para proteger os recursos naturais e garantir segurança jurídica aos produtores. Investir em educação inclusiva, inovação e sustentabilidade será determinante para construir uma Rondônia resiliente, capaz de enfrentar externalidades e promover o desenvolvimento econômico e social de forma integrada e duradoura.

12. PDES em Movimento: Dez Anos de Implementação

Desde a criação do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável (PDES) em 2015, Rondônia tem vivenciado um processo contínuo de transformação em suas políticas públicas, com avanços significativos em diversas áreas estratégicas. O PDES 2015-2030 foi concebido como um instrumento de planejamento de longo prazo e desde então tem orientado ações voltadas à inclusão social, à sustentabilidade ambiental, à competitividade econômica e à modernização da gestão pública. Ao longo dos últimos anos, o estado consolidou importantes marcos, como a ampliação da infraestrutura educacional, o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da cultura regional e o investimento em conectividade digital.

Entre os destaques do período, merece atenção o fortalecimento da governança pública com foco na transformação digital, que permitiu maior eficiência na prestação de serviços e maior transparência na gestão. A criação de plataformas digitais, a modernização dos sistemas fazendários e a ampliação da conectividade em áreas remotas contribuíram para a inclusão digital e a cidadania ativa. No campo da saúde, houve avanços na descentralização dos serviços especializados e na ampliação da capacidade de atendimento local, com melhorias na infraestrutura hospitalar e na regulação de exames e procedimentos de alta complexidade. A segurança pública também passou por reestruturações, com investimentos em tecnologia, capacitação das forças de segurança e integração entre os entes federativos.

O PDES foi baseado por demandas locais de forma regionalizada e nas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e aproveitar as potencialidades do território.

Principais pontos do PDES:

- Foco territorial: planejamento baseado em problemas e oportunidades específicas de cada região, com participação de governos (federal, estadual e municipal) e sociedade civil.
- Regionalização: Rondônia foi dividida em 10 Regiões de Planejamento e Gestão (Lei Complementar nº 414/2007), facilitando a aplicação das políticas públicas.
- Histórico: a ocupação do estado passou por ciclos da borracha, ações de Marechal Rondon e, a partir de 1966, grandes projetos de expansão agropecuária; hoje o foco é no desenvolvimento sustentável.

Eixos estratégicos (da PNDR):

- Abordagem territorial
- Desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento social
- Infraestrutura e logística Inclusão produtiva

Importante lembrar que o PDES 2015-2030 foi trabalhado com quatro dimensões estabelecidas por diretrizes:

Diretriz I - Territorialização e Gestão Ambiental, que abarca a abordagem territorial, a gestão ambiental e a sustentabilidade;

Diretriz II - Bem-estar Social, que envolve a ação do Estado na promoção e acesso aos serviços públicos de forma oportuna e de qualidade.

Diretriz III - Competitividade Sustentável, envolvendo a dotação de infraestrutura, logística e o fomento de desenvolvimento econômico inclusive, com base nos ativos regionais;

Diretriz IV - Modernização da Gestão Pública, que objetiva instituir Mecanismos de governança e Gestão de excelência na condução da administração pública e no planejamento da modernização institucional.

12.1. Diretriz Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

A Diretriz Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial integrou as estratégias do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES 2015–2030), orientando a política ambiental de Rondônia para integrar conservação e produção em bases sustentáveis. Essa estratégia buscou consolidar o estado como referência em gestão ambiental responsável, protegendo os ecossistemas amazônicos e promovendo o desenvolvimento regional.

A Diretriz I do PDES 2015–2030 estabeleceu desde então os fundamentos para uma abordagem territorial integrada à gestão ambiental e à promoção da sustentabilidade em Rondônia. Essa diretriz reconhece que o desenvolvimento equilibrado do Estado depende da valorização das especificidades regionais, da proteção dos recursos naturais e da articulação entre os diversos níveis de governo e sociedade civil. A territorialização das políticas públicas permite que as ações sejam planejadas e executadas com base nas características socioeconômicas, ambientais e culturais de cada região, promovendo maior eficiência e equidade na distribuição dos investimentos e serviços públicos.

A gestão ambiental, por sua vez, é tratada como eixo transversal e estratégico, voltado à preservação dos ecossistemas, ao uso racional dos recursos naturais e à mitigação dos impactos das mudanças climáticas. A sustentabilidade é o princípio orientador dessa diretriz, que busca conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental e a inclusão social. A regionalização do planejamento, instituída pela Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007, dividiu Rondônia em dez Regiões de Planejamento e Gestão, facilitando a implementação de políticas públicas territorializadas e participativas.

A Diretriz I também reforça o papel do Estado como articulador de políticas voltadas ao ordenamento territorial, à regularização fundiária e à proteção das áreas de preservação permanente, promovendo ações que envolvem reflorestamento, recuperação de nascentes, controle de queimadas e educação ambiental. A participação ativa da população, por meio de audiências públicas e fóruns regionais, é essencial para garantir que as decisões reflitam as necessidades reais dos territórios e fortaleçam a governança ambiental.

A seguir, estão apresentados os principais programas e ações desenvolvidas desde a implantação do PDES até este momento de revisão do plano 2030, que marcaram o compromisso do Estado com a construção de um futuro sustentável e resiliente.

Fortalecimento da Gestão Ambiental Descentralizada

A descentralização do licenciamento ambiental em Rondônia é um marco na consolidação da gestão ambiental compartilhada no estado, em conformidade com a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 e na Lei Estadual nº 3686 de 8 de dezembro de 2015. Essa política pública fortalece o papel dos municípios na proteção dos recursos naturais e no controle de atividades de impacto local.

Atualmente, 32 municípios exercem a competência para promover o licenciamento ambiental. O progresso demonstra que a meta de curto prazo foi superada e a meta de médio prazoestá muito próxima de ser atingida.

- Capacitação Contínua: Treinamentos para agentes públicos sobre procedimentos de licenciamento e harmonização de práticas administrativas.
- Apoio Logístico: Doação de equipamentos, mobília e veículos para o desenvolvimento das atividades nas secretarias municipais (popularmente é conhecido como “Kit Ambiental”).

O apoio logístico e a harmonização das práticas garantem que a descentralização ocorra de forma estruturada, eficaz e alinhada às diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente.

Avanço na Conservação: Ampliação de Unidades de Conservação (UCs)

O esforço estratégico do Estado de Rondônia na proteção de seu patrimônio natural resultou na criação e implementação de 11 novas Unidades de Conservação (UCs) no ano de 2018.

Essas 11 novas unidades, que juntas abrangem aproximadamente 600 mil hectares, somaram-se às já existentes e consolidaram a rede de áreas protegidas do Estado. Com isso, Rondônia passou a contar com um total de 49 Unidades de Conservação Estaduais.

A ampliação destas UCs não se trata apenas de números, mas da garantia de proteção legal para áreas estratégicas. As Unidades de Conservação são fundamentais para preservar a biodiversidade, manter serviços ecossistêmicos vitais (como a regulação hídrica e climática), e proteger

os recursos naturais a longo prazo, sendo o pilar da política de desenvolvimento sustentável do Estado.



As unidades contempladas, instituídas por decretos em 20 de março de 2018, são:

- A Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo;
- A Floresta Estadual do Rio Pardo;
- A Estação Ecológica Umirizal;
- A Reserva de Fauna Pau D'Óleo;
- O Parque Estadual Abaitará;
- O Parque Estadual Ilha das Flores;
- As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS Rio Machado, RDS Limoeiro, RDS Serra Grande e RDS Bom Jardim);
- Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Este avanço reflete o compromisso do Estado de Rondônia com a gestão de seu sistema de áreas protegidas, essenciais para a conservação da biodiversidade e a promoção do uso sustentável dos recursos.

Planos de Manejo: Instrumentos de Gestão e Conservação

Os Planos de Manejo (PM) são instrumentos técnicos essenciais para as Unidades de Conservação (UCs) estaduais, pois orientam toda a gestão, o ordenamento do uso e a proteção dessas áreas.

O trabalho para garantir a vigência e a atualização desses documentos é contínuo. Com base em dados atualizados, a situação dos Planos de Manejo é a seguinte:

- Planos de Manejo Vigentes: Quatro UCs possuem Planos de Manejo atualizados: o Parque Estadual Serra dos Reis (atualizado em 2019), a ESEC Serra dos Três Irmãos (atualizado em 2021, com apoio do Programa ARPA), e a ESEC Samuel (atualizado em fevereiro de 2025).

- Planos de Manejo em Revisão ou a Serem Atualizados: Quatro UCs estão em processo de revisão ou com atualização prevista, demonstrando o planejamento estratégico da gestão ambiental. O Parque Estadual Corumbiara, a RESEX Rio Cautário, e a RESEX Rio Preto Jacundá têm revisão prevista para 2026. A RESEX Pacaás Novos está atualmente em atualização, com previsão de conclusão em 2026. O Parque Estadual de Guajará-Mirim possui um Plano de Manejo de 2016 e está sendo atualizado.

O Estado de Rondônia adota uma postura proativa na busca por parcerias institucionais e programas de fomento, essenciais para viabilizar o financiamento e a execução dos Planos de Manejo nas UCs que ainda não possuem.

Essa estratégia tem focado no desenvolvimento da autonomia técnica e na captação de recursos:

- Capacitação e Autonomia Institucional: O trabalho conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma das principais estratégias. Essa parceria incluiu treinamentos técnicos direcionados aos servidores da SEDAM, capacitando-os para a elaboração e revisão de Planos de Manejo. Como resultado, dois planos estão atualmente em fase de elaboração por técnicos da própria SEDAM, demonstrando um avanço significativo na autonomia do Estado.

- Apoio Técnico e Financeiro Externo: Por meio de acordos de cooperação, a SEDAM assegura a destinação de recursos para fomentar atividades ambientais, com ênfase nas ações desenvolvidas no interior das UCs. Nesse contexto, destaca-se o apoio técnico e financeiro do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL). O ASL é uma iniciativa coordenada nacionalmente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiada por organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Planos de Manejo: Instrumentos de Gestão e Conservação

A gestão da informação e o fomento a pesquisas estratégicas são subsídios imprescindíveis para a tomada de decisão e para o alcance dos objetivos estabelecidos nos planos de manejo de cada Unidade de Conservação (UC).

Em 2023, a pesquisa nas UCs de Rondônia foi fortalecida com a alocação de recursos humanos por meio do Programa CAFIX, uma parceria com a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO).

Ao longo de 2024, diversas pesquisas e projetos seguiram em desenvolvimento nas UCs estaduais. As iniciativas são coordenadas por técnicos da Coordenadoria de Unidades de Conservação, em colaboração com bolsistas do Programa CAFIX e com o apoio de servidores de outras coordenadorias da SEDAM.



Entre os principais projetos em andamento, destacam-se:

- Manejo e Controle de Espécies Exóticas: Ações voltadas para a criação de peixes exóticos em áreas adjacentes às Unidades de Conservação e para o manejo e controle populacional do pirarucu (Arapaima spp.) como espécie invasora.
- Projeto Quelônios da Amazônia: Focado na conservação e manejo de tartarugas e tracajás.
- Mapeamento de Fontes Bioeconômicas: Identificação de potenciais econômicos sustentáveis em comunidades tradicionais de Reservas Extrativistas.
- Saúde Ambiental: Desenvolvimento de práticas extensionistas voltadas para a saúde e bem-estar em comunidades tradicionais nas Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia. s objetivos estabelecidos nos planos de manejo de cada Unidade de Conservação (UC).

Apoio às Atividades Extrativistas Sustentáveis

As ações voltadas ao desenvolvimento ambiental no Estado de Rondônia com o advento do PDES foram orientadas por princípios de sustentabilidade e valorização das práticas tradicionais, foram consolidadas como um eixo estratégico autônomo dentro do PDES 2015–2030. As iniciativas ambientais estavam distribuídas entre diferentes diretrizes, especialmente aquelas voltadas à cidadania e ao desenvolvimento territorial, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Com o avanço do plano e a revisão em curso, o eixo ambiental passou a ser dividido em diretrizes para o desenvolvimento ambiental e diretrizes para a territorialização, reconhecendo a importância da sustentabilidade como base para o desenvolvimento regional e a importância principalmente voltadas para os assuntos que norteiam a regularização urbana e fundiária. Desde então, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) passou a executar ações contínuas junto às comunidades extrativistas, promovendo a sustentabilidade das atividades produtivas tradicionais. Por meio da captação de recursos externos, o estado adquiriu materiais e equipamentos, além de promover cursos e capacitações em boas práticas de extração, com o objetivo de aumentar a produtividade, reduzir impactos ambientais e assegurar a manutenção da atividade extrativista de forma sustentável.

Adicionalmente, reservas extrativistas situadas no município de Machadinho do Oeste foram inseridas em projetos de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis (SAFS), que integram espécies agrícolas, florestais e frutíferas, promovendo simultaneamente a recuperação de áreas degradadas, a diversificação produtiva e a geração de renda para as comunidades locais. Essas ações, executadas em parceria com organizações como o Programa Paisagens Sustentáveis (ASL), refletem o compromisso da SEDAM em promover o desenvolvimento sustentável, fortalecer a conservação ambiental e apoiar a autonomia econômica das comunidades extrativistas, integrando produção responsável, restauração ecológica e valorização das práticas tradicionais de manejo territorial.

Manejo Florestal Sustentado (PMFS)

A gestão florestal sustentável em Rondônia se divide em duas vertentes principais: o PMFS Empresarial (em áreas privadas) e o PMFS Comunitário (em Unidades de Conservação). Neste contexto, a SEDAM é responsável pela gestão e controle dos Recursos Florestais, englobando materiais madeireiros e não madeireiros, tanto de florestas nativas quanto de plantas plantadas em Rondônia.

PMFS Comunitário (Em Unidades de Conservação)

Atualmente, Rondônia concentra seus esforços nos Planos de Manejo Florestal Sustentado (PMFS) de natureza empresarial. No que diz respeito ao PMFS Comunitário, a exploração sustentável de madeira e outros produtos florestais em unidades de conservação é realizada por empresas que, como contrapartida, destinam ações de apoio às comunidades extrativistas. Essas ações incluem investimentos sociais e o repasse de uma porcentagem da produção florestal, promovendo benefícios diretos à população local.

PMFS Empresarial (Autorização em Áreas Privadas)

Refere-se às autorizações para a exploração florestal sustentável em áreas privadas no estado. Esta modalidade tem foco na exploração em escala econômica. O projeto tinha como meta inicial abranger 4.112.334 hectares em 60% dos municípios. A execução, no entanto, concentrou-se nos seguintes resultados:

Evolução da exploração florestal sustentável em Rondônia de 2015 a 2024

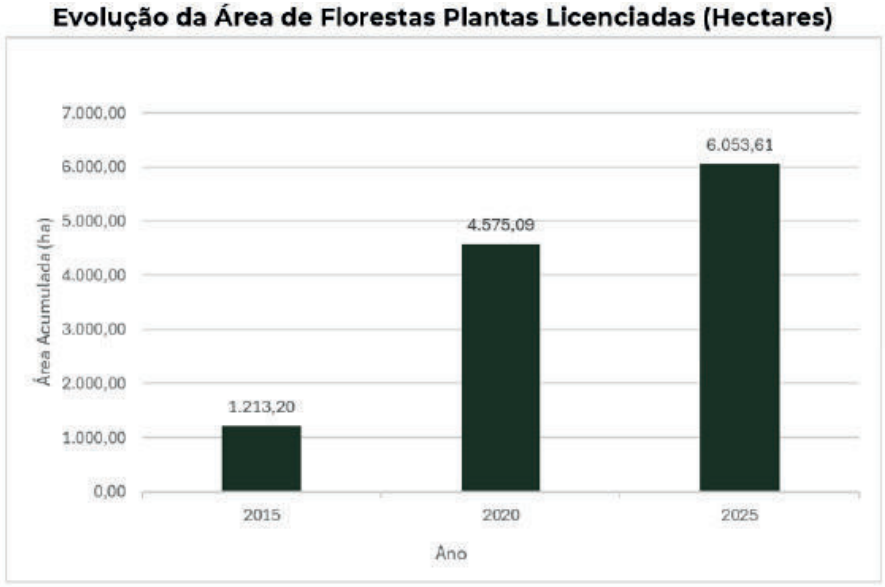
Indicador	Horizonte (Período)	Resultado Executado
Área de Exploração Florestal	Curto Prazo (5 anos)	333.868 hectares
	Médio Prazo (10 anos)	580.615 hectares
Volume de Madeira Autorizada	Curto Prazo (5 anos)	6.842.695 m^3
	Médio Prazo (10 anos)	11.683.980 m^3

Embora a área executada (580.615 há) represente uma pequena parcela do total planejado (4,1 milhões de ha), a produção de 11,68 milhões de m³ de madeira autorizada em 10 anos demonstra a atividade econômica no setor florestal sob manejo sustentável.

Florestas Plantadas: Estratégia de Reflorestamento e Recuperação

O Projeto Estadual de Florestas Plantadas de Rondônia (PFP/RO), elaborado em 2015, consolidou-se como o principal instrumento estratégico para a política agrícola de florestas plantadas no Estado, sendo formalizado pela Lei Complementar nº 873, de 12 de maio de 2016.

Entre 2015 e 2025, Rondônia ampliou significativamente suas ações voltadas ao reflorestamento e à recuperação ambiental:



O histórico da área de florestas plantadas homologadas à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) demonstra um crescimento constante:

- Até 2015 : 1.213,2 hectares implantados.
- Até 2020: 4.575,09 hectares levantados.
- Até 2025 (Incremento): Um incremento de 1.478,52 hectares, totalizando 6.053,61 hectares acumulados.

O número de florestas plantadas licenciadas também cresceu, passando de 5 para 16, refletindo o fortalecimento da política de uso sustentável dos recursos naturais.

Ações Complementares de Sustentabilidade

A SEDAM tem incentivado a recuperação de áreas degradadas por meio da gestão de viveiros e da doação de milhares de mudas nativas e produtivas. Complementarmente:

- Projeto Recuperar: Foi reativado com foco na restauração de nascentes e cursos d'água. A iniciativa começou com diagnósticos hidrográficos e parcerias locais, tendo como projeto piloto o município de Espigão do Oeste, onde foram identificadas 200 nascentes para recuperação. Atualmente o projeto apoia os municípios com suporte técnico e repasses financeiros e insumos para a realização de atividades de recuperação em áreas de preservação permanentes (APPs) de margem e nascente de curso d'água.

- Apoio ao Extrativismo: O Projeto de Apoio às Atividades Extrativistas Sustentáveis está em execução, com recursos destinados à produção de borracha e à capacitação de comunidades extrativistas, reforçando o desenvolvimento socioambiental sustentável do estado.

Recursos Hídricos e o Monitoramento Ambiental

A SEDAM, como órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de Rondônia, cumpre a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 255/2002), promovendo o uso racional, o gerenciamento integrado e o uso múltiplo das águas. Sua gestão abrange a outorga de direito de uso, o poder de polícia administrativa sobre as águas estaduais, a expedição de licenças para poços tubulares e a gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRH/RO).

Diante da estiagem e do desabastecimento que assolou Rondônia em 2023 e 2024, o Estado decretou emergência (Decreto nº 29.255/2024).

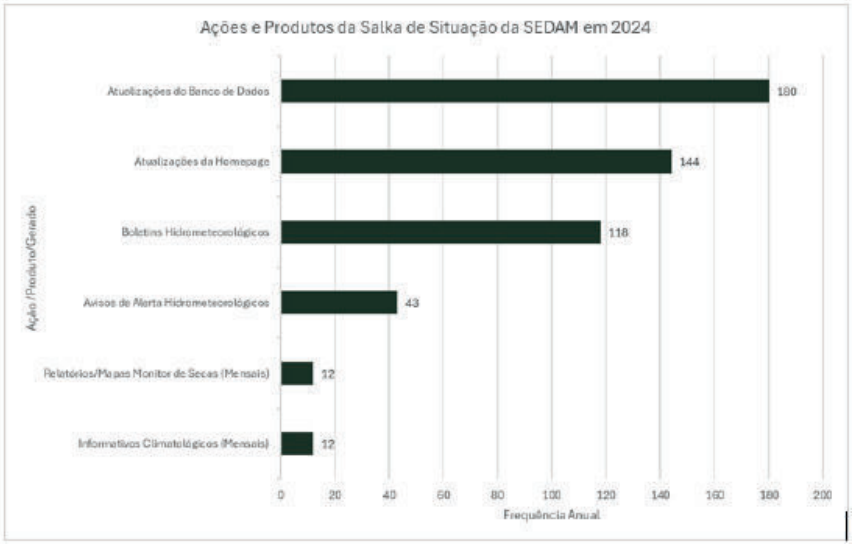
Visando mitigar os efeitos da estiagem, a SEDAM, em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-RO), suspendeu temporariamente a emissão de novas outorgas de uso da água (Resolução Conjunta nº 01/CRH-RO/SEDAM/2024).

A gestão do estado abrange a outorga de direito de uso, o poder de polícia administrativa sobre as águas estaduais, a expedição de licenças para poços tubulares e a gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRH/RO).

Sala de Situação: Monitoramento e Inteligência Ambiental

A Sala de Situação da SEDAM atua como um centro de gestão de situações críticas, permitindo a adoção antecipada de medidas mitigadoras contra secas e inundações.

Resultados e produtos da Sala de Situação em 2024 estão demonstrados o gráfico a seguir:



A atuação da Sala de Situação tem sido essencial para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela crescente pressão sobre os recursos naturais. Ao longo da última década, seus produtos técnicos e informativos contribuíram diretamente para a formulação de políticas públicas, planejamento territorial e ações emergenciais em todo o estado. A capacidade de gerar dados confiáveis e em tempo real tornou-se um diferencial estratégico para Rondônia, posicionando a Sala de Situação como uma referência regional em inteligência ambiental voltada ao uso sustentável dos recursos naturais.

Entre 2015 e 2025, a Sala de Situação da SEDAM consolidou-se como um modelo de inteligência ambiental em Rondônia, integrando tecnologia, ciência e gestão pública para promover o uso consciente dos recursos naturais. Além do monitoramento de eventos hidrometeorológicos, como chuvas intensas, estiagens e focos de calor, a Sala contribuiu diretamente para a agricultura sustentável, a gestão hídrica e energética, e a proteção civil e ambiental, por meio de previsões climáticas e alertas antecipados. Seus produtos técnicos e informativos, acessíveis ao público, fortaleceram a tomada de decisões estratégicas e posicionaram Rondônia como referência nacional em gestão ambiental preventiva e integrada.

Laboratório de Análises Ambientais (LAA)

O Laboratório de Análises Ambientais (LAA) da SEDAM tem como objetivo monitorar a qualidade da água, atuando como uma ferramenta de gestão estratégica com utilidade direta na saúde pública e no controle do desenvolvimento econômico sustentável. O LAA é responsável por estabelecer diretrizes para a rede de monitoramento e por integrar as informações coletadas ao Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

O monitoramento da água é essencial para regulamentar e proteger os corpos d'água de Rondônia, abrangendo:

Saúde Pública e Consumo: O LAA realiza análises bacteriológicas, cruciais para detectar a presença de microrganismos patogênicos (como E. coli) que indicam contaminação por esgoto. Ao monitorar poços e mananciais, a SEDAM assegura que a água para consumo humano e animal não represente risco sanitário. A concessão de outorgas e licenças para poços tubulares profundos depende desta avaliação de qualidade.

Controle de Poluição e Setor Produtivo: O monitoramento de parâmetros como a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e as análises físico-químicas servem para regulamentar o uso e o descarte de efluentes. A DBO, que mede o consumo de oxigênio na decomposição da matéria orgânica, é um indicador vital: níveis altos alertam para poluição que podem degradar o ecossistema e causar a morte de peixes.

Os dados do LAA são usados para:

- Licenciamento: Avaliar a qualidade da água antes de conceder outorgas para atividades de uso intensivo, como irrigação e, notavelmente, a piscicultura, um setor crucial em Rondônia.
- Fiscalização: Aplicar sanções ou suspender outorgas no caso de lançamento de efluentes que causem impacto significativo, exercendo o poder de polícia administrativa sobre as águas estaduais.

O trabalho do LAA resultou em um volume significativo de análises ao longo da última década, totalizando entre 2015-2025 a realização de 13.312 análises ambientais, sendo:

- 11.701 análises físico-químicas.
- 1.263 análises bacteriológicas.
- 348 análises de DBO.

Em relação ao Programa Qualiágua no mesmo período o Laboratório realizou um total de 4.837 análises ambientais específicas para o programa, incluindo 4.469 análises físico-químicas, 156 bacteriológicas e 212 análises de DBO.

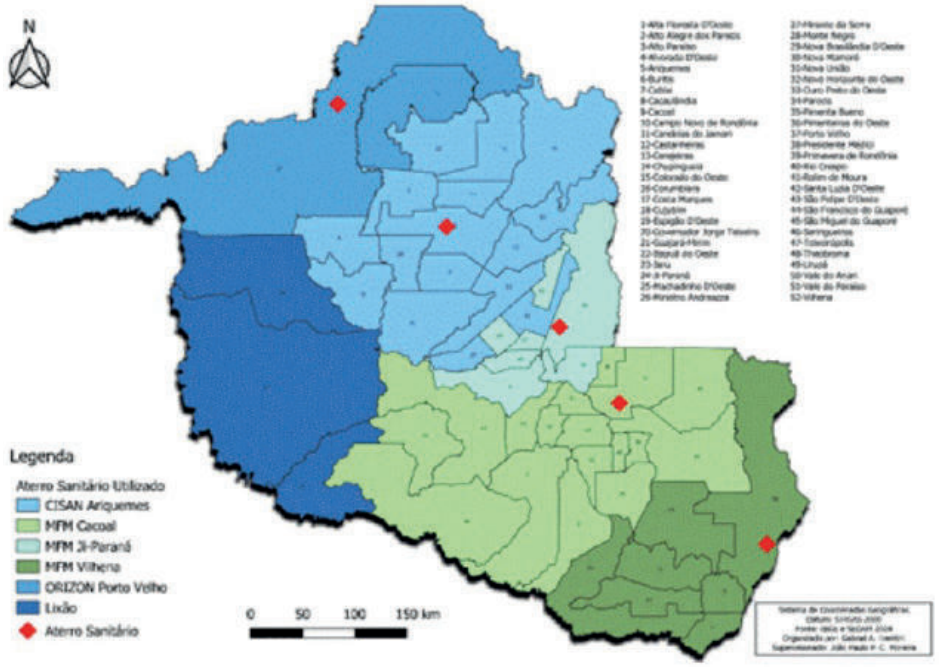
Gestão de Resíduos Sólidos

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/RO), elaborado entre 2018 e 2020, é o instrumento estratégico para a gestão de resíduos sólidos em Rondônia, alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e ao PDES 2030. O plano apresenta diagnóstico, metas e diretrizes para o período de vigência, orientando ações estaduais e municipais.

No período de 2015 a 2025, o estado avançou na destinação adequada de seus resíduos, por meio da ampliação do número de aterros sanitários licenciados de três (Vilhena, Cacoal e Ariquemes) para seis (incluindo Ji-Paraná, Jaru e Porto Velho).

O arranjo da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em Rondônia é predominantemente organizado por consórcios intermunicipais e operadores privados que utilizam aterros sanitários licenciados. Este modelo abrange a maioria dos 52 municípios do estado. Atualmente, os aterros que recebem resíduos são: Unidade de Ariquemes, gerida pela Consórcio CISAN CENTRAL, que recebe resíduos de 16 municípios da região central; Unidade de Cacoal que recebe resíduos de 17 municípios, de Ji-Paraná que recebe resíduos de 6 municípios, de Vilhena que recebe resíduos de 7 municípios, todas geridas por MFM Soluções Ambientais, e; Unidade de Porto Velho administrada por ORIZON Valorização de Resíduos, que recebe resíduos de Porto Velho e Candeias do Jamari, conforme mapa.

Situação da Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos por Aterro Sanitário Utilizado em Rondônia



Em 2024, foi definido diretrizes e procedimentos voltados à desativação dos lixões até dezembro de 2025 no estado de Rondônia. Foi realizado ainda, um diagnóstico completo em todos os municípios, com visitas aos locais identificados, permitindo uma visão detalhada da situação dos lixões em Rondônia.

Embora a destinação final seja majoritariamente adequada, 54% dos municípios utilizam as antigas áreas de lixão para outras finalidades, como descarte de resíduos verdes e da construção civil, o que dificulta o encerramento definitivo dessas áreas.

No entanto, as ações demonstram o compromisso do estado com a sustentabilidade, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. A gestão integrada de resíduos sólidos, com foco na capacitação, articulação institucional e planejamento estratégico, fortalece a governança ambiental e contribui para o desenvolvimento regional. Rondônia avança na consolidação de práticas sustentáveis, promovendo a inclusão de catadores, a logística reversa e a recuperação de áreas contaminadas, em consonância com os princípios da economia circular e da justiça socioambiental.

Governança Climática e Serviços Ambientais

No âmbito da Governança Climática e Serviços Ambientais, Rondônia avançou significativamente com a criação da Política Estadual (PGSA) e do Sistema Estadual (SGSA), instituídos pela Lei nº 4.437, de 17 de dezembro de 2018 e fortalecidos pela Lei Complementar nº 1.180, d 14 de março de 2023, que criou a Diretoria de Governança Climática (DGOVCLIMA/SEDAM). Entre os principais marcos estão a elaboração da Estratégia Estadual de REDD+ com apoio do IDESAM, a criação do Fundo Estadual de Mudanças Climáticas (FUNCLIMA), e a instalação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas com câmaras temáticas voltadas a Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), Salvaguardas Socioambientais e Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PICTs).

Essas iniciativas estruturam a governança climática no estado, com foco na regulação das políticas ambientais, na construção de programas jurisdicionais de REDD+ e na integração de projetos de carbono ao mercado voluntário, conforme diretrizes nacionais e internacionais. O Projeto Governança Climática para Rondônia reforça esse alinhamento, promovendo ações estratégicas e participativas que consolidam o estado como referência na gestão ambiental voltada à mitigação das mudanças climáticas e à valorização dos serviços ecossistêmicos.

Educação Ambiental

O estado tem atuado com consistência na educação ambiental, suas linhas de ação incluem mobilização social, organização comunitária e práticas educativas, com foco na mudança de atitudes em relação ao uso dos recursos naturais, à preservação dos recursos hídricos e ao apoio ao desenvolvimento socioambiental sustentável. Atualmente abrange tanto a educação formal quanto a não formal, envolvendo escolas, universidades, comunidades tradicionais, associações rurais e áreas de influência de Unidades de Conservação, em parceria com prefeituras e secretarias municipais.

Entre suas principais atividades estão palestras, oficinas, blitz educativas e projetos permanentes como o Acampamento Verde, Conscientizar para Preservar, Raízes Sustentáveis, Quelônios da Amazônia e o PEATIR voltado a comunidades indígenas e quilombolas. As temáticas prioritárias incluem prevenção de queimadas, conservação da fauna e dos recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos e proteção da ictiofauna durante o período de defeso, promovendo campanhas educativas em datas alusivas como o Dia Mundial da Água, do Meio Ambiente e da Árvore, com distribuição de materiais informativos que reforçam a conscientização ambiental em todo o estado.

Controle do Desmatamento

O Projeto Controle do Desmatamento em Rondônia está amparado por um sólido marco legal e institucional, que inclui a Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011, a Lei nº 6.938,

de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), e normas estaduais como o Decreto nº 23.481 de 28 de dezembro de 2018 e a Portaria SEDAM nº 137, de 21 de março 2024. A iniciativa é conduzida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e integra ações de fiscalização ambiental com diversos órgãos parceiros, como Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, IBAMA, ICMBio e Exército. As atividades se intensificam no período de estiagem e são apoiadas por sistemas de monitoramento em tempo real, como o GeoPortal e a plataforma TerraBrasilis do INPE. Além da fiscalização, o projeto envolve educação ambiental e divulgação de metas e indicadores, reforçando a transparência e a continuidade das ações. Os resultados já demonstram impacto positivo, com significativa redução nas taxas de desmatamento nos últimos anos, evidenciando a efetividade da política pública e seu alinhamento com os compromissos climáticos nacionais e internacionais.

Controle de Queimadas

O Projeto Controle de Queimadas em Rondônia está fundamentado no Plano Multinível de Prevenção às Queimadas e Incêndios Florestais, implementado pelo Governo do Estado com apoio da SEDAM, Corpo de Bombeiros, Batalhão de Polícia Ambiental, Defesa Civil, Prevfogo e outras instituições. A legalidade das ações é respaldada por normas como a Portaria SEDAM nº 229, de 29 de julho de 2017, que regulamenta o uso controlado do fogo em práticas agropastoris e florestais, e pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que trata da proteção da vegetação nativa. O plano contempla ações educativas, fiscalização intensiva no período de estiagem, e campanhas de conscientização em escolas, comunidades rurais e meios de comunicação. A SEDAM também realiza operações conjuntas como "Verde Rondônia" e "Hileia", além de capacitações e visitas técnicas para fortalecer a gestão integrada e preventiva. A atuação é estratégica e contínua, com foco na redução dos focos de calor, proteção da fauna e mitigação dos impactos ambientais e à saúde pública.

Projeto Regularização Fundiária

A criação da Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), vinculada à SEPOG, em 2017, marcou um avanço institucional na gestão patrimonial e territorial do Estado de Rondônia. Com competências voltadas à administração de bens públicos e à regularização fundiária urbana e rural, a SEPAT atua de forma estratégica para garantir segurança jurídica e fomentar o desenvolvimento socioeconômico. Sua atuação é articulada com prefeituras, órgãos federais como o Incra, e entidades parceiras, consolidando um modelo de governança fundiária eficiente e inclusivo.

Na regularização fundiária rural, o Governo do Estado firmou o Acordo de Cooperação Técnica nº 324/2023 com o Incra, permitindo que servidores estaduais atuem diretamente na instrução de processos e realização de mutirões.

Um exemplo expressivo foi o mutirão em Vilhena, com mais de 1.650 processos em andamento e R$1 milhão investido. A Secretaria de Agricultura também contribuiu significativamente ao aplicar R$2,5 milhões da fonte 100 para contratar 35 técnicos especializados, resultando na entrega de 14 mil títulos de terras em 2021. Essas ações demonstram a força da cooperação interinstitucional para acelerar a titulação e atender à demanda reprimida de produtores rurais.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário complementa essas iniciativas ao promover o acesso à terra para trabalhadores rurais, jovens, mulheres e comunidades tradicionais. As ações incluem capacitação, divulgação e suporte técnico às unidades financiadas, além da liberação de recursos para investimentos e fiscalização dos contratos. Essa política pública fortalece a reforma agrária e contribui para a consolidação de imóveis rurais, promovendo inclusão produtiva e cidadania no campo.

Na esfera urbana, a SEPAT tem atuado em parceria com prefeituras, para a emissão das Certidões de Titularidade. A regularização fundiária urbana garante acesso a crédito, valorização dos imóveis e dignidade social, especialmente para famílias de baixa renda. Para ampliar os impactos, são necessárias medidas estruturantes como investimentos federais em infraestrutura urbana, integração de sistemas cadastrais e alinhamento com programas habitacionais. A regularização urbana, portanto, vai além da entrega de documentos, sendo um instrumento essencial para o ordenamento territorial e a redução das desigualdades sociais.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Fronteira de Rondônia (PDIFF/RO):

O Núcleo Estadual da Faixa de Fronteira - NEIFRO elaborou e publicou o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira - PDIFF e no momento está atuando da revisão apoiando os trabalhos do Ministério do Desenvolvimento e Integração Regional por meio da consultoria contratada Instituto Brasileiro de Administração de Municípios - IBAM, lançou seu site oficial e instituiu câmaras temáticas voltadas aos eixos estratégicos de Desenvolvimento Econômico, Saúde, Educação, saúde e Infraestrutura. Em 2024, o núcleo passou por um processo de reestruturação, com a nomeação de novos membros titulares e suplentes, incluindo representantes de instituições públicas e da sociedade civil, ampliando a representatividade e a capacidade técnica do grupo. Essa nova configuração permitiu o aprofundamento de discussões críticas, como os impactos de vizinhança decorrentes da construção da Ponte Binacional Brasil-Bolívia, que exigiam planejamento integrado de infraestrutura, mobilidade e serviços públicos.

Outro destaque recente foi a criação da Câmara Temática da Saúde, que surgiu como resposta estratégica ao surto de sarampo na Bolívia, reforçando a cooperação transfronteiriça e a vigilância epidemiológica. A atuação conjunta entre o Estado e o país vizinho tem se mostrado essencial para enfrentar desafios sanitários e garantir a proteção das populações fronteiriças. O desafio atual é revisar o PDIFF até 2025, alinhando os programas e projetos estaduais às diretrizes federais e às novas demandas territoriais, consolidando Rondônia como referência em governança colaborativa e desenvolvimento integrado na faixa de fronteira. No mês de julho de 2025 foram realizadas duas oficinas de diagnósticos nos municípios de Guajará Mirim e Cerejeiras coordenadas pelo IBAM com parceria do NEIFRO e organizadas pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional como uma etapa do processo de revisão do PDIFF Rondônia.

Defesa Agropecuária

A defesa agropecuária consiste num conjunto de ações e normativos destinados a proteger a saúde animal e vegetal para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade do agronegócio, em Rondônia esta política pública é executada pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, esta estratégia garante a qualidade dos produtos agropecuários destinados ao mercado interno e externo. Atua também de forma contínua ao longo dos 1.444 km da fronteira com a Bolívia, em cooperação com instituições como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Serviço Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria – SENASAG da Bolívia, além de outros parceiros importantes e atuantes no agronegócio, assim

no agronegócio, assim como, com os estados vizinhos do Mato Grosso, Acre e Amazonas.

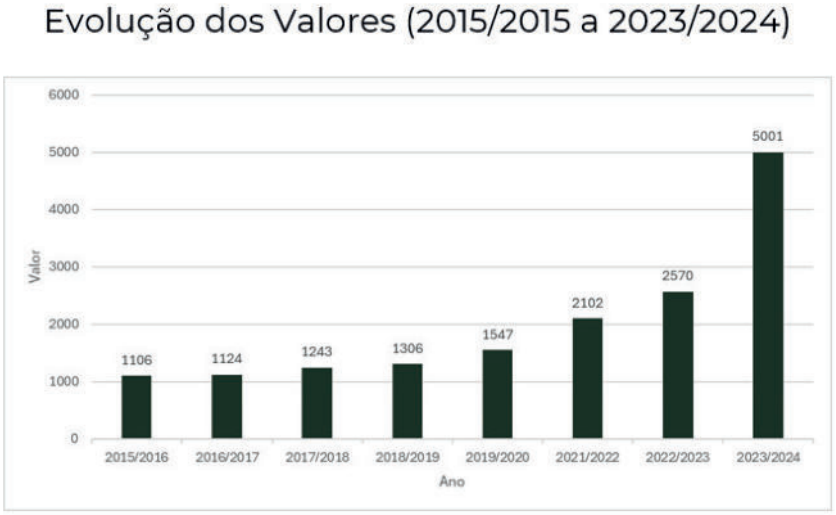
Entre as ações destacadas estão:

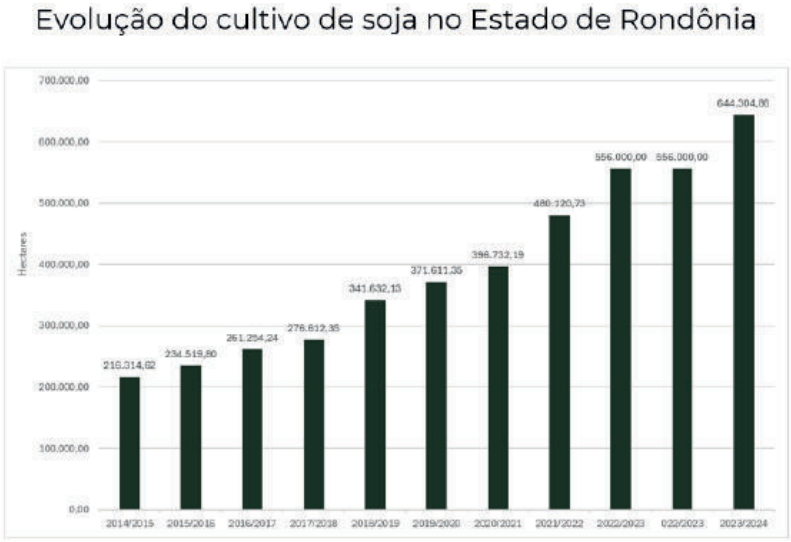
1. Geoespacialização de propriedades e rebanhos, que permite o monitoramento preciso das áreas produtivas e facilita a rastreabilidade dos produtos;
2. Controle de trânsito agropecuário, essencial para evitar a disseminação de pragas e doenças, protegendo a sanidade dos rebanhos e das lavouras;
3. Fiscalizações sanitárias, que garantem que apenas produtos seguros e certificados entrem e saiam do território estadual; e
4. Certificação de produtos de origem animal, prestação de serviço para inspeção a empreendimentos e certificação de produtos e subprodutos de origem animal conforme as recomendações do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Essas medidas são fundamentais para consolidar Rondônia como um polo confiável na produção de agropecuária com qualidade reconhecida nos mercados internacionais, sobretudo soja e carne. Sua eficiência protege não só a produção local, mas também abre portas para novos acordos comerciais, impulsiona a economia regional e fortalece a imagem do Brasil como fornecedor de alimentos seguros e sustentáveis.

No âmbito do cadastramento das propriedades, pode-se destacar o acompanhamento do número de propriedades produtoras de soja que no período de 2014 a 2024 aumentou em mais de 352%, resultando um aumento de 198% tornando Rondônia um dos maiores produtores da região Norte do Brasil.

Número de propriedades rurais com o cultivo de soja no período de safras entre 2014/2015 e 2023/2024 no estado de Rondônia.





Fonte: IDARON

A fiscalização do transporte de produtos vegetais é crucial para evitar a disseminação de pragas, proteger a saúde dos ecossistemas e garantir a qualidade da produção agrícola. Este monitoramento, que inclui inspeção rigorosa de cargas e documentação, é essencial para a agricultura familiar e para fortalecer a competitividade do setor. Em Rondônia, a IDARON atua 24 horas por dia para proteger as lavouras do estado.

Fiscalização de Sementes

O uso de sementes de qualidade é vital para o sucesso das pastagens, pois afeta diretamente a produtividade e previne a disseminação de pragas. Em Rondônia, a IDARON fiscaliza a entrada e o comércio de sementes para garantir que os produtores tenham acesso a produtos de alta qualidade, inspecionando a documentação, as condições de armazenamento e a integridade das embalagens. O aumento de empresas cadastradas resultou na intensificação dessas fiscalizações, reforçando a segurança do setor agropecuário local.

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS AGROPECUÁRIAS - MUDAS

CADASTRO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
REVENDA DE MUDAS	53	78	99	99	94	92	50	43
PRODUTOS DE MUDAS	137	144	149	157	149	139	144	102
Nº DE FISCALIZAÇÃO EM VIVEIROS	733	2166	711	687	711	744	668	833

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE PRAGAS

AMOSTRA ANALISADAS POR ANO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CAFÉ	2	12	5	3	0	1	0
CITROS	74	203	37	28	77	77	38
SOJA	3	99	1	34	92	463	67
FORRAGEIRAS	-	-	1	1	2	0	7
CUPUAÇU	15	-	-	2	5	0	0
CACAU	49	4	-	-	4	0	0
RESULTADOS ALCANÇADOS	143	318	88	68	180	541	11

A coleta de amostras em propriedades rurais para diagnóstico e controle de pragas em parceria com laboratório credenciado pelo MAPA onde é emitido laudo que comprova a presença ou não de pragas de acordo com a legislação federal.

Conforme a Lei nº 5567/2023, a Idaron é responsável por supervisionar e fiscalizar o uso de agrotóxicos em Rondônia. O objetivo é promover o uso correto de agroquímicos, proteger a saúde humana, o meio ambiente e a segurança alimentar. Assim, a agência garante que os consumidores tenham acesso a produtos de maior qualidade.

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

ANO	EMBALAGENS VAZIA COMERCIALIZADA	EMBALAGENS VAZIA RECOLHIDA
2015	1.139	1.139
2016	1.101	1.101
2017	1.220	1.220
2018	1.292	1.292
2019	2.032	2.032
2020	1.558	1.558
2021	1.996	1.996
2022	1.869	1.869
2023	2.248	2.248
2024	2.926	2.926

A Idaron fiscaliza a devolução de embalagens vazias de agrotóxicos em 12 postos e uma central, em parceria com o INPEV e revendas. A partir de um sistema de controle, a agência notifica os produtores para fazer a devolução em até um ano após a compra. Com o aumento na venda de agrotóxicos, a fiscalização rigorosa garante o descarte correto, protegendo o meio ambiente.

As auditorias verificam se os estabelecimentos cumprem as normas higiênico-sanitárias e se seus programas de autocontrole são eficientes. O objetivo é garantir que os produtos, como carnes, leites e ovos, sejam seguros para o consumidor e estejam em conformidade com as legislações vigentes, incluindo aquelas para habilitação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA).

Esse mesmo levantamento de dados permite visualizar a distribuição do rebanho de acordo com o porte das propriedades e, assim, ratifica-se a vocação rondoniense para uma estrutura de produção em minifúndio onde predominam pequenos rebanhos.

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Propriedades Rurais	124.732	127.739	131.645	129.980	139.529	142.912	147.739	156.235	162.249	162.249	170.966
Propriedades Rurais com Bovídeos	91.602	94.253	90.523	91.613	92.571	101.610	104.756	109.398	113.129	113.129	114.546
População de Bovídeos	13.397.970	13.688.348	14.098.031	14.344.017	14.355.955	14.810.547	16.240.416	17.687.897	18.156.116	18.156.116	18.069.968
População de Bovino de Corte	9.685.113	10.146.781	10.344.077	10.951.759	11.010.037	11.864.580	13.313.752	17.791.844	15.303.494	15.305.494	15.594.836
População de Bovino de Leite	3.706.705	3.535.419	3.747.301	3.385.398	3.338.912	2.939.818	2.920.543	2.896.053	2.850.624	2.850.624	2.467.948
População de bubalinos	6.152	6.148	6.653	6.880	6.736	6.169	6.121	6.121	6.517	6.517	7.184
Proprietários de Bovídeos	94.593	97.107	92.481	93.456	94.254	104.358	107.494	107.494	115.007	115.007	115.318
Média de Bovídeos por Propriedade	146	145	156	157	155	146	155	155	160	160	157

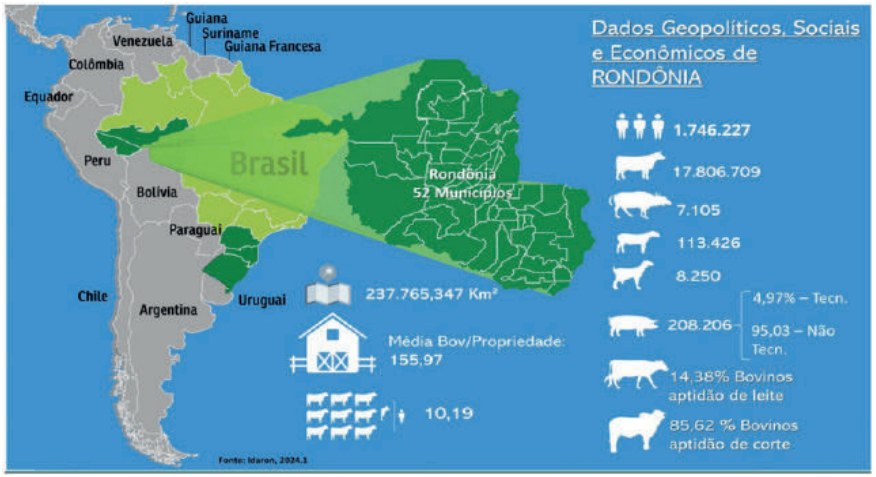
Agronegócio Rondoniense

O agronegócio rondoniense tem se consolidado como um dos pilares da economia estadual e nacional, impulsionado pela expressiva produção bovina, crescimento sustentável e integração com cadeias produtivas. Entre 2012 e 2024, o rebanho bovino de Rondônia apresentou um crescimento acumulado de 44,8%, passando de aproximadamente 12,2 milhões para 17,7 milhões de cabeças. Esse avanço reflete investimentos em infraestrutura rural, melhoria genética e expansão das áreas de pastagem, posicionando o estado na 6ª colocação no ranking nacional, atrás apenas de Mato Grosso, Pará, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Porto Velho figura entre os cinco maiores rebanhos bovinos do Brasil, ao lado de São Félix do Xingu (PA), Corumbá (MS), Cáceres (MT) e Marabá (PA). Com cerca de 1,6 milhão de cabeças, o município contribui significativamente para o total estadual e nacional, representando parte dos 9,2 milhões de animais que compõem 3,9% do rebanho brasileiro. Em Rondônia, os dez municípios com maior concentração de rebanho incluindo Porto Velho, Nova Mamoré, Ariquemes, Alta Floresta, Buritis e Jaru concentram 41,8% do rebanho estadual, evidenciando a força da pecuária em diversas regiões.

O desempenho produtivo também se destaca: o número de abates bovinos aumentou 15,6% no primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, impulsionado pela modernização dos sistemas de manejo e pela expansão da infraestrutura agropecuária. Esses indicadores consolidam Rondônia como um polo competitivo na produção de carne bovina, demons-

trando sua capacidade de crescer de forma sustentável e integrada. Com políticas públicas adequadas e investimentos contínuos, o estado se afirma como referência nacional no agronegócio.



Rondônia livre da Febre Aftosa

Desde 2021, Rondônia conquistou o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como zona livre de febre aftosa sem vacinação, tornando-se pioneiro no Brasil nesse status sanitário. Essa conquista representa um marco histórico para o estado, resultado de um trabalho contínuo iniciado em 2015, com investimentos em vigilância, controle sanitário e estrutura técnica, liderado pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (Idaron). A certificação internacional fortaleceu a credibilidade da carne rondoniense, permitindo sua inserção em mercados exigentes como Chile, Indonésia, Emirados Árabes e China.



Com o reconhecimento nacional do status sanitário obtido em 2024, o Brasil passou a compartilhar do mesmo padrão de Rondônia, eliminando restrições interestaduais para o trânsito de animais e ampliando a competitividade da proteína animal no mercado global. Esse avanço é resultado de um esforço técnico e institucional liderado pela Idaron, que consolidou Rondônia como referência em sanidade animal. Diversos programas foram implementados para garantir a saúde dos rebanhos e fortalecer a economia local, como o Programa de Epidemiologia e Vigilância Veterinária, o Programa Sanitário e ações específicas para avicultura, piscicultura, suinocultura, equídeos e controle de zoonoses como brucelose, tuberculose e raiva.

Esses programas monitoram e previnem doenças estratégicas, como Influenza Aviária, Peste Suína Clássica e Doença da Vaca Louca, além de promoverem certificações sanitárias e campanhas educativas. A atuação integrada entre o setor público e privado tem ampliado o acesso a mercados internacionais e garantido a confiança dos compradores. Rondônia também se destaca na piscicultura, especialmente na produção de tambaqui, e na avicultura, com granjas certificadas. Com essas ações, o estado reforça seu papel estratégico no agronegócio nacional, promovendo uma produção segura, sustentável e competitiva.

12.2. Bem-estar Social

A Diretriz II do PDES 2015–2030 orientava Rondônia a promover o bem-estar social por meio da oferta de serviços públicos com qualidade, equidade e oportunidade, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável vai além do crescimento econômico e exige a garantia de direitos sociais fundamentais. Inicialmente, o eixo de cidadania englobava diversas políticas públicas como saúde, educação, segurança, assistência social e cultura, o que tornava o monitoramento complexo. Por isso, o processo de revisão do plano propôs a reestruturação desses temas em eixos estratégicos autônomos, com metas específicas, facilitando a gestão e o alinhamento com compromissos federais e internacionais.

Mesmo em sua forma original, a diretriz já enfatizava a universalização do acesso aos serviços públicos, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e destacava a modernização da gestão pública, o uso de tecnologias digitais e a capacitação dos servidores como pilares para ampliar a eficiência e a transparência. A participação social era incentivada como mecanismo de controle democrático e aprimoramento das políticas públicas. Além disso, o PDES reforçava a importância das políticas intersetoriais e da valorização dos povos tradicionais e grupos vulneráveis, consolidando um modelo de desenvolvimento centrado na dignidade humana, na equidade e na justiça social.

12.2.1. Assistência Social

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

O Governo do Estado de rondônia desenvolve ações permanentes e programas específicos junto aos municípios, em conformidade com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, e da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS/2012.

Cofinanciamento

O Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/RO, realiza o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais municipais por meio de transferências automáticas na modalidade "fundo a fundo", com o objetivo de custear e qualificar a execução dos serviços da Proteção Social Básica e Especial, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Nesse sentido, a partir da sua regulamentação através do Decreto N° 24.639, de 30 de dezembro de 2019, foram repassados durante os anos a seguir delineados os seguintes valores. Vejamos:

CONFINAMENTO	
ANO	VALOR
2020	14.972.900,00
2021	8.560.116,00
2022	9.835.761,00
2023	10.353.285,00
2024	10.646.065,36
2025	10.800.161,21

Programa Mamãe Cheguei

O Programa Mamãe Cheguei, criado pelo Decreto nº 25.859/2021 e coordenado pela SEAS, é uma ação intersetorial do Governo de Rondônia que busca acolher gestantes em vulnerabilidade socioeconômica e recém-nascidos, fortalecendo o vínculo materno-infantil e reduzindo a mortalidade materna e infantil.

Desenvolvido em parceria com os municípios, por meio dos CRAS e UBS, o programa prioriza adolescentes, mulheres com deficiência e residentes em áreas rurais, ribeirinhas, indígenas ou de difícil acesso, oferecendo o Kit Mamãe Cheguei com itens essenciais para o bebê, além de atividades educativas sobre cuidados, planejamento familiar e direitos maternos, promovendo a proteção da família e o protagonismo feminino.

Nesse sentido, cumpre destacar que desde sua instituição, foram fornecidos o quantitativo de 22762 Kits, distribuídos da seguinte maneira:

MAMÃE CHEGUEI		
ANO	KITS	VALOR (R$)
2020	1535	365.422,10
2021	3412	812.260,72
2022	3966	944.145,96
2023	5310	2.013.923,70
2024	4384	2.604.567,20
2025	4155	2.487.630,40
TOTAL	227762	R$ 9.104.425,51

Crescendo Bem

Instituído como Criança Feliz +, pela Lei nº 4.700, de 12 de dezembro de 2019 e regulamentado pelo Decreto nº 24.641, de 30 de dezembro também de 2019 , o programa vinculado à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS teve a nomenclatura alterada para Crescendo Bem, por meio da Lei nº 5.158, de 25 de novembro de 2021. O programa tem por objetivo prestar apoio financeiro temporário a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, inseridas em programas de primeira infância do Sistema Único da Assistência Social (Suas).

Nesse sentido, cumpre destacar que desde sua instituição, foi atendido o quantitativo de 7356 famílias, distribuídos da seguinte maneira:

CRESCER BEM		
ANO	KITS	VALOR (R$)
2020	1043	556.000,00
2021	480	1.094.700,00
2022	1654	1.500.500,00
2023	1703	2.780.400,00
2024	1615	3.054.600,00
2025	861	2.137.900,00
TOTAL	7356	11.124.100,00

Programa Mulher Protegida

O Programa Mulher Protegida, instituído pela Lei Estadual nº 5.165/2021 e coordenado pela SEAS, tem como objetivo amparar mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e familiar em Rondônia, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa concede auxílio financeiro temporário de R$600,00 por até 12 meses, acompanhamento psicossocial e acesso a cursos de capacitação profissional, buscando promover autonomia, inserção no mercado de trabalho e fortalecimento do protagonismo feminino. Para participar, a beneficiária precisa estar inserida no Cadastro Único, ter renda familiar de até três salários mínimos e estar amparada por medida protetiva de urgência.

Desde sua implementação, em dezembro de 2021, até setembro de 2025, o programa já atendeu 4.450 mulheres, totalizando cerca de R$19,9 milhões pagos em auxílio financeiro. A adesão é voluntária, realizada pela Central de Atendimento do programa, pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) ou pelas equipes técnicas dos municípios. Além disso, o programa funciona de forma integrada com a rede de proteção estadual e municipal, garantindo acolhimento e encaminhamentos adequados para as beneficiárias.

Paralelamente, o Governo de Rondônia investiu mais de R$290 mil em capacitações contínuas para profissionais da assistência social, segurança pública, justiça, saúde, educação e demais

setores envolvidos na rede de atendimento. Esses treinamentos fortalecem a atuação intersetorial e humanizada, preparando equipes para oferecer acolhimento, orientação jurídica, apoio psicossocial e estímulo à autonomia das mulheres atendidas, consolidando uma política pública permanente e efetiva no enfrentamento à violência doméstica no estado.

Criança Protegida

O Programa Criança Protegida, executado pela SEAS desde 2019, tem como objetivo promover, defender e garantir os direitos de crianças e adolescentes em Rondônia, estruturando-se em ações de mobilização, formação e integração da rede de proteção. Entre suas frentes, destacam-se as campanhas de conscientização social e prevenção, como as do 18 de Maio e outras datas alusivas à proteção infantil, além da qualificação contínua de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, que já capacitou 2.488 servidores entre 2019 e 2025 em temas como a Lei da Escuta Protegida, o SIPIA e políticas intersetoriais, fortalecendo a atuação integrada do estado no enfrentamento à violência e na promoção do desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

O Programa Criança Protegida, implementado em Rondônia, visa fortalecer os Conselhos Tutelares por atuando na equipagem, foram entregues equipamentos essenciais como computadores, impressoras, ar-condicionados e bebedouros, totalizando um investimento de R$ 1.187.667,82. Em 2024, houveram também a locação de 58 caminhonetes, com investimento de R$ 10.344.300,00, ampliando a mobilidade e eficiência dos Conselhos. Na Infraestrutura, foram destinados R$ 600.000,00 por unidade para construção ou adequação de sedes, com 15 municípios conveniados e R$ 8.400.000,00 investidos até o momento.

O governo busca a Integração por meio do Pacto Criança Protegida com diversas instituições, resultando na criação do Comitê Estadual Interinstitucional Permanente. Ações como cursos de capacitação e seminários estaduais foram realizadas, envolvendo centenas de profissionais. O programa tem como objetivo central garantir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, promovendo melhorias na infraestrutura, capacitação técnica, integra ação intersetorial e mobilização social, com impacto direto na qualidade do atendimento em todo o estado.



Consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Desde sua implementação, ações estratégicas vêm sendo desenvolvidas para garantir o acesso a alimentos adequados e saudáveis, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Um dos principais marcos do projeto é o Programa Prato Fácil, lançado em 2020, que fornece refeições nutritivas a preços acessíveis e atua hoje em seis municípios (Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena). Com mais de R$53 milhões investidos, o programa também promove a economia local ao credenciar restaurantes das próprias comunidades. Paralelamente, o fortalecimento da governança da política pública se expressa na reativação do Conselho estadual de Segurança alimentar - CONSEA/RO e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/RO, com reuniões regulares e a posse dos novos membros ocorrida em setembro de 2024.

Esses espaços têm promovido a participação ativa da sociedade civil e de diversas secretarias na formulação de políticas públicas, além da realização de encontros, conferências e visitas técnicas para intercâmbio de boas práticas com outros estados. Graças a essas ações, Rondônia alcançou o melhor índice de segurnça alimentar da região Norte e o quarto melhor do país, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE de 2023. O estado registra 80% da população com acesso regular a alimentos de qualidade, superando a média nacional (74,2%). Em síntese, o projeto está em curso, com resultados expressivos já entregues, sendo um exemplo de política pública bem-sucedida e com impacto social direto e mensurável.

A adesão crescente e os resultados alcançados consolidaram o programa como política pública permanente. Garantir alimentação segura, adequada, saudável e acessível à população em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e combatendo a fome em Rondônia.

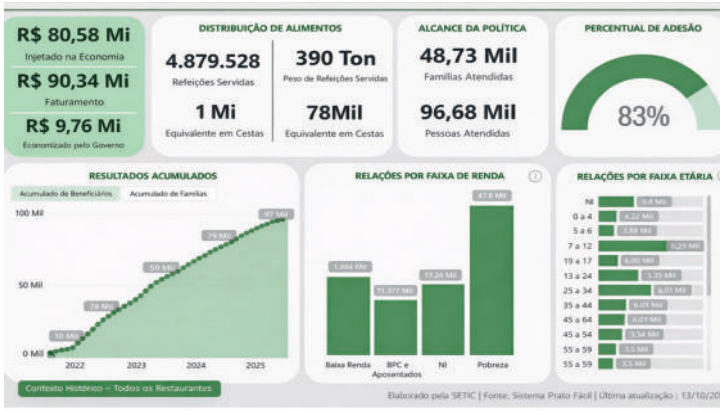
O Programa Restaurante Prato Fácil, inaugurado em 2023 com a unidade da Zona Leste em Porto Velho, consolidou-se como uma das principais políticas de Segurança Alimentar e Nutricional de Rondônia. Com capacidade de ofertar até 1,5 mil refeições diárias, o programa não apenas garante acesso a alimentação saudável e acessível para pessoas em vulnerabilidade social, mas também fortalece a agricultura familiar e a economia local. Entre 2024 e 2025, expandiu-se

com novos chamamentos públicos, credenciamento permanente de restaurantes, visitas técnicas e capacitações, alcançando 11 unidades em Porto Velho e 16 no interior. Até outubro de 2025, o programa já havia servido 4,87 milhões de refeições, equivalente a 1 milhão de cestas básicas, com impacto direto na saúde, nutrição e inclusão social.

NÚMERO DE REFEIÇÕES FORNECIDAS PELO ESTADO		
Ano	Valor (R$)	Nº de Refeições
2021	2.138.784,73	176.681
2022	14.146.402,95	879.868
2023	20.889.854,92	1.297.503
2024	23.658.513,50	1.382.399
2025	21.254.451,63	1.143.077

Do ponto de vista econômico e social, os resultados foram expressivos: R$80,58 milhões injetados na economia local, faturamento de R$90,34 milhões entre os restaurantes parceiros e economia de R$9,76 milhões ao Estado. No total, 48,73 mil famílias foram beneficiadas, alcançando 96,68 mil pessoas, sobretudo em situação de pobreza (47,8 mil beneficiários) e baixa renda. A adesão ao programa atingiu 83%, demonstrando sua efetividade. O número de beneficiários cresceu de 2 mil em 2021 para 97 mil em 2025, com destaque para crianças, jovens e adultos em idade produtiva. Assim, o Prato Fácil consolidou-se como uma política pública de alto impacto social, com relevância crescente na garantia do direito humano à alimentação adequada em Rondônia.

Panorama do Programa Prato Fácil



O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em Rondônia vem sendo fortalecido por meio de ações estratégicas entre 2022 e 2024, como o I Workshop do SISAN, que capacitou gestores e técnicos, a V Conferência Estadual de SAN, que ampliou a participação social e elegeu 30 delegados para a etapa nacional, e a Capacitação Estadual, que reuniu 126 participantes de 21 municípios com oficinas práticas para elaboração de planos e adesão ao sistema. A atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/RO) tem sido central para articular a adesão municipal ao SISAN, exigindo a criação dos Conselhos e Planos Municipais de SAN, o que garante maior integração intersetorial, acesso a recursos e inserção em programas estaduais e federais. Esses esforços consolidam uma política pública robusta de combate à fome, promoção da alimentação saudável e redução das desigualdades sociais em Rondônia.

Fortalecimento do Controle Social

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS) atua no fortalecimento dos Conselhos de Direitos, que compõem sua estrutura organizacional. Esses conselhos são órgãos colegiados, permanentes e orientados pelo princípio da paridade, assegurando a representatividade de diversos segmentos sociais. Eles exercem funções de formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas estaduais, além de desempenharem um papel consultivo, articulador e deliberativo. A SEAS também presta suporte técnico à criação e ao funcionamento dos Conselhos Municipais no interior de Rondônia, promovendo a descentralização político-administrativa e ampliando os mecanismos de controle social. Estão vinculados à secretaria diversos conselhos, como o CONEDCA, CEDM, CONSEDH, CONDEF, CEPIR, CEDPI, CONSEA, Conselho das cidades além do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. O fortalecimento da participação da sociedade civil nesses espaços, com garantia de paridade, é essencial para a gestão democrática do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As Conferências de Assistência Social também têm papel estratégico como espaços de deliberação e participação efetiva da população.

Está em andamento o apoio técnico à criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais no interior do Estado. A SEAS mantém em funcionamento os Conselhos Estaduais vinculados à sua estrutura, garantindo a representação da sociedade civil. Também há ações contínuas para assegurar a paridade e representatividade nesses espaços, além da realização regular das Conferências de Assistência Social, que são espaços importantes de deliberação. As reuniões e atividades dos conselhos demonstram que este projeto está em execução e com ações consolidadas.

Projeto Inclusão Produtiva com foco em Economia Solidária

Está sendo executada uma linha de ação voltada ao apoio aos catadores de materiais recicláveis, com destaque para a organização do 2º Encontro dos Catadores de Rondônia, realizado nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2024 e acontecerá o terceiro encontro em novembro de 2025. O evento reunirá 200 catadores da capital e interior, promovendo troca de experiências, capacitações e a entrega de EPIs. Essa ação evidencia que o projeto está em andamento, com planejamento estruturado e foco na valorização da economia solidária.

Inclusão Produtiva Individual

O Programa Rondônia Cidadã teve sua concepção inicial em 2019, sob o nome de Projeto SEAS Cidadã. A primeira ação foi realizada entre os dias 25 e 26 de julho de 2019, no município de Extrema, na Escola Estadual Jaime Peixoto de Alencar, atendendo cerca de 2.000 pessoas.

O Programa Rondônia Cidadã visa proporcionar cidadania, bem como prestar o devido apoio a sociedade, principalmente aos hipossuficientes dos municípios de Rondônia, através de um conjunto de serviços disponibilizados pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, juntamente com seus parceiros. O programa tem como objetivo promover a cidadania e o acesso a serviços públicos como documentação básica, orientação jurídica, saúde e lazer, a fim de dirimir a exclusão social dos rondonienses, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tem como público alvo a População hipossuficiente do Estado de Rondônia.

Serviços Ofertados:

- Emissão da Nova Carteira de Identidade Nacional - CIN;
- 2° Via Certidão de Nascimento/Casamento;
- 2° Via do CPF e Título de Eleitor;
- Emissão de Passe Livre;
- Cadastramento no Geração emprego;
- Consulta SERASA, reclamações e auxílio em negociações de dívidas;
- Assessoria Jurídica;
- Entrada na Aposentadoria;
- Salário Maternidade;
- Solicitação para regularização do CPF;
- Informações sobre abono salarial;
- Abertura da Conta Gov.br;
- Cadastro Único;
- ID jovem;
- Mamãe Cheguei: Orientações para gestantes;
- Técnicos de Referência acompanhamento social;
- Orientação sobre Reservista e Alistamento (Feminino e Masculino);
- Corte de Cabelo (Feminino e Masculino);
- *Designer* de Sobrancelhas;
- Educação Ambiental e distribuição de mudas;
- CAF: Cadastro da agricultura familiar;
- CAR: Cadastro ambiental rural;
- Orientação sobre SISPAR: Sistema de Parceria do Governo do Estado de Rondônia;
- PRA: Programa de regularização ambiental;
- Lazer na Comunidade.
- Clínico Geral ;
- Fonoaudiólogo;
- Fisioterapia;
- Psicologia;
- Nutricionista;
- Aferição de Pressão;
- Verifi cação de Glicemia;
- Emissão e Atualização do Cartão do SUS;
- Vacinação;
- Teste Rápido;
- Distribuição de preservativos.

As ações do Programa Rondônia Cidadã ocorrem 04 (quatro) vezes ao mês, conforme previamente estabelecido em cronograma anual, o que é divulgado mensalmente no Diário Oficial do Estado, podendo ser passível de alterações em prol de atender às necessidades da população residente no Estado de Rondônia. Além disso, são realizadas edições temáticas, tais como RC Prioridades, RC nos empreendimentos habitacionais e RC Pop Rua. Esse trabalho é realizado pela Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social em parcerias com Órgãos e Entidades parceiras.

Com o avanço da pandemia, as atividades do projeto foram temporariamente suspensas, retornando efetivamente em 2021, quando a iniciativa passou a ser implementada de forma contínua e estruturada. Em 2022, ocorreu a transição de projeto para programa, formalizada pelo Decreto nº 26.971, de 14 de março de 2022, dando origem oficialmente ao Programa Rondônia Cidadã.

Essa transição permitiu um aumento significativo nas parcerias, ampliando a variedade de serviços e ações disponibilizados à população, consolidando o programa como uma importante ferramenta de cidadania e inclusão social em todo o Estado de Rondônia.



O Programa Vencer

Foi instituído em 30 de janeiro de 2024, o Programa Vencer foi criado pela Lei Estadual nº 5.686, de 18 de dezembro de 2023, e regulamentado pelo Decreto nº 28.884, de 30 de janeiro de 2024. Desde sua implementação, o programa tem demonstrado ampla receptividade e resultados positivos, reafirmando o compromisso do Governo do Estado de Rondônia com a promoção da inclusão social produtiva e o fortalecimento da economia local.

Com base nos resultados iniciais e nas demandas observadas durante a execução, identificou-se a necessidade de estabelecer um planejamento estratégico anual, orientado por critérios técnicos e socioeconômicos.

Estruturado em três eixos principais, o Programa Vencer atua de forma integrada para promover autonomia, geração de renda e dignidade social, abrangendo:

- Oferecimento de cursos de qualificação profissional;
- Disponibilização de auxílio financeiro temporário;
- Doação de kits profissionais correspondentes aos cursos concluídos.





O objetivo é a erradicação da pobreza, o atendimento às famílias rondonienses que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica, proporcionar cidadania, o impulsionamento do crescimento econômico da região, ao mesmo passo que, fomenta e age como instrumento finalístico para incluir estas pessoas de volta à sociedade através da inclusão social produtiva. O programa é voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica do Estado de Rondônia, oferecendo cursos de capacitação gratuita, auxílio temporário de R$200,00 (duzentos reais), e entrega de kits profissionais para alunos concluintes e aptos a usufruir dos benefícios do programa.

O lançamento do 2º edital da segunda edição do Programa Vencer ocorreu em 23 de maio de 2025, com o período de inscrições prorrogado até 31/08/2025.

INSCRIÇÕES POR REGIÃO - EDITAL 2025			
REGIÃO	**INSCRITOS**	**INTERESSADOS**	**PRÉ-MATRICULADOS**
I	906	1684	386
II	175	88	18
III	148	4	8
IV	77	1	15
V	284	103	72
VI	180	20	36
VII	206	48	48
VIII	196	22	3
IX	110	31	17
X	90	40	0

Projeto Cata+Rondônia (2018–2020)

O projeto Cata+Rondônia marcou o início das ações estruturadas de apoio à cadeia de reciclagem no Estado, instituído em 20–18. O objetivo foi fortalecer as cooperativas e ampliar as condições de logística e comercialização dos materiais recicláveis, fomentando redes regionais de sustentabilidade.

No âmbito do projeto, foram adquiridos e entregues quatro caminhões Volkswagen tipo carroceria aberta, com investimento total de R$ 660.000,00, distribuídos para as seguintes cooperativas:

- CATANORTE - Cooperativa de Materiais Recicláveis de Porto Velho;
- COOCARE - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ariquemes e Região;
- COOPCATAR - Cooperativa dos Catadores de Recicláveis de Cacoal;
- RECICOOP - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Rolim de Moura.

Essa ação foi um marco na política estadual de resíduos sólidos, contribuindo diretamente para a estruturação das cooperativas, redução de custos operacionais e ampliação da renda dos catadores.

Conferência Estadual da Economia Popular e Solidária (2025)

Com o tema "Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação", a conferência promoveu diálogo e construção coletiva de políticas públicas para fortalecimento da economia solidária em Rondônia. O encontro reuniu empreendedores, gestores públicos, entidades de fomento, movimentos sociais e representantes da sociedade civil, consolidando propostas que incentivam a cooperação, a autogestão e o desenvolvimento local sustentável. A conferência aconteceu em junho de 2025 com 280 atores.

Projeto Rondônia Recicla

O Rondônia Recicla representa a continuidade e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, com foco na estruturação de cooperativas, no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), na instalação de pontos de coleta seletiva e na construção de centros de triagem e armazenamento.

O Projeto Jovem Criador

Conectando Ideias teve como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de jovens de escolas públicas estaduais de Rondônia, por meio da capacitação em áreas como tecnologia, gestão, produção cultural e *design*. Foram ofertadas 240 vagas em cursos remotos, como marketing digital, *Google ADS*, *marketplace* como estratégia de negócios, criação de *Instagram* vendedor, loja virtual e *videomaker,* incentivando o empreendedorismo, a autonomia financeira e o interesse pelo mercado digital, ampliando as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Financiado com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP), o projeto contou com um investimento de R$187.693,35, dos quais R$59.062,76 não foram utilizados por já ter sido concluído com êxito. A iniciativa teve impacto positivo na inclusão produtiva da juventude, promovendo a cidadania e valorizando o protagonismo juvenil, com resultados expressivos em participação e alcance territorial em todo o estado de Rondônia.



Habitação de Interesse Social

Em 2024, Rondônia iniciou a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), também chamado de Habita+, marcando um avanço significativo na estruturação das políticas habitacionais. Coordenado pela SEAS com apoio técnico da FESPSP, o plano visa diagnosticar as necessidades habitacionais, promover moradia adequada e sustentável, e estabelecer diretrizes para reduzir o déficit habitacional. O processo é participativo, envolvendo prefeituras e a população por meio de oficinas e pesquisas, e está previsto para ser concluído em 2025. Essa iniciativa representa um marco na construção de uma política habitacional efetiva e integrada no estado. O Programa Meu Sonho, lançado oficialmente em 26 de dezembro de 2024 pelo Governo de Rondônia, é uma política pública habitacional voltada à redução do déficit habitacional no estado. A iniciativa tem como principal objetivo facilitar o acesso à casa própria para famílias com renda mensal de até R$8.000,00, por meio do subsídio do valor de entrada em contratos de aquisição de imóveis. A ação é coordenada pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas), em parceria com uma instituição financeira federal.

Meu Sonho
Conquistando a casa própria

O programa representa uma estratégia concreta para enfrentar os desafios da habitação de interesse social em Rondônia, ao eliminar uma das maiores barreiras de acesso à moradia: o custo inicial do financiamento. Os valores do auxílio variam conforme a faixa de renda familiar, podendo chegar a até R$30 mil. Além de promover inclusão social e segurança habitacional, o Meu Sonho também estimula o setor da construção civil, gerando emprego e renda. Com previsão de beneficiar 5 mil famílias em todos os 52 municípios do estado, o programa reforça o compromisso do governo com a dignidade, a equidade e o desenvolvimento das famílias rondonienses.

HISTÓRICO DE ENTREGAS DE UNIDADES HABITACIONAIS DESDE 2015

ANO	MUNICÍPIO	EMPREENDIMENTO	UNIDADE	UF/MUNICÍPIO (R$)	INVESTIMENTO FEDERAL (R$)
2015	Ariquemes	Residencial Feliz Cidade	349	647.998,63	21.539.532,45
	Rolim de Moura	Residencial Jardim dos Lagos	370	1.110.000,00	21.257.088,80
	Porto Velho	Residencial Porto Madero III	304	1.162.476,58	18.848.000,00
2016	Porto Velho	Residencial Porto Madeira I	304	1.197.631,12	19.668.671,12
2017	Porto Velho	Residencial Porto Bello II	272	1.297.056,68	16.526.720,00
2018	Ji-Paraná	Residencial Capelasso	800	4.000.000,00	48.000.000,00
	Jaru	Residencial Jardim Europa	394	3.970.000,00	18.912.000,00
	Porto Velho	Residencial Porto Bello IV	272	1.179.186,04	16.526.720,00
	Porto Velho	Morar Melhor	2.512	18.000.000,00	15.629.120,00
	Porto Velho	Cristal da Calama I e II	2.941	14.705.800,00	182.342.400,00
2019	Porto Velho	Residencial Porto Bello III	272	1.360.000,00	16.526.720,00
2022	Jaru	Residencial Primavera	219	1.000.000,00	18.111.476,64
2023	Porto Velho	Residencial Porto Bello I	272	1.360.000,00	16.526.720,00
2024	Porto Velho	Residencial Porto Fino	304	1.520.000,00	18.471.040,00

A 6ª Conferência Estadual das Cidades de Rondônia, realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2025 em Porto Velho, reuniu cerca de 200 participantes entre delegados, convidados e observadores. Convocada pelos Decretos Estaduais nº 29.018/2024 e nº 29.282/2024, contou com debates sobre política e desenvolvimento urbano, mobilização social e gestão democrática das cidades. No evento, 66 delegados participaram das discussões e 37 foram eleitos para representar Rondônia na etapa nacional. Foram investidos R$ 84.605,71 na realização da conferência.

No campo habitacional, o Governo de Rondônia e a União vêm consolidando importantes empreendimentos, como o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), com investimento de R$ 2,48 milhões, e a construção de unidades habitacionais em projetos como Porto Madero II (304 unidades R$19,7 milhões) e Morar Melhor II (1.456 unidades R$94,6 milhões). Entre 2015 e 2025, o estado investiu mais de R$250 milhões e o governo federal R$951 milhões, totalizando mais de R$1,2 bilhão destinados à moradia em Rondônia, garantindo dignidade a mais de 15 mil famílias.

12.2.2 Educação

Em 2015, Rondônia enfrentava desafios significativos na área educacional, refletidos em indicadores como o IDEB, que apresentavam desempenho abaixo da média nacional, especialmente nos níveis fundamental e médio. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidenciava fortes contrastes regionais nos indicadores educacionais, revelando desigualdades que comprometiam o desenvolvimento socioeconômico e perpetuavam injustiças sociais e individuais. Apesar da oferta de cursos profissionalizantes e de nível superior, persistiam problemas de qualidade e de alinhamento entre os currículos e as demandas reais do mercado de trabalho local. Essa desconexão limitava a formação de recursos humanos qualificados e a capacidade de inovação nos sistemas produtivos regionais.

Nas municipalidades, a atuação da Secretaria de Estado da Educação é realizada por meio das Superintendências Regionais de Educação, instituídas pela Lei Complementar nº 1.247, de 31 de julho de 2024, as superintendências regionais de educação de Rondônia são cruciais para a gestão educacional estadual, pois promovem a descentralização, a proximidade com as escolas e o fortalecimento das políticas públicas em nível local. Elas monitoram a qualidade do ensino, auxiliam na implementação de projetos pedagógicos e administrativos, combatem a evasão escolar e garantem que as políticas educacionais atendam às necessidades específicas de cada região. Considerando os dados finais de 2024, essas superintendências Regionais são responsáveis diretas por 408 escolas, sendo que 119 são da zona rural e, destas, 101 são unidades escolares indígenas, o quadro abaixo sintetiza esse cenário da Seduc em 2024.

Nº	SUPER	QTD. UNIDADE ESCOLAR ZONA URBANA	QTD. UNIDADE ESCOLAR ZONA RURAL	QTD. UNIDADE ESCOLAR INDÍGENA	QTD. DE ESCOLAS
1	Alta Floresta D'Oeste	6	9	9	15
2	Ariquemes	17	1	-	18
3	Buritis	5	1	-	6
4	Cacoal	16	9	9	25
5	Cerejeiras	10	4	-	14
6	Costa Marques	3	1	-	4
7	Espigão do Oeste	7	6	6	13
8	Extrema	4	9	9	13
9	Guajará-Mirim	15	37	37	52
10	Jaru	14	4	4	18
11	Ji-Paraná	43	11	10	54
12	Machadinho do Oeste	6	1	-	7
13	Ouro Preto do Oeste	15	1	1	16
14	Pimenta Bueno	11	5	3	16
15	Porto Velho	70	12	6	82
16	Rolim de Moura	9	-	-	22
17	São Francisco do Guaporé	9	2	2	11
18	Vilhena	16	6	5	22

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento e Informação Educacional - CAIE

Melhoria da Qualidade da Educação Básica – Fundamental

Os projetos executados ao Ensino Fundamental no período de 2015 a 2024, seguem conforme a progressividade curricular e transição das etapas, considerando, ainda, o Regime de Colaboração, com as atividades desenvolvidas em parcerias com os municípios, assim, os resultados apresentados no quadro abaixo, incluem as Redes Municipal, Estadual e Privadas que consolidam a nota do Estado de Rondônia.

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENSINO FUNDAMENTAL ÍNDICE DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ano	INDICADORES RESULTADOS ALCANÇADOS
2015	97,8
2016	97,8
2017	98,7
2018	98,5
2019	98,3
2020	98,2
2021	94,8
2022	95,2
2019	98,3

Fonte: Relatório de Monitoramento e Avaliação 2015-2019 - Plano Estadual de Educação de Rondônia.

No contexto do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a Meta 2 tratou justamente de universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 17 anos, o que significa atingir 100% no índice de universalização.

Em outras palavras, o índice de universalização do Ensino Fundamental é um parâmetro que mostra em que medida o Estado garante que as crianças e adolescentes em idade obrigatória estejam frequentando essa etapa da Educação Básica, servindo como base para monitorar metas de políticas públicas.

Nº de Matrículas por Rede e Etapa de Ensino - de 2015 a 2023										
UF	ETAPAS DE ENSINO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RO	3- ANOS INICIAIS	48.364	37.363	30.937	24.976	19.396	16.874	15.082	13.289	11.743
	4 - ANOS FINAIS	78.443	84.552	84.950	87.850	93.148	92.433	92.730	90.220	85.124
	5 - ENSINO MÉDIO	6.829	52.988	52.797	51.468	53.278	54.353	60.518	58.436	61.994
	6 - ED. PROFISSIONAL	0	0	117	1.204	17	667	191	818	1.532
	7 - EJA	43.611	41.299	34.342	30.966	29.186	27.573	26.920	20.559	16.657

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

População por Grupo de Idade - Grupo de etário/Ano 2022

2022 - População de 5 a 17 anos	308.739
2022 - Matrículas Ensino Fundamental - Rondônia	237.067
2022 - Percentual matrículas Ensino Fundamental em relação a população de 15 a 17 anos	76,79%

Índice de alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental

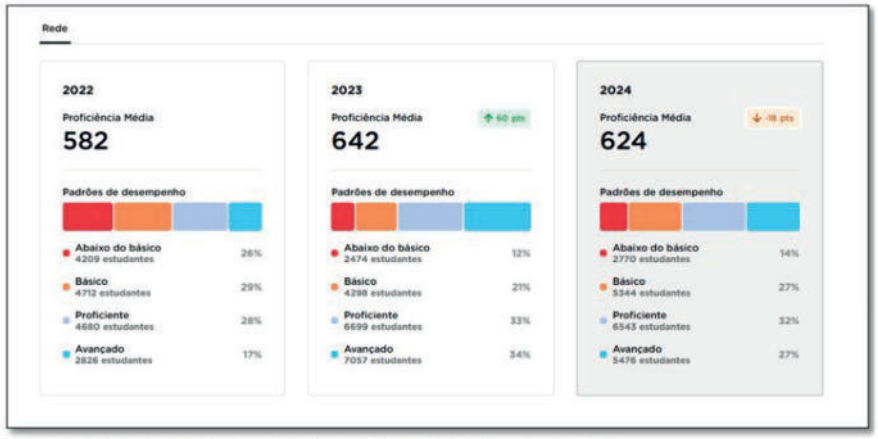
Em se tratando da Alfabetização das crianças, a Secretaria de Educação de Rondônia instituiu o Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia (PROALFA), criado pela Lei nº. 5.735/202, que por meio do regime de colaboração com os municípios, realiza cooperação técnica e financeira, elevando a proficiência em leitura dos estudantes rondonienses do 2º ano do Ensino Fundamental, de 582 pontos em 2022, para 642 em 2023, considerando que 67% dos estudantes estão categorizados nos padrões satisfatórios (33% proficiente e 34% no avançado.

Meta Estratégica

- Ao Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, temos as referências de resultados aos indicadores de proficiência pelas avaliações somativas anuais aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação de Rondônia – Saero, considerando as metas definidas até o ano de 2027.
- Aumentar o percentual de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública, na proficiência em Língua Portuguesa, para 83,26%, até 2027.
- Aumentar o percentual de estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública, na proficiência em Matemática, para 85,36%, até 2027.
- Aumentar o percentual de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública, na proficiência em Língua Portuguesa, para 72,81%, até 2027.
- Aumentar o percentual de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública, na proficiência em Matemática, para 66,03%, até 2027.

Resultado: os resultados oficiais das avaliações do Saero 2025 têm previsão de divulgação para o mês de março de 2026.

Evolução da Alfabetização em Rondônia - SAERO



Fonte: https://avaliacaoemonitoramentorondonia.caeddigital.net/#!/pagina/

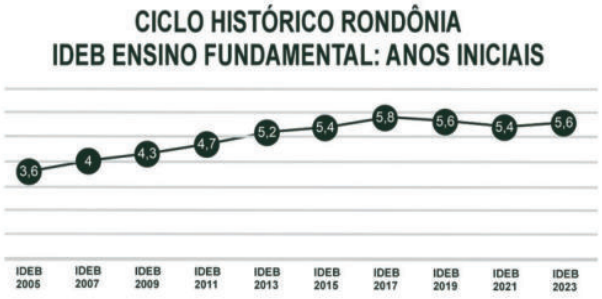
A partir do novo desenho de reestruturação do SAERO, em 2022, o 2º ano do Ensino Fundamental, foi inserido no contexto avaliativo com fins a elevação dos níveis de alfabetização dos estudantes na idade certa, em Língua Portuguesa (fluência em leitura) e matemática, ou seja, alfabetizar as crianças das Redes Estadual e Municipais, até o final do 2º ano dessa etapa de ensino.

Assim sendo, a exemplo do quadro acima, ao verificar a historicidade dos resultados estratégicos, pode-se observar que para a meta, houve um aumento do percentual de estudantes do 2º ano na proficiência em Língua Portuguesa, passando de 45% em 2022 para 67% em 2023, com uma queda para 60% nos dados preliminares de 2024. Dessa forma, este indicador merece atenção, pelo decréscimo no resultado, haja vista, o percentual de projeção de proficiência de 83,26%, a ser alcançado até 2027, nos níveis avançados e proficiente.

Da mesma forma, ocorre com o componente curricular de Matemática, nos resultados, passamos de 38% em 2022 para 71% em 2023, ocorrendo, também uma queda, em 2024, ficando em 64%. É outro ponto de atenção, para que possamos alcançar, até 2027, 85,36% dos alunos com a proficiência adequada.

Em se tratando do IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) tem como objetivo servir de indicador de monitoramento da qualidade da Educação Básica. Esse índice é composto pela combinação do resultado de desempenho dos estudantes brasileiros nos testes de Língua Portuguesa e Matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do fluxo escolar, medido pela taxa de aprovação dos estudantes no ano de avaliação, com informações provenientes da coleta de dados do Censo Escolar.

Desenvolvido como um indicador de síntese do desempenho escolar, a partir de avaliações padronizadas aplicadas em todo o país, o IDEB também reflete, no Estado de Rondônia, avanços históricos até a edição de 2021, conforme demonstrado nos Gráficos 1. Todavia, a pandemia da Covid-19 impactou diretamente os resultados das avaliações, ocasionando ajustes nos critérios de aprovação e motivando, em 2022, a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia (SAE-RO).



Fonte: Elaborador por GAE/CIRCARDE/DGE/Seduc com base em https://www.gov.br/inep/pt-br/area-de-atuacao/pesquisas-estaticas-e-indicadores/ined/resultados

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos Anos Iniciais

O IDEB é calculado com base no aprendizado dos estudantes em língua portuguesa e matemática (SAEB) e no Fluxo Escolar (Taxa de Aprovação). Abaixo o IDEB dos Anos Iniciais de Rondônia e a situação das escolas.

SÉRIE HISTÓRICA DO IDEB EM RONDÔNIA ANOS INICIAIS		
EXERCÍCIOS	NOT	IDEB PROJETADO ALCANÇADO
2023	APRENDIZADO	X
	FLUXO	X
	IDEB	5,6
2021	APRENDIZADO	6,0
	FLUXO	0,98
	IDEB	6,1 - 5,9
2019	APRENDIZADO	6,33
	FLUXO	0,96
	IDEB	5,9 -6,1
2017	APRENDIZADO	6,29
	FLUXO	0,96
	IDEB	5,6 -6,0
2015	APRENDIZADO	6,07
	FLUXO	0,95
	IDEB	5,3 - 5,8

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS		
ANO	RONDÔNIA	REDE ESTADUAL
2024	-	-
2023	5,6	5,8
2022	-	-
2021	5,4	5,6
2020	-	-
2019	5,6	5,7
2018	-	-
2017	5,8	6,1
2016	-	-
2015	5,4	5,7

Este ponto reflete o acesso, a permanência e a conclusão das crianças na etapa obrigatória e formativa dos Anos Iniciais da Educação Básica, prova desse contexto está no número de matrículas ofertadas pela Rede Estadual nesta etapa do Ensino Fundamental, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, conforme apresentado abaixo.

Matrículas no Ensino Fundamental: anos iniciais

NÚMERO DE MATRÍCULAS ANOS INICIAIS - REDE ESTADUAL		
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR
		ANOS INICIAIS
2021	0	15.005
2022	0	13.289
2023	0	11.695
Total	-	39.989

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos Anos Finais

Série Histórica do IDEB - Rondônia

SÉRIE HISTÓRICA DO IDEB EM RONDÔNIA ANOS FINAIS		
EXERCÍCIOS	NOT	IDEB PROJETADO ALCANÇADO
2023	APRENDIZADO	X
	FLUXO	X
	IDEB	4,8
2021	APRENDIZADO	5,18
	FLUXO	0,96
	IDEB	5,3 - 5,0
2019	APRENDIZADO	5,24
	FLUXO	0,90
	IDEB	5,1 - 4,7
2017	APRENDIZADO	5,13
	FLUXO	0,87
	IDEB	4,8 - 4,5
2015	APRENDIZADO	4,97
	FLUXO	0,85
	IDEB	4,5 - 4,2

Este ponto reflete o acesso, a permanência e a conclusão das crianças na etapa obrigatória e formativa dos Anos Finais da Educação Básica, comprovado pelo número de matrículas ofertadas pela Rede Estadual nesta etapa do Ensino Fundamental, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, conforme apresentado abaixo.

Ciclo Histórica Rondônia: IDEB Ensino Fundamental: anos finais

NÚMERO DE MATRÍCULAS ANOS INICIAIS - REDE ESTADUAL		
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR
		ANOS INICIAIS
2021	0	15.005
2022	0	13.289
2023	0	11.695
Total	-	39.989

O processo de ampliação da oferta de matrículas na Educação Básica está diretamente relacionado às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. A Meta 2 reafirma o compromisso com a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para todas as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, com conclusão na idade adequada.

SÉRIE HISTÓRICA DO IDEB EM RONDÔNIA ANOS FINAIS		
EXERCÍCIOS	NOT	IDEB PROJETADO ALCANÇADO
2023	APRENDIZADO	X
	FLUXO	X
	IDEB	4,8
2021	APRENDIZADO	5,18
	FLUXO	0,96
	IDEB	5,3 - 5,0
2019	APRENDIZADO	5,24
	FLUXO	0,90
	IDEB	5,1 - 4,7
2017	APRENDIZADO	5,13
	FLUXO	0,87
	IDEB	4,8 - 4,5
2015	APRENDIZADO	4,97
	FLUXO	0,85
	IDEB	4,5 - 4,2

Este ponto reflete o acesso, a permanência e a conclusão das crianças na etapa obrigatória e formativa dos Anos Finais da Educação Básica, comprovado pelo número de matrículas ofertadas pela Rede Estadual nesta etapa do Ensino Fundamental, referentes aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, conforme apresentado abaixo.

Ciclo Histórica Rondônia: IDEB Ensino Fundamental: anos finais

NÚMERO DE MATRÍCULAS ANOS INICIAIS - REDE ESTADUAL		
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR
		ANOS INICIAIS
2021	0	92.730
2022	0	90.200
2023	0	85.201
Total	-	268.131

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS		
ANO	RONDÔNIA	REDE ESTADUAL
2024	-	-
2023	5,6	5,8
2022	-	-
2021	5,4	5,6
2020	-	-
2019	5,6	5,7
2018	-	-
2017	5,8	6,1
2016	-	-
2015	5,4	5,7

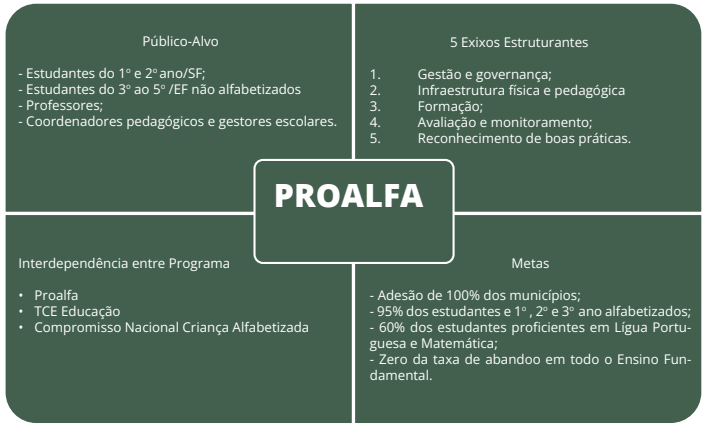
1 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL		
ANO	RONDÔNIA	REDE ESTADUAL
1.6 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ANOS FINAIS.	RONDÔNIA: 4,2	2015
	REDE ESTADUAL: 4,0	
	SEM INDICADORES	2016
	RONDÔNIA: 4,9	2017
	REDE ESTADUAL - 4,9	
	SEM INDICADORES	2018
	RONDÔNIA: 4,9	2019
	RONDÔNIA: 4,9	
	SEM INDICADORES	2020
	RONDÔNIA: 4,9	2021
	ESTADUAL: 4,8	
	SEM INDICADORES	2022
	RONDÔNIA:4,8	2023
	REDE ESTADUAL: 4,7	
	SEM INDICADORES	2024

Com o objetivo de melhorar os indicadores educacionais, especialmente aqueles relacionados ao desempenho de aprendizagem dos estudantes da primeira etapa do Ensino Fundamental, a Secretaria de Estado da Educação-Seduc promoveu, em sua reestruturação de 2023, a criação da Coordenadoria de Articulação com os Municípios. Essa instância tem a finalidade de consolidar um trabalho de qualidade desde a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, reconhecendo o Regime de Colaboração entre as esferas governamentais como um mecanismo de governança essencial para alcançar melhores resultados.

Considerando a progressividade curricular, entendemos que investir na melhoria da aprendizagem dos estudantes nos anos iniciais Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), com ênfase na alfabetização na idade certa (até o 2º ano) garante que eles cheguem ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e ao Ensino Médio (1ª a 3ª/4ª séries) mais bem preparados para a permanência nos estudos. Dessa forma, ampliam-se as condições para o sucesso na conclusão da Educação Básica e para a continuidade da trajetória acadêmica, no Ensino Superior, e/ou para uma inserção qualificada no mundo do trabalho.

Assim, buscando fortalecer o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e em atendimento ao Acórdão APL-TC 00126/22-TCE/RO, o Governo do Estado de Rondônia instituiu por meio da Lei 5.735, de 22 de janeiro de 2024 regulamentado pelo Decreto 29.785, de 6 de dezembro de 2024, o Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia – Proalfa, concebido como Política Pública estadual voltada à alfabetização. O programa tem como propósito fortalecer a interação e a integração entre as redes de ensino, visando alcançar melhores resultados na alfabetização na idade certa. Além disso, no processo de elaboração do PPA 2024-2027, foi criado o programa orçamentário "Leitura para o Futuro: Parceria pela Alfabetização", destinado a assegurar a cobertura de despesas relativas ao apoio prestado aos Municípios na implementação da diretriz da alfabetização na idade certa.

O Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia - Proalfa, foi estruturado conforme ilustração abaixo:

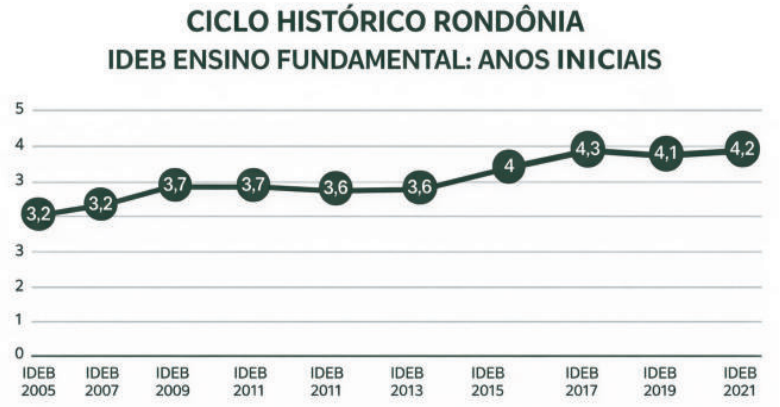


O Proalfa é o programa estratégico da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia voltado à alfabetização na idade certa, com metas definidas até 2030 e ações estruturadas em quatro eixos: Governança Multinível, Avaliações Diagnósticas e Formativas (Saero), Apoio Pedagógico e Prêmio Excelência com Equidade. O programa oferece material didático complementar, formação continuada e bolsas para professores, além de realizar avaliações que orientam intervenções pedagógicas. Seu planejamento está alinhado ao Plano Estratégico da Seduc, com metas anuais que visam garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

O Proalfa conta com o apoio do Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), liderado pelo Tribunal de Contas de Rondônia, que atua em parceria com as redes municipais de ensino. As ações são voltadas aos professores do ciclo de alfabetização, gestores escolares e técnicos das secretarias de educação, promovendo integração institucional e suporte técnico. Os resultados alcançados têm sido expressivos, destacando Rondônia no cenário nacional com o recebimento do Selo Ouro pelo Compromisso Nacional com a Alfabetização, concedido pelo Ministério da Educação (MEC), como reconhecimento pelo avanço na qualidade da educação básica.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio

SÉRIE HISTÓRICA DO IDEB EM RONDÔNIA ANOS FINAIS		
EXERCÍCIOS	**NOT**	**IDEB PROJETADO ALCANÇADO**
2023	APRENDIZADO	4,54
	FLUXO	0,86
	IDEB	4,1 - X
2021	APRENDIZADO	4,41
	FLUXO	0,89
	IDEB	4,9 - 3,9
2019	APRENDIZADO	4,53
	FLUXO	0,85
	IDEB	4,6 - 43,9
2017	APRENDIZADO	4,23
	FLUXO	0,82
	IDEB	4,4 - 3,5
2015	APRENDIZADO	4,24
	FLUXO	0,82
	IDEB	3,9 - 3,5



Fonte: Elaborado por GAEC/CIRCA/EDGE/Seduc com base em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados/ideb/resultados

Melhoria da Qualidade da Educação Integral.

A Educação Integral constitui um eixo estruturante das políticas públicas da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, voltadas à melhoria da qualidade da Educação Básica. Essa modalidade tem como princípio a formação integral do estudante, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, cultural e físico, de forma a garantir aprendizagens significativas e ampliar as oportunidades de sucesso escolar e social.

Nos últimos anos, Rondônia vem ampliando a oferta da Educação Integral, alinhando-se às metas do Plano Estadual de Educação e ao Plano Estratégico Governamental. A política busca assegurar que os estudantes permaneçam mais tempo na escola, com acesso a experiências educativas diversificadas e contextualizadas, que estimulem o protagonismo juvenil e consolidem competências essenciais para a vida e para o mundo do trabalho.

Em 2022, a rede estadual contava com 12 escolas de tempo integral, distribuídas entre os municípios de Ariquemes, Cacoal, Cerejeiras, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno e Porto Velho. Desde então, o Estado tem promovido ações de expansão gradual da modalidade, acompanhadas de processos de formação continuada voltados a gestores, coordenadores e professores. Entre 2023 e 2024, foram realizadas 14 formações, envolvendo mais de 1.000 profissionais da educação, em sete Superintendências Regionais de Educação, fortalecendo a gestão pedagógica e a implementação do modelo integral.

As estratégias de melhoria da qualidade da Educação Básica têm se apoiado em quatro eixos principais:

- Formação docente e gestão pedagógica – capacitação permanente de gestores e professores, com foco na interdisciplinaridade, avaliação formativa e práticas inovadoras;
-
- nfraestrutura e ambiente escolar – adequação de espaços físicos para o funcionamento de escolas de tempo integral, contemplando alimentação, esporte, cultura e tecnologia;
-
- Currículo e práticas integradoras – reorganização curricular para integrar os componentes obrigatórios às áreas de projeto de vida, iniciação científica, cultura e empreendedorismo;
-
- Monitoramento e avaliação – acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem e dos indicadores de permanência e rendimento dos estudantes.

Essas ações de Educação Integral refletem o compromisso do Governo do Estado de Rondônia com uma educação pública equitativa, inclusiva e de qualidade, capaz de formar cidadãos autônomos, críticos e socialmente responsáveis. A Educação Integral, nesse contexto, consolida-se como estratégia prioritária de melhoria da Educação Básica, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento humano e sustentável do Estado.

Números referentes à oferta de matrículas de Educação Integral

ANO DE REFERÊNCIA	NÚMERO DE MATRÍCULAS OFERTADAS EM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
2015	40.292
2016	17.206
2017	9.286
2018	7.448
2019	7.907
2020	7.511
2021	8.429
2022	8.763
2023	8.745
2024	7.244

Fonte: GEIE/CAIE/DGE/Seduc.

Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Rondônia é uma política pública essencial para garantir o direito à educação e promover a inclusão social de pessoas que não concluíram a escolarização na idade adequada. Nos últimos anos, a modalidade tem contribuído significativamente para ampliar oportunidades de aprendizado, fortalecer a cidadania e facilitar o acesso ao mundo do trabalho. No entanto, os indicadores de matrícula apontam uma tendência de queda: de 23.285 em 2022 para 16.657 em 2024. Essa redução sugere a necessidade de reforçar estratégias de busca ativa, adaptar a oferta às realidades locais e implementar políticas que incentivem a permanência dos estudantes.

Por outro lado, houve avanços importantes na formação de professores da EJA, com 180 docentes capacitados em 2023 e 186 em 2024, após ausência de registros em 2022. Esse crescimento demonstra o compromisso da Secretaria de Estado da Educação com a qualificação profissional e a melhoria das práticas pedagógicas. Para enfrentar os desafios atuais, é fundamental consolidar ações intersetoriais, ampliar a flexibilidade da oferta educacional e articular a EJA com políticas de qualificação profissional e inclusão produtiva. Assim, Rondônia reafirma seu compromisso com a educação ao longo da vida e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fomento à Tecnologia da Educação.

Com o objetivo acompanhar os sistemas específicos de Tecnologia Educacional em ações de formação continuada para uso pedagógico das tecnologias educacionais, a Secretaria de Estado da Educação tem buscado coordenar e implementar programas e projetos voltados à promoção do uso dessas tecnologias, seja em parceria com o Governo Federal ou com iniciativas próprias. O Governo do Estado de Rondônia criou uma no ano de 2023, com gerência de Tecnologia Educacional, oriunda de um núcleo, existente desde a implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo, contando também com 12 Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE, aos quais cabe ofertar formação continuada e assessoria pedagógica para o uso eficiente de equipamentos tecnológicos e aplicativos educacionais, atendendo a principal finalidade que é a promoção do uso pedagógico das tecnologias educacionais pelos educadores.

Ainda, por meio do Seminário Regional, promove uma exposição para socialização das experiências exitosas que objetiva a oportunidade de adquirir conhecimentos com os momentos de formação (palestras, simpósios e outros) e com as experiências apresentadas pelas escolas de outras regionais durante os eventos.

ANO DE REFERÊNCIA	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE ESCOLAS COM ACESSO À INTERNET	NÚMERO DE ESCOLAS COM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
2015	440	328	244
2016	420	313	232
2017	412	305	224
2018	410	305	222
2019	410	300	226
2020	405	301	234
2021	405	332	250
2022	408	350	267
2023	408	351	278

Atualmente, Rondônia conta com 12 unidades instaladas nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Cerejeiras, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Porto Velho (Extrema), Rolim de Moura, São Francisco e Vilhena, todas com acesso à internet. Dos 52 municípios do estado, todos possuem acesso à rede mundial de computadores.

De acordo com o site do Governo de Rondônia (atualizado em 29/08/2025), o estado é um dos mais conectados da Região Norte, com 63,7% das escolas de ensino básico ligadas à internet - 672 das 1.055 instituições estaduais. Essa média supera o índice nacional de 59,65%. Os dados são do Programa Escolas Conectadas, do Governo Federal, que registra 82,5 mil escolas públicas com acesso à internet em todo.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

O Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES-2015/2030) apontava como demanda estratégica a criação de uma política estadual estruturada de educação profissional e tecnológica, que ampliasse as oportunidades de qualificação e reconversão profissional da população rondoniense. Atendendo a essa diretriz, foi instituído em dezembro de 2016, pela Lei Complementar nº 908, o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP, órgão vinculado ao Governo do Estado de Rondônia, com a missão de ofertar, de forma gratuita, cursos técnicos, de qualificação profissional e formação inicial, consolidando-se como instrumento de fortalecimento da força de trabalho e de desenvolvimento competitivo do Estado.



O IDEP tem como competências:

- Oferecer cursos técnicos, qualificação profissional e formação inicial em diversas áreas, alinhados às demandas do mercado de trabalho;
- Promover a profissionalização gratuita como política pública de inclusão social e de desenvolvimento econômico;
- Atuar em parceria com instituições públicas e privadas, potencializando o acesso às tecnologias educacionais e oportunidades de aprendizagem;
- Implementar estratégias de ensino descentralizadas atendendo os 52 municípios.

O IDEP, possui sede administrativa em Porto Velho e atua por meio de duas unidades executoras próprias - o Centro Técnico Estadual de Educação Rural (CENTEC Abaitará), em Pimenta Bueno, e a Escola Técnica Estadual (ETEC), em Porto Velho - além de 06(seis) Escolas Móveis, polos e salas descentralizadas que levam cursos técnicos e de qualificação profissional para diversas regiões.

Desde sua implantação foram realizadas mais de 100 mil (cem mil) matrículas (até agosto de 2025) em cursos Técnicos e Qualificações, nas modalidades presenciais e remotas. A instituição tem expandido cursos remotos para atender diferentes municípios, ampliando o alcance e garantindo maior inclusão social e econômica nas diversas regiões.

Eixos Tecnológicos	Cursos Técnicos	Cursos de Qualificação Profissional e Formação Inicial:
Gestão e Negócio	Técnico em Administração Técnico em Comércio Técnico em Logística Técnico em Recursos Humanos Técnico em Marketing	Assistente Administrativo Empreendedorismo Assistente em Recursos Humano Atendimento ao Público Promotor de Vendas
Informação e Comunicação	Técnico em Desenvolvimento de Sistema Técnico em Informática Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Técnico em enfermagem Técnico em Estética
Ambiente e Saúde	Técnico em enfermagem Técnico em Estética	Manicure e Pedicure Maquiagem Depilação Design de Sobrancelhas Massagem Relaxante
Infraestrutura	Técnico em Edificações	Pedreiro Eletricista Predial Pintor de Obras Instalador Hidráulico Operador de Drone
Turismo, Hospitalidade e Lazer:	Técnico em Eventos Técnico em Guia de Turismo Técnico em Hospedagem	Condutor de Turismo e Pesca Recepcionista de Hotel Monitor de Turismo Organização de Eventos Atendimento em Hospedagem
Recursos Naturais:	Técnico em Agropecuária Técnico em Agronegócio Técnico em Agroecologia Técnico em Zootecnia	Gestão da Propriedade Rural Piscicultura Hidroponia Agroindústria Familiar Agricultura de Precisão
Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Secretaria Escolar	Português Instrumental Técnica de Redação Inglês Básico Espanhol Básico Comunicação Institucional
Produção Alimentícia		Panificação e Confeitaria Pães Artesanais Bolos Decorativos Doces Gourmet Boas Práticas de Fabricação
Produção Cultural e Design		Artesanato em Biscuit Bordado à Mão Flores Gigantes Customização de Peças Arte em Material Reciclável
Segurança	Técnico em Segurança do Trabalho	Primeiros Socorros Norma Regulamentadora - NR 10, Ergonomia Norma Regulamentadora – NR 12 Norma Regulamentadora – NR 35
Controle e Processos Industriais		Mecânico de Motocicletas Mecânico de Máquinas Agrícolas Mecânico de Motores a Diesel Injeção Eletrônica de Motocicleta Injeção Eletrônica de Motores a Diesel

A tabela abaixo evidencia a significativa expansão da oferta educacional promovida pelo IDEP no período de 2019 a agosto de 2025. Observa-se um crescimento expressivo no número total de matrículas, que passou de 1.220 em 2019 para 101.823 no acumulado até agosto de 2025, demonstrando a consolidação institucional e a ampliação da capacidade formativa da rede.

CURSOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
MATRÍCULAS	1.220	1.969	9.785	1.203	30.754	19.931	16.961	101.823

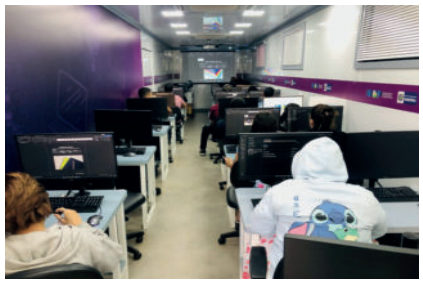
De modo geral, a trajetória ascendente observada a partir de 2021 revela o impacto das estratégias de diversificação de oferta e ampliação da infraestrutura pedagógica do Instituto, consolidando o IDEP como protagonista na qualificação profissional e técnica do Estado de Rondônia.

Escolas Móveis – Educação itinerante

A Educação Profissional em Rondônia alcançou um marco inovador com a implementação, pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP), das Unidades Flexíveis itinerantes, conhecidas como Escolas Móveis, que levam ensino técnico e profissionalizante a municípios e distritos sem instalações fixas, promovendo inclusão e desenvolvimento local. Com investimento superior a R$13 milhões, o IDEP conta com seis carretas adaptadas nas áreas de Panificação e Confeitaria, Imagem Pessoal, Máquinas Agrícolas, Frigorífico e Piscicultura, Mecânica de Motocicletas e Informática. Cada unidade, com cerca de 25 metros de comprimento e algumas com avanços laterais, é equipada com tecnologias avançadas, acessibilidade, mobiliário técnico e recursos industriais que simulam ambientes reais de trabalho (Espaço Maker), proporcionando aos alunos uma formação prática e de alta qualidade.

Escola Móveis – Informática









Perspectivas futuras e alinhamento estratégico

O IDEP está estrategicamente alinhado com a continuidade do Plano de Desenvolvimento Econômico de Rondônia Sustentável (PDES) e responde às demandas específicas das regiões do estado. A projeção de expansão do Instituto contempla:

- Ampliação da oferta de cursos técnicos e qualifi cação profi ssional de acordo com as po-tencialidades regionais;
- Aquisição de mais Escolas Móveis, garantindo infraestrutura e equipamentos de última geração para a execução de cursos itinerantes em áreas remotas;
- Implantação de novas Escolas Técnicas.

O IDEP constitui, por sua relevância, um componente estratégico do PDES 2015, já consolidado como um pilar fundamental para a política de educação profissional em Rondônia. Seus resultados são evidentes nos indicadores de empregabilidade, empreendedorismo e da reconversão profissional. O processo de expansão territorial destaca-se como um marco significativo, com o Instituto ampliando sua atuação de forma substancial saindo de poucos atendimentos aos municípios, atingindo todos os 52 municípios do estado, por meio da estruturação de polos de apoio, implementação de salas descentralizadas e a operação de escolas flexíveis itinerantes, que funcionam como verdadeiras unidades de transformação social e econômica.

Educação Especial.

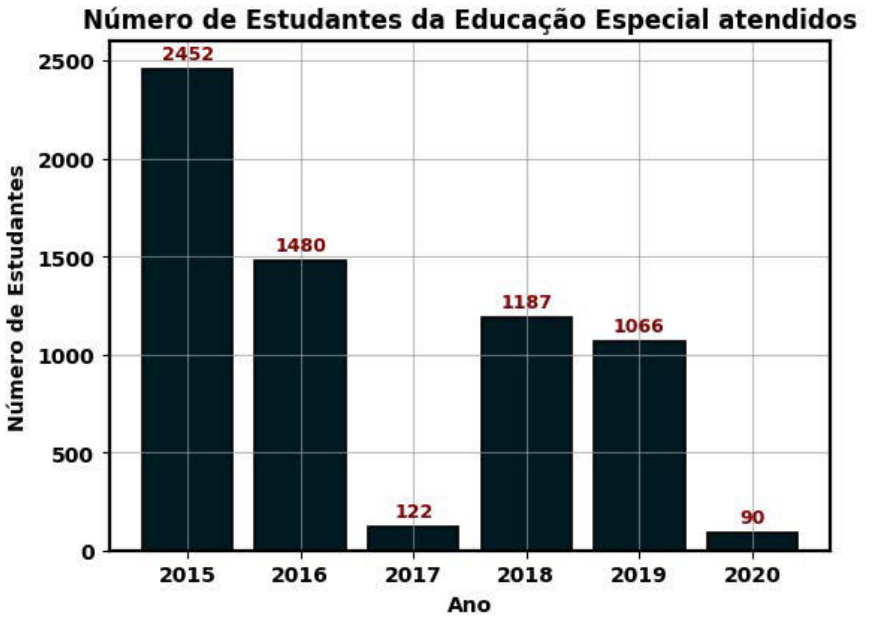
O Governo do Estado de Rondônia vem desenvolvendo e implementando ações, programas e projetos voltados ao aprimoramento da Educação Especial no Estado, em conformidade com as diretrizes, normas e legislações vigentes. Essas iniciativas visam assegurar o atendimento educacional aos estudantes com necessidades específicas, mediante a oferta de propostas pedagógicas inclusivas, adequação dos espaços físicos e estabelecimento de parcerias com instituições educacionais da rede privada que prestam atendimento especializado a esse público.

Nos últimos anos, destaca-se a aquisição de recursos multifuncionais, equipamentos e materiais destinados à equipagem e modernização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, de modo a atender às suas particularidades. Paralelamente, têm sido promovidas ações de formação continuada, assessoramento técnico e monitoramento das práticas pedagógicas voltadas aos profissionais que atuam na modalidade de Educação Especial, abrangendo as áreas de deficiência visual, deficiência auditiva, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação.

Marcos Relevantes da Educação Especial em Rondônia (2015–2024)

- 2015:
  - Atendimento a 2.452 estudantes.
  - Capacitação técnica e pedagógica para professores e coordenadores, beneficiando 1.903 estudantes.
  - Oficina de Braille para 200 professores.
  - Participação de alunos com Altas Habilidades na Olimpíada Brasileira de Robótica.

Marcos Relevantes da Educação Especial em Rondônia (2015–2024)
2015
• Atendimento a 2.452 estudantes. • Capacitação técnica e pedagógica para professores e coordenadores, beneficiando 1.903 estudantes. • Oficina de Braille para 200 professores. • Participação de alunos com Altas Habilidades na Olimpíada Brasileira de Robótica.
2016
• Banca de Libras para seleção de 16 intérpretes. • Encontro dos Dirigentes da Educação Especial com 70 participantes.
2019
• Processo seletivo para 62 intérpretes em 29 municípios. • Capacitação de 580 professores em Autismo e Deficiência Intelectual. • Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais com notebooks para alunos com deficiência visual e • altas habilidades.
2020
• Formações virtuais sobre TEA e Altas Habilidades, com até 250 professores por encontro. • Formação em Libras para professores.
2021
• Implementação de 213 Salas de Recursos Multifuncionais. • Projeto de Robótica com aquisição de 156 kits para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. • Parceria com o MEC para os Centros de Formação e Recursos (CAP, CAS, Núcleos de Altas Habilidades, • Centro de Apoio ao Educando Autista e Deficiente Intelectual).
2022
• 229 escolas com Salas de Recursos ofertando AEE. • 210 novas Salas de Recursos Multifuncionais implantadas. • Aquisição de 24 máquinas de escrever em Braille e kits de robótica para 39 escolas.
2023
• 46 alunos cegos atendidos com dispositivos OrCam MyEye. • 43 escolas aderiram ao programa federal, beneficiando 916 alunos. • Capacitação de 40 professores para o projeto de Robótica. • Participação no XXII Congresso Internacional e XXVIII Seminário Nacional do INES.
2024
• Capacitação em Libras para 100 professores de SRM. • Encontros formativos com gestores e professores sobre inclusão e atendimento a pessoas autistas. • Aquisição de materiais permanentes para 32 Salas de Recursos das redes municipais.



A partir de 2021, Rondônia intensificou suas ações voltadas à Educação Especial, com investimentos significativos na aquisição de materiais, equipamentos e na ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), fortalecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) tem buscado garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes regulares, promovendo não apenas o acesso à matrícula, mas também condições adequadas de acolhimento e permanência com qualidade. Em 2023, em cumprimento ao Acórdão APL-TC 00321/22, foi elaborado o Plano de Ação da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em parceria com Sesau, SEAS, Sepog e CGE, com base em dados do Censo Escolar. O diagnóstico revelou avanços, como a taxa de inclusão de 99,1% em classes regulares, mas também desafios como a insuficiência de SRMs, necessidade de adequações para estudantes com TEA e a iminente aposentadoria de profissionais especializados.

A construção da Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PEEEPI) representa um marco institucional para Rondônia, consolidando o compromisso do Estado com a equidade educacional e a garantia de direitos. Ao ser instituída como política de Estado, a Educação Especial deixa de ser uma ação pontual e passa a integrar permanentemente o planejamento governamental, tornando-se diretriz transversal às demais políticas públicas. Essa abordagem intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento e Controle promove a integração de serviços e recursos para uma inclusão efetiva. A institucionalização por decreto garantirá segurança jurídica, definição clara de responsabilidades, formação continuada dos profissionais, acessibilidade nas escolas e monitoramento sistemático dos resultados, simbolizando um pacto público pela dignidade, diversidade e direito de aprender.

Projeto Educação Escolar Indígena.

O Governo do Estado de Rondônia tem desenvolvido ações estratégicas voltadas à valorização e ao fortalecimento da Educação Escolar Indígena, em conformidade com as diretrizes legais e respeitando as especificidades culturais e linguísticas dos povos originários. Por meio de programas, projetos e formações, a Seduc busca elevar a escolaridade da população indígena nos níveis fundamental e médio, promovendo a inclusão educacional, a qualificação docente e o respeito à diversidade. Essas ações integram o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES), consolidando o compromisso do Estado com uma educação equitativa e intercultural.

Marcos Relevantes da Educação Escolar Indígena (2015–2024)

- Formação Inicial: Curso Normal de Nível Médio – Projeto Açaí III, com atendimento a 120 professores indígenas em Presidente Médici.
- Formação Continuada: Capacitação in loco para 344 professores indígenas e formação técnica-pedagógica para 407 docentes indígenas e não indígenas do Ensino Fundamental e Médio.
- Projeto Açaí: Continuidade dos módulos V e VIII, com atendimento a 89 cursistas em cada fase.
- Infraestrutura Escolar: Entrega de escolas indígenas nas aldeias Buriti, Pedreira, Kawapu, Nova Aldeia, Central e Barrinha, em parceria com a Energia Sustentável do Brasil/Jirau.
- Mapeamento e Conectividade: Levantamento de 36 escolas indígenas para instalação de internet terrestre e fluvial na região de Guajará-Mirim.
- Cultura e Identidade: Realização da Mostra Indígena de Arte e Cultura Maloca, com participação de 79 estudantes de 28 escolas indígenas, representando 23 etnias.
- Equipamentos e Logística: Aquisição de materiais pedagógicos para 43 unidades escolares, além de 6 caminhonetes, 4 motores e 4 geradores para apoio às comunidades.
- Parcerias Institucionais: Cooperação com o Conselho Estadual de Educação (CEE/RO) para o Projeto Açaí IV e assessoramento técnico contínuo às escolas indígenas em todo o estado.

Fonte: Dados obtidos e consolidados a partir dos Relatórios da execução das ações/atividades apresentados no exercício de 2015 a 2024.

Esses marcos evidenciam o avanço contínuo da política educacional indígena em Rondônia, com foco na formação docente, infraestrutura adequada, valorização cultural e inclusão digital.

No intuito de fomentar a formação continuada dos professores, a Secretaria de Estado da Educação segue desenvolvendo ações com ênfase nas especificidades do público da Educação Escolar Indígena, visando formar profissionais capacitados para atuar nas escolas indígenas de Rondônia, com uma abordagem intercultural que valoriza as tradições étnicas e facilita o acesso aos bens culturais da sociedade nacional.

Em 2024, o cenário da Educação Escolar Indígena contava com:

- 102 escolas em áreas indígenas, em 13 municípios no estado de Rondônia.
- 437 professores.
- 3.208 alunos indígenas do Ensino Fundamental.
- 520 alunos indígenas do Ensino Médio.





Projeto Educação Escolar Quilombolas, Ribeirinhos e Extrativistas.

Com o objetivo de assegurar a representatividade e o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola, o Governo do Estado tem promovido espaços de diálogo, reivindicação, proposição e troca de experiências voltados à qualificação da oferta de ensino nessa modalidade. Para tanto, conta com uma equipe técnica responsável pela realização de reuniões, assessoramento pedagógico e acompanhamento das atividades correlatas, incluindo a verificação das necessidades de aquisição de materiais e recursos indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades escolares.

A Seduc também desenvolve projetos alusivos à Semana da Consciência Negra e viabiliza a oferta de ensino mediado por tecnologia em determinadas comunidades quilombolas, ampliando as oportunidades de acesso à educação.

Essas ações têm como finalidade:

- Elevar o nível de escolaridade da população tradicional da floresta no ensino fundamental.
- Elevar o nível de escolaridade da população tradicional da floresta no ensino médio.

Considerando a vigência do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES), apresentam-se, a seguir, as principais ações implementadas no período de 2018 a 2024.

Projeto Educação do Campo

A Educação do Campo em Rondônia tem sido fortalecida por meio de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, à melhoria da infraestrutura escolar e à valorização dos profissionais da educação. A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC tem implementado ações estratégicas que visam garantir o direito à educação de qualidade para populações rurais, indígenas e ribeirinhas, respeitando suas especificidades culturais e geográficas. Um dos principais avanços foi a implantação do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, que promove a inclusão educacional por meio de recursos digitais e formação continuada, ampliando significativamente a cobertura escolar em áreas de difícil acesso.

Marcos Relevantes da Política de Educação do Campo em Rondônia

- Implantação do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, atendendo 86 escolas em 52 municípios, com aproximadamente 2.000 alunos do 1º ano contemplados.
- Formação inicial e continuada para 130 professores presenciais e 18 coordenadores regionais do projeto.
- Atendimento a 5.745 estudantes em 367 turmas de 108 escolas, com suporte presencial e por mediação tecnológica.
- Aquisição de equipamentos tecnológicos: 220 computadores, 220 nobreaks, antenas, televisores de 65", receptores digitais, webcams e impressoras, beneficiando mais de 5.653 alunos.
- Convênio com o IFRO e locação de containers (salas modulares) para viabilizar o atendimento educacional em áreas remotas.
- Reformas escolares e construção de blocos de salas de aula padrão, além de geradores de energia elétrica para escolas do campo e indígenas.
- Oferta de cursos profissionalizantes em parceria com o IDEP para estudantes da Mediação Tecnológica.
- Organização da sede da Mediação Tecnológica em Porto Velho, com assessoramento técnico-pedagógico contínuo.
- Gravação de aulas para o Ensino Fundamental – Anos Finais, como resposta à pandemia da COVID-19.
- Realização do I Encontro de Educação Profissional por Mediação Tecnológica, promovendo integração e troca de experiências entre educadores.

Esses marcos demonstram o compromisso do Estado com a democratização do ensino, a inovação pedagógica e a superação das barreiras geográficas que historicamente dificultam o acesso à educação nas comunidades do campo. O projeto da Mediação Tecnológica iniciou com atendimento a 2.000 (dois mil) alunos e, atualmente, atende mais de 5.000 (cinco mil) estudantes do Ensino Médio. A central de mídias, localizada em Porto Velho, é responsável por planejar, produzir e transmitir aulas diariamente, em cumprimento ao calendário letivo. Desde 2019, as videoaulas e demais produções têm sido disponibilizadas ao público, por meio do canal da Mediação Tecnológica no YouTube.

O Relatório de Gestão 2021 a 2023 demonstra o quantitativo de escolas e alunos contemplados pela Mediação Tecnológica:

	2021	2022	2023
Nº de escolas	112	118	108
Nº de alunos	5.592	5.589	5.745

Fonte: Relatório de Gestão SEDUC-RO 2021/2022/2023.

Valorização dos Profissionais da Educação.

A valorização dos profissionais da educação é um princípio assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, conforme o artigo 3º, inciso VII e detalhado no artigo 67. Também é garantida pela Constituição Federal, artigo 206, inciso V, e figura entre as 10 diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, sendo tema central das metas 13, 14, 15, 16, 17 e 18, com destaque para a Educação Básica. No Plano Estadual de Educação de Rondônia – PEE, a valorização profissional é igualmente ratificada como diretriz e aparece nas metas 15, 16, 17 e 18. A Meta 15/PEE busca garantir formação específica de nível superior para todos os professores da Educação Básica. A Meta 16/PEE propõe formação em pós-graduação lato sensu para 100% dos docentes e acesso ao stricto sensu, além de formação continuada. A Meta 17/PEE visa equiparar o rendimento dos profissionais do magistério ao de outras categorias com escolaridade equivalente. Já a Meta 18/PEE estabelece a elaboração e implantação de planos de carreira, tomando como referência o Piso Salarial Nacional Profissional.

Em Rondônia, o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica – PCCR foi instituído pela Lei Complementar nº 420/2008 e posteriormente revogado pela LC nº 680/2012, com alterações pelas LCs nº 867/2016, nº 880/2016, nº 887/2016, nº 1036/2019 e pelo Decreto nº 25.296/2020. Em 2023, houve avanço com a criação da Gratificação de Lotação Específica pela LC nº 1.181. Em 2024, destacaram-se a revisão das gratificações (Incentivo à Docência, Unidade Escolar, Apoio Pedagógico e Complexidade de Gestão Escolar) e a reestruturação das Coordenadorias Regionais, transformadas em Superintendências pela LC nº 1.266. A Lei nº 4.248/2018 instituiu que o vencimento inicial do magistério será o valor do Piso Salarial Profissional Nacional, e a LC nº 1.036/2019 determinou reajuste anual conforme índice do MEC, regulamentado por ato do Governador. Desde 2019, a Seduc aplica o mesmo percentual de reajuste do piso aos Técnicos Educacionais e Analistas Educacionais, promovendo equidade na valorização dos servidores.

2019	2020	2021	2022	2023	2024
4,17%	12,84%	Em decorrência da pandemia da Covid-19, não houve reajuste no exercício de 2021.	33,24%	14,95%	6,27%

Progressão Funcional

A progressão funcional, conforme o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração (PCCR/LC 680/12), é um dos pilares da valorização dos profissionais da Educação Básica em Rondônia, ocorrendo a cada dois anos de efetivo exercício com elevação à referência salarial superior. Embora prevista com base na avaliação de desempenho, a Seduc ainda não possui regulamentação específica para esse processo, realizando as progressões de forma automática, fundamentadas na antiguidade e assiduidade dos servidores, conforme o § 3º do artigo 61 do PCCR. Nos últimos exercícios, a Secretaria tem mantido a atualização bienal das referências e efetuado os pagamentos retroativos, respeitando o tempo de serviço de cada profissional.

Para ilustrar esses investimentos realizados, apresentamos abaixo os dados dos últimos exercícios.

ANO	Nº DE SERVIDORES BENEFICIADOS	VALOR TOTAL
2021	12.667	R$10.286.470,07 (dez milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e sete centavos).
2022	*	*
2023	9.911	R$ 10.979.609,67 (dez milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e nove reais e sessenta e sete centavos)

Fonte: Elaboração da GEST/CPO/Seduc, com informações do Observatório da Seduc, considerando os servidores por matrícula.

*Em 2022, não houve pagamentos referentes à progressão funcional.

Aperfeiçoamento Profissional

Com o objetivo de ampliar o número de professores com especialização, mestrado e doutorado, buscando o aprimoramento docente e melhorias na prática do ensino, com impacto na aprendizagem dos alunos e nos demais indicadores–– educacionais voltados ao desempenho do alunado da rede estadual, a Seduc investiu em cursos de pós-graduação. E mesmo quando não oferta diretamente os cursos aos seus professores, acata o direito de licença para aperfeiçoamento, com remuneração, conforme os artigos 116 e 132 da Lei Complementar nº 68, de 09.12.1992, bem como o artigo 63 do PCCR/Lei nº 680, de 07.09.2012. Ainda, posteriormente, os servidores têm o direito de receber o percentual definido no PCCR para a gratificação pela qualificação.

Assim, temos nos últimos anos, dados da liberação de profissionais com a licença para aperfeiçoamento, com o percentual alcançado nos anos de 2021 a 2023.

Nº de servidores liberados por ano à licença para aperfeiçoamento

ANO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
2021	35	05	40
2022	28	17	45
2023	10	07	17

Fonte: Elaboração da GEST/CPO/Seduc, com informações da Coordenadoria de Recursos Humanos.

Aperfeiçoamento de professores

ANO	2020	2021	2022	2023
Especialização	75,94	78,71	80,43	62,34
Mestrado	2,41	2,96	3,84	3,63
Doutorado	0,11	0,12	0,19	0,19
TOTAL (%)	78,46	81,79	84,46	66,16

Formação Continuada dos Profissionais da Educação

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação constitui-se em um eixo estratégico para a melhoria da qualidade da Educação Básica, uma vez que possibilita o aperfeiçoamento permanente das práticas pedagógicas e de gestão escolar. Prevista na Meta 16 do Plano Nacional de Educação, a política de formação continuada busca assegurar que todos os professores e demais profissionais da educação tenham acesso a processos formativos alinhados às suas áreas de atuação, contemplando as especificidades regionais, culturais e sociais dos estudantes atendidos.

Nesse sentido, a Formação Continuada deve estar articulada às demandas reais das escolas e Redes de Ensino, fortalecendo o desenvolvimento profissional docente e a valorização da carreira. Além disso, a meta prevê a ampliação da titulação em nível de pós-graduação, como estratégia para elevar o nível de qualificação e de inovação pedagógica no cotidiano escolar.

Assim, a Formação Continuada dos Profissionais da Educação não se restringe a cursos eventuais, mas configura-se como política pública estruturante, capaz de promover práticas pedagógicas inclusivas, a melhoria dos indicadores de aprendizagem e a efetivação do direito à educação de qualidade para todos.

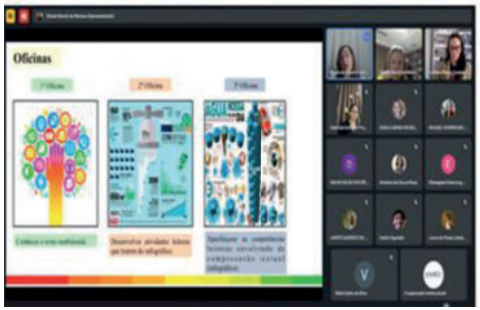
Formação Continuada (Pós-Graduação Stricto-Sensu e Lato-Sensu)

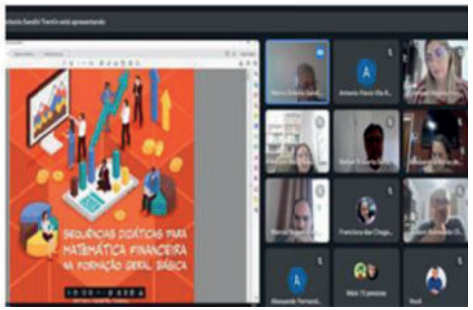
A Secretaria de Estado da Educação de Rondônia promove a formação de professores em cursos stricto sensu e lato sensu, visando ao desenvolvimento profissional e à melhoria da educação. Essa ação busca atender à Meta 13 do PNE, que prevê ampliar a proporção de mestres e doutores no sistema de ensino superior, e à Meta 16 do PEE, que garante acesso à formação continuada aos profissionais da educação básica. Assim, a Seduc fomenta e oferece cursos, assegurando participação em pós-graduações para qualificação.

EXERCÍCIOS	CURSOS OFERTADOS PELA SEDUC MESTRADO E DOUTORADO	SERVIDORES CONTEMPLADOS
2021	Contratação de empresa (Faculdade Católica de Rondônia) para a oferta de 90 (noventa) vagas para pós-graduação no Curso de Mestrado em Letras (Língua Portuguesa) e Ensino de Ciências e Matemática.	90
2021-22	Continuação do Mestrado em Letras (Língua Portuguesa) e Ensino de Ciências e Matemática. Ainda, início dos procedimentos para a oferta de Curso de Mestrado em História, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais: Geografia, História, Sociologia e Filosofia, que contemplará 60 profissionais; e de Curso de Doutorado em Educação para 20 profissionais.	90/170
2022-23	Continuação do curso de Mestrado em Letras, para 45 professores; Mestrado em Ciências e Matemática, para 45 professores; curso de Mestrado em História, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais: Geografia, História, Sociologia e Filosofia, a 60 profissionais; doutorado em Educação para 20 professores; e oferta de Mestrado em Educação Escolar para 15 professores.	185
2023	Continuação dos cursos de Mestrado a 165 professores, sendo: 15 no Mestrado em Educação; 60 no Mestrado em História; 45 no Mestrado de Ciências e Matemática; e 45 no Mestrado em Letras; 20 professores participantes do Doutorado em Educação.	185









Formação Continuada e Capacitações para Professores

Desde 2021, o Programa Escola do Novo Tempo (PENT) tem promovido capacitações estratégicas voltadas ao fortalecimento da gestão escolar e à implementação do Novo Ensino Médio nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTIs) de Rondônia. Um dos marcos mais relevantes foi a capacitação de 52 gestores escolares, beneficiando 16 unidades escolares, o que contribuiu diretamente para a redução da rotatividade de gestores e a melhoria do desempenho da gestão escolar. Além disso, foram realizados alinhamentos com gestores e CAFs das EMTIs para tratar de infraestrutura, incluindo aquisição de mobiliário, centrais de ar e insumos básicos, garantindo condições adequadas para o funcionamento das escolas.

Outro marco importante foi a elaboração de material didático específico sobre o Currículo de Tutoria e Protagonismo Juvenil, desenvolvido por professores das EMTIs, o que resultou em maior domínio da metodologia do programa e aprimoramento das práticas pedagógicas aplicadas ao Itinerário Formativo – Nivelamento. A formação sobre Protagonismo Juvenil para os estudantes também se destacou, refletida na adesão de 65% dos alunos aos clubes de protagonismo, fortalecendo o engajamento estudantil e a construção de uma cultura participativa nas escolas. Essas ações consolidam a efetividade do PENT como política educacional inovadora e transformadora no estado.

Formação e Capacitações Técnicas Educacionais

Os eventos formativos também reforçam o aperfeiçoamento contínuo, com incentivo a outros profissionais da Educação para continuidade dos estudos, com a oferta de treinamento, capacitação técnica e formação inicial e/ou continuada, com atividades de aprimoramento do conhecimento e de metodologias aos servidores em exercício nos órgãos educacionais da Sede e de todas as regionais do estado, beneficiando toda a sociedade com uma melhor prestação dos serviços.

Panorama das Capacitações Técnicas de 2023



Formação e Capacitação para Gestores Escolares

O Projeto Tutoria Pedagógica para Gestores Escolares se configura como uma metodologia de formação continuada em serviço para gestores escolares, com o objetivo de proporcionar reflexões na e/ou sobre sua prática de modo que as suas tomadas de decisões junto aos técnicos, docentes e demais servidores no ambiente escolar ocorram de forma significativa e relevante para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O Projeto Tutoria Pedagógica para Gestores Escolares se dá mediante a relação de parceria e corresponsabilidade estabelecida entre o Tutor/Formador e Tutorado/Gestor com foco no desenvolvimento da prática do tutorado.

Na rede estadual de Rondônia, a formação continuada para Gestores Escolares é ofertada neste formato desde o ano de 2016, tendo sido iniciada por meio do Programa Tutoria Pedagógica, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, a Fundação Itaú Social e o Centro integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS para sua implementação consolidada no Acordo de Cooperação firmado de acordo com a Lei nº 13.019/14, com duração de 2 anos de acompanhamento e apoio dos parceiros Fundação Itaú Social e Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS. O acordo foi firmado entre agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2019.

Entre os anos de 2021 a 2023, o Programa de Tutoria Pedagógica em Rondônia consolidou marcos relevantes na formação continuada de gestores escolares e formadores, com destaque para a capacitação de 483 formadores em Tutoria Pedagógica e a realização de 616 atendimentos online, envolvendo 42 formadores das CREs e 110 servidores em formações presenciais. As ações contemplaram turmas iniciantes, intermediárias e veteranas, com atividades realizadas por meio de salas virtuais (Google Meet), abrangendo todas as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) do estado.

Destacam-se também o assessoramento técnico-pedagógico às equipes gestoras e formadores das CREs de Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Espigão d'Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Machadinho e Alta Floresta, além da realização de webinars, rodas de conversa, encontros de estudos e visitas técnicas às escolas contempladas pelo programa. A certificação de formadores de gestores escolares, a participação em eventos pedagógicos e a implementação de oficinas pedagógicas reforçaram o compromisso da Seduc com o fortalecimento da gestão escolar e a melhoria da qualidade do ensino na rede estadual.

Projeto Tutoria Pedagógica

TUTORIA PEDAGÓGICA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS			
Nº de escolas	29	28	110
Nº de participações em eventos formativos	2.261	946	800

Gestão Democrática por meio da Participação Comunitária na Escola.

Com foco na democratização da gestão escolar, o Governo do Estado tem promovido ações que asseguram a participação ativa da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico, na escolha de dirigentes e na defi nição da aplicação dos recursos, por meio da implantação de colegiados deliberativos. A Seduc também realiza o monitoramento das equipes gestoras, constituição de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, além do acompanhamento do cumprimento do PPP.

Em 2024, houve uma mudança significativa no modelo de gestão escolar, com a aprovação da Lei Complementar nº 1.246/2025, que alterou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (LC nº 680/2012), incorporando novas funções à equipe gestora e fortalecendo os mecanismos de qualida-de e efetividade da gestão nas escolas da rede estadual.

Universalização dos mecanismos de participação da gestão democrática

O Projeto Político Pedagógico-PPP é compreendido como importante instrumento de democratização da educação, da identidade da escola, organização das práticas pedagógicas e definição de conceitos que serão adotados pela comunidade no que se refere à educação que se quer. Deve traduzir o que cada escola tem como proposta em relação ao currículo, forma de gestão, organização das práticas de ensino, formas de avaliação interna, externa e institucional e, principalmente, o diagnóstico da situação atual com a perspectiva de obter resultados.

2019	186 PPP homologados
2020	186 PPP homologados
2021	186 PPP homologados
2022	186 PPP homologados
2023	172 PPP homologados
2024	259 PPP homologados

Formação continuada para os gestores

As formações aos gestores escolares têm o objetivo de promover reflexões, na perspectiva de apoiar as equipes gestoras das escolas da rede estadual de educação, socializando conhecimentos técnicos e pedagógicos para a aplicação dos princípios e estratégias essenciais que ampliem a eficácia dos processos de gestão nas unidades escolares.

2019	Formação para gestores escolares com foco no planejamento pedagógico
	Participantes de 623 escolas
2020	Prêmio Gestão Escolar/2020.
	Participantes de 410 escolas
2021	A importância da atuação do gestor escolar com foco nos indicadores educacionais.
	Participantes de 612 escolas
2022	Cursos/Live
	Participantes de 612 escolas
2023	Cursos/Live
	Participantes de 612 escolas
2024	Módulo I - Gestão Pedagógica de Resultados (2 encontros)
	Participantes de 612 escolas



Lançamento do Programa Formativo para Getores Escolares, 2024

Capacitação dos conselhos escolares

O Conselho Escolar é uma entidade sem fins lucrativos, de instância de máxima deliberação colegiada, com finalidade de efetivar a Gestão Democrática, no que tange à função consultiva, mobilizadora, fiscalizadora e executora dos assuntos referentes à gestão institucional nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro.

2019	109 - Conselhos Escolares
2020	306 - Escolas (incluindo as indígenas) com Conselhos Escolares
2021	306 - Escolas (incluindo as indígenas) com Conselhos Escolares
2022	306 - Escolas (incluindo as indígenas) com Conselhos Escolares
2023	373 - Escolas com Conselhos Escolares. 22 Escolas Indígenas com Consórcio.
2024	Módulo I - Gestão Pedagógica de Resultados (2 encontros)

Instituição de Grêmios Estudantis

O Grêmio Estudantil é uma entidade sem fins lucrativos e representativa dos estudantes, no âmbito das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia, para o fortalecimento do protagonismo juvenil e o desenvolvimento de uma cultura organizacional de trabalho com equipes de lideranças estudantis. O Grêmio Estudantil, também compõe o conjunto de organismos escolares que efetivam a Gestão Democrática no espaço escolar.

Assim, buscando um ambiente escolar mais unido, solidário, democrático, participativo e acolhedor para todos, a Secretaria de Estado Educação ao longo dos anos incentivou a criação dos grêmios estudantis conforme demonstrado abaixo:

2020	97 grêmios estudantis
2021	97 grêmios estudantis
2022	97 grêmios estudantis
2023	148 grêmios estudantis
2024	1151 grêmios estudantis



Infraestrutura para Melhoria da Qualidade da Educação

O Estado de Rondônia tem realizado investimentos significativos na infraestrutura escolar, com o objetivo de melhorar as condições físicas das unidades de ensino e proporcionar ambientes mais adequados para a aprendizagem. As principais ações estão em execução com foco na modernização das escolas, contemplando tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. Uma das iniciativas de maior destaque nesse contexto é o projeto denominado "Caminhão da Felicidade", que percorre o estado entregando materiais pedagógicos, tecnológicos e estruturais às escolas estaduais. Os caminhões são carregados com laboratórios móveis de química, física e informática, livros para bibliotecas, além de móveis, equipamentos eletrônicos, beneficiando milhares de alunos e servidores em diversas regiões.





A política de fortalecimento da educação pública em Rondônia tem se alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na criação de ambientes escolares seguros, inclusivos e bem equipados. Desde 2019, a rede estadual passou por transformações significativas, evidenciadas na melhoria da infraestrutura física das escolas, na qualificação dos recursos didáticos e na valorização dos profissionais da educação.

Esses avanços refletem o compromisso do Governo do Estado com a inclusão educacional, a inovação tecnológica e a valorização profissional. Para que essas ações se consolidem de forma sustentável, é essencial contar com profissionais capacitados em número suficiente, garantindo que os recursos cheguem à sala de aula com efetividade. A continuidade dessas políticas é indispensável para a construção de uma rede de ensino moderna, equitativa e capaz de formar cidadãos preparados para os desafios contemporâneos. Nesse contexto, o Programa de Apoio Financeiro (Proafi) tem desempenhado papel estratégico ao descentralizar recursos para manutenção, obras e reformas, viabilizando melhorias estruturais e ampliando a capacidade de atendimento das escolas estaduais.

Entre os anos de 2016 a 2019, a política de infraestrutura educacional consolidou marcos importantes voltados à ampliação do acesso e à adequação dos espaços escolares. Foram realizadas construções, ampliações e reformas em unidades urbanas e rurais, com destaque para a implantação de blocos de salas de aula padrão para escolas do campo, refeitórios e salas multifuncionais. Também foram iniciadas obras de manutenção predial corretiva em coordenadorias regionais e conselhos escolares, promovendo segurança e funcionalidade nos ambientes administrativos e educacionais. A partir de 2020, esse movimento foi intensificado com a expansão dos investimentos e o aumento do número de obras em execução, consolidando uma trajetória de modernização da infraestrutura escolar em Rondônia.

Abaixo um panorama com os indicadores do referido plano, no período de 2019 a 2024.

INDICADORES	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Novas instituições escolares criadas	0	01	0	0	0	0
Construção de novos prédios em instituições existentes realizadas.	62	35	06	117	85	76
Percentual de escolas reformadas.	11,71%	10,49%	4%	30%	46,83%	57,80%
Prédio para instalação dos conselhos escolares estaduais construídos.	2 (Reforma)	2 (Reforma)	1 (Reforma)	1 (Reforma)	2 (Reforma)	1 (Reforma)



a



12.2.3. Saúde

Em 2015, Rondônia apresentava avanços significativos nos principais indicadores de saúde, acompanhando a tendência nacional. A taxa de mortalidade infantil caiu de 30,38 para 18,02 por mil nascidos vivos entre 2000 e 2010, refletindo melhorias na atenção básica e na cobertura vacinal. A relação médico/habitante também superava os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS), com crescimento de 64,29% no número de médicos por mil habitantes entre 1990 e 2009. A disponibilidade de leitos hospitalares também avançou, atendendo aos padrões internacionais.

Apesar desses progressos, persistiam desafios estruturais, especialmente na distribuição territorial dos serviços de saúde e na oferta de atendimento de média e alta complexidade. As desigualdades regionais limitavam o acesso equitativo aos serviços, penalizando populações em municípios menores e distantes dos centros urbanos. Além disso, o saneamento básico, em especial o esgotamento sanitário, permanecia precário em diversas localidades, impactando diretamente a saúde pública.

Diante desse cenário, o PDES RO definiu a saúde como um programa estruturante, alinhado às diretrizes da PNDR e do Plano Nacional de Saúde, com o objetivo de garantir acesso integral, oportuno e de qualidade aos serviços de saúde, promovendo a equidade e a melhoria das condições de vida da população rondoniense. Nesse contexto as principais ações da saúde nos programas estabelecidos no PDES 2015-2030 estão descritas a seguir:

Fortalecimento da Atenção Básica e da Atenção Especializada

Desde 2015 o projeto de Fortalecimento da Atenção Básica e da Atenção Especializada vem sendo desenvolvido como parte das ações estruturantes do PDES com foco na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população com destaque para a assistência hemoterápica e hematológica que permanece como atividade contínua além da modernização da infraestrutura física e tecnológica da Hemorrede que avança conforme o planejamento garantindo maior efi ciência e segurança no atendimento.

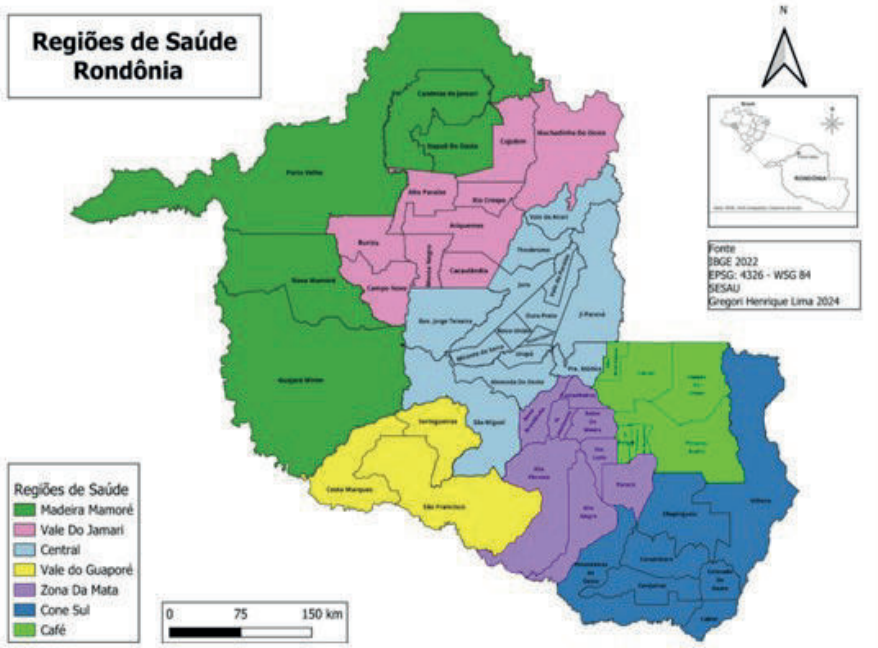
Atualmente o projeto segue em execução com ações voltadas ao fornecimento de mobiliários para unidades de saúde e ao fortalecimento das redes de atenção à saúde por meio da gestão integrada dos programas estratégicos buscando ampliar a resolutividade dos serviços básicos e especializados e assegurar um sistema de saúde mais moderno acessível e preparado para atender às necessidades da população de forma contínua e qualificada.

A Portaria GM/MS nº 1.631, de 1º de outubro de 2015, representa um marco importante para o planejamento e programação das ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, ao estabelecer critérios que priorizam as necessidades da população de forma regionalizada e equitativa. Essa normativa fortaleceu a capacidade dos gestores e profissionais de saúde em revisar parâmetros e organizar a rede assistencial com foco na integralidade do cuidado, independentemente de restrições financeiras ou séries históricas. No contexto do Estado de Rondônia, essa diretriz orienta a estruturação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), promovendo a descentralização dos processos e a qualificação da atenção especializada, sem desconsiderar o papel estratégico da Atenção Primária.

A sustentabilidade do sistema estadual de saúde depende da articulação eficiente das RAS, considerando as características sociodemográficas e o perfil epidemiológico da população. A rede hospitalar sob gestão da SESAU é composta por dez unidades de referência em média e alta complexidade, totalizando 1.466 leitos ativos, além dos 2.968 leitos SUS disponíveis com apoio da rede privada e conveniada. A distribuição contempla diversas especialidades, reforçando a capacidade de resposta do Estado. Complementarmente, a Portaria GM/MS nº 895/2017 instituiu o cuidado progressivo ao paciente crítico, redefinindo a habilitação dos leitos de terapia intensiva e promovendo maior eficiência na gestão hospitalar. Esses elementos evidenciam o compromisso de Rondônia com a organização de uma rede assistencial qualificada, segura e resolutiva, voltada à garantia do cuidado integral à população.

Da regionalização e apoio à descentralização – CORAD

Em relação a esta meta, no ano de 2014 foi pactuada a Resolução CIB/RO nº 87, de 8 de maio de 2014, que aprova a conformação das 07 Regiões de Saúde do Estado de Rondônia, conforme figura abaixo.



As regiões de saúde têm como município sede:

- Madeira Mamoré: Porto Velho;
- Vale do Jamari: Ariquemes;
- Central: Ji-Paraná;
- Vale do Guaporé: São Francisco do Guaporé;
- Zona da Mata: Rolim de Moura;
- Cone Sul: Vilhena;
- Café: Cacoal.

Macrorregiões de Saúde RO

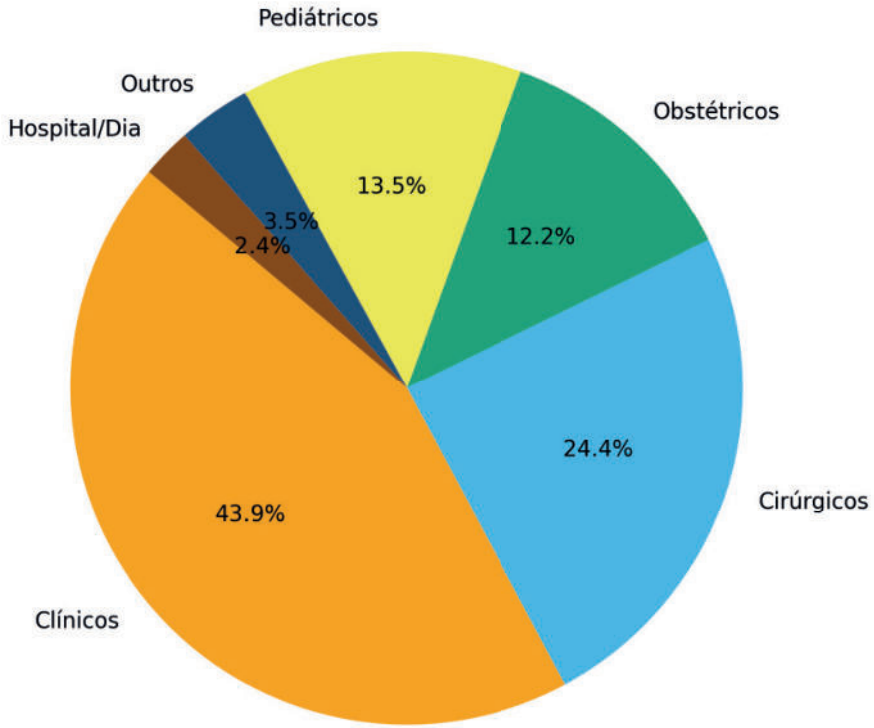


Os municípios sede de Macrorregião são: Porto Velho (Macrorregião I) e Cacoal (Macrorregião II).

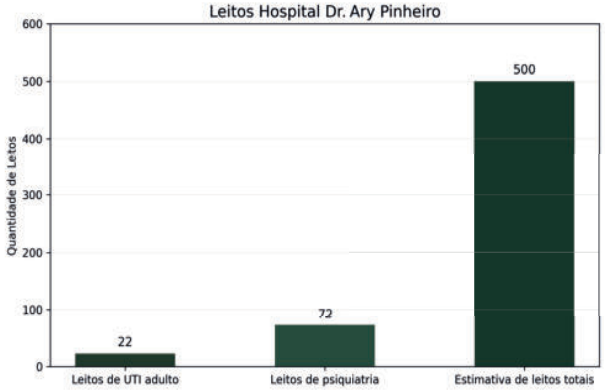
Vale destacar que estas conformações estão vigentes até o presente e são imprescindíveis para a formulação de políticas públicas em saúde nos territórios da Unidade Federativa, assim como para oferta de ações e serviços de saúde no âmbito regional, macrorregional e estadual. As conformações dos mapas acima estão de acordo com o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e a Resolução CIT nº 1, de 30 de março de 2021 que estabelece diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Nesse contexto, é importante compreender que o processo de regionalização do SUS e o processo de organização da Rede de Atenção à Saúde – RAS de forma regionalizada, são extremamente dinâmicos e caminham simultaneamente. Considerando o texto acima mencionado, as conformações das regiões e macrorregiões de saúde de Rondônia ocorreram nos anos de 2014 e 2015 respectivamente, em cenários diferentes do atual, do ponto de vista de implementação das RAS. A partir do movimento do Planejamento Regional Integrado (PRI), analisando as redes temáticas, há necessidade de ocorrer revisões contínuas em relação às configurações das regiões e/ou macrorregiões de saúde. Por isso, apesar da definição dos desenhos regionais e macrorregionais de saúde, há movimentos por parte dos municípios de repensarem as conformações, sobretudo os 4 municípios da Região de Saúde Central (Jaru, Theobroma, Governador Jorge Teixeira e Vale do Anari) que fazem parte da Macrorregião I, ao passo que os demais municípios da região central pertencem à Macrorregião II. A migração destes municípios, seja de região ou de macro, resultará em mudanças de fluxos assistenciais das redes. Portanto, são processos contínuos e apontam para novos projetos da regionalização da saúde em Rondônia.

Distribuição de Leitos SUS por Especialidade 2024



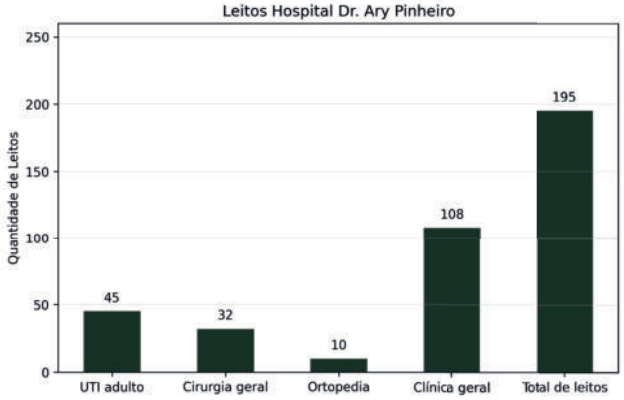
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro (HBAP – Porto Velho)



Fonte: CREG/SESAU

Único hospital de porte especial (>500 leitos) ;
Leitos de UTI adulto: 22;
Leitos de psiquiatria: 72 ;
Estimativa de leitos totais: >500.

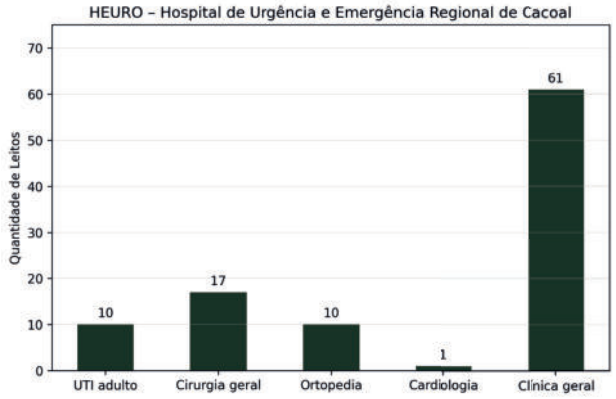
Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II (Porto Velho)



Fonte: CREG/SESAU

Único hospital de porte especial (>500 leitos) ;
Leitos de UTI adulto: 22;
Leitos de psiquiatria: 72 ;
Estimativa de leitos totais: >500.

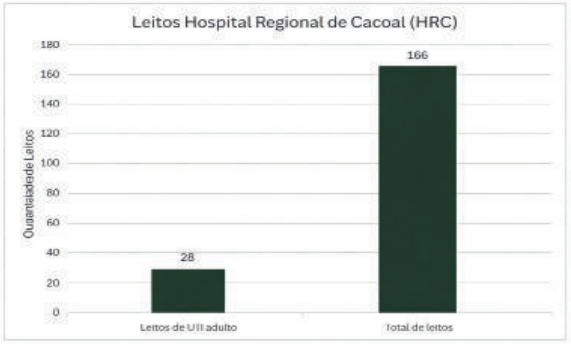
HEURO - Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal



Fonte: CREG/SESAU

Total de leitos: 128
UTI adulto: 10
Cirurgia geral: 17
Ortopedia: 10
Cardiologia: 1
Clínica geral: 61
Oncologia: 29

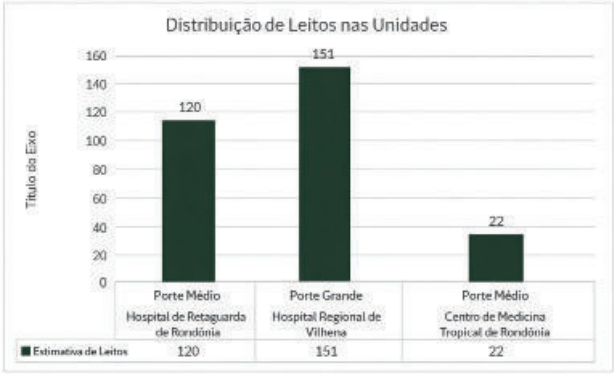
Leitos Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal



Fonte: CREG/SESAU

Leitos de UTI adulto: 28
Total de leitos: 166
Leitos Hospital Regional de Vilhena

Regional de Vilhena – Adamastor Teixeira de Oliveira

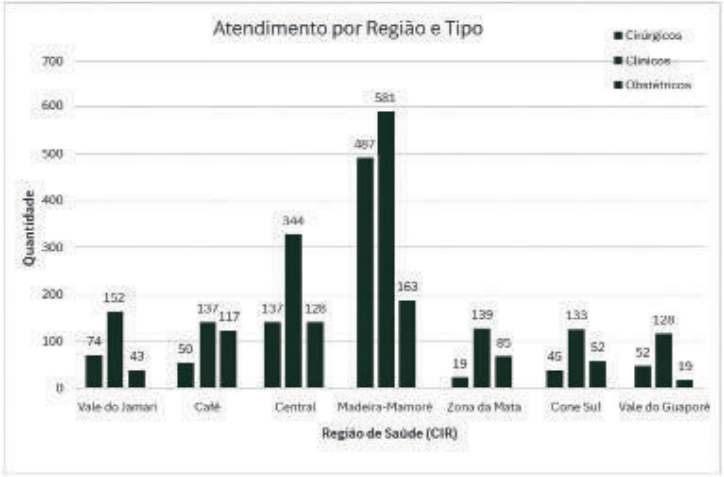


Fonte: CREG/SESAU

Leitos de UTI adulto: 17
Porte grande (151–500 leitos)
Hospital de Retaguarda de Rondônia (HRRO)
Total de leitos: 120

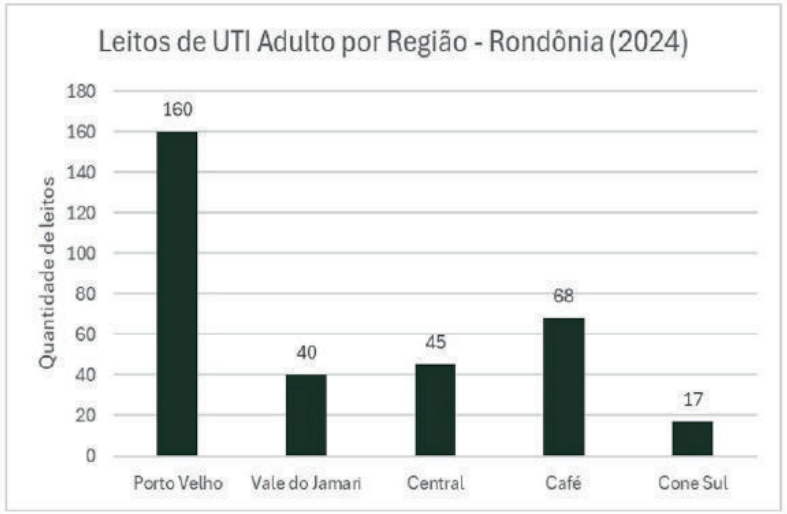
CEMETRON (Centro de Medicina Tropical de Rondônia)

Leitos: 22 (CEMETRON/JBS)
Porte grande (151–500 leitos)
Distribuição dos Leitos SUS nas especialidades cirurgia, clínica e obstétrica por regiões de saúde, Rondônia, 2024



Essa estrutura de regulação visa otimizar o uso dos leitos hospitalares especializados, promovendo acessibilidade, eficiência e sustentabilidade dos recursos, ao mesmo tempo em que assegura o atendimento adequado às necessidades específicas da população em diferentes regiões.

No Estado de Rondônia, os leitos complementares SUS habilitados se encontram assim distribuídos: 327 leitos de UTI adulto.



Fonte: CREG/SESAU

Atualmente, os leitos complementares SUS habilitados no Estado de Rondônia estão distribuídos da seguinte forma:

Porto Velho:

- Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro: 22 leitos
- Hospital João Paulo II / AMI: 45 leitos
- CEMETRON / JBS: 22 leitos
- Hospital SAMAR: 51 leitos
- Hospital de Amor Amazônia: 20 leitos

Vale do Jamari:

- Hospital Monte Sinai (Ariquemes): 10 leitos
- Hospital Regional de Ariquemes: 10 leitos
- Hospital São Francisco: 8 leitos
- Hospital Municipal de Jaru: 10 leitos

Região Central:

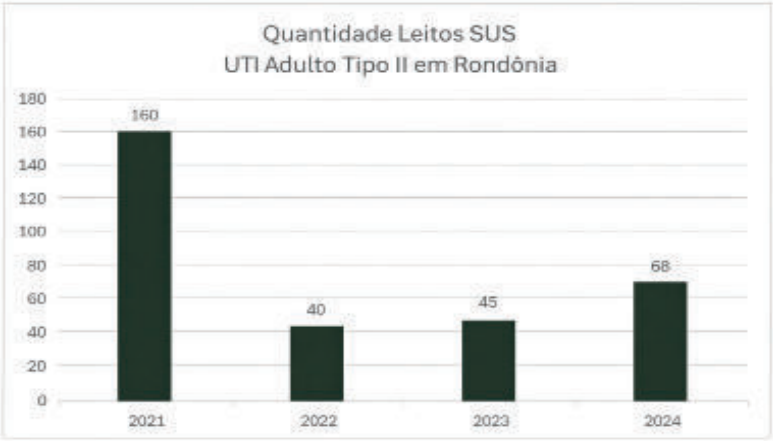
- Hospital Dr. Claudionor Couto Roriz (Ji-Paraná): 10 leitos
- Hospital SAMAR de Ji-Paraná: 20 leitos
- Hospital Cândido Rondon: 15 leitos

Região do Café:

- Hospital Regional de Cacoal (HRC): 28 leitos
- Hospital SAMAR de Cacoal: 29 leitos
- HEURO: 10 leitos

Cone Sul:

- Hospital Regional de Vilhena (Adamastor Teixeira de Oliveira): 17 leitos



Fonte: Tabwin/2023 e 2024 (janeiro até outubro)

A regulação de leitos hospitalares especializados no Estado de Rondônia constitui um componente estratégico da gestão em saúde, assegurando o acesso equitativo e eficiente aos cuidados de média e alta complexidade. Os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), tanto estaduais quanto contratualizados, são integralmente regulados pela Central de Regulação de Leitos Hospitalares Especializados, que prioriza critérios clínicos e disponibilidade de vagas. Já os leitos de enfermaria, em sua maioria, também passam por regulação centralizada, com exceções como o CEMETRON e alguns hospitais regionais que operam com Núcleos Internos de Regulação (NIR), permitindo alocação direta conforme a capacidade instalada. Em situações que excedem a complexidade local, essas unidades acionam as centrais estaduais, garantindo a continuidade do cuidado e a articulação eficiente da rede hospitalar.

FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA ESPECIALIZADA

AUMENTAR O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE SELECIONADOS PARA POPULAÇÃO RESIDENTE

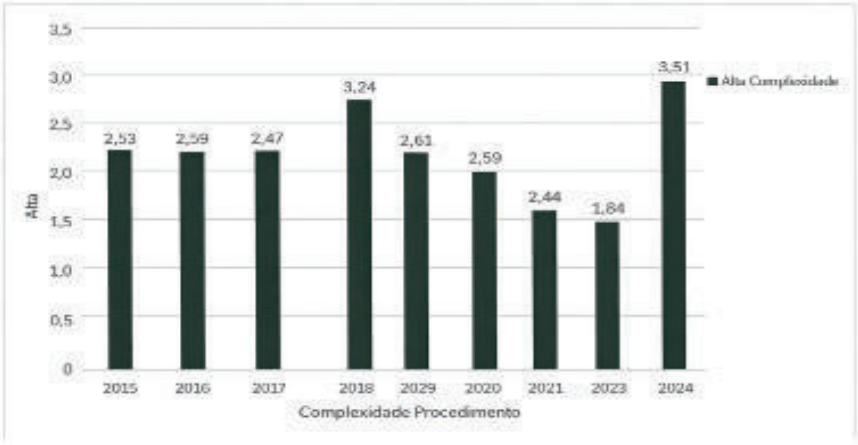
A análise da série histórica de procedimentos ambulatoriais de média complexidade no Estado de Rondônia, entre 2015 e 2024, constitui um importante instrumento de avaliação da capacidade instalada e da efetividade dos fluxos assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O período revela três fases distintas, refletindo os impactos de fatores estruturais e conjunturais sobre a oferta de serviços. A trajetória inicial, de 2015 a 2019, demonstra crescimento gradual, resultado do fortalecimento da regionalização e da melhoria na regulação do acesso. Em 2020, observa-se uma queda significativa, diretamente associada à pandemia de COVID-19, que impôs restrições à realização de atendimentos eletivos.

A partir de 2021, inicia-se um processo de recuperação e consolidação, com retomada expressiva dos procedimentos e manutenção de níveis elevados nos anos seguintes. Esse desempenho evidencia o esforço da rede estadual de saúde em restabelecer a oferta de serviços, atender à demanda reprimida e garantir a continuidade do cuidado à população. Os dados reforçam a importância da gestão eficiente, da integração entre os níveis de atenção e da capacidade de resposta do sistema frente aos desafios sanitários, consolidando a média complexidade como eixo estratégico para a resolutividade e a qualificação da assistência em Rondônia.

AUMENTAR O NÚMERO DE INTERNAÇÕES CLÍNICO CIRÚRGICAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE

A análise das internações hospitalares de média complexidade no Estado de Rondônia, entre 2015 e 2024, revela uma evolução marcada por três fases distintas: estabilidade inicial, impacto da pandemia e retomada progressiva. No período de 2015 a 2017 apresentou taxas estáveis, refletindo equilíbrio entre oferta e demanda. Em 2018, houve leve crescimento, associado à reorganização dos serviços e maior eficiência na regulação. Já em 2020, a pandemia de COVID-19 provocou uma queda significativa nas internações, devido à suspensão de atendimentos eletivos e à priorização de casos emergenciais. A partir de 2021, observa-se uma recuperação gradual e contínua, culminando em 2024 com o maior índice da série histórica. Esse desempenho evidencia o fortalecimento da rede hospitalar, a ampliação do acesso e a consolidação da assistência de média complexidade como eixo estratégico da atenção à saúde no estado.

Razão de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade e População Residente, 2015-2024.



Fonte: Tabwin/Tabnet/DITEC/SESAU-RO, 12/09/2025

AMPLIAR OS SERVIÇOS HOSPITALARES COM CONTRATO DE METAS FIRMADO

O Estado de Rondônia, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), tem adotado medidas estratégicas para ampliar e qualificar a assistência hospitalar e especializada. Em novembro de 2024, foi firmado contrato de gestão com as unidades hospitalares estaduais, estabelecendo metas e indicadores para avaliação objetiva da administração interna e do desempenho assistencial. Por se tratar de uma iniciativa exclusiva da gestão estadual, não é possível calcular a proporcionalidade do indicador proposto em âmbito nacional.

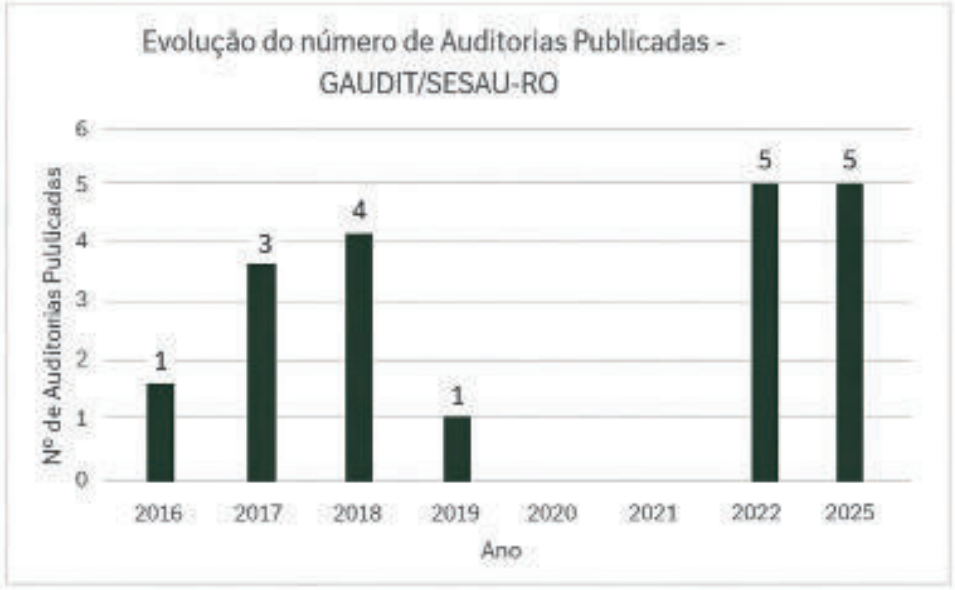
Paralelamente, está em estudo a expansão da rede de especialidades médicas, com foco na regionalização da assistência. Atualmente, a Policlínica Oswaldo Cruz (POC), localizada em Porto Velho, atua como referência estadual na Macrorregião I, oferecendo atendimentos e exames de média e alta complexidade. A SESAU avalia a implantação de uma nova unidade na Macrorregião II, com o objetivo de descentralizar os serviços e ampliar o acesso da população às especialidades médicas, fortalecendo a equidade e a resolutividade da rede estadual de saúde.

AUMENTAR O NÚMERO DE INTERNAÇÕES CLÍNICO CIRÚRGICAS DE ALTA COMPLEXIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE

A evolução das internações de alta complexidade em Rondônia entre 2015 e 2024 revela um cenário dinâmico, marcado por fases distintas que refletem a expansão da rede hospitalar, o aprimoramento da regulação do acesso e os impactos da pandemia de COVID-19. Após uma leve redução nos anos iniciais, o período entre 2017 e 2019 apresentou crescimento progressivo, impulsionado pela ampliação da capacidade instalada e pela incorporação de novos serviços especializados. Em 2020, a pandemia provocou queda nas internações, devido à suspensão de procedimentos eletivos e à priorização de casos emergenciais. A partir de 2021, iniciou-se uma retomada

gradual, culminando em 2024 com o maior índice da série histórica, evidenciando a consolidaçãoda assistência de alta complexidade, sustentada por investimentos em infraestrutura, tecnologias e regulação eficiente, reafirmando o compromisso do Estado com a qualificação da atenção hospitalar especializada.

Razão de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade e População Residente, 2015-2024.

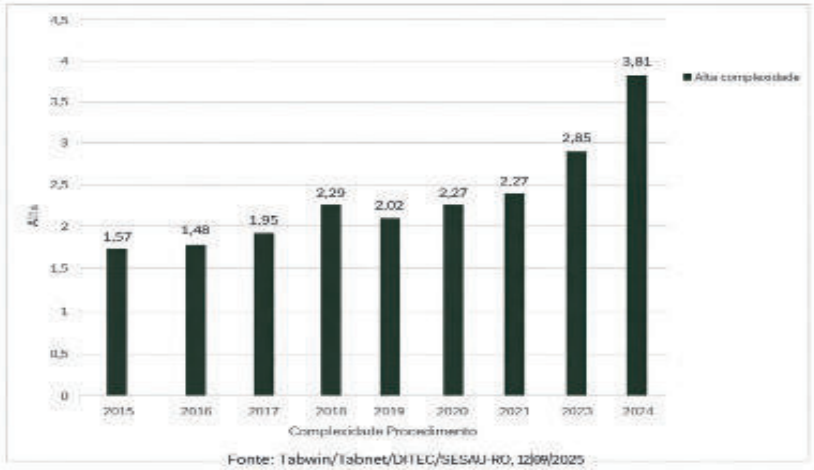


Fonte: SISAUD/SUS - 2025

SITUAÇÃO ATUAL DOS COMPONENTES AUDITORIAS DO SUS

Entre 2015 e 2025, o Componente Estadual de Auditoria do SUS em Rondônia (GAUDIT-SESAU) passou por importantes avanços estruturais e operacionais, consolidando-se como instrumento estratégico de controle e transparência na gestão do sistema de saúde. Formalmente instituído pela Portaria nº 830/2015 e incorporado ao organograma da SESAU em 2025, o GAUDIT realizou 27 auditorias registradas no SISAUD-SUS, das quais 24 foram concluídas até setembro de 2025. A atuação abrange análise de denúncias, apuração de irregularidades, acompanhamento de contratos e fortalecimento da gestão pública. A série histórica demonstra crescimento gradual das ações de auditoria, com destaque para os anos de 2024 e 2025, que registraram os maiores volumes de auditorias publicadas, evidenciando a retomada e o fortalecimento da função fiscalizadora após os impactos da pandemia.

Auditorias publicadas SISAUD-SUS (2015-2025)



Fonte: Tabwin/Tabnet/DITEC/SESAU-RO, 12/09/2025

O Componente Estadual de Auditoria do SUS (GAUDIT-SESAU) apresentou avanços relevantes na estruturação e na execução de atividades de controle, com destaque para o aumento no número de auditorias realizadas entre 2024 e 2025, refletindo maior capacidade de monitoramento, avaliação da conformidade e efetividade das ações em saúde pública. A formalização da GAUDIT no organograma da SESAU e a integração com instâncias de controle social e com o DENASUS/SEAUD/RO consolidam seu papel estratégico na governança do SUS em Rondônia. No entanto, o número de atividades ainda é considerado baixo frente à dimensão do sistema, sendo necessário ampliar o quadro de auditores e fortalecer a capacidade operacional da unidade.

No âmbito municipal, o componente permanece não estruturado, com baixa adesão ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), apesar dos esforços de cooperação técnica promovidos pelo DENASUS/SEAUD/RO, que incluíram capacitações, oficinas, visitas técnicas e apoio à pactuação de metas. Os principais desafios identificados envolvem limitações de pessoal qualificado, estrutura física e financiamento, além da necessidade de maior articulação entre os entes federativos. Diante desse cenário, a regionalização da auditoria surge como proposta estratégica para ampliar a cobertura, otimizar recursos e fortalecer a governança em saúde. A continuidade das ações da GAUDIT e do DENASUS, aliada ao fortalecimento das capacidades municipais, será essencial para alcançar as metas do PDES até 2030 e consolidar uma auditoria mais efetiva e integrada ao sistema estadual de saúde.

FORTALECIMENTO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Desde 2015 o programa de fortalecimento da rede de urgência e emergência vem sendo estruturado como parte do PDES com foco na ampliação da capacidade de resposta do sistema público de saúde em situações críticas envolvendo desde a formação e qualificação contínua dos profissionais até a manutenção de serviços especializados e atendimento hospitalar com infraestrutura adequada e equipes preparadas para lidar com demandas emergenciais o programa

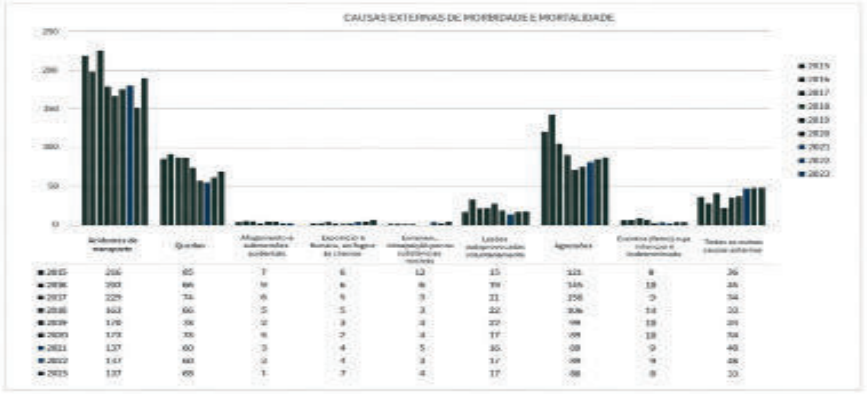
também consolidou parcerias com a rede privada por meio de convênios e contratos garantindo cobertura complementar em momentos de alta demanda ou situações excepcionais.

O Plano Estadual da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Rondônia é o marco estratégico para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ao permitir o mapeamento das reais necessidades do território e orientar a implantação, expansão e qualificação de serviços essenciais. Por meio desse instrumento, o Estado tem promovido avanços na assistência hospitalar a vítimas de acidentes, com foco na ampliação do número de pessoas atendidas em tempo oportuno. Também foram estabelecidas metas para reduzir os óbitos por infarto agudo do miocárdio (IAM) durante internações hospitalares e diminuir a mortalidade de menores de 15 anos em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), por meio da reorganização dos fluxos de atendimento e da qualificação dos serviços hospitalares.

A ampliação da cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) tem sido uma prioridade, com investimentos em novas unidades de suporte básico e avançado, além de estratégias específicas para áreas de difícil acesso, como o uso de ambulanchas em regiões ribeirinhas. Paralelamente, o Estado tem apoiado a implantação de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Regionais, visando descentralizar o atendimento e garantir maior resolutividade nos serviços de urgência. Essas ações são articuladas com a Atenção Primária à Saúde e com os demais componentes da rede, promovendo uma resposta mais eficiente e integrada às situações de emergência.

Com a aprovação do plano estadual, os entes federados passaram a contar com subsídios técnicos para aprimorar a rede de atenção às urgências, fortalecendo a capacidade de resposta do SUS em Rondônia. A abordagem adotada prioriza o cuidado qualificado, seguro e humanizado, com foco na redução da mortalidade evitável e na ampliação do acesso à assistência em saúde. O compromisso do Estado com a melhoria contínua da rede reflete-se na busca por soluções estruturantes e intersetoriais, que garantam a efetividade das políticas públicas e a proteção da vida da população.

Proporção de acesso hospitalar em caso de óbito por acidente



Fonte: Dados finais disponíveis até 2023 no TABNET. Acesso em 09 de setembro 2025 às 11:40min

A análise do indicador que mede a proporção de óbitos por acidentes após atendimento hospitalar revela a importância de avaliar a capacidade de resposta da Rede de Atenção às Urgências em Rondônia. Entre 2016 e 2023, os acidentes de trânsito se mantiveram como a principal causa de morte por causas externas, seguidos por quedas, agressões e lesões autoprovocadas. O crescimento dos registros com intenção indeterminada também aponta fragilidades na qualificação das notificações. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção, segurança viária, saúde mental e enfrentamento da violência, especialmente entre idosos e populações vulneráveis.

Diante desse cenário, o Estado tem buscado fortalecer a Rede de Atenção às Urgências por meio da ampliação do SAMU 192, qualificação das UPAs e reorganização dos fluxos hospitalares de trauma. Estratégias intersetoriais envolvendo a Atenção Primária, assistência social, educação e segurança pública são fundamentais para prevenir acidentes e violências. Além disso, investir na melhoria da qualidade da informação em saúde, com capacitação para notificações e investigação de óbitos, é essencial para orientar ações eficazes. A redução da mortalidade por causas externas exige um esforço articulado e contínuo entre prevenção, assistência qualificada e vigilância em saúde.

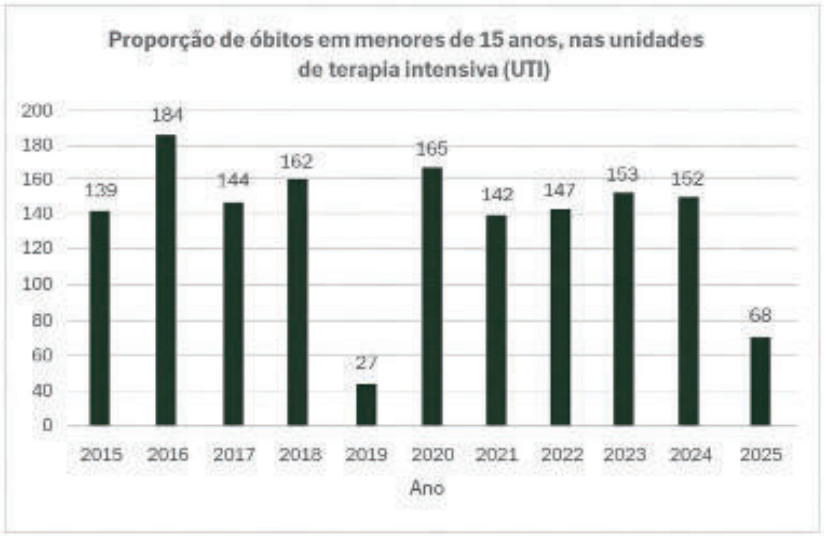
Reduzir em x% os óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM)



Fonte: Dados finais disponíveis até 2023 no TABNET.

Reduzir em x% os óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM)

O Estado de Rondônia tem o desafio da elevada mortalidade hospitalar por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), com números anuais de óbitos variando entre 290 e 349, sem tendência clara de redução. Esse cenário evidencia fragilidades no acesso oportuno ao atendimento, na estrutura hospitalar e na implementação de protocolos clínicos. Para enfrentar essa realidade, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), tem adotado estratégias voltadas à qualificação da linha de cuidado do IAM, incluindo a implantação e atualização de protocolos de dor torácica, estruturação de fluxos assistenciais e padronização da notificação clínica.



Em resposta a esse cenário, o Estado incluiu no Plano de Ação Estadual da Rede de Atenção às Urgências 2024–2027 propostas de habilitação de novos leitos de UTI pediátrica e neonatal, conforme os critérios estabelecidos pela Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011. A estratégia envolve a apresentação de planos regionais e propostas técnicas ao Ministério da Saúde, visando ampliar a capacidade instalada e garantir retaguarda adequada às portas de entrada hospitalares. Essas ações buscam fortalecer a atenção hospitalar pediátrica, reduzir a mortalidade evitável e assegurar cuidado integral à saúde da criança e do adolescente em Rondônia.

Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU - 192)

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em Rondônia vem passando por um processo contínuo de consolidação e expansão, com avanços importantes na regionalização e na cobertura populacional. Em 2016, foi implantada a base descentralizada de Campo Novo de Rondônia, ampliando a rede de atendimento na região de Ariquemes. Nos anos seguintes, novas tratativas e projetos foram estruturados, culminando, em 2023, com a implantação da Central de Regulação das Urgências (CRU) em Ji-Paraná, que, neste primeiro momento, passou a regular a base descentralizada de Ouro Preto do Oeste, inaugurada em outubro de 2024. Em paralelo, a região de Ariquemes foi fortalecida com a incorporação de novas bases descentralizadas. Em 2024, foram implantadas as bases de Alto Paraíso e Rio Crespo, ambas sob regulação da CRU de Ariquemes, o que ampliou significativamente a capacidade de resposta do serviço na região. Já em 2025, Rio Crespo teve sua base inaugurada oficialmente, consolidando o processo de expansão da rede.

Implatação de Serviços de SAMU em Rondônia (2015-2025)

Cidade	Ano de implantação
Campo Novo de Rondônia (base)	2016
Ji-Paraná (CRU)	2023
Alto Paraíso (base)	2024
Rio Crespo (base)	2024
Ouro Preto do Oeste (Base)	2025

Fonte: Coordenação de Urgência e Emergência, 2025.

Desde 2022 o Governo de Rondônia vem executando o projeto Dissemina SAMU por meio da Coordenadoria de Urgência e Emergência com o objetivo de universalizar o atendimento móvel de urgência em todos os municípios com avanços como a construção da Central de Regulação em Cacoal a aprovação de uma nova CRU em Vilhena e tratativas para regionalização na região Madeira Mamoré além da expansão territorial o Estado investe em inovação técnica com salas de estabilização padronização de fluxos e definição de indicadores como tempo-resposta e resolutividade consolidando um modelo mais ágil e integrado no contexto do PDES recomenda-se que a expansão do SAMU seja fortalecida como política estratégica de equidade e universalização garantindo integração regional eficiência nos atendimentos e alinhamento às diretrizes nacionais para consolidar Rondônia como referência em urgência e emergência na Amazônia.

Implatação de Serviços de UPA em Rondônia (2015-2025)

Cidade	Ano de implantação
Campo Novo de Rondônia (base) Ariquemes	2017
Ji-Paraná	2019
Ji-Paraná (2 Distrito)	2021
Rolim de Moura	2021
Vilhena	2025

Fonte: Coordenação de Urgência e Emergência, 2025

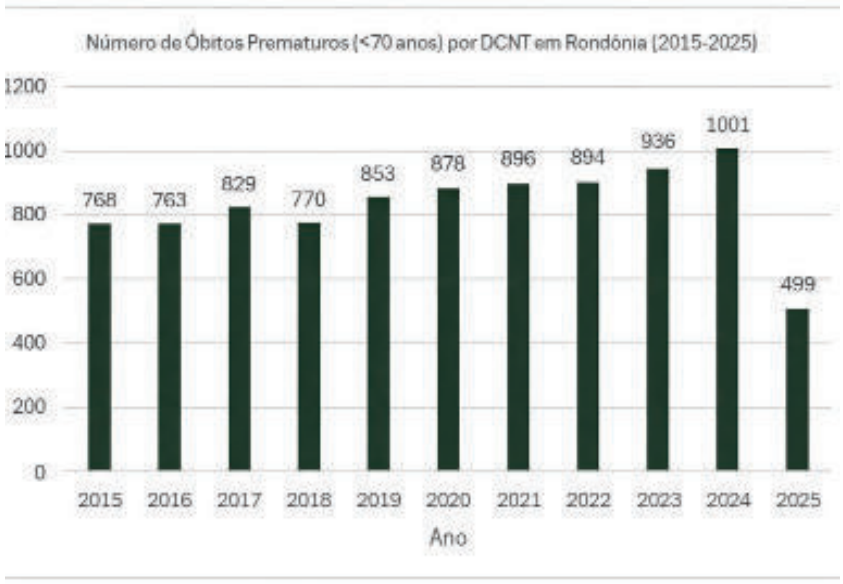
O Estado de Rondônia tem ampliado de forma contínua a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, com destaque para a implantação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que atuam como elo intermediário entre a atenção básica e os hospitais de maior complexidade, em articulação com o SAMU. Desde 2017, foram inauguradas unidades em Ariquemes, Jaci-Paraná (Porto Velho), Rolim de Moura, Vilhena, Ji-Paraná e Cacoal, fortalecendo a cobertura regionalizada e aproximando o acesso da população a serviços de urgência 24 horas, reduzindo deslocamentos

e sobrecarga hospitalar. Essas implantações representam avanços estratégicos, pois ampliam a resolutividade e a qualidade do atendimento imediato à população. O processo de habilitação junto ao Ministério da Saúde, em andamento para as UPAs de Ji-Paraná e Cacoal, é fundamental para garantir repasses federais e sustentabilidade financeira. A trajetória da última década demonstra o compromisso do Estado em consolidar uma rede de urgência mais equitativa, eficiente e humanizada, fortalecendo a regionalização e assegurando resposta ágil e qualificada às necessidades da população rondoniense.

A análise comparativa demonstra uma melhora expressiva na oferta de serviços para diagnóstico e tratamento do câncer de mama em Rondônia. A expansão de uma rede de atendimento descentralizada, com múltiplos parceiros e modalidades de serviço (fixas e móveis), resultou em um aumento substancial no número de mamografias realizadas. O sistema de saúde estadual mostrou-se resiliente, recuperando-se rapidamente do impacto da pandemia de COVID-19 e atingindo picos históricos na oferta de exames de rastreamento, um avanço fundamental para o diagnóstico precoce e o tratamento eficaz da doença.

Observa-se uma melhoria significativa na oferta de serviços de referência para o diagnóstico e tratamento de lesões precursoras de câncer de mama no estado de Rondônia. A expansão da rede assistencial e o aumento no volume de exames realizados demonstram o fortalecimento da política de saúde voltada à oncologia mamária.

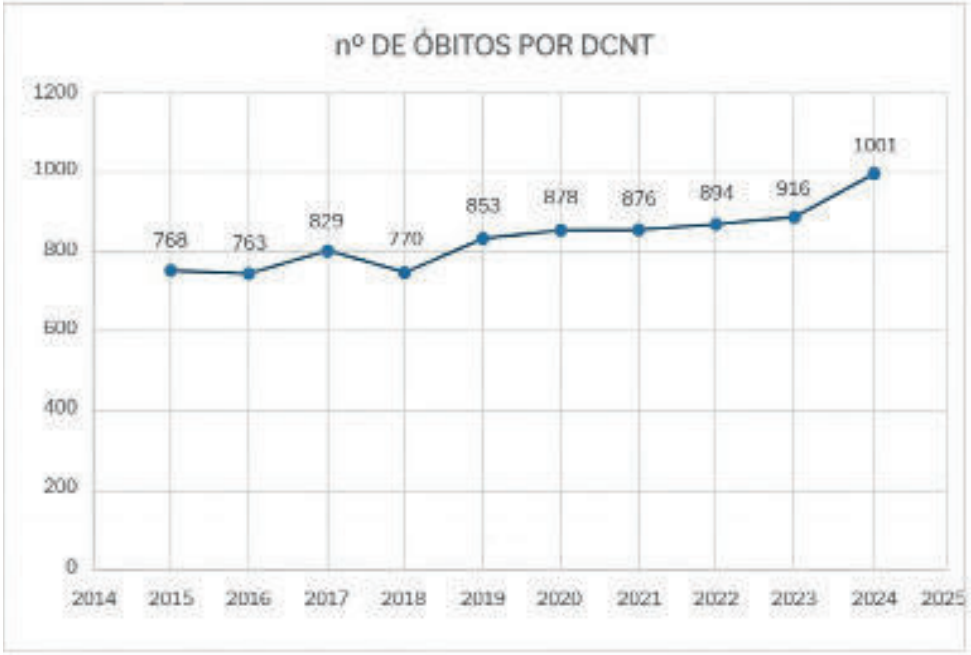
TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (<70 ANOS) PELO CONJUNTO DAS QUATRO PRINCIPAIS DCNTS (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS) (SISPACTO/MS/30)



A análise da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) em Rondônia entre 2015 e 2025 revela uma tendência preocupante de crescimento, com flutuações no período pré-pandemia e aumentos constantes durante a crise sanitária, mesmo quando os exames preventivos foram reduzidos. O impacto da COVID-19 sobrecarregou o sistema de saúde, dificultando o acesso ao tratamento contínuo para pacientes com DCNTs, o que pode ter contribuído para o aumento da mortalidade, especialmente considerando que esse grupo também apresentava maior risco de agravamento pela infecção viral.

Após a pandemia, os dados indicam uma retomada no crescimento dos óbitos por DCNTs, com aumentos significativos em 2023 e 2024, enquanto os números de 2025 ainda são parciais. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer a atenção contínua às doenças crônicas, com políticas públicas voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e manejo adequado, garantindo que o sistema de saúde esteja preparado para atender de forma eficiente e equitativa essa parcela vulnerável da população.

ÓBITOS POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT) NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 69 ANOS



Entre 2015 e 2024, a população residente em Rondônia na faixa etária de 30 a 69 anos cresceu de forma constante, passando de 734.886 para 857.297 pessoas, acompanhada por um aumento gradual no número de óbitos por DCNTs, que atingiu seu pico em 2024 com 1.001 mortes. Apesar desse crescimento absoluto, a taxa proporcional de mortalidade se manteve relativamente estável ao longo do período, variando entre 0,10% e 0,11%, com leve aumento para 0,12% em 2024, o maior percentual registrado. Essa estabilidade percentual indica que o aumento de óbitos acompanha o crescimento populacional, sem grandes flutuações na taxa de mortalidade, embora o pico de 2024 mereça atenção para futuras análises e ações de saúde pública voltadas à prevenção e ao cuidado com doenças crônicas.

A análise dos indicadores de saúde em Rondônia entre 2015 e 2025 evidencia avanços significativos na capacidade de oferta de serviços preventivos, especialmente nos exames de rastreamento oncológico, como citopatológico do colo do útero e mamografia, que apresentaram expansão expressiva no período pré-pandêmico e uma recuperação robusta após a interrupção causada pela COVID-19. Esses resultados demonstram a resiliência da rede estadual de saúde, que conseguiu retomar e até superar os níveis anteriores, respondendo à demanda reprimida e reafirmando o compromisso com a prevenção e o diagnóstico precoce.

Por outro lado, a mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) manteve uma trajetória ascendente, mesmo durante a pandemia, com um pico preocupante em 2024. Embora a taxa proporcional de óbitos tenha se mantido relativamente estável em função do crescimento populacional, o aumento absoluto de mortes revela fragilidades no acompanhamento contínuo de pacientes crônicos. Diante desse cenário, torna-se estratégico fortalecer as linhas de cuidado integral, ampliar a gestão das DCNTs e intensificar políticas de promoção da saúde, garantindo que os avanços na oferta de serviços se traduzam efetivamente em melhores desfechos e qualidade de vida para a população rondoniense.

IMPLEMENTAÇÃO DA REDE ALYNE

A alteração da nomenclatura do Projeto de Implementação da Rede Cegonha para Projeto de Implementação da Rede Alyne justifica-se em razão da atualização normativa definida pelas Portarias nº 5.340 e nº 5.341, de 05 de setembro de 2024, que instituíram oficialmente a Rede Alyne como a nova política de atenção materno-infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa mudança não se trata apenas de adequação terminológica, mas de alinhamento estratégico às diretrizes nacionais mais recentes, que visam fortalecer a atenção integral à saúde da gestante, do parto, do nascimento, do puerpério e da criança, assegurando maior qualidade, equidade e humanização no cuidado.

A adoção da denominação atualizada no âmbito estadual reforça a coerência institucional e a aderência normativa, garantindo que os projetos vinculados mantenham consonância com as políticas federais e com o financiamento das ações. Além disso, a Rede Alyne amplia a perspectiva de integração dos serviços e da continuidade do cuidado, incorporando indicadores e estratégias de monitoramento mais modernas e abrangentes. Portanto, a adequação do nome do projeto reflete não apenas uma exigência legal, mas também um compromisso do Estado em qualificar a rede de atenção à saúde materno-infantil, assegurando avanços consistentes no atendimento e no alcance das metas estabelecidas.

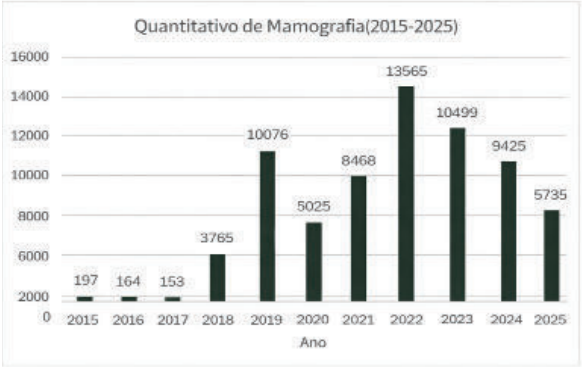
RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 À 64 ANOS NO PERÍODO DE 2015 À 2025



Fonte: SISCAN.*Dados parciais, atualizados em 08/2025

Entre 2015 e 2019, os exames de citologia oncótica em Rondônia apresentaram crescimento significativo, com destaque para o aumento exponencial de 3831,38% em 2018, seguido por uma consolidação em 2019. Esse avanço refletiu a ampliação da oferta e registro dos exames, fortalecendo a política de prevenção ao câncer. No entanto, em 2020, com o início da pandemia de COVID-19, houve uma queda abrupta de -38,93%, resultado da reorganização dos serviços de saúde para o enfrentamento da crise sanitária, o que impactou diretamente os exames eletivos.

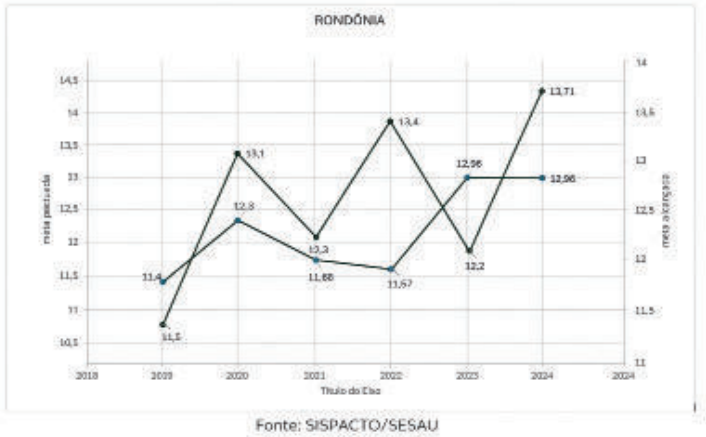
Nos anos seguintes, o sistema de saúde demonstrou resiliência, com retomada gradual em 2021 e 2022, culminando em um crescimento expressivo de 57,52% em 2023, indicando esforço para atender à demanda reprimida. Já os dados de 2024 e 2025 apontam tendência de redução, com quedas de -21,31% e -38,32%, respectivamente, embora possam refletir dados parciais ou projeções. A análise histórica evidencia o impacto da pandemia e a capacidade de recuperação do sistema, reforçando a importância da continuidade das ações preventivas e da sustentabilidade da rede de atenção à saúde.



TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A proporção de partos normais é um dos principais indicadores da qualidade da atenção obstétrica no Brasil, refletindo diretamente o compromisso com a humanização do nascimento, a segurança materno-infantil e a sustentabilidade do cuidado em saúde. Em Rondônia, esse indicador tem ganhado relevância estratégica, especialmente diante dos avanços na promoção do parto fisiológico e seguro. A presença de centros de parto normal, a implementação da Residência em Enfermagem Obstétrica, o uso sistemático do partograma e da Classificação de Robson, bem como a adoção de boas práticas baseadas em evidências, demonstram o esforço do Estado em qualificar a assistência e fortalecer o protagonismo da mulher no processo de parto.

Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: SISPACTO/SESAU

Fonte: SISCAN.*Dados parciais, atualizados em 08/2025

Apesar dos progressos, persistem desafios que limitam a efetividade plena dessas ações, como aspectos culturais que influenciam a escolha do tipo de parto, ausência de protocolos institucionais consolidados e fragilidades na assistência ao pré-natal de risco habitual. Diante desse cenário, Rondônia tem como metas prioritárias a capacitação dos profissionais de saúde, a ampliação da inserção de enfermeiras obstétricas nos serviços e a adoção sistemática de práticas seguras e humanizadas. O monitoramento contínuo desse indicador é essencial para orientar políticas públicas, como a Rede Alyne, e consolidar um modelo de atenção obstétrica centrado na equidade, na qualidade e na valorização da experiência da mulher.

Proporção de Nascidos Vivos de Mães com no Mínimo sete consultas pré-natal

O pré-natal de risco habitual, também conhecido como pré-natal de baixo risco, é o acompanhamento de gestantes que não apresentam fatores de risco para a saúde da mãe e do bebê. O pré-natal deve proporcionar a gestante o mínimo de 7 consultas intercaladas entre médico e enfermeiro, busca ativa das gestantes faltosas, acesso a exames e tratamento em tempo oportuno, estratificação de risco com atenção as vulnerabilidades como gestantes indígenas, negras, privadas de liberdade e em situação de rua, compartilhamento do cuidado com atenção especializada de alto risco e com equipe multiprofissional quando necessário participação do acompanhante, nas consultas com a realização do pré-natal do parceiro e a promoção da equidade, respeitando-se a diversidade e as características sociais, culturais, étnico-raciais e de gênero.

Em nosso estado as equipes de saúde da família ainda precisam melhorar a busca ativa das gestantes faltosas na realização das consultas de pré-natal, mas também se faz necessário que a gestante tenha acesso em tempo hábil ao início do pré-natal, bem como procurar a unidade de saúde mais próxima quando suspeitar de gravidez, esses fatores favorecem a melhoria deste indicador.

A cobertura de ESF também precisa ser avaliada dentro deste contexto, uma vez que ao não se ter a cobertura necessária no território, os Agente Comunitário de Saúde muitas vezes não são suficientes para realizar a busca ativa.

IMPLANTAR UMA CASA DA GESTANTE, BEBÊ E PUÉRPERA

A Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) é um serviço de acolhimento provisório destinado a gestantes, puérperas e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade ou risco, oferecendo suporte integral de saúde e apoio social. Atualmente, Rondônia não possui nenhuma CGBP em funcionamento. Contudo, há duas unidades estruturadas, localizadas em Vilhena e Cacoal, que necessitam de implementação e habilitação para efetivamente integrarem a rede de atenção materno-infantil do estado.

CENTRO DE PARTO NORMAL

Os Centros de Parto Normal (CPN), em suas modalidades intra-hospitalar (CPNI) e peri-hospitalar (CPNP), são unidades voltadas à assistência ao parto de risco habitual, vinculadas a estabelecimentos hospitalares, localizadas dentro ou nas imediações destes. Em Rondônia, há atualmente um CPN habilitado em Ariquemes, por meio da Portaria nº 3.879, de 27 de dezembro de 2017, que reconheceu o Hospital Regional de Ariquemes como referência nessa modalidade. Além disso, encontram-se em funcionamento outros três centros: Vilhena, Ji-Paraná e Guajará-Mirim, fortalecendo a rede de atenção ao parto humanizado no estado.

REDUZIR O NÚMERO DE ÓBITO MATERNO

O indicador de redução de óbito materno é um parâmetro essencial para avaliar a qualidade da assistência ao pré-natal, parto e pós-parto, refletindo diretamente a segurança e a humanização do cuidado obstétrico. Seu monitoramento permite identificar desigualdades regionais, orientar políticas públicas e avaliar a efetividade do modelo assistencial, contribuindo para a prevenção de mortes evitáveis e para o fortalecimento da rede de atenção à saúde da mulher e do recém-nascido. Rondônia já apresenta avanços importantes, como a Planificação da Atenção à Saúde, o fortalecimento do planejamento reprodutivo, melhorias estruturais em maternidades e a qualificação profissional de trabalhadores da saúde, elementos que ampliam a capacidade do sistema em oferecer atendimento seguro e de qualidade.

REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

A redução da mortalidade infantil é um indicador central do desenvolvimento social e da qualidade da saúde, refletindo desde o acesso a serviços até a efetividade das políticas públicas.

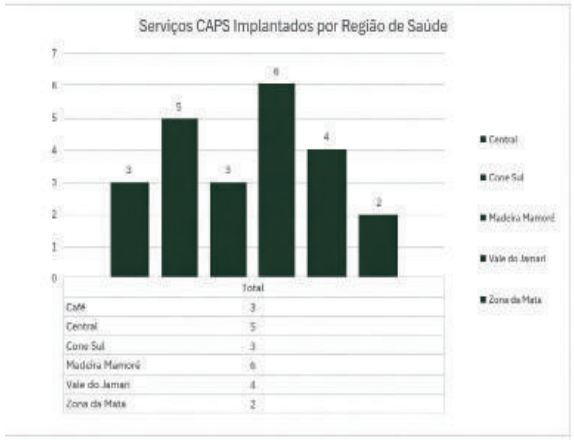
Em Rondônia, apesar dos avanços, persistem desafios como a centralização dos serviços de gestação de alto risco, ausência de referências ambulatoriais em algumas regiões, rotatividade de profissionais, fragilidades no pré-natal e na puericultura, além da carência de comitês locais de investigação de óbitos. Esses fatores comprometem a integralidade e a equidade do cuidado, exigindo medidas mais consistentes para assegurar assistência pré-natal qualificada, parto seguro e acompanhamento adequado das crianças.

A Secretaria de Estado da Saúde vem fortalecendo a rede materno-infantil com iniciativas como a Planificação da Atenção à Saúde, a implantação dos CREAMIs em Cacoal e Ji-Paraná, a qualificação de salas de parto, a descentralização de leitos neonatais e a regulação estadual. Projetos estratégicos como o Qualineo, o fortalecimento dos comitês estaduais e o avanço vacinal ampliam a resolutividade da rede. As metas prioritárias incluem expandir os CREAMIs, qualificar a atenção ao parto e puerpério, ampliar as triagens neonatais, fortalecer a atenção primária e consolidar grupos técnicos de investigação de óbitos. Essas ações buscam reduzir desigualdades regionais, assegurar cuidado humanizado e garantir o direito à vida e à saúde das crianças e gestantes em todo o estado.

A análise dos indicadores de saúde materno-infantil em Rondônia aponta avanços como o aumento do número de partos normais, maior adesão ao pré-natal adequado e a implantação de estruturas como a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) e o Centro de Parto Normal, reforçando o compromisso com a assistência humanizada. No entanto, os índices de óbitos maternos e de mortalidade infantil ainda revelam fragilidades que exigem maior integração entre atenção básica, serviços especializados e ações de vigilância, de modo a consolidar uma rede de atenção mais eficiente, segura e equitativa para mulheres e crianças.

FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

O Estado de Rondônia apresenta um histórico positivo na implantação da política pública de saúde mental, com destaque para a habilitação inicial de três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) já em 2002, seguida por um período de expansão significativa entre 2004 e 2014, quando foram implantadas mais 17 unidades. Atualmente, há 23 CAPS em funcionamento, distribuídos pelo território estadual. No entanto, considerando o critério populacional e a crescente demanda por cuidado em saúde mental, especialmente no contexto pós-pandemia, estima-se a necessidade de implantação de pelo menos mais 20 unidades para garantir cobertura adequada. Os principais desafios para essa expansão incluem limitações de infraestrutura.



A região Madeira Mamoré concentra o maior número de unidades, com 6 serviços, evidenciando maior capacidade instalada. Em seguida, destacam-se a região Central, com 5 CAPS, e o Vale do Jamari, com 4, reforçando uma presença mais equilibrada nesses locais. Já as regiões Café e Cone Sul apresentam 3 serviços cada, enquanto a Zona da Mata possui apenas 2, configurando a menor cobertura. Essa distribuição aponta para a necessidade de reforçar a implantação de CAPS em regiões com menor número de unidades, de modo a reduzir desigualdades no acesso e garantir maior equidade na oferta de atenção psicossocial.

No que se refere à formação de recursos humanos, Rondônia alcançou 100% de expansão dos programas de Residência Médica em Psiquiatria e Multiprofissional em Saúde Mental entre 2015 e 2025, conforme o indicador 59. Apesar desse avanço, a expansão não supre a real necessidade de profissionais especializados, sobretudo em municípios de pequeno porte. A evolução desse indicador enfrenta obstáculos como a ausência de políticas de fixação de profissionais, dificuldades de articulação entre os entes federativos e a carência de campos de formação adequados. A análise isolada dos indicadores 29 e 59 não é suficiente para avaliar a efetividade da RAPS, sendo necessário considerar a expansão integrada de todos os seus componentes.

A Rede de Atenção Psicossocial em Rondônia tem buscado consolidar um modelo de cuidado humanizado, plural e territorializado, alinhado às diretrizes da Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011 e ao Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC). A SESAU, por meio da Coordenadoria de Saúde Mental, tem atuado junto aos 52 municípios para fomentar a implantação dos diversos componentes da RAPS, promovendo o cuidado em saúde mental em diferentes níveis de atenção. A consolidação dessa rede exige o fortalecimento das diretrizes de Direitos Humanos, a valorização do cuidado em liberdade e a superação da lógica manicomial, garantindo acesso qualificado e integral à população usuária do SUS.

IMPLANTAÇÃO DA REDE DE CUIDADOS À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Estado de Rondônia tem avançado na consolidação da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência (RCPD), com ações estruturantes voltadas à inclusão e à assistência integral. A partir do Plano Estadual da RCPD 2024–2027, foram definidos fluxos regionais, ampliada a capacidade instalada dos serviços e fortalecida a articulação entre os níveis de atenção à saúde. Atualmente, Rondônia conta com sete serviços habilitados, incluindo Centros Especializados em Reabilitação (CERs) que atendem múltiplas deficiências, e uma oficina ortopédica, garantindo acesso à reabilitação auditiva, física, intelectual e visual. A rede tem como diretriz a promoção da autonomia, o cuidado humanizado e a integração comunitária, com foco na equidade e na cidadania.

A implantação da Oficina Ortopédica no Estado representa um avanço significativo na assistência às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à produção e entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. A oficina móvel, vinculada ao Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO), foi criada para atender pacientes em localidades distantes, ampliando o acesso ao serviço e reduzindo o tempo de espera por dispositivos essenciais à mobilidade e à reabilitação. Mais recentemente, o Centro de Reabilitação Dream da Amazônia passou a produzir órteses localmente, priorizando o atendimento infantil e eliminando a necessidade de envio de moldes para outros estados, o que representa um ganho em agilidade e resolutividade no cuidado.

No que diz respeito à ampliação do número de pessoas assistidas em hospitais após acidentes, Rondônia tem investido na qualificação da Rede de Atenção às Urgências. A aprovação do

Plano Estadual da Rede em 2024 permitiu a reorganização dos serviços hospitalares e pré-hospitalares, com foco na resposta rápida e eficaz a eventos agudos. A reforma de unidades estratégicas, como a Sala Vermelha do Hospital João Paulo II, e os investimentos do Novo PAC Saúde, que destinou cerca de R$92 milhões ao estado, têm contribuído para ampliar a capacidade de atendimento e modernizar a infraestrutura hospitalar. Essas ações visam garantir assistência qualificada e segura às vítimas de acidentes, reduzindo a mortalidade evitável e fortalecendo o SUS em Rondônia.

Oficina Ortopédica no Estado.

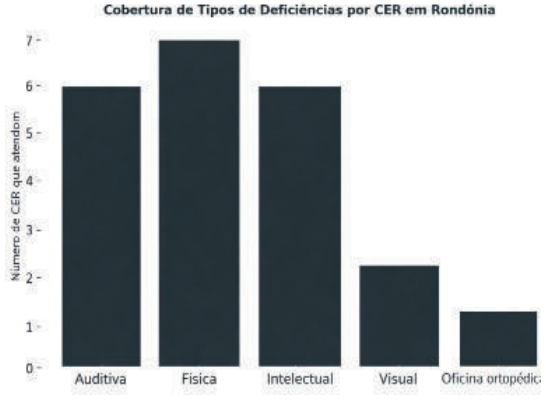
A implantação da Oficina Ortopédica no Estado representa um avanço significativo na assistência às pessoas com deficiência, especialmente no que se refere à produção e entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. A oficina móvel, vinculada ao Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO), foi criada para atender pacientes em localidades distantes, ampliando o acesso ao serviço e reduzindo o tempo de espera por dispositivos essenciais à mobilidade e à reabilitação. Mais recentemente, o Centro de Reabilitação Dream da Amazônia passou a produzir órteses localmente, priorizando o atendimento infantil e eliminando a necessidade de envio de moldes para outros estados, o que representa um ganho em agilidade e resolutividade no cuidado.

No que diz respeito à ampliação do número de pessoas assistidas em hospitais após acidentes, Rondônia tem investido na qualificação da Rede de Atenção às Urgências. A aprovação do Plano Estadual da Rede em 2024 permitiu a reorganização dos serviços hospitalares e pré-hospitalares, com foco na resposta rápida e eficaz a eventos agudos.

A reforma de unidades estratégicas, como a Sala Vermelha do Hospital João Paulo II, e os investimentos do Novo PAC Saúde, que destinou cerca de R$92 milhões ao estado, têm contribuído para ampliar a capacidade de atendimento e modernizar a infraestrutura hospitalar. Essas ações visam garantir assistência qualificada e segura às vítimas de acidentes, reduzindo a mortalidade evitável e fortalecendo o SUS em Rondônia.

Centros Especializados em Reabilitação (CER) nas Regiões de Saúde.

A rede de atenção à saúde das pessoas com deficiência em Rondônia mostra avanços significativos na regionalização e no atendimento a múltiplas deficiências, mas apresenta lacunas que precisam ser estrategicamente abordadas. A distribuição geográfica revela predominância de centros municipais, concentrados em regiões-chave como Central (Ji-Paraná), Zona da Mata (Rolim de Moura), Café (Cacoal), Vale do Jamari (Ariquemes), Cone Sul (Vilhena) e Madeira-Mamoré (Porto Velho), enquanto o Vale do Guaporé ainda depende de implementação futura. Essa configuração demonstra cobertura de atenção especializada razoável, mas aponta regiões com menor acesso a esses serviços.



Desde 2013, o Estado de Rondônia vem consolidando uma trajetória consistente na expansão da rede de reabilitação, com a habilitação de sete Centros Especializados em Reabilitação (CERs) distribuídos em seis das sete regiões de saúde. Esses centros oferecem atendimento ambulatorial especializado às pessoas com deficiência auditiva, física, intelectual e visual, com destaque para unidades classificadas como CER II, III e IV, que garantem maior abrangência e diversidade de serviços. A regionalização da rede demonstra avanços significativos, com cobertura em áreas estratégicas como Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura, Ariquemes e Vilhena, fortalecendo a atenção especializada e a integração com a Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Como orientação estratégica futura, destaca-se a necessidade de implantação do CER no Vale do Guaporé, única região ainda sem unidade habilitada. A aprovação do projeto de construção no âmbito do PAC 2 (2024) representa um marco importante para a universalização da assistência especializada. Para qualificar ainda mais a rede, recomenda-se o fortalecimento do monitoramento por meio de registros oficiais (CNES e Portarias Ministeriais), bem como a incorporação de indicadores de capacidade instalada e diversidade de modalidades ofertadas. Com esses esforços, Rondônia avança rumo à equidade no acesso e à consolidação plena da rede de reabilitação para pessoas com deficiência.

QUALIFICAÇÃO E FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O SUS

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DE RONDÔNIA – IESPRO

Entre 2015 e 2024, o Centro de Educação Técnico Profissional na Área de Saúde (CETAS) e, posteriormente, o Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia (IESPRO), desempenharam papel estratégico na formação e capacitação de profissionais de saúde em todos os 52 municípios do estado. As ações foram alinhadas às diretrizes do SUS e do Ministério da Saúde, com foco em áreas prioritárias como urgência e emergência, saúde materna, saúde mental, vigilância em saúde e doenças crônicas. O CETAS, credenciado desde 2006, intensificou suas atividades até 2018, oferecendo cursos técnicos e especializados. A partir de 2020, com a pandemia de COVID-19, houve uma reorientação das ações para temas emergenciais, seguida de retomada em 2023 e 2024, com forte demanda por capacitações em diversas áreas da saúde.

Com a criação do IESPRO pela Lei Complementar nº 1.248, de 7 de agosto de 2024, o Estado consolidou sua política de educação em saúde pública, ampliando as atribuições institucionais para incluir pesquisa, inovação e gestão. O instituto atua de forma integrada com as macrorregiões e regionais de saúde, incluindo os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), reafirmando o compromisso com a equidade e a qualificação dos serviços de saúde em Rondônia. A atuação do IESPRO fortalece os processos de trabalho e contribui diretamente para a melhoria da atenção à saúde, promovendo desenvolvimento técnico e científico em consonância com as necessidades da população e os desafios do território estadual.

INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE

Os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde implantados pela SESAU/CETAS-RO desde 2018 consolidaram-se como instrumentos estratégicos da Política de Educação Permanen-te em Saúde, promovendo a formação de profissionais qualificados para atuação interdisciplinar no SUS.

Com quatro programas ativos, dois multiprofissionais e dois uniprofissionais e a implantação da Residência Médica em Emergência em 2024, os cursos são conduzidos por profissionais de diversas áreas e realizados em unidades de saúde parceiras, com carga horária de 5.750 horas. Até 2024, 100 especialistas foram formados, contribuindo diretamente para a melhoria da assistência em urgência, emergência e cuidados intensivos no estado.

Os impactos para o Governo de Rondônia são expressivos, refletindo o compromisso com a qualificação dos recursos humanos em todas as redes de atenção à saúde. A iniciativa fortalece a Política Estadual de Educação Permanente, promove a melhoria dos serviços prestados ao usuário. do SUS e contribui para a redução da morbimortalidade, especialmente em contextos críticos. A atuação do IESPRO, com estrutura laboratorial avançada e foco na simulação realística, reforça os princípios do SUS e a transversalidade das ações, posicionando Rondônia como referência regional em formação, inovação e qualidade na assistência à saúde.

OBRAS, AMPLIAÇÕES E REFORMAS

Hospital Regional de Guajará Mirim

O Governo do Estado de Rondônia concluiu, em 2025, uma importante etapa na regionalização da saúde pública com a inauguração e ampliação dos serviços do Hospital Regional Dr. Júlio Pérez Antelo, localizado em Guajará-Mirim. Desde sua abertura em março, a unidade passou a oferecer atendimento de média e alta complexidade, beneficiando diretamente a população da região de fronteira e municípios vizinhos como Nova Mamoré.



Construído em uma área estratégica com 4.674 m², o hospital conta com 50 leitos adultos, 12 pediátricos, 8 para lactantes, 2 de emergência, salas de cirurgia e parto, além de espaços adaptados para comunidades indígenas. Mais de 411 profissionais atuam na unidade, garantindo atendimento humanizado e eficiente em serviços como emergência, cirurgias, obstetrícia, consultas ambulatoriais e exames laboratoriais.

Em outubro, o Estado entregou três novos serviços que ampliaram significativamente a capacidade da unidade: uma moderna Unidade de Terapia Intensiva (UTI) com 10 leitos, um salão de hemodiálise com 7 poltronas e uma sala de tomografia equipada com tecnologia de ponta. Com investimento de R$ 13,9 milhões, os serviços entraram em funcionamento com equipes e estrutura operacionais, fortalecendo a autonomia hospitalar e reduzindo a necessidade de transferências para a capital.

A iniciativa integra a estratégia estadual de descentralização da saúde, promovendo agilidade nos diagnósticos, conforto aos pacientes e eficiência ao sistema. Casos como o de pacientes que realizaram exames e cirurgias com rapidez ilustram o impacto positivo da estrutura. A entrega representa um salto de qualidade na assistência hospitalar e reafirma o compromisso do Estado em garantir acesso digno e resolutivo à saúde pública.

Ampliação e modernização do Hospital Regional de São Francisco do Guaporé

O Governo de Rondônia vem fortalecendo a rede pública de saúde e garantindo atendimento de qualidade à população do Vale do Guaporé, a SESAU autorizou a contratação de empresa espe-cializada para a realização de serviços de reforma e ampliação do Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSFG). O investimento contratual é de R$ 3.150.000,00 (três milhões cento e cinquenta mil reais), destinado à construção de um novo Pronto-Socorro e à readequação de espaços essenciais da unidade hospitalar.

A medida atende a uma população estimada de 48.234 habitantes, distribuída em uma área de 19.720 km², que inclui comunidades quilombolas, indígenas e residentes na região de fronteira. O HRSFG, mesmo sendo uma unidade de pequeno porte com 30 leitos, atua como referência em saúde pública na região, oferecendo atendimentos em clínica médica, clínica cirúrgica, pediatria, obstetrícia, urgência/emergência, além de consultas ambulatoriais e exames como ultrassonografia, eletrocardiograma e raio-X.

A construção de um novo Pronto-Socorro, com estrutura adequada para atendimento médico, sala vermelha, sala de observação, sala de hidratação, sala de gesso, posto de enfermagem, banheiro e expurgo, permitirá a reorganização dos ambientes.

A iniciativa visa otimizar o atendimento aos usuários do SUS, melhorar as condições de trabalho dos profissionais da saúde e ampliar a capacidade de resposta da unidade hospitalar às demandas da região. A contratação foi realizada com anuência prévia do órgão gerenciador, respeitando todas as recomendações legais e técnicas necessárias para a execução da obra.

Construção da sede do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO)

Com o objetivo de aprimorar a qualidade das informações sobre mortalidade e fortalecer as políticas públicas de vigilância em saúde, a iniciativa atende à Resolução 238/CIB, que estabelece

que o SVO prestará serviços a todo o território estadual, abrangendo uma população de mais de 1,7 milhão de habitantes distribuída em 52 municípios. A implantação da unidade é estratégica para o esclarecimento das causas de óbitos naturais sem suspeita de violência, especialmente aqueles sem diagnóstico definido ou que demandam investigação epidemiológica. Essa estrutura permitirá identificar riscos à saúde pública, inclusive doenças emergentes, contribuindo diretamente para a formulação de ações e políticas de saúde mais eficazes.

O Serviço de Verificação de Óbitos é reconhecido pelo Ministério da Saúde como essencial para a produção de estatísticas vitais confiáveis, fundamentais para o planejamento e avaliação dos serviços de saúde. A nova sede do SVO será responsável por emitir laudos que alimentam o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), por meio da Declaração de Óbito (DO), instrumento indispensável para a construção de indicadores epidemiológicos precisos.

A construção da sede representa um avanço significativo na infraestrutura da saúde pública estadual, promovendo maior resolutividade, transparência e eficiência na gestão da informação sobre mortalidade. O Governo de Rondônia reafirma, com esta ação, seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços de saúde e com a proteção da vida da população.

Ampliação do Centro de Medicina Tropical (CEMETRON)

O Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), avançou significativamente na modernização da infraestrutura hospitalar com a finalização da obra de ampliação do Centro de Medicina Tropical de Rondônia (CEMETRON), localizado em Porto Velho. Com 94% da execução concluída, a intervenção representa um marco na regionalização do atendimento especializado em doenças infectocontagiosas.

A obra contempla a ampliação de cinco blocos hospitalares, incluindo a instalação de 10 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) voltados para infectologia, o que permitirá atender com mais eficiência as macrorregiões I e II do estado. Também está prevista a duplicação da capacidade da enfermaria, que passa de 15 para 20 leitos, além da implantação de uma nova Central de Material Esterilizado (CME), com área construída de 175 m² quase cinco vezes maior que a anterior, possibilitando suporte à esterilização de materiais para outras unidades da rede pública.



AVANÇOS NA VIGILÂNCIA EM SAÚDE CONSIDERANDO O PDES DESDE 2015

Desde 2015 o projeto da Vigilância em Saúde vem sendo desenvolvido como parte das ações estruturantes do PDES com foco na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população garantindo maior eficiência e segurança no atendimento

A Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA foi criada pela Lei Complementar nº 333/2005: "fica criada a Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA-RO, autarquia especial vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, com sede e foro no município de Porto Velho, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território estadual", tendo como finalidade a "Promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas de educação e de prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população rondoniense".

O Plano de Desenvolvimento da AGEVISA contempla projetos estratégicos voltados ao fortalecimento da vigilância em saúde, envolvendo o Ministério da Saúde/MS, a Secretaria de Estado da Saúde/SESAU e as Secretarias Municipais de Saúde, dos 52 municípios e Parceiros com ações de Vigilâncias Epidemiológica, Saúde Ambiental, Saúde do Trabalhador, Sanitária e ainda o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde.

Com base nas diretrizes nacionais, relativas ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, de acordo com a Portaria nº 1.378/GM/MS/2013, às ações de Vigilância em Saúde abrange, dentre outras ações, a detecção oportuna e adoção de medidas adequadas para a resposta às emergências de saúde pública; a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis; a vigilância das doenças crônicas não transmissíveis, dos acidentes e violências; a vigilância de populações expostas a riscos ambientais em saúde; a vigilância da saúde do trabalhador; a vigilância sanitária dos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos, serviços e tecnologias de interesse à saúde, que compreende a Vigilância Epidemiológica, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador e a Vigilância Sanitária.



Vigilância em Saúde de Rondônia é composta pelas 04 vigilâncias preconizadas pelo Ministério da Saúde (Epidemiológica, Saúde Ambiental, Saúde do Trabalhador e Sanitária) tendo em sua estrutura 24 núcleos e 63 Programas, que mediante ações integradas de educação, prevenção, controle de doenças e outros agravos à saúde, melhoram a qualidade de vida da população rondoniense.

A análise da série histórica dos indicadores de saúde entre 2015 e 2024 revela um cenário misto, com avanços significativos em áreas como qualidade da informação e vigilância epidemiológica, mas também com oscilações que refletem desigualdades na execução das ações. Em diversos momentos, os resultados superaram as metas pactuadas, demonstrando a efetividade das estratégias implementadas e o comprometimento das equipes técnicas. No entanto, persistem fragilidades que comprometem o alcance pleno das metas, especialmente em regiões mais vulneráveis. Conforme instrumento pactuado no Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável as metas preconizadas para a Vigilância apresentaram resultados positivos. Alguns indicadores foram descontinuados obedecendo a metodologia do Ministério da Saúde.

Indicadores monitorados pela AGEVISA

A Agência Estadual de Vigilância em Saúde (AGEVISA) atua de forma contínua no monitoramento dos indicadores de saúde pactuados nos marcos estabelecidos, conforme evidenciado nos dados apresentados. Os indicadores abordam temas como óbitos infantis, maternos e em mulheres em idade fértil, sífilis congênita, cobertura vacinal, tuberculose, hanseníase, vigilância sanitária, qualidade da água, entre outros. Embora alguns indicadores tenham sido descontinuados ou estejam sob responsabilidade de outras instituições, como o CEREST/RO, a AGEVISA mantém seu compromisso com o acompanhamento daqueles que estão sob sua competência. Através desse trabalho, a Agência contribui significativamente para a melhoria da saúde pública, promovendo ações que visam o bem-estar da população e o fortalecimento do sistema de saúde estadual.

Indicadores monitorados:

1. Proporção de óbitos infantis e fetais investigados
2. Proporção de óbitos maternos investigados
3. Proporção de óbitos em mulheres em idade fértil (MIF) investigados
4. Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade
5. Proporção de vacinas do calendário básico da criança com coberturas vacinais alcançadas
6. Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera
7. Proporção de exame anti-hiv realizados entre os casos novos de tuberculose
8. Proporção de registro de óbitos com causa básica definida
9. Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após a notificação
10. Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano
11. Número de casos novos de aids em menores de 5 anos
12. Proporção de pacientes com HIV + com 1º cd4 inferior a 200cel/mm³
13. Número de testes sorológicos ANTI-HCV realizados
14. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes
15. Proporção de exames entre os contatos registrados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos da coorte
16. Proporção de cães vacinados na campanha de vacinação antirrábica canina
17. Proporção de escolares examinados para o tracoma nos municípios prioritários
18. Número de casos autóctones de malária
19. Número absoluto de óbitos por dengue
20. Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.

Indicadores não monitorados diretamente pela AGEVISA:

- Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho (SISPAC-TO/MS/40) – monitorado pelo CEREST/RO
- Número de unidades da Rede de Frio Estadual (PES/SESAU) – responsabilidade da Central Estadual de Rede de Frio

A AGEVISA cumpre seu papel com responsabilidade e comprometimento, contribuindo para a saúde da população por meio do monitoramento e da atuação efetiva nos indicadores sob sua competência, promovendo políticas públicas mais efi cazes e alinhadas às necessidades reais da so-ciedade.

Campanha Vacinação Sem Fronteiras de 2022 a 2025.

A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, sendo Rondônia um dos estados brasileiros localizado nessa faixa, inclusive com municípios classificados como cidades gêmeas por estarem demarcados pela linha seca ou fluvial. Esta relação fez com que o estado rondoniense entrasse na estratégia de execução do Projeto: Campanha de Vacinação nas Fronteiras do Ministério da Saúde.



A política de vacinação é reconhecida como uma das intervenções mais bem-sucedidas de saúde pública no Brasil e no mundo, resultando na erradicação, eliminação e/ou no controle de diversas doenças Imunopreveníveis.

Considerando as especificidades da região de fronteira, em especial nas cidades gêmeas, com o deslocamento diário da população entre os países, é fundamental implementar estratégias diferenciadas, com a finalidade de alcançar as coberturas vacinais (CV) adequadas e melhorar o acesso da população aos serviços de vacinação, sem distinção da nacionalidade. Assim, possibilitar a manutenção do controle das doenças passíveis de imunização.

No Estado de Rondônia 09 municípios com fronteira direta com a República da Bolívia, participaram do Projeto, sendo eles: Porto Velho, Nova Mamoré, Guajará Mirim, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Pimenteiras do Oeste e Cabixi.

Denominado Projeto: Vacinação Sem Fronteiras, teve início no ano de 2022, já realizamos 03 edições e o projeto já faz parte do cronograma anual da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia, com a aplicação das vacinas: Para crianças: contra BCG; hepatite B; poliomielite; rotavírus; Penta; pneumocócica; meningocócica C; febre amarela; sarampo,

caxumba, rubéola e varicela – tetra viral); hepatite A; difteria, tétano e pertussis (DTP); difteria e tétano (dT); papilomavírus; pneumocócica e varicela. Para mulheres gestantes: contra hepatite B; difteria e tétano (dT) e difteria, tétano e pertussis. Para os adolescentes há vacinas contra hepatite B; difteria e tétano (dT); febre amarela; sarampo, caxumba e rubéola – tríplice viral; papilomavírus; pneumocócica e meningocócica. Para o público adulto são oferecidas vacinas contra hepatite B; difteria e Tétano (dT); febre amarela; sarampo, caxumba e rubéola – tríplice viral; pneumocócica; varicela e, difteria, tétano e pertussis. Além das vacinas contra gripe (Influenza) e contra covid-19, ambas para público a partir de 6 meses de idade.

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO ESTADO DE RONDÔNIA – FHEMERON

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (FHEMERON) integra o PDES com projetos estratégicos voltados para o fortalecimento da Vigilância em Saúde e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Essas ações estão diretamente relacionadas ao aperfeiçoamento da gestão da Hemorrede Estadual e à ampliação do acesso à doação de sangue.

Entre as metas estabelecidas, destacam-se a implementação e implantação de serviços de Gestão Ambiental em 100% da Hemorrede Estadual, medida que reforça o compromisso com a sustentabilidade e o cumprimento das normas sanitárias, e a descentralização dos serviços de captação de doadores de sangue nas regiões de saúde, ampliando o alcance e facilitando o acesso da população às ações de coleta.

Para mensurar os avanços, foram definidos indicadores específicos, como o percentual de implementação e implantação da Gestão Ambiental na Hemorrede Estadual e o número de serviços de captação de doadores de sangue em funcionamento. Dessa forma, a FHEMERON contribui para fortalecer a rede estadual de hemoterapia, garantindo maior eficiência, qualidade e e segurança no atendimento às demandas de saúde pública.

12.2.4. Segurança Pública

Avanços e Resultados da Segurança Pública em Rondônia:

Na primeira versão do PDES 2015–2030, o tema da segurança pública era tratado de forma transversal, inserido dentro da Diretriz de Bem Estar Social. Embora já reconhecido como essencial para o bem-estar da população, não havia um eixo específico dedicado à sua estruturação estratégica. Com a revisão do plano, a segurança pública passou a ser abordada como um eixo autônomo e prioritário, refletindo sua crescente relevância na agenda estadual. Essa mudança permitiu a formulação de políticas mais integradas e orientadas por inteligência, com foco na articulação entre segurança e justiça, alinhando-se ao planejamento estratégico do Governo Federal e às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC) passou a executar uma série de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da segurança pública em Rondônia. Entre os principais eixos de atuação estão o combate à violência, a modernização do aparato institucional, a valorização dos profissionais, a ampliação da capacidade de resposta e a promoção do bem-estar dos servidores. Com a nova abordagem, o estado busca consolidar um modelo de segurança pública baseado em integração interinstitucional, uso de tecnologias de inteligência, planejamento territorial e justiça cidadã, promovendo maior eficiência na prevenção e repressão à criminalidade, e garantindo mais proteção à população dos 52 municípios rondonienses.

Plano Estadual de Segurança Pública

O Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), lançou o Plano Estadual de segurança em fevereiro de 2019, por Decreto n 23.698, este ato atendeu ao primeiro item de ações do eixo segurança pública dentro da Diretriz II - "Bem Estar Social do PDES 2015-2030; foi um marco estratégico para o fortalecimento da segurança pública em todos os municípios rondonienses.

O Plano Estadual de Segurança Pública - PESP RO foi concebido com base nos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), conforme disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Trata-se de uma ferramenta essencial para a formulação, execução e monitoramento de ações voltadas à promoção da ordem pública, proteção da vida, preservação dos direitos humanos e defesa da cidadania.

Fruto de um processo técnico, participativo e integrado, o Plano representa o compromisso do Estado com a melhoria contínua da segurança pública, respeitando as especificidades regionais e promovendo a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre as instituições de segurança, em todos os níveis de governo.

Entre os principais focos do PESP RO, destacam-se:

- O fortalecimento da governança e da gestão pública da segurança;
- A promoção da interoperabilidade entre os órgãos de segurança;

- O enfrentamento qualificado da criminalidade na faixa de fronteira com a Bolívia;
- O uso de indicadores de desempenho, planejamento estratégico e gestão baseada em evidências;
- O incentivo à participação social e à integração com outras políticas públicas.

Diante dos desafios impostos pela crescente complexidade do mundo contemporâneo, o lançamento deste Plano reafirmou a necessidade de inovação, modernização e colaboração entre os diversos atores da segurança pública, com vistas à construção de uma sociedade mais segura, justa e pacífica.

Modernização do Aparato de Segurança Pública – SESDEC

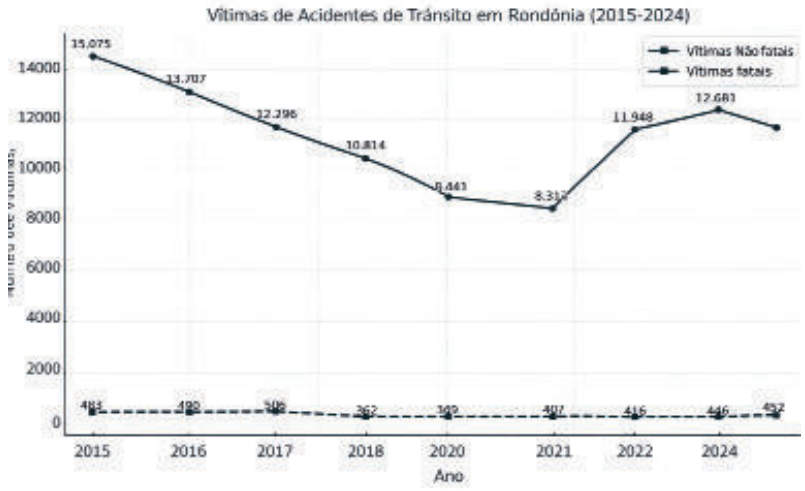
O Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), vem promovendo a modernização do aparato de segurança pública com investimentos significativos em infraestrutura e equipamentos. Atualmente, estão em operação 650 viaturas locadas, 27 veículos próprios, 2 embarcações e 3 aeronaves, todos em condições de uso conforme avaliação técnica realizada em outubro de 2024. Paralelamente, o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) também passa por um processo de modernização operacional, com 180 viaturas, 29 embarcações e 1 aeronave, o que tem garantido maior agilidade no atendimento a emergências e mais eficiência no transporte de pacientes em situações críticas.

Além dos avanços em mobilidade e resposta, a ampliação da Plataforma CIOP com 16 novas posições de atendimento está em execução, contribuindo diretamente para a melhoria do tempo de resposta e a integração entre as forças de segurança. O efetivo das corporações, atualizado até setembro de 2024, é composto por 4.649 policiais militares, 205 servidores da Politec, 831 bombeiros militares e 1.729 policiais civis, com a composição sendo continuamente monitorada para garantir a eficiência das operações. Essas ações refletem o compromisso do Estado com a segurança da população e com a valorização das instituições responsáveis pela proteção e defesa civil. Houveram o ingresso de 108 bombeiros militares temporários e está em andamento a formação de novos militares efetivos e oficiais bombeiros militares, com cursos iniciados em 2023.

Diante do expressivo déficit de efetivo nas forças de segurança e da previsão de aposentadorias em larga escala nos próximos anos, torna-se urgente a realização de novos concursos públicos para recomposição dos quadros da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Politec. A ampliação do efetivo é fundamental para garantir a continuidade dos serviços essenciais à população, fortalecer a capacidade de resposta das instituições e assegurar a renovação técnica e operacional dos profissionais. O planejamento estratégico do Estado já contempla essa necessidade, visando manter a eficiência das ações de segurança pública e preservar os avanços conquistados com a modernização dos equipamentos e da infraestrutura.

O Número de Vítimas fatais e não fatais no trânsito

O quantitativo de indivíduos envolvidos em acidentes de trânsito com vítimas fatais e não fatais no âmbito do Estado de Rondônia, no período de 2015 a 2024, apresentou variações significativas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes de Trânsito (2025). Disponível em: https://www.detran.ro.gov.br

Observa-se uma tendência de redução nas vítimas não fatais, passando de 15.075 registros em 2015 para 11.451 em 2024. O menor índice foi registrado em 2021, com 8.312 vítimas, seguido de um leve crescimento até 2023 e nova redução em 2024. Essa oscilação pode estar relacionada a fatores como intensificação de campanhas educativas, fiscalização e alterações no volume de tráfego em períodos específicos (como a pandemia de 2020-2021).

Quanto às vítimas fatais, os números mantiveram-se relativamente estáveis durante o período, variando entre 493 (2015) e 342 (2019) ocorrências anuais, sem tendência de aumento ou redução significativa. Apesar da leve elevação em 2024 (452 vítimas) em comparação a 2023 (416), o patamar geral permanece semelhante ao observado em anos anteriores.

Em síntese, constata-se que, embora o número de vítimas não fatais tenha apresentado redução expressiva, as ocorrências fatais permanecem em patamar constante, evidenciando a necessidade de ações integradas e contínuas de educação, fiscalização e engenharia de tráfego para promover maior segurança viária e reduzir a letalidade no trânsito rondoniense.

Programa de Promoção e Prevenção em Saúde Mental

O Programa de Promoção e Prevenção em Saúde Mental foi implementado em 2024 com o objetivo de fortalecer o cuidado psicológico dos servidores da segurança pública. Suas ações incluem rodas de conversa, orientações sobre autocuidado e prevenção do adoecimento mental, todas conduzidas por profissionais especializados, como psicólogos. Uma das iniciativas que compõem esse programa é o VOLUNTARIAR, desenvolvido pela SESDEC em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com o Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS). Essa cooperação viabiliza atendimentos psicológicos gratuitos aos servidores, realizados por profissionais vinculados à universidade.

FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO ESTADO DE RONDÔNIA – FHEMERON

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (FHEMERON) integra o PDES com projetos estratégicos voltados para o fortalecimento da Vigilância em Saúde e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Essas ações estão diretamente relacionadas ao aperfeiçoamento da gestão da Hemorrede Estadual e à ampliação do acesso à doação de sangue.

Entre as metas estabelecidas, destacam-se a implementação e implantação de serviços de Gestão Ambiental em 100% da Hemorrede Estadual, medida que reforça o compromisso com a sustentabilidade e o cumprimento das normas sanitárias, e a descentralização dos serviços de captação de doadores de sangue nas regiões de saúde, ampliando o alcance e facilitando o acesso da população às ações de coleta.

Para mensurar os avanços, foram definidos indicadores específicos, como o percentual de implementação e implantação da Gestão Ambiental na Hemorrede Estadual e o número de serviços de captação de doadores de sangue em funcionamento. Dessa forma, a FHEMERON contribui para fortalecer a rede estadual de hemoterapia, garantindo maior eficiência, qualidade e desenvolvido pela SESDEC em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com o Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS). Essa cooperação viabiliza atendimentos psicológicos gratuitos aos servidores, realizados por profissionais vinculados à universidade.

Além disso, a Coordenadoria de saúde atua diretamente no atendimento psicológico e fisioterapêutico dos policiais, oferecendo suporte clínico especializado. O Bombeiro Militar (BM) conta com psicólogos civis contratados, como parte de um processo de credenciamento que garante profissionais qualificados para avaliação e acompanhamento psicológico dos militares. A Polícia Militar (PM) também participa do atendimento, ampliando o alcance do suporte emocional e clínico aos seus efetivos.

A SEJUS oferece aos policiais penais O ESCUTA SUSP que é um projeto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, coordenado pela SENASP, que oferece atendimento psicológico online aos agentes de segurança pública, sendo executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com as universidades federais de Sergipe, Rio Grande do Norte e Brasília. A UFMG, referência em psicologia e com experiência em pesquisas sobre comportamento suicida desde 2012, liderou tecnicamente o projeto por meio de seu Laboratório de Processos Cognitivos. Os atendimentos são realizados por terapeutas vinculados às universidades, incluindo bolsistas de doutorado, mestrado e graduandos em Psicologia com experiência clínica, garantindo suporte qualificado a profissionais em risco moderado ou alto.

Qualidade de Vida e Saúde do Trabalhador

Integrada ao Planejamento Estratégico da Segurança Pública, essa diretriz tem como foco a promoção do bem-estar, da motivação e da valorização dos servidores, sendo considerada um dos pilares da gestão moderna e humanizada da segurança pública. Entre as ações concretas está a implementação de Academias e Piscinas em Porto Velho (PVH) e na Rolim de Moura, voltadas para o treinamento físico e a promoção da saúde dos profissionais. Estão em andamento processos de licitação para a construção de unidades nos Centros de Treinamento da Brigada Militar (CT BM) e da Polícia Militar (CT PM) nas cidades de Vilhena e Ariquemes, com o objetivo de ampliar o acesso a espaços adequados para atividades físicas regulares.

Essas estruturas são fundamentais para incentivar práticas corporais, melhorar a qualidade de vida e prevenir doenças crônicas entre os servidores. A iniciativa está alinhada com políticas nacionais de promoção da saúde, como o Programa Academia da Saúde, que reconhece academias como componentes da atenção básica e espaços de cuidado e lazer.

Política de Valorização das Carreiras na Segurança Pública

Como parte das ações para fortalecimento da segurança pública, o Governo de Rondônia implementou uma política de valorização das carreiras das forças de segurança, já em vigor. Em dezembro de 2023, foram aprovadas leis que concedem reajustes salariais aos servidores da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica (Politec) e aos militares estaduais, reconhecendo o papel essencial desses profissionais.

Além disso, foi concluído o concurso público para a Polícia Civil e a Politec, ampliando o quadro efetivo e reforçando a capacidade operacional das instituições. As medidas representam um avanço concreto na valorização dos profissionais da segurança e na qualificação do serviço prestado à população.

Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública

Investimentos e Capacitações das Forças Policiais de Rondônia (2015–2025)

Está em execução o projeto de formação, qualificação e capacitação contínua dos profissionais das forças de segurança pública, coordenado pela SESDEC. A iniciativa visa elevar o nível técnico e operacional das corporações, contribuindo diretamente para a melhoria dos serviços prestados à população.

Entre 2015 e 2025, o Estado de Rondônia consolidou uma política educacional robusta voltada à qualificação das forças de segurança pública, com destaque para a Polícia Militar (PMRO) e o Corpo de Bombeiros Militar. A PMRO formou 3.626 policiais em cursos de progressão na carreira, como CFSD, CFS, CHOA, CAO e CCEM, com destaque para os anos de 2019 (1.004 formados), 2022 (720) e 2025 (683). Além disso, foram realizadas 2.857 formações internas em especializações como tiro policial, patrulhamento rural, técnicas não letais, APH de combate e operações com drones. A PMRO também participou de 209 cursos externos em instituições civis e militares de outros estados, abrangendo áreas como inteligência, operações especiais, patrulhamento ambiental e gestão de grupos vulneráveis. No total, foram capacitados 6.692 policiais militares, evidenciando o compromisso com a valorização profissional, modernização operacional e alinhamento com padrões nacionais de excelência.

O Corpo de Bombeiros Militar também avançou significativamente, com 90% do efetivo já capacitado, fortalecendo a resposta a emergências. Desde 2014, foram registradas 3.187 matrículas em cursos de qualificação na Polícia Civil do Estado, com 56 colaboradores atualmente em formação no Curso de Operações Policiais Especiais e previsão de mais 44 para o Curso de Técnicas e Procedimentos Operacionais da Guarda Civil Municipal de Ariquemes/RO Módulo VI. Esses investimentos refletem o esforço contínuo do Governo do Estado em garantir uma segurança pública eficiente, técnica e humanizada, por meio da educação e capacitação permanente de seus agentes.

Números de unidades de Segurança Públicas construídas

Quartel de Bombeiro Militar de São Miguel do Guaporé

O Governo do Estado de Rondônia realizou mais uma entrega estratégica voltada ao fortalecimento da Segurança Pública, com a inauguração do quartel do Corpo de Bombeiros Militar no município de São Miguel do Guaporé, demanda do NEIFRO RO deste 2016. A obra, iniciada em maio e concluída em setembro de 2025, representa um avanço significativo na ampliação da cobertura operacional da corporação, beneficiando diretamente a população local com serviços de emergência mais ágeis e eficientes.

O projeto foi desenvolvido pela Seção de Projetos de Engenharia do CBMRO, com investimento total de R$1.441.937,52, sendo R$1 milhão oriundo de emenda parlamentar e o restante proveniente do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros – Funesbom. A nova unidade conta com estrutura moderna e funcional, equipada para atender prontamente às demandas da comunidade, com uma equipe de 21 bombeiros de prontidão.



Com essa entrega, o Estado passa a contar com atendimento do Corpo de Bombeiros em 16 municípios, reforçando o compromisso do Governo de Rondônia com a proteção da vida, a eficiência no uso dos recursos públicos e a ampliação da presença institucional em regiões estratégicas. A iniciativa contribui diretamente para a melhoria da resposta a emergências e para o fortalecimento da cidadania.

Quartel do Bombeiro Militar de Colorado do Oeste

O Governo do Estado de Rondônia segue ampliando a estrutura da Segurança Pública com a entrega do novo quartel do Corpo de Bombeiros Militar no município de Colorado do Oeste. A unidade, sede do 3º Subgrupamento de Bombeiros subordinado ao 3º Grupamento de Vilhena, foi construída com investimento de R$ 2.398.222,48 e está equipada para atuar em ocorrências de combate a incêndios, resgates e salvamentos, garantindo maior agilidade e eficiência no atendimento à população local e das regiões adjacentes.



Fonte: Governo do Estado de Rondônia

A nova estrutura conta com viaturas operacionais, incluindo um Auto Bomba Tanque (ABT), uma Unidade de Resgate pré-hospitalar, uma viatura para buscas e salvamentos, além de uma viatura administrativa. Para o funcionamento da unidade, foram destacados 25 bombeiros militares. A obra, iniciada em agosto de 2022 e concluída em março de 2025, representa um avanço significativo, considerando que anteriormente as ocorrências eram atendidas por unidades de municípios vizinhos, como Cerejeiras e Vilhena.

Com essa entrega, o Governo de Rondônia reforça seu compromisso com a valorização das forças de segurança, a proteção da vida e a eficiência na gestão pública. A inauguração do quartel em Colorado do Oeste soma-se às unidades entregues em Guajará-Mirim e São Miguel do Guaporé, e marca o início de mais uma obra: o novo quartel do Corpo de Bombeiros em Pimenta Bueno, orçado em R$ 4.320.000,00, com recursos do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (Funesbom).

Quartel do Bombeiro Militar de Pimenta Bueno

O Governo do Estado de Rondônia inaugurou o novo quartel do 2º Subgrupamento de Bombeiros Militar (2º SGBM/4º GBM) no município de Pimenta Bueno, representando um avanço significativo na segurança pública da região. Com investimento total de R$3.873.254,89 sendo R$1 milhão oriundo de emenda parlamentar a nova estrutura oferece melhores condições de trabalho aos bombeiros militares e maior eficiência no atendimento às emergências.



Fonte: Governo do Estado de Rondônia

Com essa entrega, o Estado passa a contar com atendimento do Corpo de Bombeiros em 16 municípios, reforçando o compromisso do Governo de Rondônia com a proteção da vida, a eficiência no uso dos recursos públicos e a ampliação da presença institucional em regiões estratégicas. A iniciativa contribui diretamente para a melhoria da resposta a emergências e para o fortalecimento da cidadania.

A unidade foi entregue totalmente equipada, com infraestrutura adequada para treinamentos, capacitações e operações, contribuindo para a redução do tempo de resposta e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Durante a solenidade de inauguração, também foi entregue uma Unidade de Resgate (UR), no valor de R$ 288 mil, e realizados atos de valorização profissional, como a entrega de distintivos aos formandos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), que capacitou 81 militares. e realizados atos de valorização profissional, como a entrega de distintivos aos formandos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), que capacitou 81 militares.

Essa iniciativa integra o conjunto de ações do Governo de Rondônia voltadas à modernização da infraestrutura do Corpo de Bombeiros Militar, que inclui a construção e reforma de quartéis, aquisição de viaturas e equipamentos modernos. Os investimentos visam ampliar a capacidade operacional da corporação em todo o estado, embora ainda haja necessidade de expansão para municípios mais distantes, como São Francisco do Guaporé e Costa Marques, que carecem de unidades próprias e cobertura adequada dos serviços de emergência.

Quartel do Bombeiro Militar de Buritis

A inauguração do novo Quartel do Corpo de Bombeiros Militar em Buritis, realizada em 16 de setembro de 2025, representa um marco importante para o fortalecimento da segurança pública na região. Localizada no Setor 10, a unidade foi construída com recursos de emenda parlamentar que somam quase R$ 1 milhão, refletindo o compromisso com a melhoria das condições de trabalho dos bombeiros e a ampliação da capacidade de resposta às emergências. Com uma estrutura moderna, o quartel conta com 23 bombeiros militares e 9 viaturas, incluindo 3 caminhões de combate a incêndio, o que garante mais agilidade e eficiência no atendimento à população de Buritis e municípios vizinhos.


Fonte: Governo do Estado de Rondônia

Essa entrega se insere em um contexto de expansão dos serviços essenciais no interior de Rondônia, alinhando-se às diretrizes de desenvolvimento regional e valorização da segurança pública. A presença de uma unidade equipada e estrategicamente posicionada contribui não apenas para o enfrentamento de incêndios e acidentes, mas também para ações preventivas e educativas junto à comunidade. A iniciativa reforça o papel do Corpo de Bombeiros como agente de proteção da vida e do patrimônio, promovendo maior tranquilidade à população e fortalecendo a infraestrutura de resposta rápida em situações críticas.

Quartel do Bombeiro Militar de Machadinho do Oeste

Como parte do projeto Plano estadual de Segurança Pública Número de Unidades de Segurança Públicas Construídas em breve o Governo do Estado de Rondônia entregará a sociedade daquela região mais um quartel dos Bombeiros Militares, o novo quartel do 2º Subgrupamento do 5º Grupamento de Bombeiros Militar no município de Machadinho d'Oeste. Com investimento de R$2.779.634,74, viabilizado por meio do Fundo Especial para Segurança Pública (Funesp), a obra já ultrapassou um terço de sua execução e representa um avanço significativo na ampliação da cobertura dos serviços de emergência na região.



Fonte: Governo do Estado de Rondônia

A nova unidade está sendo construída em uma área de 1.232,66 m², localizada na Avenida Diomero Moraes Borba, e contará com estrutura moderna e funcional, voltada para garantir melhores condições de trabalho aos bombeiros militares e maior agilidade no atendimento à população de Machadinho d'Oeste e municípios vizinhos. A instalação definitiva da corporação no município permitirá maior autonomia operacional, reduzindo a dependência de unidades de outras localidades em ocorrências complexas.

Essa entrega reforça o compromisso do Estado com a interiorização dos serviços de segurança pública e a equidade territorial no acesso às ações de proteção à vida. A obra integra o conjunto de investimentos estratégicos em infraestrutura, viaturas, equipamentos e efetivo, que visam consolidar uma rede estadual de atendimento emergencial e eficiente, moderna e preparada para os desafios do território rondoniense**.**

Perspectiva do BM em Nova Mamoré

Como parte das próximas entregas previstas no âmbito do PDES 2015–2030, o Governo do Estado de Rondônia aprovou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$2,4 milhões para a construção do primeiro quartel do Corpo de Bombeiros Militar no município de Nova Mamoré. A iniciativa visa ampliar a presença institucional da corporação em regiões estratégicas, garantindo resposta rápida a incêndios, acidentes, resgates e demais ocorrências, com impacto direto na proteção da vida e do patrimônio da população.

A nova unidade permitirá a instalação definitiva do Corpo de Bombeiros em Nova Mamoré, com estrutura adequada para abrigar efetivo, viaturas e equipamentos, superando a atual ausência de infraestrutura física no município. Hoje, os atendimentos emergenciais são realizados por equipes deslocadas de Guajará-Mirim, o que compromete a agilidade em situações críticas. Além da construção do quartel, o Estado também assegurou recursos de superávit financeiro no valor de R$1,68 milhão para contratação de bombeiros militares, fortalecendo a capacidade operacional da nova unidade.

Essa ação integra o conjunto de investimentos estratégicos voltados à expansão da cobertura dos serviços de bombeiros em Rondônia, especialmente em municípios que ainda não contam com presença efetiva da corporação. A construção do quartel em Nova Mamoré reforça o compromisso do Estado com a equidade territorial no acesso aos serviços de emergência e representa mais um passo na consolidação de uma rede de segurança pública moderna, eficiente e integrada.

Em uma nova etapa dos investimentos em segurança pública, o governo do estado de Rondônia realizou a entrega oficial de um novo quartel da Polícia Militar, localizado no município de Nova Brasilândia d'Oeste. A unidade foi projetada para atender parte da região da Zona da Mata, fortalecendo a presença policial e a capacidade de resposta na área.



A obra, fruto de parceria entre o estado e a União, recebeu um investimento total de R$905.710,82, sendo R$649,4 mil provenientes de emenda parlamentar e R$256.310,82 como contrapartida estadual.

POLÍCIA MILITAR

Em uma nova etapa dos investimentos em segurança pública, o governo do estado de Rondônia realizou a entrega oficial de um novo quartel da Polícia Militar, localizado no município de Nova Brasilândia d'Oeste. A unidade foi projetada para atender parte da região da Zona da Mata, fortalecendo a presença policial e a capacidade de resposta na área.

Com 388 m² de área construída, o quartel conta com:

- Alojamentos para praças e oficiais

- Alojamentos para praças e oficiais
- Salas administrativas e de reunião
- Sala cofre para armamentos
- Depósito
- Banheiros com acessibilidade
- Estacionamento amplo e pavimentado
- Climatização em todas as áreas administrativas e comuns

Impacto na Segurança Pública

A entrega da nova estrutura representa um avanço na infraestrutura da PMRO, proporcionando melhores condições de trabalho aos policiais e mais segurança à população. A iniciativa integra um conjunto de ações voltadas à modernização do setor, que inclui:

Entrega de veículos às forças de segurança

- Instalação de totens eletrônicos para contato direto com a população
- Formação de novos policiais civis
- Redução significativa de índices criminais no estado

Modernização da Infraestrutura da PM/RO

A Polícia Militar de Rondônia tem passado por uma ampla reestruturação, com foco em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional. Os investimentos são realizados por meio de recursos estaduais, federais e emendas parlamentares, com destaque para o Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar (Fumrespom).

Principais Reformas e Construções

- Centro de Inteligência do Comando Geral

  Nova estrutura de 569 m² em construção.
  Inclui salas administrativas, setor de informática, dormitórios, copa e recepção.
  Objetivo: ampliar a capacidade de análise estratégica e operações da PMRO.

- Coordenadoria de Atividades Sociais (CAS)

  Reforma completa da sede em Porto Velho.
  Melhorias incluem: construção de cisterna, forró, elétrica, pintura e calçadas.

Reativação da Base do 5º Batalhão

- Reativada em outubro de 2021 com melhorias básicas como pintura e substituição da caixa d'água.
- O 11º Batalhão da PMRO de São Miguel do Guaporé será contemplado com investimentos em equipamentos de informática e infraestrutura..
- Doação de imóvel para instalação da Coordenadoria Regional de Criminalística da Polícia Científica, fortalecendo a perícia na região
- Projeto de construção de quartel da PMRO de Theobroma com R$1,4 milhão de investimento, sendo R$ 1 milhão via emenda parlamentar.



Objetivos da Modernização

1. Reforço da Segurança Pública

- Melhoria da capacidade operacional e resposta rápida.
- Investimentos em armamentos modernos, veículos e tecnologia.

2. Valorização Profissional

- Melhorias nas condições de trabalho.
- Reconhecimento por meio de medalhas e progressão de carreira.
- Eficiência Administrativa
- Criação de estruturas adequadas para gestão e inteligência.

Quartel da Polícia Militar em Parecis - RO

Em 20 de outubro de 2023, o Governo do Estado de Rondônia, por meio da Polícia Militar, realizou a inauguração do novo quartel da PM no município de Parecis. A obra representa um avanço signficativo na estrutura da segurança pública local, reforçando o compromisso com a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho dos policiais militares.



Com investimento de R$363.353,00, oriundos de recursos próprios da Corporação, o novo quartel abriga o 4º Grupamento do 2º Pelotão da 2ª Companhia do 10º Batalhão da PMRO. A estrutura moderna e funcional conta com ambientes climatizados, recepção, sala administrativa, cozinha-refeitório, alojamento com banheiro integrado, reserva de armamentos e uma central de videomonitoramento interna e externa. A iniciativa visa proporcionar maior efi ciência operacional, segurança à população e melhores condições de atendimento à comunidade local.



Quartel da Polícia Militar em Nova Estrela - RO

Em 29 de agosto de 2023, o Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), realizou a inauguração do novo quartel da Polícia Militar no distrito de Nova Estrela, município de Rolim de Moura. A nova estrutura abriga o 4º Grupamento do 2º Pelotão da 1ª Companhia do 10º Batalhão da PMRO, e foi construída para substituir o antigo prédio, que apresentava sérios problemas estruturais, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à comunidade.



O investimento total foi de R$535.503,04, oriundo de convênio entre a Sesdec e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com contrapartida do Estado e apoio de emenda parlamentar. Localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 3578, Centro, o novo quartel representa um avanço na infraestrutura da segurança pública local, proporcionando melhores condições de trabalho aos policiais e reforçando a presença institucional na região. A iniciativa visa fortalecer a atuação da PMRO, aumentar a eficácia das ações de segurança e contribuir diretamente para o bem-estar da população de Nova Estrela e áreas vizinhas.

Redução da Taxa de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes

Redução da Taxas de Crime Doloeos

QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS POR TIPO DE CRIMES NO ESTADO DE RONDÔNIA PERIODO											
TIPOS DE CRIMES	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
HOMICÍDIO DOLOSO	523	545	481	429	362	379	418	479	418	418	236
ROUBO CONSUMADO	21.998	26.413	24.193	22.075	23.421	18.232	18.118	18.775	15.840	10.311	4.168
LESÃO CORPORAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	3.432	3.751	2.976	3.932	3.980	4.247	4.035	4.068	4.666	4.535	2.735
VIOLÊNCIA NO CAMPO	-	-	-	-	489	447	448	414	746	647	329
Fonte: SISDEPOL, SISDEPOL CSP, INFOPOL e PPE.											
OBS.: Para os crimes de violência no campo, com a implantação do PPE em 2023, sendo que umas das regras do sistema é não deixar o bairro em branco (sendo obrigatório a escolha de um bairro), fez com que houvesse um aumento significativo no número de registro, tornando inviável fazer comparações com os anos anteriores a 2023.											

Conforme tabela 1, levando em consideração os indicadores do ano anterior, temos os percentuais de aumento ou redução de cada indicador ao longo do período de 2015-2025 (em 2025 os valores correspondem aos dados apurados dos dois primeiros quadrimestres):

Nos últimos anos, Rondônia tem registrado taxas de homicídios superiores à média nacional, conforme apontado por publicações como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Atlas da Violência. Em 2021, a taxa foi de 29,7 homicídios por 100 mil habitantes, com cidades como Urupá (72,2) e Castanheiras (68,4) figurando entre os municípios com os maiores índices de letalidade. Em 2022, o estado atingiu 33 homicídios por 100 mil habitantes, sendo o terceiro mais violento da Região Norte, com Porto Velho e Ji-Paraná entre as 50 cidades mais violentas do país. Já em 2023, segundo o Atlas da Violência elaborado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa foi de 30 homicídios por 100 mil habitantes, mantendo Rondônia entre os 15 estados mais violentos do Brasil, acima da média nacional de 21,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Esses dados são compilados a partir do SINESP, sistema oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que reúne estatísticas enviadas pelas secretarias estaduais de segurança pública, polícias civis e militares. Portanto, os números apresentados são confiáveis e refletem a realidade da segurança pública no estado. A persistência desses índices, mesmo diante de avanços em planejamento e governança, reforça a importância da revisão do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) 2015–2030, que trata a segurança pública como eixo estratégico, propondo ações integradas, uso de inteligência policial e alinhamento às diretrizes federais para enfrentar os desafios da violência letal.

Casos de Homicídios Resolvidos

O Estado de Rondônia alcançou um índice histórico de 92% de esclarecimento de homicídios, consolidando-se como referência nacional em investigação criminal. O resultado, divulgado pelo Instituto Sou da Paz no relatório “Onde mora a impunidade?”, posiciona Rondônia como o segundo estado mais eficiente do país, superando amplamente a média nacional de 36%. O indicador considera como esclarecido o homicídio em que ao menos um autor é identificado e denunciado pelo Ministério Público até o final do ano seguinte ao crime.

Policia Civil de Rondônia Esse desempenho é reflexo de uma gestão integrada entre a Polícia Civil, POLITEC e o Ministério Público, com foco na padronização dos procedimentos investigativos, uso de inteligência analítica e fortalecimento dos Serviços de Investigação e Captura (SEVICs).

A atuação conjunta tem garantido maior celeridade e precisão nas investigações, reafirmando o compromisso do Estado com a justiça, a verdade e a valorização da vida humana.

AUMENTO DA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM RONDÔNIA

A intensificação da fiscalização de trânsito em Rondônia nos anos de 2024 e 2025 reflete uma resposta estratégica aos objetivos do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável de Rondônia (PDES 2015–2030), especialmente no eixo voltado à segurança pública e mobilidade urbana. O aumento expressivo de sinistros com mais de 17 mil registros em 2024, dos quais 56% envolveram motocicletas exigiu ações mais robustas por parte do Detran-RO e da Polícia Militar, que passaram a realizar operações como Corta Giro, Rota Segura, Guardião e o uso de vídeo monitoramento. Essas medidas, aliadas a campanhas educativas que somaram mais de R$ 4,3 milhões em investimentos, contribuíram para a redução de 24% nos óbitos em relação a 2023, além de zerar mortes em grandes eventos, evidenciando o impacto positivo da gestão orientada por dados e da atuação integrada entre os órgãos.

Embora não haja uma taxa de crescimento formal divulgada sobre a fiscalização, os resultados demonstram uma evolução qualitativa significativa, alinhada às metas do PDES de promover um ambiente urbano mais seguro e eficiente. A concentração dos sinistros em centros urbanos como Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena reforça a necessidade de ações direcionadas, e a atuação do BPTran na identificação de áreas críticas e intensificação de abordagens mostra como o uso de estatísticas tem sido essencial para orientar políticas públicas. Assim, o fortalecimento da fiscalização de trânsito em Rondônia pode ser compreendido como uma iniciativa que contribui diretamente para os pilares do desenvolvimento sustentável previstos no plano estadual.

Resultados Concretos

Redução de 24% nos óbitos em acidentes de trânsito em 2024, mesmo com o aumento expressivo no número de sinistros.

Zero mortes em grandes eventos, resultado da intensificação das blitzes e abordagens.

Queda nos acidentes em municípios como Cacoal, evidenciando o impacto das ações direcionadas.

Mais de R$4,3 milhões investidos em campanhas educativas, reforçando o compromisso com a conscientização da população.

12.2.5. Competitividade Sustentável.

À época de 2015, a Diretriz III do PDES 2015–2030 orientava a atuação do Estado de Rondônia na promoção da competitividade econômica com base em princípios de sustentabilidade, inclusão produtiva e valorização dos ativos regionais. Essa diretriz reconhecia que o fortalecimento da economia estadual dependia da ampliação da infraestrutura, da modernização logística, do estímulo à inovação e da integração das cadeias produtivas locais.

A competitividade sustentável buscava conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeitasse as vocações territoriais e os limites ecológicos. Enfatizava-se a importância de investimentos em infraestrutura física e digital como estradas, energia, conectividade e saneamento, considerados fundamentais

para reduzir custos logísticos, atrair investimentos e ampliar o acesso aos mercados.

O fomento à economia regional era realizado por meio do apoio à agricultura familiar, à agroindústria, ao turismo sustentável, à bioeconomia e à economia criativa, com foco na geração de emprego e renda. A articulação entre setor público, iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa era vista como essencial para impulsionar a inovação e a adoção de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a automação.

A competitividade sustentável também envolvia a criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo, à formalização de negócios e à capacitação da força de trabalho, especialmente em regiões com menor dinamismo econômico. A regionalização do planejamento permitia que as ações fossem adaptadas às realidades locais, promovendo o desenvolvimento equilibrado entre os territórios.

Essa diretriz reforçava o papel do Estado como indutor de políticas públicas que promovessem a eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e a inclusão econômica, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A seguir, estão apresentados os principais programas e ações desenvolvidas desde a implantação do PDES até este momento de revisão do plano, que marcam o compromisso do Estado com a construção de uma economia forte, inovadora e ambientalmente responsável.

Segmentação Agrícola do Estado de Rondônia: Panorama Atual

A agricultura rondoniense apresenta uma estrutura produtiva diversificada, com forte predominância da produção de grãos, mas também com destaque crescente para a fruticultura e outras culturas estratégicas. Segundo dados do IBGE de 2024, a produção de grãos representa 89% do valor total da produção agrícola e 88,13% do volume produzido, evidenciando a centralidade da soja e do milho na economia rural do estado.

Apesar de representar apenas 3,71% do valor e 2,94% do volume da produção agrícola, a fruticultura demonstra grande relevância ao posicionar cinco produtos entre os dez mais produzidos em Rondônia, o que reforça seu potencial de crescimento e diversificação econômica.

A participação dos principais segmentos no volume de produção é distribuída da seguinte forma:

- Grãos: 88,13%
- Hortaliças: 7,91%
- Frutas: 2,94%
- Fibras: 1,01%

Top 10 Produtos Agrícolas em Rondônia no ano de 2024:	
1. Soja	2.131.535 toneladas
2. Milho em grão	1.705.199 toneladas
3. Mandioca	374.483 toneladas
4. Café	224.669 toneladas
5. Arroz	224.669 toneladas
6. Banana	83.057 toneladas
7. Algodão herbáceo	48.000 toneladas
8. Abacaxi	32.342 toneladas
9. Melancia	19.014 toneladas
10. Cacau	5.053 toneladas

Esse cenário revela que, embora os grãos dominem em volume e valor, há uma diversificação produtiva em curso, com destaque para culturas permanentes e frutíferas que têm potencial para agregar valor, gerar empregos e ampliar a participação de Rondônia em mercados nacionais e internacionais.

A segmentação agrícola do estado, portanto, reflete não apenas a força das commodities tradicionais, mas também a emergência de cadeias produtivas alternativas, como a fruticultura, que demandam maior atenção institucional, investimentos em assistência técnica e políticas públicas voltadas à industrialização e comercialização.

Crédito Rural

A Emater-RO tem desempenhado papel central na operacionalização do crédito rural no estado, atuando na elaboração de projetos técnicos, orientação aos produtores e acompanhamento da execução dos investimentos. Desde 2015, foram intensificadas as ações de apoio à agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece linhas de crédito com juros reduzidos e condições facilitadas para pequenos produtores. A Emater também atua em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra, especialmente no atendimento a agricultores assentados da reforma agrária.

Em 2020, o Plano Safra 2020/2021 trouxe mais recursos e redução nas taxas de juros, ampliando o acesso ao crédito rural em Rondônia. A Emater passou a utilizar o Sistema de Gerenciamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, que permite maior precisão no atendimento aos agricultores e facilita o monitoramento dos projetos financiados. Já em 2024 e 2025, o Proampe Agro se consolidou como uma das principais iniciativas estaduais, liberando mais de R$59 milhões em crédito orientado para a produção agroecológica e orgânica, com foco na agricultura familiar. O programa oferece capacitação empreendedora, assistência técnica e monitoramento georreferenciado dos beneficiários, promovendo inclusão produtiva e sustentabilidade.

Essas ações, articuladas entre Emater, Governo do Estado, instituições financeiras e prefeituras, têm contribuído para a modernização das práticas agrícolas, aquisição de insumos e equipamentos, e melhoria da infraestrutura rural.

O crédito rural em Rondônia se tornou uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, com impacto direto na geração de renda, segurança alimentar e preservação ambiental.

Programa Estratégico de Desenvolvimento de APL no Estado

Fortalecimento dos Aglomerados Produtivos Locais (APLs) como prioridade Estratégica para Rondônia. O Programa de Aglomerados Produtivos Locais (APLs) tem se consolidado como uma estratégia essencial para o fortalecimento das cadeias produtivas em Rondônia, promovendo a integração entre os setores econômicos e impulsionando o desenvolvimento sustentável dos municípios. Desde 2015, com a criação das câmaras setoriais no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), o Estado vem avançando na construção de políticas públicas voltadas ao estímulo da atividade agropecuária e à valorização dos arranjos produtivos locais.

Em 2022, foi realizado um diagnóstico abrangente dos APLs existentes em Rondônia, o qual revelou o potencial produtivo das regiões e apontou os principais desafios e oportunidades para o fortalecimento desses arranjos. A partir desse estudo, o fomento aos APLs foi definido como prioridade de investimentos e ações estratégicas para os próximos anos, com foco no desenvolvimento regional e na geração de emprego e renda.

O diagnóstico identificou quatro eixos fundamentais que devem nortear as ações dos municípios e do governo estadual:

1. Produção (Infraestrutura e Manejo):
   - Ampliação e modernização da infraestrutura rural.
   - Incentivo à adoção de boas práticas de manejo sustentável.
   - Apoio técnico para aumento da produtividade e qualidade dos produtos.
2. Beneficiamento:
   - Implantação de unidades de processamento e transformação de produtos agropecuários.
   - Adequação sanitária e tecnológica dos empreendimentos locais.
   - Valorização dos produtos regionais com agregação de valor.
3. Comercialização:
   - Fortalecimento dos canais de distribuição e acesso a mercados.
   - Criação de estratégias de marketing territorial e identidade dos produtos locais.
   - Estímulo à participação em feiras, eventos e plataformas digitais.
4. Governança (Governo, Capacitação e CT&I):
   - Estruturação dos núcleos gestores dos APLs com apoio técnico e institucional.
   - Capacitação contínua de produtores, gestores e lideranças locais.
   - Promoção da ciência, tecnologia e inovação como pilares do desenvolvimento produtivo.



O fortalecimento dos APLs representa, portanto, uma oportunidade concreta de construir um futuro mais próspero, inclusivo e sustentável para os municípios rondonienses.

Arranjos Produtivos Locais - APLs identificados em Rondônia

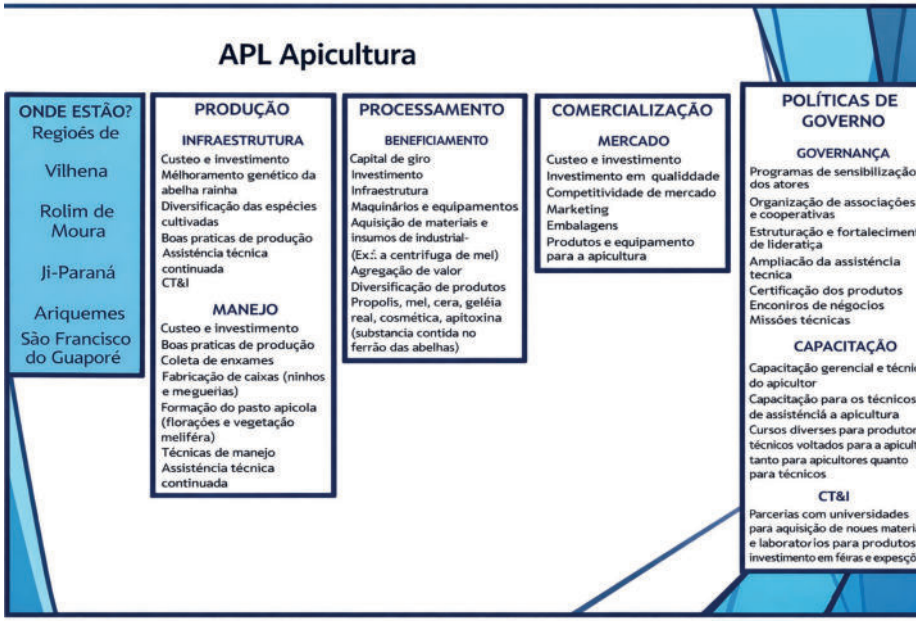
Oportunidades para o Fortalecimento do Apicultura em Rondônia

A produção brasileira de mel alcançou um recorde histórico em 2023, com 64,2 mil toneladas, refletindo o fortalecimento da apicultura como atividade estratégica diante da crescente demanda interna e internacional. Rondônia se destaca nesse cenário como o 8º maior produtor de mel do país, com produção distribuída por todo o estado e destaque para o APL de Apicultura de Vilhena, que evoluiu para um Arranjo Produtivo Local Regional devido à expansão da atividade em diversos municípios.

Segundo dados do IBGE e da Abemel, Rondônia produziu cerca de 98 toneladas de mel em 2019, representando 0,21% da produção nacional, com faturamento anual estimado em R$2,5 milhões e cerca de 400 apicultores atuando na atividade. Municípios como Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura e Alta Floresta do Oeste, certificados pelo Programa de Verticalização da Agricultura Familiar (Prove), ampliaram significativamente sua produção, enquanto outros como Pimenta Bueno, Alto Alegre dos Parecis e Nova Brasilândia D'Oeste apresentaram crescimento consistente.

Com esses avanços, Rondônia demonstra grande potencial para ampliar sua participação no mercado nacional e internacional de mel, promovendo o desenvolvimento sustentável, a geração de renda e a valorização da agricultura familiar nos territórios envolvidos.

A apicultura é uma atividade notadamente vinculada à agricultura familiar, por não exigir grandes áreas de produção, apresentar manejo simples, demandar baixo investimento inicial e permitir a prática da apicultura migratória e o remanejamento dos apiários conforme a florada.



Além dessas vantagens, a atividade oferece uma taxa de retorno rápida: em cerca de um ano emeio é possível realizar a primeira coleta, com potencial para duas a três safras anuais. Trata-se de uma atividade saudável e promissora dentro do mercado agropecuário.

O diagnóstico da apicultura em Rondônia, realizado por técnicos da SEPOG, SEAGRI, EMATER, IDARON e SEDAM, identificou os principais desafios e oportunidades em quatro eixos estratégicos:

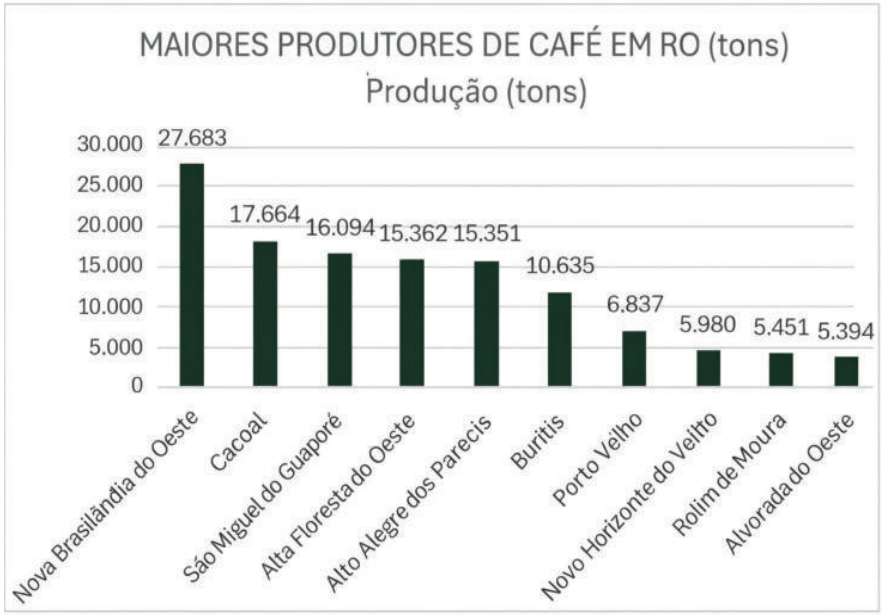
- Produção (Infraestrutura e Manejo): necessidade de ampliação da infraestrutura rural, capacitação técnica e incentivo ao manejo sustentável.
- Processamento (Beneficiamento): adequação sanitária das unidades de beneficiamento e valorização dos subprodutos apícolas.
- Comercialização (Mercado): fortalecimento dos canais de venda e acesso a novos mercados, incluindo exportações.
- Governança (Capacitação e CT&I): estruturação dos núcleos gestores, reativação de cooperativas e estímulo à inovação tecnológica.

Entre os produtos e subprodutos da cadeia apícola destacam-se: mel, cera, pólen, geleia real, rainhas, serviços de polinização e apitoxina, substância com aplicações farmacêuticas e cosméticas. O Governo de Rondônia tem investido fortemente em assistência técnica e orientação especializada, com o objetivo de consolidar a atividade como vetor de geração de emprego e renda.

Oportunidades para o Fortalecimento do Cafeicultura em Rondônia

Fortalecimento da Cafeicultura em Rondônia: Ações Estruturantes e Reconhecimento Nacional. A produção de café em Rondônia tem apresentado uma trajetória de crescimento e consolidação nos últimos anos, refletindo avanços significativos na produtividade e na expansão da área cultivada. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (IBGE, 2025a), a safra de 2025 deve atingir 177,8 mil toneladas, o equivalente a cerca de três milhões de sacas beneficiadas de 60 kg, representando um aumento de 4,4% em relação à safra anterior. A produtividade média estimada é de 3.356 kg/ha (56 sacas), enquanto a área plantada deve crescer de 48,3 mil para 53 mil hectares, evidenciando o fortalecimento da cafeicultura no estado.

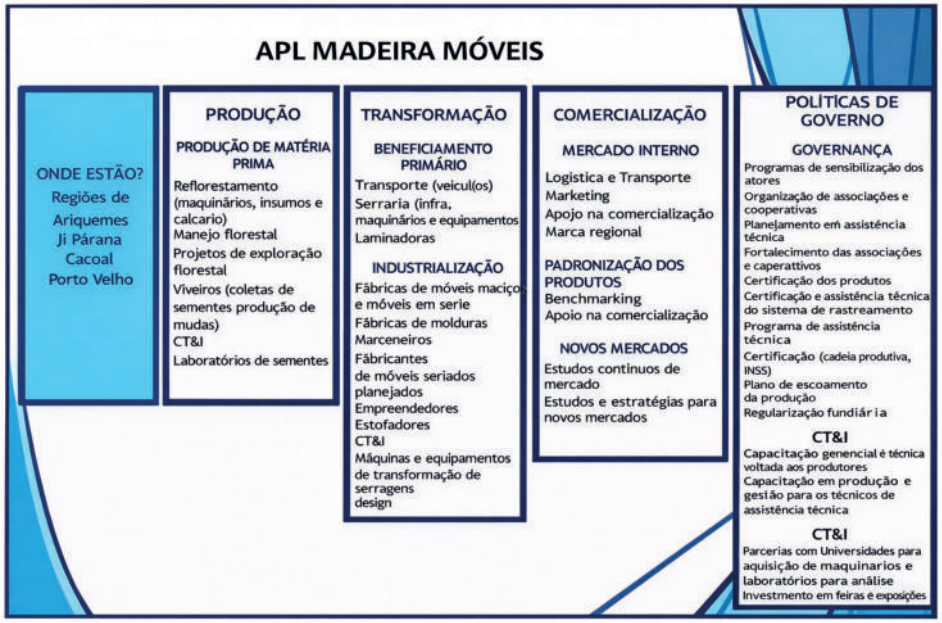
No campo das exportações, Rondônia vem ganhando destaque desde 2023, com um salto expressivo nas vendas externas de café. Em 2024, foram exportadas 584,3 mil sacas, gerando receitas de US$131 milhões. Os principais destinos foram Vietnã, Alemanha, Bélgica, Rússia e Estados Unidos, demonstrando a crescente aceitação do café rondoniense em mercados exigentes. Apesar de uma leve retração no primeiro semestre de 2025 com embarques de 110,2 mil sacas, 5,5% abaixo do volume exportado em 2024, o desempenho geral confirma a relevância estratégica do setor para a economia estadual e seu potencial de expansão internacional.



A cafeicultura de Rondônia tem passado por uma transformação significativa, impulsionada por políticas públicas como o Programa de Apoio à Lavoura Cafeeira. Iniciativas como o Plante Mais e o Mais Calcário têm promovido a renovação das lavouras e práticas sustentáveis, consolidando o estado como referência nacional na produção de café robusta. Com mais de 17 mil famílias envolvidas, a atividade se destaca como força econômica e social, aliando assistência técnica, fomento e promoção comercial.

A inovação tecnológica tem sido um dos pilares dessa evolução. O Projeto Rede de Clones de Cafés, em parceria com SEDEC, FAPERO e EMBRAPA, busca aprimorar a genética dos cultivares em campo. Já o CONCAFÉ — Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café valoriza os melhores grãos e práticas sustentáveis, com destaque para a premiação de um trator cafeeiro na 6ª edição. A participação em eventos como a Semana Internacional do Café (SIC) amplia a visibilidade do café rondoniense no Brasil e no exterior.

Além da valorização da identidade territorial por meio do IG Café, Rondônia tem fortalecido sua presença internacional com missões oficiais e feiras especializadas. O café robusta amazônico já integra a pauta de exportações do estado, gerando receitas expressivas e movimentando toda a cadeia produtiva do plantio ao beneficiamento. Com foco em qualidade, sustentabilidade e inovação, Rondônia colhe os frutos de uma política agrícola consistente e de um setor que se reinventou para competir globalmente.



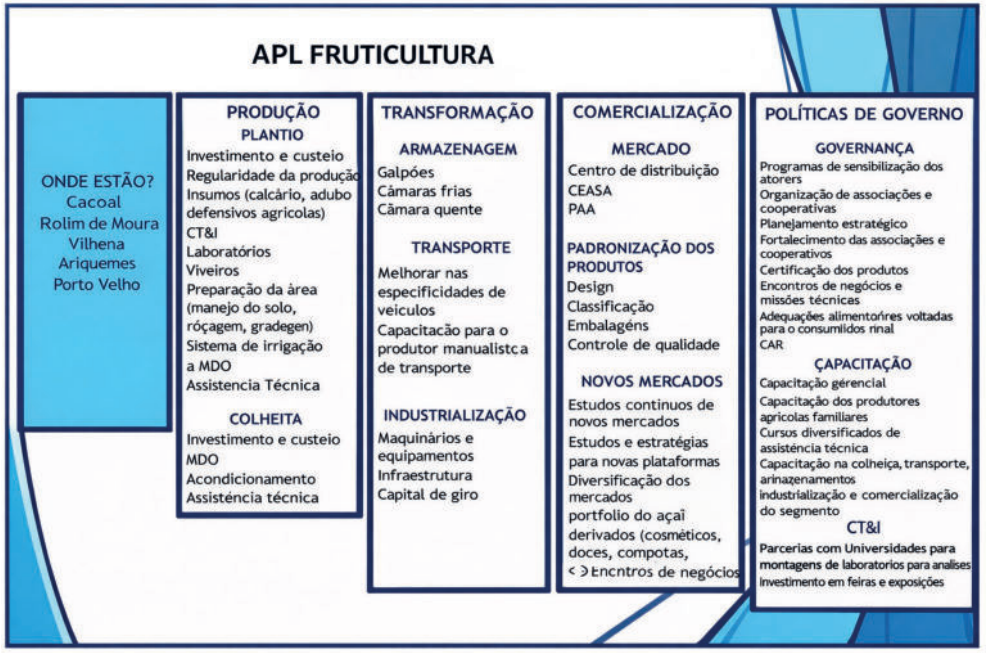
Além da valorização da identidade territorial por meio do IG Café, Rondônia tem fortalecido sua presença internacional com missões oficiais e feiras especializadas. O café robusta amazônico já integra a pauta de exportações do estado, gerando receitas expressivas e movimentando toda a cadeia produtiva do plantio ao beneficiamento. Com foco em qualidade, sustentabilidade e inovação, Rondônia colhe os frutos de uma política agrícola consistente e de um setor que se reinventou para competir globalmente.

Além da valorização da identidade territorial por meio do IG Café, Rondônia tem fortalecido sua presença internacional com missões oficiais e feiras especializadas. O café robusta amazônico já integra a pauta de exportações do estado, gerando receitas expressivas e movimentando toda a cadeia produtiva do plantio ao beneficiamento. Com foco em qualidade, sustentabilidade e inovação, Rondônia colhe os frutos de uma política agrícola consistente e de um setor que se reinventou para competir globalmente.

Fruticultura de Rondônia

Em 2024, o Brasil superou novamente a marca de 1 bilhão de dólares em exportações de frutas, consolidando o setor como um dos pilares da balança comercial agrícola. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Abrafrutas, o país exportou US$1,287 bilhão em frutas frescas, representando um crescimento de 3,9% em relação a 2023.

A demanda internacional por frutas tropicais brasileiras segue em alta, impulsionada por estratégias comerciais eficazes e pela valorização do dólar. A expectativa é de que o setor continue crescendo, com foco na expansão para novos mercados como Ásia e África, além da consolidação dos destinos tradicionais.



Oportunidades para o Fortalecimento da Fruticultura em Rondônia

A fruticultura rondoniense, presente em todas as regiões do estado, desponta como uma atividade com alto potencial de crescimento e diversificação. Com destaque para culturas como banana (83 mil toneladas), abacaxi (32 mil toneladas) e melancia (19 mil toneladas), o setor representa uma oportunidade estratégica para agregar valor à produção agrícola e ampliar a geração de renda no campo.

Para impulsionar esse segmento, há espaço para investimentos em assistência técnica especializada, que pode elevar a produtividade e a qualidade dos frutos, além de promover boas práticas agrícolas e certificações. A criação de políticas públicas estruturadas voltadas à fruticultura também se apresenta como uma ação essencial para fomentar o desenvolvimento regional e garantir suporte contínuo aos produtores.

O escoamento da produção pode ser aprimorado com melhorias na infraestrutura logística, como estradas vicinais e sistemas de transporte refrigerado, permitindo maior alcance de mercado e redução de perdas pós-colheita. A organização da cadeia produtiva, por meio de cooperativas, associações e arranjos produtivos locais, é outra frente promissora para fortalecer a comercialização e o acesso a insumos e crédito.

Além disso, a implantação de espaços voltados à industrialização e à agregação de valor como agroindústrias, centros de processamento e polos de inovação pode transformar a produção in natura em produtos com maior valor agregado, como polpas, sucos, geleias e frutas desidratadas, ampliando a competitividade do setor.

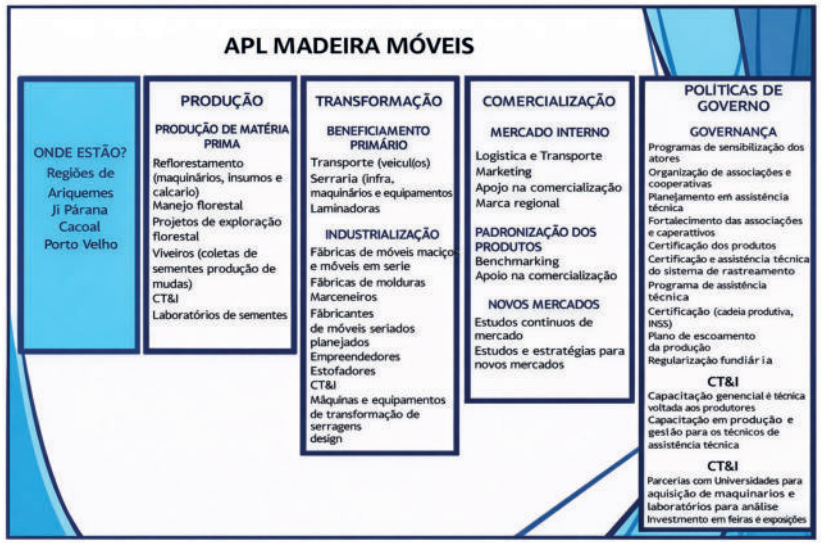
A distribuição territorial da fruticultura em Rondônia reforça seu potencial: Porto Velho concentra grandes áreas de abacaxi, melancia e cupuaçu; Cacoal se destaca na produção de banana e mamão; Presidente Médici avança com maracujá, limão taiti e até uva; enquanto a Zona da Mata e o Sul do estado apostam em cultivos como pitaya, acerola.

Com planejamento estratégico e investimentos direcionados, Rondônia tem todas as condições para transformar a fruticultura em um dos pilares de sua agricultura sustentável e competitiva.

Madeira e Móveis

Reconhecimento do APL Moveleiro de Rondônia: Expansão Setorial e Reconfiguração Produtiva. A partir dos diagnósticos realizados em reuniões técnicas com os municípios, especialmente aqueles historicamente vinculados à base comercial da madeira, foi identificada uma mudança significativa na dinâmica produtiva do setor. O antigo Arranjo Produtivo Local de Madeira e Móveis de Ariquemes passou a ser reconhecido como APL Moveleiro de Rondônia, refletindo a expansão territorial e a consolidação da atividade em diversas regiões do estado.

Atualmente, o foco do arranjo está mais alicerçado na fabricação de móveis, segmento que apresenta crescimento contínuo na geração de receita, empregos e valor agregado. A atividade moveleira tem se destacado como uma alternativa econômica sustentável, com potencial para diversificação produtiva, inovação e fortalecimento da indústria local. Esse reposicionamento do APL moveleiro atende à necessidade de uma abordagem mais ampla e regionalizada, considerando que a produção de móveis deixou de estar concentrada em polos específicos e passou a integrar diferentes territórios com vocação industrial e capacidade de transformação.



O setor moveleiro de Rondônia contribui significativamente para a arrecadação estadual, com base nos dados de receita gerada pelos códigos CNAE relacionados à atividade. A cadeia produtiva envolve desde o fornecimento de matéria-prima e insumos até o beneficiamento, design, comercialização e exportação, consolidando-se como um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico regional.

Pecuária de Leite em Rondônia

Perfil da Pecuária de Leite em Rondônia

A pecuária leiteira em Rondônia é marcada por sua natureza essencialmente familiar, com predominância de pequenos produtores. De acordo com o diagnóstico do agronegócio do leite e derivados, a produção média por propriedade é de aproximadamente 67 litros por dia, sendo que 54% dos produtores operam com apenas 31 litros diários. Esse perfil evidencia o papel fundamental da atividade como fonte de renda e inclusão produtiva no meio rural. Rondônia ocupa posição de destaque no cenário nacional, sendo o maior produtor de leite da Região Norte e o 7º colocado no ranking brasileiro de acordo com o Anuário Leite 2025 da Embrapa Gado de Leite, o que reforça sua relevância estratégica para o agronegócio.

O fortalecimento da pecuária de leite em Rondônia requer ações integradas que envolvam:

- Expansão da assistência técnica e extensão rural;
- Incentivo à organização de cooperativas e associações;
- Investimentos em infraestrutura de resfriamento, transporte e beneficiamento.

Promoção da capacitação técnica e da inovação tecnológica.

Com esses esforços, a atividade leiteira se consolida como um vetor estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo inclusão produtiva e dinamização econômica nos territórios rondonienses.

Inovação Tecnológica e Capacitação

O avanço da pecuária leiteira no estado tem sido impulsionado por iniciativas de inovação tecnológica, com destaque para a atuação da EMBRAPA em parceria com políticas públicas de incentivo. Projetos voltados ao melhoramento genético, sanidade animal, manejo e qualidade do leite têm sido fundamentais para elevar os padrões produtivos. Instituições como IDARON, EMATER e SENAR desempenham papel estratégico nesse processo, oferecendo capacitação técnica e suporte aos produtores, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva.

Desafios e Oportunidades

Apesar dos avanços, persiste um desequilíbrio na distribuição dos lucros entre produtores e processadores, comprometendo a equidade da cadeia produtiva. Esse hiato histórico exige ações coordenadas para garantir que todos os elos sejam benefi ciados. Enquanto os produtores investem em melhorias técnicas e sanitárias, o setor industrial tem buscado inovação na transformação do leite, apri-moramento logístico e abertura de novos mercados. A construção de uma cadeia mais justa, integrada e sustentável é essencial para consolidar o Arranjo Produtivo Local (APL) da pecuária de leite como modelo de desenvolvimento rural.

Piscicultura

Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura em Rondônia: Superação, Inovação e Resultados

Apesar das adversidades impostas pela pandemia da Covid-19, que resultaram na suspensão de diversas atividades presenciais previstas para o ano de 2020, as ações do Programa de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura apresentaram desempenho acima do esperado. Esse resultado positivo foi alcançado principalmente graças à adoção de estratégias de atendimento remoto, que permitiram a continuidade das ações sem necessidade de dispêndio adicional de recursos.

O Programa tem como objetivo central fortalecer a cadeia produtiva da pesca e aquicultura em Rondônia, promovendo o aumento da produção, da produtividade e da qualidade sanitária do pescado. Para isso, foram desenvolvidas ações estratégicas e formalizadas parcerias institucionais que viabilizam esse fortalecimento, como:

- Capacitação de técnicos e piscicultores em práticas sustentáveis e inovadoras;
- Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) especializada e qualificada;
- Promoção da sanidade aquícola, com foco na segurança alimentar e na rastreabilidade do pescado;
- Articulação com instituições de pesquisa, ensino e fomento, visando a inovação tecnológica e o desenvolvimento territorial.

Essas ações têm contribuído para consolidar Rondônia como referência na produção de pescado na região Norte, com destaque para espécies nativas como o tambaqui, cuja cadeia produtiva vem sendo estruturada com foco na sustentabilidade, agregação de valor e acesso a novos mercados.



Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura em Rondônia: Inclusão, Expansão e Sustentabilidade

O público-alvo das ações voltadas à pesca e aquicultura em Rondônia é composto majoritariamente por pequenos produtores rurais oriundos da agricultura familiar, distribuídos por todos os territórios do estado. Esses produtores desempenham papel essencial na economia local, mas enfrentam desafios para garantir qualidade e competitividade frente aos mercados consumidores.

Justificativa Estratégica

A pesca e a aquicultura são atividades de importância estratégica para Rondônia, não apenas pelo seu potencial socioeconômico, mas também por aspectos geopolíticos como a defesa de fronteiras e a integração nacional. Com o incentivo do Governo do Estado, espera-se alcançar índices elevados de produção, produtividade e qualidade sanitária, consolidando Rondônia como referência nacional e internacional na produção de pescado.

O peixe é uma fonte nutricional vital, representando mais de 20% da proteína animal consumida em países com baixos rendimentos e déficit alimentar. Segundo a FAO (2015), a pesca de captura, a aquicultura e as atividades pós-captura sustentam mais de 120 milhões de pessoas, muitas delas envolvidas em sistemas artesanais tradicionais.erritorial por meio do IG Café, Rondônia tem fortalecido sua presença internacional com missões oficiais e feiras especializadas. O café robusta amazônico já integra a pauta de exportações do estado, gerando receitas expressivas e movimentando toda a cadeia produtiva do plantio ao beneficiamento. Com foco em qualidade, sustentabilidade e inovação, Rondônia colhe os frutos de uma política agrícola consistente e de um setor que se reinventou para competir globalmente.

Resultados e Projeções

Segundo dados divulgados pela Associação dos Criadores de Peixes de Rondônia (Acripar) e pela PeixeBR maior associação do setor aquícola no Brasil, Rondônia produziu cerca de 65.500 toneladas de pescado em 2020, gerando uma receita de aproximadamente R$343,2 milhões. Em 2021, esse valor saltou para R$644,8 milhões, evidenciando um crescimento acelerado da piscicultura no estado.

Rondônia se consolidou como o maior produtor de peixe em cativeiro da Região Norte e o terceiro maior do Brasil, com destaque para a criação de tambaqui, principal espécie cultivada no estado. De acordo com o anuário da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR 2021), a produção de peixes nativos em cativeiro em Rondônia em 2020 foi, em toneladas, de 65.500 mil, seguido de Mato Grosso com 42 mil, Maranhão 40.500 mil, Pará 24.900 mil e Amazonas 21.500 mil.

No campo das exportações, o estado também avançou significativamente. Em 2021, as transações comerciais com Peru e Bolívia movimentaram cerca de US$1,36 milhões, com destaque para o tambaqui, que representou 205 toneladas exportadas. Esse desempenho reforça o potencial internacional da piscicultura rondoniense e sua capacidade de atender mercados externos com qualidade e regularidade.

Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável

O Estado trabalha para planejar, fomentar, desenvolver e coordenar ações estruturantes que envolvem:

- Produção e manejo sustentável;
- Infraestrutura e logística;
- Crédito e financiamento;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Comercialização e acesso a mercados;
- Pesquisa, inovação e difusão tecnológica.

Com essas diretrizes, Rondônia consolida sua posição como potência aquícola, promovendo geração de emprego, renda e competitividade, e lançando o estado ao cenário global como referência em proteína de origem aquática.

Programa de Apoio à Aquicultura

A piscicultura em Rondônia tem se consolidado como uma das atividades mais promissoras do agronegócio estadual, com destaque para a liderança nacional na produção de peixes nativos, especialmente o Tambaqui. O crescimento da atividade nas últimas décadas tem sido impulsionado por fatores como a crescente demanda por pescado, o desenvolvimento de tecnologias de produção, e as políticas públicas de incentivo ao setor. Nos últimos 10 anos, a área de produção aquícola no estado expandiu-se em 84,4%, demonstrando o dinamismo da atividade e seu potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da região. Rondônia conta com ampla disponibilidade de recursos hídricos, tradição na criação de espécies nativas e uma rede crescente de produtores que mo-vimentam a economia local.

Apesar dos avanços, o setor enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de melhorar a infraestrutura de produção e comercialização, fortalecer a organização dos produtores, promover práticas sustentáveis e aumentar a competitividade frente aos mercados nacionais e internacionais. Para valorizar o pescado regional e estimular o consumo, o Governo do Estado realiza anualmente o Festival do Tambaqui da Amazônia, promovido pela SEAGRI, que já se tornou um dos maiores eventos gastronômicos da região Norte. O festival divulga a qualidade do tambaqui rondoniense em diversas capitais brasileiras e até no exterior, fortalecendo a identidade produtiva do estado.

Um dos marcos recentes da piscicultura rondoniense é o avanço nas exportações internacionais, com destaque para o Peru, que em 2024 foi responsável por 71% das compras de tambaqui de Rondônia. A participação do estado em feiras como a Expoalimentaria, realizada em Lima, abriu portas para negociações e consolidou o pescado rondoniense como referência em qualidade e sustentabilidade. A costelinha de tambaqui, por exemplo, foi premiada nos Estados Unidos como “melhor novo produto para o serviço de alimento” durante a *Seafood North America*. Com mais de 6.948 piscicultores cadastrados e uma produção anual superior a 56.900 toneladas, Rondônia se firma como maior produtor de peixe nativo do Brasil e quarto maior em peixe cultivado, com perspectivas de crescimento ainda maiores com a construção da ponte binacional Brasil–Peru, que deve facilitar a logística e ampliar o alcance comercial do pescado regional.

Laboratórios Móveis do Programa Peixe Saudável: Tecnologia e Capacitação para a Qualidade Sanitária

Como parte das ações estruturantes para o fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e aquicultura, o Estado de Rondônia disponibilizou três laboratórios móveis vinculados ao Programa Peixe Saudável. Essas unidades itinerantes percorrem os municípios do estado com o objetivo de multiplicar o conhecimento técnico, promover capacitação especializada e garantir qualidade sanitária na produção de pescado.

Os laboratórios são totalmente equipados com aparelhos modernos para a análise de água e de peixes, permitindo diagnósticos precisos e orientações técnicas em campo. Essa estrutura tem sido essencial para auxiliar os produtores na adoção de boas práticas de manejo, contribuindo diretamente para a sanidade dos animais, a segurança alimentar e a competitividade do pescado rondoniense nos mercados nacional e internacional.

Além de atender diretamente os piscicultores, as unidades móveis também atuam na capacitação dos técnicos da EMATER-RO, fortalecendo a rede de assistência técnica e extensão rural no estado. Com isso, Rondônia avança na construção de um modelo de aquicultura sustentável, inovador e alinhado às exigências sanitárias e ambientais contemporâneas.

Como parte das ações de fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura e da promoção da inclusão social, o Estado de Rondônia, por meio do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP), disponibiliza uma unidade móvel especializada em cursos de cortes do tambaqui, principal espécie produzida no estado. Essa unidade percorre todos os municípios de Rondônia, levando capacitação técnica e oportunidades de qualificação profissional para jovens e públicos em situação de vulnerabilidade social. Os cursos oferecidos abordam técnicas de aproveitamento integral do pescado, boas práticas de manipulação e agregação de valor ao produto, contribuindo para o desenvolvimento de competências voltadas ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo.

Além de promover a geração de renda e o fortalecimento da economia local, a iniciativa também atua na valorização do tambaqui como símbolo da identidade produtiva de Rondônia, estimulando o consumo consciente e a profissionalização da cadeia do pescado. A unidade móvel do IDEP é equipada com estrutura adequada para aulas práticas e teóricas, e representa um modelo eficaz de educação itinerante, que alia desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e valorização dos recursos regionais.

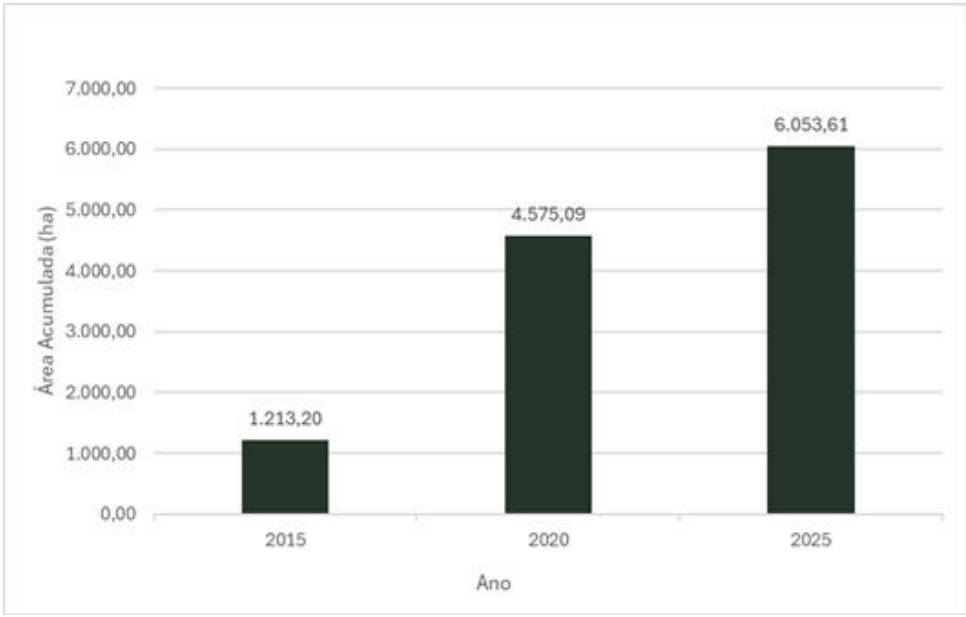


Unidade Móvel do IDEP: Capacitação Profissional e Inclusão Social com o Tambaqui

Como parte das ações de fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura e da promoção da inclusão social, o Estado de Rondônia, por meio do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP), disponibiliza uma unidade móvel especializada em cursos de cortes do tambaqui, principal espécie produzida no estado. Essa unidade percorre todos os municípios de Rondônia, levando capacitação técnica e oportunidades de qualificação profissional para jovens e públicos em situação de vulnerabilidade social. Os cursos oferecidos abordam técnicas de aproveitamento integral do pescado, boas práticas de manipulação e agregação de valor ao produto, contribuindo para o desenvolvimento de competências voltadas ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo.

Além de promover a geração de renda e o fortalecimento da economia local, a iniciativa também atua na valorização do tambaqui como símbolo da identidade produtiva de Rondônia, estimulando o consumo consciente e a profissionalização da cadeia do pescado. A unidade móvel do IDEP é equipada com estrutura adequada para aulas práticas e teóricas, e representa um modelo eficaz de educação itinerante, que alia desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e valorização dos recursos regionais.

Florestas Plantadas em Rondônia



Sustentabilidade e Renda

A atividade de florestas plantadas em Rondônia tem se consolidado como uma alternativa estratégica para geração de renda, recuperação ambiental e sustentabilidade, especialmente entre agricultores familiares. Com o avanço de culturas como soja, café e cacau, o plantio florestal surge como solução complementar, reduzindo a pressão sobre áreas nativas e promovendo o uso racional dos recursos naturais.

Essa prática permite, por exemplo, que produtores utilizem madeira própria para atividades como a secagem de grãos, evitando desmatamentos e compras externas. Com planejamento, em ciclos de 4 a 5 anos, as florestas plantadas oferecem madeira para diversos usos na propriedade.

Segundo a SEDAM (2018), Rondônia possui muitas áreas degradadas com alto potencial de recuperação via plantio florestal, reintegrando essas terras à produção agrícola. O estado também conta com instrumentos legais que garantem segurança jurídica e operacional aos produtores, como a Instrução Normativa nº 01/2011, a Lei nº 873/2016 e o Decreto nº 15.933/2011, que facilitam a comercialização de produtos florestais.

Essas ações fortalecem um modelo de produção florestal sustentável, rentável e inclusivo, contribuindo para a conservação ambiental, a diversificação econômica e o fortalecimento da agricultura familiar.

Programa da Cacauicultura

A cadeia produtiva do cacau em Rondônia vem ganhando destaque como uma alternativa estratégica para a diversificação dos estabelecimentos rurais e o fortalecimento da agricultura familiar. Por meio do Projeto de Desenvolvimento da Capacidade Empresarial do Produtor de Cacau, a SEDEC integra o Comitê Gestor do Polo Cacau Amazônico de Rondônia, articulando ações com a SEAGRI e outras instituições. Iniciativas como o Concacau - Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Cacau têm promovido a valorização da produção local, incentivando a organização dos produtores e a melhoria contínua da qualidade dos frutos, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A sustentabilidade é outro eixo fundamental da política pública voltada ao cacau. O Projeto de Práticas Sustentáveis, em execução por meio do Programa Mais Produção/ Calcário, busca promover o manejo adequado das lavouras, com foco na conservação ambiental e na produtividade responsável. Essas ações contribuem para consolidar Rondônia como referência na produção de cacau amazônico, com potencial para atender mercados exigentes e agregar valor à produção rural.

Com base na Lei nº 4.609/2019 (PROVE), o Estado apoia a transformação da matéria-prima em produtos com maior valor agregado, fortalecendo a agroindústria local e gerando oportunidades de emprego e renda. Essa abordagem amplia a competitividade da cadeia do cacau e estimula o empreendedorismo rural.

Cabe destacar também a criação do Polo do Cacau Amazônico, iniciativa articulada junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MIDR), que visa consolidar Rondônia como um dos principais polos produtivos da região Norte. Essa estrutura permitirá maior integração entre os produtores, acesso a tecnologias, capacitação e inserção comercial, contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável e para a projeção do cacau rondoniense nos mercados nacional e internacional.

Principais Ações Executadas

- Elaboração de Instrução Normativa para permitir o plantio de cacaueiros em áreas de proteção permanente, em conformidade com o Código Florestal, promovendo o uso sustentável do território.
- Termo de Referência e abertura de processos para aquisição de insumos agrícolas destinados à produção de mudas de cacaueiros, ampliando o acesso dos produtores à base produtiva.
- Formalização de convênio entre SEAGRI e SEBRAE para criação da Identificação Geográfica (IG) do cacau de Rondônia, valorizando a origem e a qualidade do produto regional.
- Realinhamento de parceria com a CEPLAC, visando retomar o fomento à produção de mudas e assistência técnica, embora a instituição esteja atualmente inoperante no estado por falta de técnicos e recursos operacionais.
- Doações de mudas por meio do programa estadual Plante Mais, como forma de incentivar a expansão da cultura do cacau entre agricultores familiares.

Eventos e Mobilização Setorial

- Doações de mudas por meio do programa estadual Plante Mais, como forma de incentivar a expansão da cultura do cacau entre agricultores familiares.
- CONCACAU: evento promovido anualmente pela Secretaria de Agricultura para incentivar a melhoria da qualidade e sustentabilidade na produção de cacau, com foco na avaliação físico-química e sensorial das amostras, além das práticas de manejo adotadas.
- Escola do Chocolate no IFRO Ariquemes: iniciativa voltada à formação técnica e profissional na cadeia do cacau e derivados, promovendo inovação, agregação de valor e empreendedorismo.
- Trabalho do SEBRAE com a cacauicultura: apoio à organização de produtores, capacitação em boas práticas agrícolas e estratégias de comercialização, além da articulação para o reconhecimento da IG.
- Comitê do Cacau Amazônico: vinculado à Rota da Integração Nacional, o comitê atua na articulação de políticas públicas, integração de territórios produtores e promoção da cacauicultura como vetor de desenvolvimento regional.

Sanidade e Defesa Agropecuária

- Combate à Monilíase do Cacaueiro: ação coordenada pelo IDARON, com foco na prevenção e controle da doença fúngica que ameaça a produção de cacau, por meio de monitoramento fitossanitário, capacitação de técnicos e orientação aos produtores.

Desafios Persistentes

- Apesar dos avanços, ainda há insuficiência na assistência técnica e limitações na estrutura institucional para atender às exigências de qualidade e sustentabilidade da produção. O fortalecimento da cadeia depende da ampliação dos serviços de ATER, da retomada plena das atividades da CEPLAC e da consolidação de políticas públicas voltadas à pesquisa, inovação e comercialização.

Fomento à Sociobiodiversidade e Sustentabilidade Produtiva: Integração Regional e Inovação Tecnológica

Rondônia tem investido em políticas públicas voltadas ao fortalecimento da sociobiodiversidade, com foco na gestão eficiente, verticalização da produção e valorização de produtos oriundos de comunidades tradicionais e agricultores familiares. Essas ações visam tornar as cadeias produtivas mais sustentáveis e rentáveis, promovendo geração de renda a médio e longo prazo.

Produtos como óleos vegetais, sementes, frutos nativos, mel, castanhas e extratos vegetais ganham valor agregado, posicionando Rondônia como protagonista na construção de uma economia verde e inclusiva.

Segundo o Webinário Bioeconomia AC-AM-RO-RR – Açaí e Castanha, promovido pelo Ministério da Agricultura (MAPA) e disponível no Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), os dados

apontam que entre janeiro e outubro de 2021, as cadeias produtivas da sociobiodiversidade em Rondônia geraram R$30.029.867,00, com R$26 milhões oriundos da castanha-da-Amazônia, evidenciando sua liderança econômica no setor.

Recomendações Estratégicas

Para consolidar o APL da sociobiodiversidade como vetor de desenvolvimento regional, é necessário:

- Planejamento integrado envolvendo plantio, colheita, processamento e comercialização;
- Fortalecimento da assistência técnica (ATER) e ampliação das capacitações;
- Investimentos em infraestrutura logística, especialmente nas estradas vicinais;
- Apoio às associações e cooperativas com crédito, gestão e acesso a mercados;
- Promoção da ciência, tecnologia e inovação, com foco na bioeconomia e biotecnologia;
- Articulação interinstitucional entre Estado, municípios, universidades e setor privado.

Com essas ações, Rondônia poderá transformar sua sociobiodiversidade em motor de inclusão produtiva, sustentabilidade e competitividade, posicionando o estado como referência nacional e internacional em cadeias agroextrativistas e bioeconômicas.

Turismo de Rondônia

Rondônia tem avançado significativamente na promoção do turismo como vetor de desenvolvimento regional, com ações estruturadas o Desenvolvimento do Turismo é coordenado pela SETUR. A elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo para o Estado, alinhado às metas do PDES 2015–2030, resultou na identificação de sete polos turísticos estratégicos: Madeira Mamoré, Região dos Fortes, Rota das Águas, Vale do Guaporé, Rios de Rondon, Vale do Jamari e Zona da Mata. Cada polo recebeu planos específicos de desenvolvimento, fortalecidos por parcerias institucionais como o Termo de Cooperação com a FECOMÉRCIO, que viabilizou a criação de rotas turísticas. A publicação da Lei nº 5.512/2022, que institui a Rota do Café como circuito turístico, e o plano de turismo de pesca esportiva em municípios como Cabixi, Pimenteiras do Oeste e Porto Velho, demonstram o compromisso com a diversificação da oferta turística.

A valorização do patrimônio histórico e cultural tem sido outro eixo fundamental. A revitalização do Centro de Atendimento ao Turista na Estação Iata, em Guajará-Mirim, e do Memorial Marechal Rondon reforçam a preservação da memória regional. Além disso, o reconhecimento legal de eventos religiosos e belezas cênicas como patrimônio imaterial, como a Festa do Divino Espírito Santo (Lei nº 5.252/2022), fortalece a identidade cultural e promove o turismo de experiência.

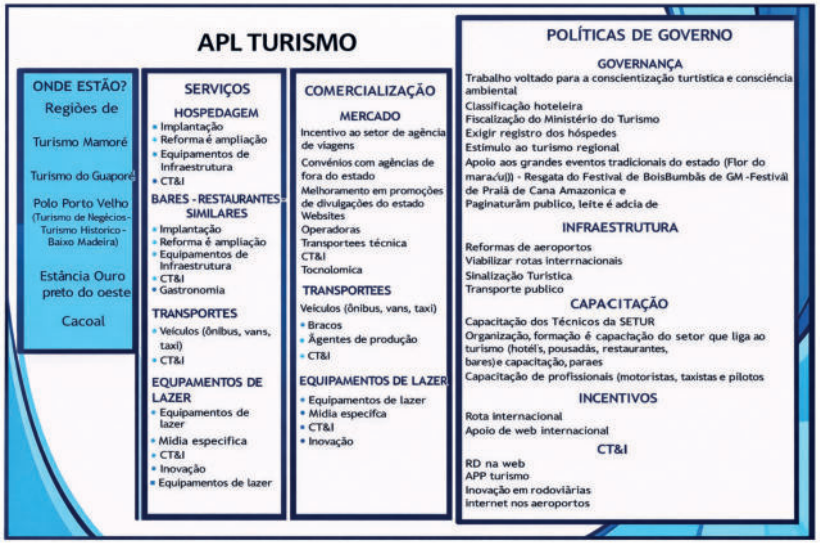
No campo da infraestrutura, Rondônia atingiu metas importantes com a instalação de seis Centros de Atendimento ao Turista (CATs) em municípios estratégicos, além da aquisição de um CAT móvel. Quatro municípios foram elevados ao status de Estância Turística, ampliando seu potencial de atração e investimento. A parceria com o IDEP viabilizou cursos de qualificação para o trade turístico, enquanto ações educativas com a SEDUC, como o Projeto Redação Turismo e o Concurso de Poesia, fomentaram o engajamento da comunidade escolar na valorização do patrimônio local. A sinalização turística implantada em 22 municípios contribui para a orientação e valorização dos atrativos regionais.

Por fim, a implantação do ponto turístico Casa de Rondon, na Região VII, transformado em patrimônio histórico com estrutura revitalizada e acesso adequado, simboliza o esforço do Estado em consolidar o turismo como política pública integrada. Esses avanços demonstram que Rondônia está construindo uma base sólida para o turismo sustentável, culturalmente rico e economicamente promissor, com potencial para atrair visitantes nacionais e internacionais e gerar oportunidades para as comunidades locais.

Plano Estadual de Turismo de Pesca

Entre as ações estratégicas, destaca-se o Plano Estadual de Turismo de Pesca, voltado à valorização de Rondônia como destino de pesca esportiva e recreativa. O plano contempla:

- Mapeamento dos principais rios e áreas de pesca com potencial turístico;
- Capacitação de guias e operadores turísticos especializados;
- Promoção da pesca sustentável, com respeito às normas ambientais e incentivo à conservação dos recursos hídricos;
- Criação de roteiros integrados, que associam a pesca à gastronomia, cultura e natureza;
- Apoio à infraestrutura de hospedagem e transporte fluvial, especialmente em regiões com vocação natural para o turismo de pesca.



Esta iniciativa visa atrair turistas nacionais e internacionais, gerar renda para comunidades ribeirinhas e empreendedores locais, e consolidar Rondônia como referência em turismo ecológico e esportivo, aproveitando a riqueza de seus rios e biodiversidade. Os diagnósticos realizados nos APLs do estado indicam a necessidade de ações estruturadas que promovam melhorias nos serviços turísticos, incentivem políticas públicas voltadas ao setor, e ampliem os investimentos em infraestrutura. Essas diretrizes são fundamentais para fortalecer a competitividade regional, garantir experiências de qualidade aos visitantes e fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Assistência Técnica - ATER

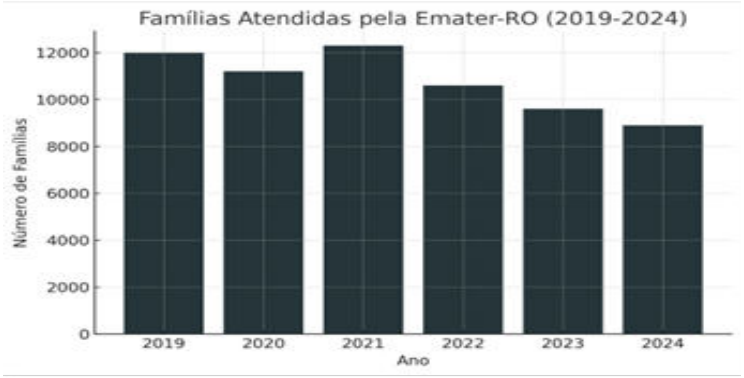
A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em Rondônia, coordenada principalmente pela Emater-RO, é uma ferramenta essencial para o fortalecimento da pecuária leiteira e da agricultura familiar no estado. Por meio da ação "Promover Assistência Técnica e Extensão Rural", vinculada ao programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, técnicos capacitados realizam visitas às propriedades, oferecendo orientações sobre manejo alimentar, sanitário e genético, além de práticas sustentáveis de produção. Essa atuação direta tem contribuído para a melhoria da produtividade, da qualidade do leite e da gestão das atividades agropecuárias, especialmente nas regiões mais afastadas.

No entanto, apesar da relevância da ATER, o serviço enfrenta desafios estruturais importantes, como o número reduzido de profissionais em campo, o que limita a cobertura e a frequência do atendimento às famílias rurais. Há uma demanda crescente por concurso público para recompor e ampliar o quadro técnico da Emater, garantindo a continuidade e a expansão das ações. Além disso, é necessário um maior investimento institucional na área, tanto em infraestrutura quanto em capacitação, para que a assistência técnica possa acompanhar as transformações do setor agropecuário e atender com qualidade às exigências da produção moderna e sustentável. Fortalecer a ATER é fortalecer o campo e garantir que os avanços cheguem a quem mais precisa: o agricultor familiar.

Diante desse cenário, é urgente a revisão da política de assistência técnica no estado, com foco em:

- Reestruturação organizacional e otimização de recursos;
- Capacitação técnica contínua e valorização dos extensionistas;
- Ampliação da presença em campo e atendimento territorializado;
- Fortalecimento do associativismo e da gestão coletiva;
- Integração com instituições parceiras e estímulo à inovação.

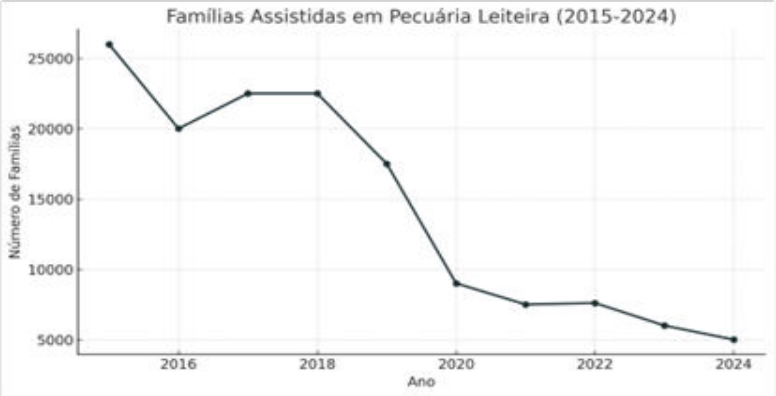
A superação desses gargalos é essencial para garantir que os produtores rurais de Rondônia tenham acesso a uma assistência técnica efetiva, moderna e inclusiva, capaz de impulsionar o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas em todo o estado.



Mais Calcário

O Governo de Rondônia tem intensificado suas ações para fortalecer a agricultura familiar por meio do Programa Mais Produção/Calcário, que visa melhorar a qualidade do solo e aumentar a produtividade nas propriedades rurais. O Estado disponibiliza o calcário gratuitamente, chegando a cobrir o frete em alguns editais, o que facilita o acesso dos pequenos produtores ao insumo essencial para a correção da acidez do solo e o desenvolvimento de pastagens e lavouras. A iniciativa está integrada a projetos como Consultec, Inovatec e Transtec, que promovem a adoção de tecnologias de manejo alimentar, sanitário e genético, além de oferecer assistência técnica especializada pela Emater, que acompanha as famílias da pecuária leiteira com orientações práticas e acompanhamento técnico contínuo.

O programa mais produção/calcário busca melhorar a qualidade da produção da agricultura familiar buscando melhorar e aumentar a rentabilidade das atividades agrícolas. Além do calcário, o programa contempla a distribuição de nitrogênio para fins de melhoramento genético, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite e para o aumento da eficiência reprodutiva e produtiva dos rebanhos. Com essas ações, Rondônia avança na construção de um modelo rural mais tecnológico, inclusivo e rentável para os agricultores familiares.



O Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite.

O Programa de Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite inserido no escopo do Fortalecimento da Agricultura Familiar, tem como objetivo aprimorar a produtividade e a sustentabilidade da cadeia leiteira em Rondônia. Por meio da ação "Promover Assistência Técnica e Extensão Rural", o programa oferece suporte direto às famílias da pecuária leiteira, com destaque para o trabalho da Emater, que realiza visitas técnicas, capacitações e acompanhamento contínuo nas propriedades. Além disso, o programa contempla o uso de tecnologias de manejo alimentar, sanitário e genético, incluindo a distribuição de nitrogênio para fins de melhoramento genético, contribuindo para o aumento da eficiência reprodutiva e produtiva dos rebanhos.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Governo do Estado de Rondônia criou o Programa PROAMPE Rondônia é uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento dos pequenos negócios e da agricultura familiar, oferecendo crédito produtivo orientado com condições acessíveis e suporte técnico. Implementado pelo Governo do Estado em parceria com prefeituras, SEBRAE e instituições financeiras como SICOOB e Banco da Amazônia, o programa promove a formalização, inclusão digital e crescimento sustentável dos empreendedores locais, incluindo produtores rurais e profissionais liberais.

Uma das principais linhas do programa é o PROAMPE Agro, que atua diretamente no apoio à agricultura familiar, incentivando práticas agroecológicas e orgânicas. Por meio de crédito orientado, capacitação empreendedora e monitoramento georreferenciado, o programa contribui para a diversificação da produção, segurança alimentar e preservação ambiental. Essa abordagem fortalece a competitividade das cadeias produtivas regionais e promove inclusão produtiva e geração de renda, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Até setembro de 2025, o PROAMPE liberou mais de R$241.015.848,00 em recursos, sendo R$181.971.600,00 destinados à linha geral do programa e R$59.044.248,00 especificamente ao PROAMPE Agro. Esses resultados demonstram o impacto positivo da política pública na valorização da agricultura familiar e na construção de um modelo de desenvolvimento que alia crescimento econômico à responsabilidade socioambiental em Rondônia.

Transição para a agropecuária de baixa emissão de carbono

O Programa de Transição para a Agropecuária de Baixa Emissão de Carbono, inserido no escopo do Fortalecimento da Agricultura Familiar, tem como objetivo central apoiar os produtores rurais na adoção de sistemas produtivos sustentáveis, com foco na mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, agência de cooperação técnica do governo alemão, contratada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária para apoiar a elaboração do Plano ABC+ Rondônia. A GIZ tem desempenhado papel estratégico na condução de estudos, articulação institucional e desenvolvimento de capacidades locais, contribuindo para a estruturação do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+. Essa instância será responsável por coordenar e monitorar as ações voltadas à agropecuária de baixa emissão de carbono no estado, consolidando políticas públicas que promovam a transição ecológica no setor rural e o fortalecimento da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento sustentável.

Centro Estadual De Abastecimento De Rondônia - CEARO

O CEARO (Centro de Abastecimento de Rondônia) é uma iniciativa estruturante orientada pelo Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável – PDES 2030, dentro da Diretriz de Competitividade, sendo uma das diretrizes mais votadas pela sociedade e pelos setores produtivos. O projeto visa enfrentar um dos principais gargalos da agricultura familiar: a insegurança na comercialização da produção. Muitos produtores deixam de plantar ou plantam bem menos do que poderiam por não saberem se haverá mercado para seus produtos. O CEARO propõe o ordenamento da função de abastecimento de gêneros alimentícios nas áreas urbanas da capital e demais municípios, conforme demanda e conveniência regional, criando soluções logísticas para os produtos hortigranjeiros.

Além de atender o mercado interno, o centro teria potencial para abastecer grandes polos consumidores como a cidade de Manaus que possui atualmente cerca de 2,3 milhões de habitantes e alcançar o mercado internacional andino, com aproximadamente 150 milhões de habitantes, por meio da Rodovia Transpanamericana. A implantação do CEARO permitirá reduzir a dependência de produtos importados, estimulando a produção local com base em estudos das cadeias produtivas e aproveitando a posição geográfica estratégica de Rondônia. Trata-se de uma oportunidade concreta para inserir o estado no circuito nacional de centros de abastecimento, promovendo competitividade, segurança alimentar e geração de renda.

Programa de fortalecimento das Associações e Cooperativas do Estado

O levantamento realizado para o plano dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Rondônia revelou uma situação preocupante no que diz respeito ao terceiro setor, especialmente no relacionamento entre as associações e as prefeituras municipais. Observa-se que muitas associações enfrentam fragilidades significativas quanto à sua razão de existir, definição de objetivos e, principalmente, na gestão administrativa, contábil e financeira das associações.

Durante a implantação dos grupos de governança e na etapa de sensibilização para o diagnóstico do PDES , essa realidade foi amplamente reconhecida pelos gestores municipais, sendo apontada como uma das principais demandas por todos os prefeitos envolvidos. No entanto, poucas prefeituras mantêm uma agenda institucional ativa com as associações sejam rurais, culturais ou sociais. Em alguns municípios, o acompanhamento realizado pela EMATER encontra-se comprometido pela escassez de mão de obra técnica.

Diante desse cenário, muitas associações têm se mantido apenas de forma documental, com o objetivo principal de participar de editais públicos. A ausência de continuidade na gestão, na prestação de contas e na busca por sustentabilidade tem colocado essas entidades em um nível crítico de efetividade, comprometendo sua atuação e impacto social.

Fortalecimento do Associativismo como Estratégia de Desenvolvimento Rural em Rondônia

A Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) e a Emater reconhecem que as associações comunitárias representam a base essencial para a implementação de políticas públicas eficazes junto às comunidades. Para que as ações do Governo do Estado e das prefeituras gerem impacto

real na ponta, é imprescindível que essas organizações estejam estruturadas, fortalecidas e devidamente apoiadas.

Com esse entendimento, a SEAGRI disponibiliza às governanças municipais e às associações o Programa do Associativismo, concebido para promover a organização social, a inclusão produtiva e o acesso qualificado às políticas públicas. Diante do cenário atual, torna-se urgente que esse programa receba atenção prioritária e seja impulsionado com maior intensidade, de modo a reverter a fragilidade institucional que ainda marca muitas associações, principalmente as rurais.

O fortalecimento do associativismo é uma condição indispensável para ampliar o alcance das políticas públicas, garantir a efetividade dos investimentos e assegurar que os benefícios cheguem com eficiência às famílias do campo. É o momento de transformar essa diretriz em ação concreta, consolidando o associativismo como um instrumento estratégico para o desenvolvimento territorial e social de Rondônia.

Agroindústrias

As agroindústrias são componentes essenciais de todas as cadeias produtivas do Estado, especialmente no contexto da agricultura familiar. Fomentá-las desde sua implantação, organização e adequação junto aos órgãos competentes deve ser uma prioridade para garantir o ciclo completo da produção rural. O Governo do Estado tem atuado com ações de capacitação por meio de cursos, seminários e oficinas voltados ao desenvolvimento das agroindústrias, promovendo boas práticas de fabricação, gestão de negócios, regularização sanitária e ambiental, outorga de uso da água, emissão da Nota do Produtor Rural, além de visitas técnicas às propriedades, com o envolvimento dos entes que compõem os núcleos dos arranjos produtivos locais.

O apoio governamental também se estende à estruturação dos empreendimentos, oferecendo levantamento técnico, projetos arquitetônicos, instalações prediais, equipamentos, planos de negócio elaborados pela Emater, além de ações de fomento à comercialização como rodadas de negócios, exposições e editais de chamamento público. No entanto, o fortalecimento das agroindústrias está diretamente ligado à organização das associações. Associações frágeis resultam em agroindústrias frágeis, sem visão empreendedora e com baixa capacidade de gestão, o que compromete sua sustentabilidade. Por isso, é urgente uma atuação mais efetiva sob essa perspectiva, conforme apontado como ponto de atenção pela participação popular. A realização de um levantamento quantitativo e qualitativo das agroindústrias, com o desenho do cenário real, é fundamental para subsidiar soluções eficazes e aprimorar políticas correlatas como o PAA e o PROVE, garantindo maior eficiência e impacto no desenvolvimento rural de Rondônia.

Economia Criativa de Rondônia

As ações desenvolvidas pelo Estado de Rondônia no âmbito do Programa de Promoção da Cultura e Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa refletem um esforço contínuo para estruturar, fortalecer e valorizar o setor cultural em Rondônia. Por meio do Projeto de Estruturação e Fortalecimento do Setor Cultural Estadual, estão sendo realizadas atividades como fóruns, conferências e ações articuladas com o Conselho de Cultura, que visam ampliar a participação social e consolidar políticas públicas culturais. A gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura - FEDEC tem sido fundamental para viabilizar essas iniciativas, garantindo recursos para projetos que preservam o patrimônio histórico e promovem o desenvolvimento cultural.

O Projeto de Promoção da Cultura complementa esse esforço com ações voltadas à formação técnica e profissional de gestores e trabalhadores da cultura. Cursos de capacitação em áreas como iluminação cênica, maquiagem artística, operação de câmeras e logística de eventos têm contribuído para a qualificação do setor, ampliando a capacidade de produção e circulação de bens culturais no estado. Além disso, o intercâmbio cultural promovido por essas ações fortalece a identidade regional e estimula a troca de experiências entre artistas, produtores e instituições.

No campo da economia criativa, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Criativa tem se destacado por fomentar o artesanato e outras expressões culturais como fontes de geração de renda e inclusão produtiva. As atividades vinculadas ao SICAB (Sistema de Cadastro do Artesanato Brasileiro) permitem o reconhecimento formal dos artesãos, facilitando o acesso a políticas públicas, editais e mercados. Essa valorização da produção artesanal e criativa promovem o empreendedorismo cultural e a sustentabilidade econômica das comunidades envolvidas.

Essas ações, em conjunto, demonstram o compromisso do Estado com a construção de um ambiente cultural dinâmico, inclusivo e economicamente relevante. Ao investir na formação, na preservação e na valorização da cultura, Rondônia fortalece sua identidade, estimula a criatividade e abre novas oportunidades para o desenvolvimento social e econômico por meio da arte e da cultura.

Sustentabilidade no setor madeireiro

O Governo de Rondônia, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), vem consolidando um modelo de desenvolvimento sustentável e competitivo para o setor madeireiro, articulado com os avanços na infraestrutura portuária do estado. O Programa de Ordenamento e Fomento à Sustentabilidade no Setor Madeireiro contempla a formalização de contratos com empresas exportadoras e a realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), essenciais para a ocupação planejada de áreas alfandegadas no Porto de Porto Velho. Essa iniciativa garante segurança jurídica, eficiência operacional e promove o uso responsável dos recursos naturais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Porto Velho, revisado conforme o novo Plano Mestre aprovado em 2024, integra-se ao Plano Estratégico de Logística e Transporte de Rondônia (PELT-RO), fortalecendo a vocação logística do estado. Entre as ações em curso, destacam-se os estudos para implantação de uma base flutuante da Polícia Militar no Rio Madeira e a recuperação do Cais Flutuante, com investimentos iniciais de R$20 milhões viabilizados pelo Sistema Transferegov.br. A gestão colaborativa, por meio do Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar), assegura transparência, capacitação e eficiência na execução dos projetos cadastrados no Obrasgov.br.

Com a assinatura do Termo de Compromisso entre o MPor e a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia (SOPH), o início das obras está previsto para dezembro de 2025. O arrendamento de áreas para empresas como Hermasa Navegação da Amazônia Ltda. já foi concluído, enquanto novos processos seletivos estão em andamento, incluindo a análise do EVTEA apresentado pela BDX Logística Ltda. Além disso, o projeto de urbanização do Porto e a contratação de empresa para pavimentação e drenagem avançam, com vistas à concessão de uso oneroso de salas e escritórios. Rondônia se posiciona, assim, como um hub estratégico na Amazônia, com infraestrutura moderna e capacidade de escoamento eficiente da produção florestal e agroindustrial.

12.2.6. Modernização da Gestão Pública

A Diretriz IV do PDES 2015–2030 estabelecia os fundamentos para a transformação da administração pública de Rondônia por meio da adoção de mecanismos de governança e gestão de excelência. Essa diretriz reconhecia que a eficiência, a transparência e a inovação na gestão pública eram essenciais para garantir a efetividade das políticas públicas e a qualidade dos serviços prestados à população.

A modernização institucional era tratada como um processo contínuo, envolvendo reestruturação organizacional, digitalização de processos, capacitação dos servidores e fortalecimento da cultura de planejamento estratégico. Orientou-se então a implementação de sistemas integrados de gestão, o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), e a adoção de práticas de governança que assegurassem maior controle, participação social e prestação de contas.

A articulação entre os poderes e entre os entes federativos era incentivada para garantir a coerência das ações governamentais e a otimização dos recursos públicos. A profissionalização da gestão, com foco em resultados e indicadores de desempenho, era um dos pilares dessa diretriz, que buscava consolidar uma administração pública moderna, ágil e orientada para o cidadão.

Um dos maiores avanços observados desde a implantação do PDES foi justamente na área meio, que historicamente carecia de continuidade entre gestões. Em 2015, Rondônia ocupava a 24ª posição no Ranking de Eficiência da Máquina Pública. Com a implementação das diretrizes do PDES, o estado passou a adotar práticas de gestão estratégica, planejamento integrado e digitalização de serviços, o que resultou em uma ascensão significativa no cenário nacional.

Em 2024, Rondônia alcançou a 4ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados, ficando atrás apenas dos estados do Sul do país. Além disso, passou a ser reconhecido com o Selo Diamante em Transparência Pública pela Atricon, por atingir mais de 98% de conformidade nos critérios de governança e acesso à informação. O Estado também recebeu nota A em Capacidade de Pagamento (Capag) pela Secretaria do Tesouro Nacional, demonstrando equilíbrio fiscal e responsabilidade na gestão dos recursos. A institucionalização do PDES como política de Estado, transformando-o em lei estadual, garantiu sua continuidade ao longo dos ciclos governamentais, evitando a descontinuidade de ações estratégicas. A diretriz reforçava a importância da governança colaborativa, da inovação institucional e da gestão baseada em evidências como instrumentos para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável de Rondônia.

A seguir, foram apresentados os principais programas e ações desenvolvidas desde a implantação do PDES até o momento da revisão do plano, evidenciando o compromisso do Estado com a construção de uma gestão pública eficiente, transparente e voltada para resultados.

SETIC/RO: Modernização da Gestão Pública como Pilar do Desenvolvimento Sustentável

Transformar a realidade da administração estadual por meio da modernização da gestão pública, com foco em acessibilidade, segurança, disponibilidade, transparência e economicidade, é o principal objetivo da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC. Com a missão de prover soluções digitais e inclusivas para conectar pessoas ao Estado, a SETIC atua como agente estratégico na transformação digital dos serviços públicos em Rondônia.

Instituída pela Lei Complementar nº 1.062, de 4 de junho de 2020, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 965/2017, a SETIC passou a ser responsável por gerir, apoiar e monitorar tecnicamente as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em todos os órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Essa atuação inclui:

- Desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Assessoramento técnico e prestação de serviços especializados;
- Elaboração e supervisão de políticas de segurança da informação;
- Padronização de arquiteturas, produtos e soluções digitais;
- Acompanhamento do desempenho das gerências de informática dos órgãos estaduais.

A atuação da SETIC contribui para a efetivação dessas diretrizes, promovendo um ambiente digital seguro, integrado e centrado no cidadão. Os servidores da Superintendência são reconhecidos como seu maior ativo, sendo constantemente incentivados à capacitação e ao aperfeiçoamento técnico, em consonância com os objetivos do Programa 2074 e com a visão de futuro estabelecida pelo PDES.

Com base nas informações mais recentes, aqui está uma contextualização completa sobre o Projeto Infovia, considerado o maior projeto de transformação digital do Governo de Rondônia, conduzido pela SETIC, e alinhado às diretrizes do Programa 2074 e às premissas do PDES 2030:

O que é a Infovia?

A Infovia é uma rede de fibra óptica de alta velocidade e disponibilidade, criada para interligar unidades organizacionais do poder público estadual, como escolas, hospitais, delegacias, secretarias e centros administrativos. Com mais de 300 pontos de conexão ativos em municípios como Porto Velho, Candeias do Jamari e Ariquemes, a rede já atende 259 unidades governamentais, promovendo economia, eficiência e melhoria na prestação de serviços públicos.

- Velocidade de até 10 Gbps, com circuitos dedicados e redundância de links;
- Economia anual superior a R$ 10 milhões, ao substituir contratos privados por infraestrutura pública compartilhada;
- Melhoria na gestão pública, com integração de dados, comunicação segura e suporte a serviços digitais;
- Inclusão social e digital, ao conectar instituições de ensino, saúde e segurança;
- Parcerias com órgãos federais, como Embrapa, Fiocruz, Censipam e IFRO, ampliando o alcance da rede.

Expansão Estratégica

A expansão da Infovia está estruturada em três fases, com prioridade para municípios ao longo da BR-364, como Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal, Vilhena, Rolim de Moura, entre outros. Ao final da implantação, 86% da rede corporativa do Governo estará conectada com velocidade mínima de 1 Gbps.

Alinhamento ao PDES 2030

O Projeto Infovia atende diretamente às premissas do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES 2030), especialmente no eixo de Gestão Estratégica, que prevê:

- Modernização da administração pública;
- Ampliação da conectividade e inclusão digital;
- Eficiência na prestação de serviços;
- Uso intensivo de tecnologia para governança e transparência;
- Transformação Digital e Desburocratização em Rondônia.

O Governo de Rondônia tem promovido uma profunda transformação na gestão pública, integrando ações de modernização administrativa e inovação tecnológica. Essas iniciativas buscam aumentar a eficiência dos serviços públicos, ampliar a transparência e facilitar o acesso do cidadão às políticas públicas, consolidando o estado como referência em governo digital.

Marcos Normativos e Iniciativas Estratégicas

- Decreto nº 29.168/2024 – Governo Digital Estadual

Regulamenta a Estratégia de Governo Digital no estado, alinhando-se à Lei Federal nº 14.129/2021. O decreto institui o Portal Único "ro.gov.br", que centraliza o acesso aos serviços públicos digitais, com login único, linguagem simples e foco na inclusão digital.

- Portaria nº 86/2022 – Plataforma Alpha

Institui a Plataforma Alpha como sistema oficial para cadastro e gerenciamento da Carta de Serviços ao Usuário, promovendo a simplificação do atendimento e a padronização dos serviços oferecidos pelos órgãos estaduais.

- Decreto nº 21.794/2017 – Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

Estabelece o SEI como sistema oficial para tramitação de processos administrativos no Poder Executivo Estadual. A ferramenta digitaliza documentos, reduz custos operacionais e aumenta a transparência e agilidade na gestão pública.

- Decreto nº 29.382/2024 – Grupos de Desburocratização

Criar grupos permanentes para simplificação de atos e procedimentos administrativos, com foco na eliminação de exigências desnecessárias, revisão das Cartas de Serviços e capacitação dos servidores em linguagem simples e atendimento ao cidadão.

Resultados e Impactos

Essas ações têm gerado impactos significativos:

- Melhoria na experiência do cidadão, com serviços mais acessíveis e intuitivos;
- Redução da burocracia, por meio da revisão de processos e eliminação de exigências redundantes;
- Fortalecimento da governança digital, com uso de plataformas integradas e dados abertos;
- Capacitação contínua dos servidores, alinhada às diretrizes da Estratégia de Governo Digital 2024–2027.

Essas medidas buscam garantir a consolidação de Rondônia como exemplo de inovação e eficiência na gestão pública, promovendo inclusão digital e transparência.

Painel de Economicidade do SEI: Eficiência, Sustentabilidade e Modernização na Gestão Pública de Rondônia

O Painel de Economicidade do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pelo Decreto nº 21.794, de 5 de abril de 2017, apresenta de forma clara e objetiva os resultados relativos a economia alcançados pelo Governo do Estado de Rondônia desde a implantação do sistema, em 2017, até os dias atuais.

A adoção do SEI representa um marco na modernização da gestão pública estadual, promovendo a digitalização dos processos administrativos e eliminando gradualmente o uso de documentos físicos. Essa transformação gerou uma economia significativa em diversos aspectos:

- Financeiro: Redução de gastos com materiais de escritório, impressão, transporte de documentos e manutenção de equipamentos;
- Material: Diminuição do consumo de papel, papelão, plásticos, toners e outros insumos tradicionalmente utilizados em processos físicos;
- Ambiental: Preservação de recursos naturais, alinhando-se às práticas sustentáveis e à responsabilidade ambiental do Estado;
- Operacional: Agilidade na tramitação de processos, maior segurança da informação e rastreabilidade documental.

Criar grupos permanentes para simplificação de atos e procedimentos administrativos, com foco na eliminação de exigências desnecessárias, revisão das Cartas de Serviços e capacitação dos servidores em linguagem simples e atendimento ao cidadão.

Esses resultados estão diretamente conectados à agenda governamental de eficiência administrativa e sustentabilidade, e atendem às premissas do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável – PDES 2030, que orienta a gestão pública de Rondônia com foco em:

- Inovação e transformação digital;
- Redução de custos operacionais;
- Fortalecimento da governança digital, com uso de plataformas integradas e dados abertos;
- Promoção de uma administração pública sustentável e centrada no cidadão.

Essas medidas buscam garantir a consolidação de Rondônia como exemplo de inovação e eficiência na gestão pública, promovendo inclusão digital e transparência.

O Painel de Economicidade do SEI permite quantificar concretamente os benefícios da digitalização, evidenciando o impacto positivo da iniciativa na gestão pública estadual. Mais do que uma ferramenta tecnológica, o SEI é um instrumento de transformação institucional, que fortalece a capacidade do Estado de entregar serviços com qualidade, agilidade e responsabilidade socioambiental.

Criação da COGES

A criação da Contabilidade Geral do Estado COGES, por meio da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, representa um marco histórico na evolução da gestão pública de Rondônia. Vinculada à Governadoria e regulamentada pelo Decreto nº 27.158, de 12 de maio de 2022, a COGES surgiu como resposta à necessidade de institucionalizar e fortalecer a função contábil no âmbito estadual, que até então carecia de uma estrutura consolidada e estratégica.

Anteriormente denominada Superintendência de Contabilidade, vinculada à Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN), a área passou por diversas reformulações legais incluindo as Leis Complementares nº 697/2012, nº 911/2016, nº 1.121/2021 e nº 1.180/2023 até alcançar sua atual configuração como órgão central da contabilidade governamental.

Competência Estratégica

A COGES tem como finalidade definir, disciplinar, supervisionar e orientar tecnicamente os processos contábeis relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e dos Fundos Estaduais. Sua atuação é essencial para a elaboração das demonstrações contábeis oficiais e para a produção de informações gerenciais confiáveis, que subsidiem a tomada de decisão governamental.

A COGES nasceu para zelar pela qualidade das informações contábeis, fiscais e orçamen tárias, com transparência e respeito aos princípios republicanos da Constituição Federal de 1988 buscando levar o estado a ser referência nacional em qualidade e solidez das informações contábeis disponibilizadas à sociedade.

Importância Institucional

A criação da COGES atende diretamente às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável – PDES 2030, que prevê a modernização institucional, o fortalecimento da governança fiscal e a transparência na gestão pública. Com a consolidação da contabilidade como função estratégica, Rondônia passou a contar com uma estrutura capaz de garantir:

- Padronização e confiabilidade das informações contábeis;
- Melhoria na gestão dos recursos públicos;
- Maior controle e prestação de contas à sociedade;
- Apoio técnico aos órgãos e entidades estaduais.

Com a atuação da COGES, Rondônia alcançou destaque nacional em rankings de transparência fiscal, como o CAPAG (Capacidade de Pagamento) da Secretaria do Tesouro Nacional, reafirmando o compromisso do Estado com a responsabilidade fiscal e a boa governança. Mais do que uma estrutura técnica, a COGES se consolidou como um agente de transformação institucional, fortalecendo a credibilidade do Estado, promovendo a eficiência na gestão dos recursos públicos e contribuindo para uma administração moderna, transparente e orientada por resultados.

Concursos para área meio

A realização de concursos públicos para os órgãos da área meio do Governo de Rondônia representa um avanço estratégico na consolidação da modernização institucional e da governança pública, conforme orientado pelo Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES 2015), que definiu a eficiência administrativa como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento estadual.

Historicamente, a área meio responsável por funções essenciais como planejamento, finanças, controle e assessoramento jurídico enfrentava alta rotatividade e fragilidade institucional, em grande parte por ser composta majoritariamente por servidores não concursados. Essa condição comprometia a continuidade das políticas públicas e dificultava a construção de uma memória organizacional sólida, essencial para a formulação estratégica e a execução eficiente das ações governamentais.

A ausência de um corpo técnico estável e especializado tornava urgente a criação de uma estrutura contábil, fiscal e de planejamento robusta, capaz de funcionar como peça motriz das políticas públicas voltadas à sociedade. Nesse contexto, os concursos realizados para órgãos como a SEPOG (Planejamento e Gestão), SEFIN (Finanças), PGE (Procuradoria Geral) e CGE (Controladoria Geral) representam não apenas reposição de pessoal, mas a institucionalização da inteligência administrativa do Estado.

Essas ações fortalecem a capacidade de Rondônia de planejar, executar e avaliar políticas públicas com base em evidências, promovendo transparência, responsabilidade fiscal e excelência na gestão. Os principais órgãos contemplados desde 2015 foram:

SEPOG – Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

A SEPOG realizou o seu primeiro concurso desde a sua criação e criou cargos como Analista de Planejamento e Finanças, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação, esses profissionais são fundamentais para o fortalecimento da capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

SEFIN – Secretaria de Estado de Finanças

A SEFIN realizou concursos para Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, Contador e Técnico Tributário, reforçando a estrutura de arrecadação e controle fiscal do Estado. A qualificação técnica desses servidores contribui diretamente para a sustentabilidade financeira e o cumprimento das metas fiscais.

PGE – Procuradoria Geral do Estado

A PGE está com concurso previsto na LOA 2025, com comissão formada desde 2023 para avaliar a necessidade de pessoal na carreira de apoio. A estruturação da PGE é essencial para garantir a legalidade dos atos administrativos e a defesa jurídica do Estado.

CGE – Controladoria Geral do Estado

A CGE tem investido na carreira de Auditor de Controle Interno e Assistente de Controle Interno, com concursos realizados para reforçar a capacidade de fiscalização, controle e integridade da gestão pública.

Importância Estratégica

Esses concursos atendem diretamente às diretrizes do PDES 2015, que previu:

- Fortalecimento da área meio da administração pública;
- Valorização do servidor público como agente de transformação;
- Modernização da estrutura organizacional do Estado;
- Promoção da transparência, eficiência e controle institucional.

A profissionalização da gestão pública por meio de concursos é um dos fatores que colocam Rondônia em posição de destaque nacional em rankings de transparência, como o CAPAG (Capacidade de Pagamento) da Secretaria do Tesouro Nacional, evidenciando o compromisso do Estado com a boa governança e a responsabilidade fiscal.

Modernização da Gestão Fiscal em Rondônia: Compromisso com Resultados e Sustentabilidade

O Fisco de Rondônia tem promovido uma série de transformações estratégicas com foco na modernização da gestão pública, alinhadas às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES). Essas ações visam fortalecer a eficiência administrativa, garantir justiça fiscal e ampliar a capacidade de arrecadação do Estado, sempre com foco na transparência e no atendimento ao cidadão.

Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- Gestão estratégica orientada por resultados, com metas claras e indicadores de desempenho que permitem avaliar o impacto das ações fiscais.
- Fortalecimento da cobrança administrativa, com uso de tecnologias e inteligência fiscal para recuperação de créditos tributários.
- Aprimoramento da qualidade no atendimento ao contribuinte, por meio da digitalização de serviços, capacitação de servidores e canais de comunicação mais acessíveis.
- Modernização dos processos de avaliação e controle dos incentivos fiscais, assegurando que os benefícios concedidos estejam alinhados ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável.
- Combate efetivo à sonegação e à concorrência desleal, com ações integradas de fiscalização e cruzamento de dados.
- Elevação da qualidade dos lançamentos e do crédito tributário, por meio da padronização de procedimentos e da adoção de boas práticas tributárias. Combate efetivo à sonegação e à concorrência desleal, com ações integradas de fiscalização e cruzamento de dados.
- Elevação da qualidade dos lançamentos e do crédito tributário, por meio da padronização de procedimentos e da adoção de boas práticas tributárias.

Essas medidas refletem o compromisso do Estado com uma gestão fiscal moderna, eficiente e responsável, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social de Rondônia com equidade e sustentabilidade.

Rondônia vem consolidando uma mudança de paradigma em sua forma de atuação, migrando de um modelo tradicional, predominantemente repressivo e autuante, para uma abordagem mais preventiva, orientadora e colaborativa. Essa transformação está alinhada às premissas do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) e reflete o compromisso do Estado com uma gestão pública mais moderna, eficiente e cidadã.

O novo modelo fiscal busca:

- Prevenir irregularidades por meio da educação tributária e da orientação ao contribuinte.

- Promover a conformidade espontânea, reduzindo a necessidade de ações punitivas.
- Fortalecer o relacionamento com o contribuinte, oferecendo canais de atendimento mais acessíveis e humanizados.
- Utilizar inteligência fiscal e tecnologia para prever riscos e promover justiça tributária.
- Estimular a transparência e a confiança, pilares fundamentais para uma sociedade mais justa e desenvolvida.

Essa mudança representa não apenas uma evolução técnica, mas também uma nova cultura institucional, voltada para o desenvolvimento sustentável, o respeito ao cidadão e a valorização da função social da tributação.

Tecnologia da Informação como Pilar da Modernização Fiscal

Desde 2015, o Fisco de Rondônia tem investido fortemente em soluções de Tecnologia da Informação, reconhecendo seu papel estratégico na construção de uma administração tributária mais eficiente, inteligente e orientada por dados. Esses investimentos fazem parte de um esforço contínuo para atender às premissas do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) e transformar a gestão pública fiscal.

As principais ações incluem:

- Massivos investimentos em infraestrutura tecnológica, com aquisição de equipamentos, softwares e capacitação de equipes técnicas;
- Criação de sistemas integrados e inteligentes, capazes de gerar informações precisas e confiáveis a partir de um banco de dados robusto, facilitando a tomada de decisões estratégicas;
- Redirecionamento do trabalho fiscal, com foco em atividades mais complexas, como o monitoramento de grandes contribuintes, análise de comportamento tributário e identificação de riscos fiscais;
- Automatização de rotinas operacionais, permitindo maior agilidade, redução de erros e aumento da produtividade;
- Fortalecimento da inteligência fiscal, com uso de ferramentas analíticas, cruzamento de dados e algoritmos preditivos para antecipar irregularidades e promover conformidade.

Essas soluções tecnológicas têm sido fundamentais para consolidar um modelo de gestão fiscal mais moderno, preventivo e orientador, promovendo maior justiça tributária e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Sistemas Inteligentes para a Conformidade e Monitoramento Fiscal

Como parte da transformação digital e da mudança de paradigma na atuação fiscal, o Fisco de Rondônia desenvolveu soluções inovadoras para promover a conformidade tributária e o monitoramento econômico de forma estratégica e preventiva.

SISCONFORME – Sistema de Conformidade Tributária

Criado com o objetivo de incentivar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, tanto principais quanto acessórias, o SISCONFORME atua por meio da autorregularização. O sistema permite que o contribuinte identifique e corrija inconsistências antes da atuação fiscal, promovendo:

- Redução de autuações e penalidades;
- Fortalecimento da relação de confiança entre Fisco e contribuinte;
- Estímulo à conformidade voluntária e à transparência.
- SISMONITORA – Sistema de Monitoramento Fiscal.

O SISMONITORA tem como foco o acompanhamento da dinâmica econômico-tributária, observando o comportamento de contribuintes, produtos, setores e segmentos de mercado. Com base em dados e inteligência fiscal, o sistema permite:

- Identificação de riscos e padrões de comportamento;
- Planejamento de ações fiscais mais eficazes;
- Apoio à tomada de decisão estratégica na gestão tributária.

Esses sistemas representam um avanço significativo na construção de um Fisco mais moderno, orientador e eficiente, alinhado às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES) e às demandas da sociedade por uma administração pública mais justa e transparente.

Inclusão e Desenvolvimento: Programas que Aproximam o Fisco da Sociedade

Como parte das ações de modernização da gestão pública e fortalecimento da cidadania fiscal, o Fisco de Rondônia tem implementado programas que visam ampliar o acesso aos serviços públicos e fomentar o empreendedorismo local, especialmente entre os pequenos negócios.

Atende Mais – Expansão do Atendimento Fiscal

O programa Atende Mais tem como objetivo ampliar a rede de atendimento do Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin), tanto de forma direta quanto indireta. A iniciativa busca levar informação e serviços fiscais a todos os municípios e distritos onde ainda não há agências de rendas, promovendo:

- Maior inclusão e acesso aos serviços públicos;
- Redução da distância entre o contribuinte e a administração tributária;
- Fortalecimento da cidadania fiscal em regiões menos atendidas.
- Cidadania Empresarial Fomento à Formalização e ao Empreendedorismo

O programa Cidadania Empresarial é voltado para estimular a formalização dos pequenos negócios rondonienses, promovendo a cultura empreendedora, a educação fiscal e o desenvolvimento econômico local. A iniciativa busca:

- Aproximar as instituições públicas dos pequenos empresários;
- Oferecer suporte e orientação para a regularização fiscal;
- Estabelecer uma relação de parceria entre o Estado e os empreendedores, em prol do crescimento sustentável.

Esses programas reforçam o compromisso do Fisco de Rondônia com uma gestão pública mais inclusiva, orientadora e voltada para o desenvolvimento social e econômico, em consonância com os princípios do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES).

Gestão Eficiente da Dívida Ativa e Modernização do Atendimento ao Contribuinte

Como parte das ações de modernização da gestão pública fiscal, o Fisco de Rondônia tem implementado soluções tecnológicas e estruturais que visam otimizar a cobrança da dívida ativa e aprimorar o atendimento ao contribuinte, promovendo maior eficiência, transparência e acessibilidade.

SED – Sistema de Encaminhamento de Débitos

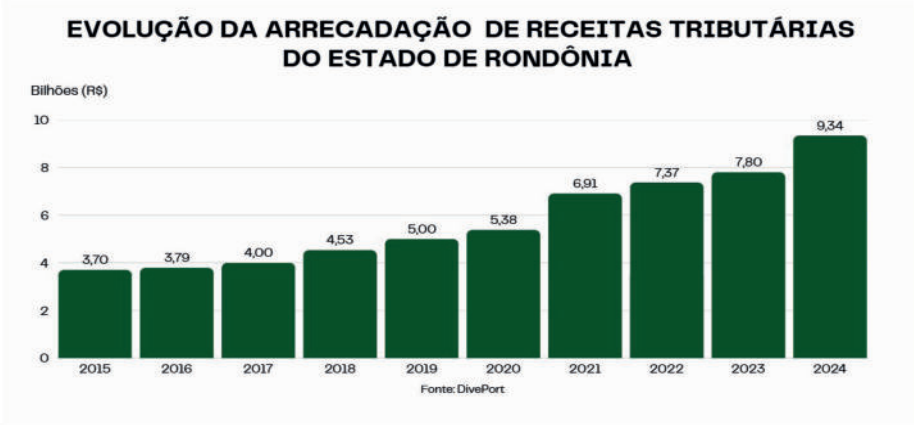
O SED é uma ferramenta desenvolvida para automatizar o processo de disponibilização de débitos vencidos e não pagos à Procuradoria Geral do Estado (PGE/PAF). Com essa solução, o Estado:

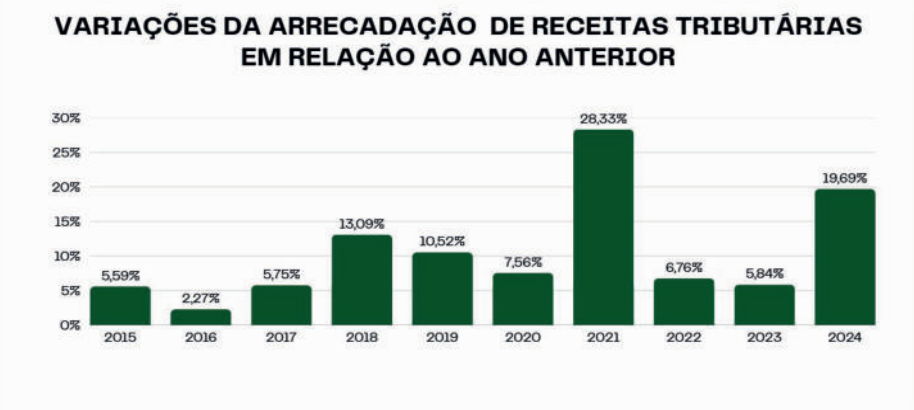
- Ganha agilidade na tramitação dos processos de cobrança;
- Reduz a burocracia e os custos operacionais;
- Melhora o controle e a rastreabilidade dos débitos encaminhados.
- Modernização do Modelo de Atendimento

Com foco na qualidade e na personalização do atendimento, o Fisco de Rondônia tem investido na criação de uma Nova Agência Virtual, que oferece:

- Chat e SAC integrados, para atendimento rápido e eficiente;
- Implantação dos Núcleos de Atendimento, que proporcionam suporte presencial mais ágil e direcionado;
- Expansão dos canais digitais, permitindo que o contribuinte acesse serviços e informações de forma prática, segura e sem deslocamentos.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Estado com uma gestão fiscal mais moderna, orientada por resultados e centrada no cidadão, em consonância com os princípios do Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável (PDES).





Os gráficos ilustram uma trajetória de crescimento consistente da arrecadação estadual ao longo de nove anos, com destaque para momentos de retomada econômica, forte aceleração fiscal e modernização da gestão tributária.

- 2015 marca o início da série com uma retração de -7,9%, refletindo os desafios econômicos daquele período, com arrecadação de R$6,41 bilhões.
- A partir de 2016, observa-se uma mudança de cenário, com crescimento de 12,2%, sinalizando os primeiros efeitos das medidas de recuperação fiscal.
- Após uma leve queda em 2017, os anos 2018 e 2019 mostram retomada, com altas de 8,5% e 9,7%, respectivamente.
- O triênio 2020–2022 representa uma fase de forte aceleração, com destaque para 2022, que registrou um crescimento expressivo de 21,2%, atingindo R$13,19 bilhões.
- Em 2023, o ritmo moderou para 6,5%, mas consolidou um novo patamar de arrecadação.
- Finalmente, 2024 apresenta o maior valor da série histórica, com arrecadação de R$ 16,20 bilhões, representando uma expansão de mais de 150% em relação a 2015.

Esse desempenho evidencia o fortalecimento da capacidade fiscal do Estado, resultado direto de políticas tributárias eficazes, investimentos em tecnologia, e uma gestão orientada por resultados e pela conformidade fiscal.





12.2.7 EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS ADMINISTRADAS PELA SEFIN

A arrecadação de receitas tributárias (ICMS, IPVA e ITCD) administradas pela Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia apresentou crescimento expressivo entre 2015 e 2024, embora com oscilações no ritmo de expansão ao longo do período, a trajetória se manteve sempre ascendente.

Em 2015, a arrecadação somou R$3,44 bilhões, registrando alta de 5,5% frente ao ano anterior. No ano seguinte (2016), o crescimento foi praticamente nulo (+0,1%), mantendo a arrecadação estável em R$3,44 bilhões. Em 2017, houve retomada moderada, com avanço de 4,6%, alcançando R$3,60 bilhões. Já em 2018, verificou-se uma expansão mais robusta de 10,6%, com a arrecadação atingindo R$3,98 bilhões, seguida de novo aumento em 2019, de 9,2%, totalizando R$ 4,35 bilhões.

Durante 2020, mesmo sob os impactos da pandemia, a arrecadação manteve crescimento, subindo 8,5% e chegando a R$ 4,72 bilhões. O destaque da série ocorreu em 2021, quando a receita tributária avançou 29,4%, alcançando R$ 6,10 bilhões, marcando o maior salto percentual da década. Em 2022, o crescimento foi mais moderado (+5,3%, total de R$ 6,43 bilhões), tendência que se repetiu em 2023 (+5,4%, atingindo R$ 6,77 bilhões). Por fim, em 2024, a arrecadação deu novo salto expressivo, crescendo 20,4% e atingindo R$8,16 bilhões, consolidando o maior valor da série histórica.

No acumulado da década, a arrecadação tributária administrada pela SEFIN mais que dobrou, saindo de R$ 3,44 bilhões em 2015 para R$ 8,16 bilhões em 2024 um aumento de aproximadamente 137%, reflexo tanto da adoção de medidas de política tributária quanto do crescimento econômico estadual e do fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e arrecadação.

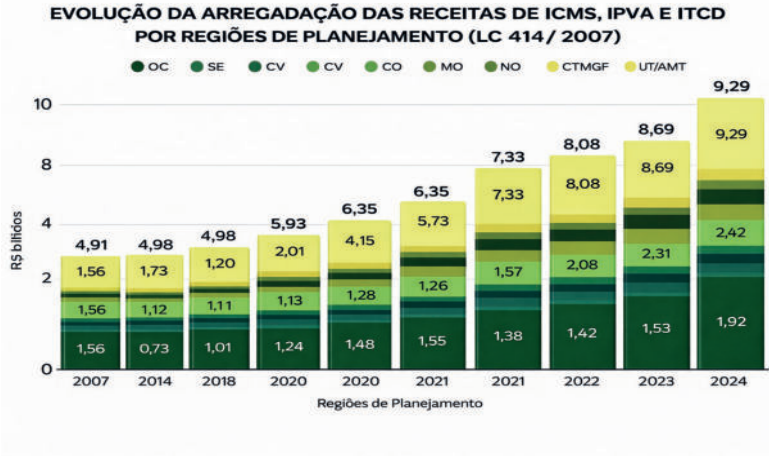
Evolução da arrecadação das receitas de ICMS

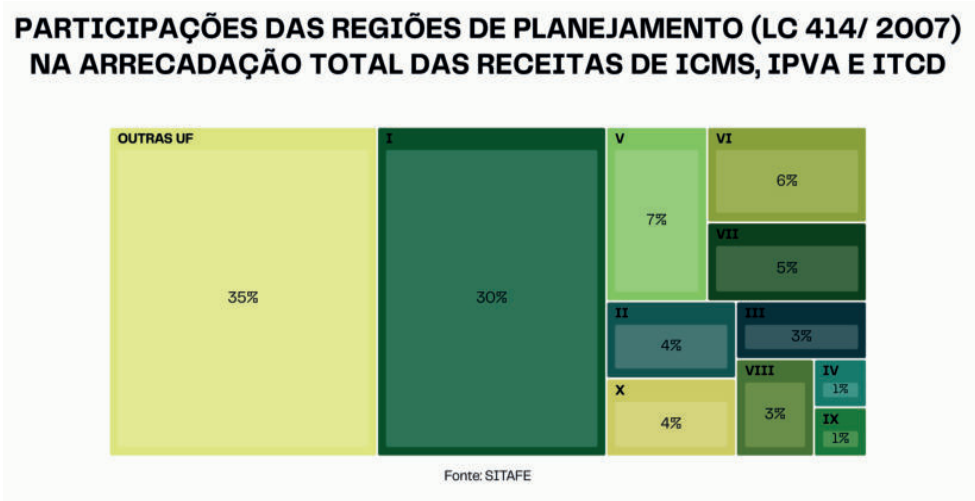
A arrecadação das receitas de ICMS em Rondônia apresentaram trajetória de crescimento consistente entre 2015 e 2024, ainda que marcadas por oscilações no ritmo de expansão.



Evolução da arrecadação das receitas de ICMS, IPVA e ITCD por Regiões de Planejamento (LC 414/ 2007)

A arrecadação estadual por Regiões de Planejamento apresentou crescimento significativo no período de 2015 a 2024, saindo de R$ 3,38 bi para R$ 7,96 bi, o que representa um aumento de R$ 4,57 bilhões em termos absolutos e uma variação global de 135,1%. O desempenho, entretanto, não foi homogêneo: algumas regiões registraram avanços moderados, enquanto outras apresentaram forte expansão proporcional, ainda que sobre bases menores. Além disso, destaca-se a relevância dos contribuintes de outras UFs, que seguem com participação expressiva na receita total.





Região I: manteve forte representatividade, respondendo por 30% da arrecadação total (R$14,98 bi). Evoluiu de R$1,28 bi (2015) para R$2,30 bi (2024), incremento absoluto de R$1,01 bi, crescimento relativo de 78,95%, confirmando-se como o segundo maior polo arrecadador.

Região II: avançou de R$0,12 bi para R$0,38 bi, alta absoluta de R$0,26 bi (+217,42%). Apesar da expansão, representa apenas 4% da arrecadação estadual.

Região III: cresceu de R$0,07 bi para R$0,26 bi, acréscimo de R$0,20 bi (+295,46%). Sua participação é de 3% do total.

Região IV: de R$0,02 bi para R$0,08 bi, incremento de R$0,06 bi (+256,32%), permanecendo com 1% de participação.

Região V: consolidou-se como polo intermediário, com crescimento de R$0,22 bi para R$0,63 bi, alta de R$0,41 bi (+188,69%). Responde por 7% do total arrecadado.

Região VI: apresentou trajetória ascendente, de R$0,17 bi para R$0,58 bi, acréscimo de R$0,41 bi (+241,74%), com 6% de participação.

Região VII: cresceu de R$0,12 bi para R$0,52 bi, avanço de R$0,40 bi (+327,03%), uma das maiores variações proporcionais, hoje com 5% do total.

Região VIII: saiu de R$0,08 bi para R$0,25 bi, incremento de R$0,17 bi (+226,34%), mas seguem com participação de 3%.

Região IX: também pequena em termos relativos (1%), passou de R$0,02 bi para R$0,08 bi, ganho de R$0,06 bi (+306%). Foi uma das maiores taxas percentuais do período, embora sobre uma base reduzida.

Região X: evoluiu de R$0,13 bi para R$0,34 bi, alta de R$0,20 bi (+155,39%), alcançando 4% do total. (Contribuintes de outras UFs não inscritos em RO): maior fonte isolada de arrecadação, cresceu de R$1,15 bi (2015) para R$2,53 bi (2024), incremento absoluto de R$1,38 bi (+119,80%). Mantém a liderança isolada com 35% da arrecadação estadual.

Os dados de arrecadação estadual entre 2015 e 2024 evidenciam uma trajetória de crescimento robusto e sustentado, impulsionada por regiões com forte dinamismo econômico e pela intensificação das operações interestaduais. A liderança da Região I e da categoria "Outras UF", responsáveis por 65% do total arrecadado, reforça a relevância dos grandes centros e da integração fiscal entre unidades federativas. Ao mesmo tempo, o expressivo crescimento proporcional de regiões como VII, IX, III e VI destaca o potencial de expansão em polos médios e pequenos, sinalizando uma descentralização gradual da atividade econômica. O avanço das regiões intermediárias (V e VI), que já representam 13% da arrecadação, confirma essa tendência. Esses resultados demonstram a eficácia das políticas de arrecadação e a importância de uma atuação estratégica que valoriza tanto os grandes centros quanto os novos polos emergentes, promovendo equilíbrio regional e sustentabilidade fiscal.

Evolução da arrecadação das receitas de ICMS, IPVA e ITCD por municípios

A arrecadação estadual por Regiões de Planejamento apresentou crescimento significativo no período de 2015 a 2024, saindo de R$3,38 bi para R$7,96 bi, o que representa um aumento de R$4,57 bilhões em termos absolutos e uma variação global de 135,1%. O desempenho, entretanto, não foi homogêneo: algumas regiões registraram avanços moderados, enquanto outras apresentaram forte expansão proporcional, ainda que sobre bases menores. Além disso, destaca-se a relevância dos contribuintes de outras UFs, que seguem com participação expressiva na receita total.

A arrecadação total passou de R$3,38 bi (2015) para R$7,96 bi (2024), crescimento de 135,1% (+R$4,57 bi).

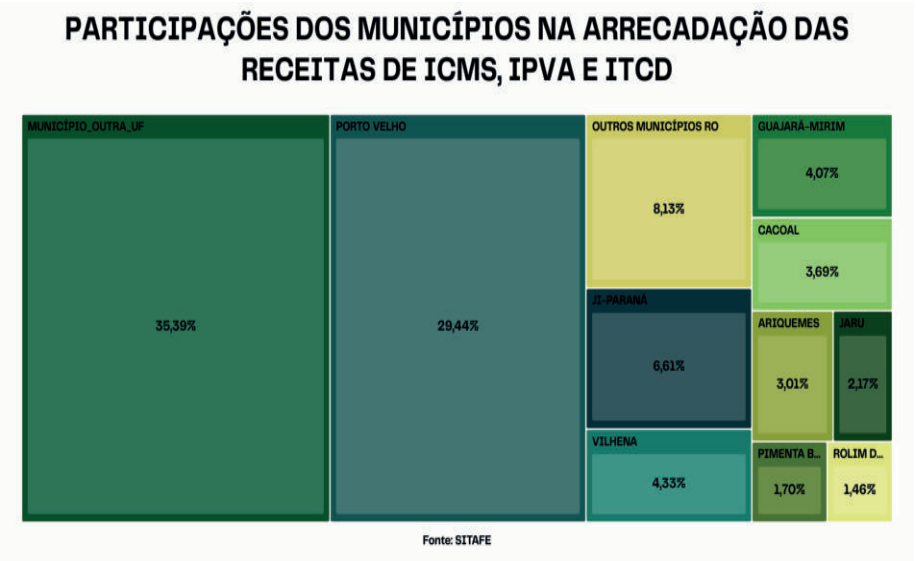
A série é concentrada: "Município outra UF" (operações de contribuintes de outras UFs não inscritos em RO) e Porto Velho somam 64,8% do total; com Ji-Paraná, Vilhena, Guajará-Mirim e Cacoal, os 6 maiores respondem por 83,5%.

No Cômputo da arrecadação das receitas de ICMS não estão inclusos os valores de adicional FECOEP e Simples Nacional;

Os valores apresentados são brutos, antes das deduções constitucionais;

A categoria MUNICÍPIO OUTRA UF são contribuintes de outros estados não inscritos em Rondônia;

A categoria OUTROS MUNICÍPIOS RO representa a soma agregada de todos os outros municípios não evidenciada no gráfico.



Maiores Participações

- Município outra UF: 35,39% de participação (líder isolado). Cresceu +119,8% no período (+R$1,38 bi).
- Porto Velho: 29,44% (2º). +78,4% (+R$997 mi).
- Ji-Paraná: 6,61%. +179,5% (+R$358 mi).
- Vilhena: 4,33%. Destaque entre os maiores: +374,6% (+R$339 mi).
- Guajará-Mirim (4,07%) e Cacoal (3,69%) consolidam o bloco superior, com altas de +150,5% e +249,9%, respectivamente.
- Ariquemes: 3,01%, +219,4%.

Maiores crescimentos relativos (Variação % 2024/2015)

- Nova Brasilândia D'Oeste: +628,99% (saiu de base pequena e ganhou tração).
- Urupá: +410,64%.
- São Miguel do Guaporé: +396,59%.

Vilhena e Jaru também chamam atenção entre os médios/grandes (+374,6% e +328,5%).

Outros crescimentos robustos: Região central/centro-sul como Alvorada d'Oeste (+299,3%), Alto Paraíso (+298,9%), Cerejeiras (+316,1%).

Maiores crescimentos absolutos (Variação R$ 2024/2015):

- Município outra UF: +R$ 1,38 bi
- Porto Velho: +R$ 997 mi
- Ji-Paraná: +R$ 358 mi
- Vilhena: +R$ 339 mi
- Cacoal: +R$ 242 mi
- Guajará-Mirim: +R$ 188 mi
- Ariquemes: +R$ 188 mi
- Jaru: +R$ 162

Participação dos municípios na composição da arrecadação

A liderança de "Município outra UF" confirma o peso das operações interestaduais na base do estado.

Porto Velho segue âncora da arrecadação, mas o interior ganhou espaço: cidades médias (Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, Ariquemes) tiveram crescimento acima da média, ajudando a desconcentrar gradualmente a receita.

Municípios de base menor apresentaram altos percentuais muito fortes, indicando ampliação da atividade econômica, bem como efeitos de melhora de fiscalização e conformidade.

A arrecadação cresceu forte e segue concentrada em operações interestaduais e em Porto Velho, mas o interior "puxou" a alta com Vilhena, Ji-Paraná e Cacoal despontando em valores e vários municípios menores exibindo ganhos percentuais extraordinários, sinal de espraiamento da base tributária no Estado.

Solidez Fiscal do Estado de Rondônia

Nota máxima na análise da Capacidade de Pagamento (Capag), Rondônia foi avaliado com nota A, pelo quarto ano seguido, nos três quesitos avaliados:

1. Poupança corrente;
2. Liquidez do Estado; e
3. Endividamento.

O Estado segue com nota máxima desde 2019. Dentre os 27 entes avaliados, somente cinco alcançaram a nota A. Tal fato evidencia práticas sólidas de administração financeira e compromisso com a Responsabilidade Fiscal, aumentando a percepção na Segurança do Estado para honrar os compromissos. Além de que sinaliza ao setor produtivo que o favorável ambiente de negócios e, por fim, contribui para atração de investimentos e fortalece a confiança dos investidores, favorecendo o desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Programa de Apoio à Modernização da Gestão Pública

O Programa de Apoio à Modernização da Gestão Pública segue em plena execução, com avanços significativos nas áreas de desburocratização, gestão estratégica de pessoas e qualificação fiscal. As iniciativas em andamento têm promovido melhorias concretas na administração pública de Rondônia, como a capacitação de servidores, a simplificação de processos administrativos e a implementação de leis de incentivo fiscal voltadas para indústrias e combustíveis de aviação. Essas ações têm fortalecido a eficiência governamental e impulsionado o ambiente de negócios, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e sustentável do estado.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o programa continua a ser trabalhado com foco na inovação, na melhoria da governança pública e na promoção do crescimento econômico. A continuidade e expansão das ações são fundamentais para garantir que os resultados obtidos até aqui se consolidem e se ampliem. Com previsão de conclusão até 2030, o programa representa um compromisso estratégico com a modernização da gestão pública e com a entrega de serviços de qualidade à população de Rondônia.

Processo de Desburocratização

A Lei nº 5.918/2024, Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no estado de Rondônia. Essa legislação tem como foco central reduzir a burocracia, facilitar a abertura de empresas e ampliar a autonomia dos empreendedores, em consonância com princípios da legislação federal que racionaliza atos administrativos e promove a simplificação dos serviços públicos. Complementarmente, o Decreto nº 29.382/2024 criou grupos permanentes voltados à revisão de exigências administrativas e à capacitação de servidores, fortalecendo a eficiência institucional.

Resultados Práticos

A implementação do sistema Empresa Fácil RO, totalmente digital, permitiu uma redução de até 93% nos custos de abertura de empresas, com possibilidade de registro em até 5 horas. Até agosto de 2025, o estado já contabiliza 22.006 novas empresas, com destaque para microempreendedores individuais e sociedades limitadas. A dispensa de

licenciamento para atividades de baixo risco, que abrange mais de 1.200 setores econômicos, contribui diretamente para a inclusão produtiva e a agilidade nos processos de formalização.

A ação de desburocratização conduzida pela SEDEC representa um avanço significativo na modernização da gestão pública e na promoção de um ambiente de negócios mais acessível e eficiente em Rondônia. Ao simplificar os critérios para o início das atividades empresariais, o estado reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a geração de empregos e a melhoria da governança pública. Essa iniciativa atende diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao fomentar o crescimento econômico inclusivo, fortalecer a infraestrutura institucional e ampliar a confiança nas relações entre o setor produtivo e o poder público.

Gestão Estratégica de Pessoas

Rondônia fortalece sua capacidade institucional com participação estratégica em capacitações e Congressos em Níveis Nacional e Internacional Governamental.

O Governo de Rondônia tem participado ativamente de capacitações nas áreas de planejamento, destaque para as agendas do CONSEPLAN com o Congresso Nacional de Planejamento Governamental em toda suas etapas, participa ativamente na elaboração do plano Estratégia Brasil 2050 e as agendas do CONSAD, participa atualmente na elabora do plano Estratégico do Consórcio Amazônia Legal sempre com gestores públicos, especialistas e pesquisadores de todo o país, promovendo um espaço de integração intergovernamental voltado ao fortalecimento das capacidades estatais em planejamento estratégico, gestão orçamentária e avaliação de políticas públicas.

A presença de Rondônia, reforça sempre o compromisso do estado com a qualificação técnica dos servidores públicos, visando desenvolver competências essenciais por meio de cursos e capacitações voltadas à gestão pública, governança e uso de novas tecnologias.



Edição do CONSEPLAN em julho de 2024 realizada em Rondônia - Fonte: SEPOG RO

A construção de políticas públicas com ações de médio e longo prazo, revisão de gastos, eficiência orçamentária e mecanismos de governança são debates e benchmarking importantes para a melhoria da eficiência do gasto público e para a elevação da qualidade das entregas governamentais à sociedade. A participação de Rondônia no Conseplan representa um avanço estratégico na capacitação externa de servidores, promovendo a troca de experiências e a incorporação de boas práticas que fortalecem a gestão pública estadual. A integração com instituições como Conseplan, Consad e outras redes de governança pública nacional reforça o papel do estado como protagonista na construção de uma administração moderna, eficiente e orientada por evidências.

Desde a implantação do PDES 2015–2030, a área meio da administração pública de Rondônia passou por uma das transformações mais expressivas da história do estado. Antes marcada pela descontinuidade entre gestões e pela ausência de práticas consolidadas de planejamento e gestão, essa área tornou-se referência nacional em governança pública. A adoção de mecanismos de excelência, como planejamento estratégico, digitalização de processos, capacitação de servidores e integração entre órgãos, permitiu que Rondônia alcançasse resultados concretos e mensuráveis. O estado passou a figurar entre os primeiros colocados em rankings nacionais de eficiência administrativa, como o do Centro de Liderança Pública (CLP), onde conquistou a 4ª posição com 89,9 pontos, evidenciando sua competência na gestão pública.

Esses avanços também se refletiram em indicadores de transparência e responsabilidade fiscal. Rondônia conquistou o Selo Diamante da Atricon por três anos consecutivos, com índices superiores a 98% de conformidade nos portais de transparência. Na gestão fiscal e contábil, o estado obteve nota A e se destacou entre os três melhores do país segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Além disso, manteve por cinco anos consecutivos a nota máxima na Capacidade de Pagamento (Capag), sendo elevada para A+ em 2024, o que reforça sua credibilidade junto a investidores. A harmonia entre os poderes e a colaboração com instituições como o TCE/RO, MPE/RO e DPE/RO consolidaram um ambiente de governança colaborativa, essencial para a continuidade das políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável dos 52 municípios rondonienses.

13. Estrutura de Governança e Implementação

A implementação do PDES RO 2030 ocorre em um momento marcado por transições políticas e institucionais, além dos efeitos ainda presentes de crises recentes, como a pandemia da COVID-19. Esse contexto exige um esforço coordenado para consolidar as bases necessárias à execução das propostas previstas. A natureza transversal e interdependente das ações do plano, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), impõe a adoção de estratégias integradas que considerem os desafios sociais, econômicos e ambientais do estado. O sucesso da implantação depende de uma governança sólida, da articulação entre diferentes setores e da capacidade de adaptação.

Nesse sentido, para viabilizar o PDES RO 2030, requer-se foco em otimização, definição de prioridades estratégicas e alinhamento de políticas públicas e dos programas de governo. A construção de um sistema robusto de monitoramento, a identificação de fontes de financiamento, e o estabelecimento de incentivos e mecanismos de engajamento dos diversos atores públicos e privados também são condições essenciais. Além disso, medidas como reformas legais, fortalecimento institucional e criação de instrumentos de discriminação positiva devem orientar a implementação das ações, garantindo que os agentes comprometidos com os objetivos do plano sejam estimulados a contribuir para o desenvolvimento sustentável de Rondônia até 2030.



A Estrutura de Governança e Implementação do PDES 2030 já foi concebida para assegurar a coordenação estratégica, a integração institucional e a efetividade das políticas públicas orientadas ao desenvolvimento de longo prazo do Estado de Rondônia. Essa estrutura observa os princípios da gestão orientada para resultados, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 965, decorrente do PDES, e se organiza de forma a articular planejamento, execução, monitoramento e avaliação, com foco na geração de impactos estruturais para a sociedade.

Governança Estratégica e Coordenação Central

A coordenação central do PDES 2030 está ancorada nos órgãos estratégicos do Governo do Estado, com destaque para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e a Casa Civil, cujas atribuições estão definidas na legislação estadual.

À SEPOG compete o papel de órgão central do sistema de planejamento governamental, responsável pela coordenação técnica do PDES 2030, pela definição de metodologias de monitoramento e avaliação, pela consolidação dos indicadores e metas de desenvolvimento e pela articulação do Plano com os instrumentos formais de planejamento e orçamento, especialmente o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Nesse sentido, a SEPOG atua como guardiã da coerência estratégica do PDES 2030, assegurando que as políticas públicas estejam alinhadas à visão de longo prazo e orientadas ao impacto.

À Casa Civil cabe o papel de coordenação política e institucional, promovendo a integração entre os órgãos da Administração Pública Estadual e assegurando o alinhamento das ações governamentais às diretrizes estratégicas definidas pelo Chefe do Poder Executivo. No âmbito do PDES 2030, a Casa Civil exerce função essencial na articulação intersetorial, no acompanhamento das prioridades estratégicas e na mediação de decisões que demandam alinhamento entre diferentes áreas de governo.

Secretarias Setoriais e Implementação das Políticas Públicas

As secretarias setoriais e entidades vinculadas são responsáveis pela implementação das políticas públicas que materializam as diretrizes, objetivos e metas do PDES 2030. Cada órgão responde pela execução das ações sob sua competência legal, bem como pelo acompanhamento dos indicadores de impacto associados às metas de desenvolvimento relacionadas à sua área de atuação.

Esses órgãos desempenham papel central na geração dos resultados e impactos previstos no Plano, devendo incorporar as metas do PDES 2030 aos seus planejamentos setoriais, programas e projetos, de forma integrada aos instrumentos orçamentários. A atuação setorial é orientada por indicadores e metas, fortalecendo a cultura de monitoramento e avaliação e permitindo ajustes contínuos na implementação das políticas públicas.

Atuação das Instâncias Regionais

As unidades regionais e estruturas territoriais do Governo do Estado desempenham papel estratégico na implementação do PDES 2030, ao aproximar a execução das políticas públicas das realidades locais. As regionais contribuem para a adequação das ações às especificidades territoriais, para a coleta de informações relevantes ao monitoramento dos indicadores e para o diálogo com a população e os atores locais.

Essa atuação territorializada reforça o caráter regionalizado do desenvolvimento, assegurando que os impactos esperados pelo PDES 2030 considerem as desigualdades regionais e promovam maior equidade na distribuição dos resultados das políticas públicas em todo o estado.

Instâncias Externas de Acompanhamento: Conselhos

A governança do PDES 2030 também contempla a participação social por meio de conselhos e instâncias externas de acompanhamento, que exercem papel consultivo e de controle social. Esses espaços permitem o diálogo contínuo entre o Governo do Estado e a sociedade civil, assegurando transparência, legitimidade e aderência das estratégias de desenvolvimento aos anseios da população.

Os conselhos contribuem para o acompanhamento dos resultados e impactos das políticas públicas, fortalecendo a accountability e a confiança institucional, além de subsidiar o aprimoramento contínuo do PDES 2030 a partir da escuta social qualificada.

Integração, Monitoramento e Avaliação

A interação entre SEPOG, Casa Civil, secretarias setoriais, unidades regionais, comitês internos e conselhos externos conforma um modelo de governança integrado, orientado à geração de impactos e à melhoria contínua das políticas públicas. Esse arranjo institucional possibilita o monitoramento sistemático das metas e indicadores, a avaliação dos resultados alcançados e a adoção de medidas corretivas, quando necessário.

Dessa forma, a Estrutura de Governança e Implementação do PDES 2030 consolida-se

como um sistema articulado, dinâmico e orientado a resultados, que reconhece as capacidades institucionais existentes, fortalece os mecanismos de coordenação e avaliação e assegura que o planejamento de longo prazo se traduza em políticas públicas efetivas, com impactos positivos e sustentáveis para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

14. Recomendações Estratégicas

Recomendações para Municípios

Diante das potencialidades e desafios identificados em Rondônia, é fundamental que os municípios assumam um papel ativo e estratégico no processo de desenvolvimento sustentável. Como entes federativos com competências próprias, os governos municipais devem alinhar seus instrumentos de planejamento, PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) às diretrizes do plano estadual e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso significa incorporar ações concretas voltadas à industrialização responsável, à melhoria da infraestrutura logística, à valorização da agricultura familiar e à promoção da educação técnica e superior. A adesão formal ao CNODS (Comitê Nacional dos ODS) é essencial para garantir que os municípios tenham acesso a metodologias, indicadores e redes de cooperação que fortalecem a implementação local dos ODS.

Além disso, é necessário que os municípios adotem uma abordagem integrada e participativa na elaboração de seus planos, envolvendo sociedade civil, setor produtivo e instituições de ensino. A territorialização dos ODS permite que cada município identifique suas vocações e vulnerabilidades, promovendo políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Investimentos em saneamento, habitação, qualificação profissional e proteção ambiental devem ser priorizados, com foco na redução das desigualdades e na geração de oportunidades. Ao se comprometerem com essa agenda, os municípios não apenas fortalecem sua governança, mas também se posicionam como protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento que coloca Rondônia em destaque no cenário nacional e internacional.

Para que Rondônia avance de forma consistente em sua trajetória de desenvolvimento sustentável, recomenda-se que os municípios adotem um conjunto adicional de práticas estratégicas capazes de fortalecer sua governança, ampliar sua capacidade institucional e potencializar resultados de impacto nas diferentes regiões do estado.

Fortalecer a Capacidade Técnica e Institucional Municipal

Os municípios devem investir no aprimoramento das equipes técnicas envolvidas no planejamento, orçamento, gerenciamento de projetos e monitoramento. Esforços devem incluir:

Programas de capacitação contínua;

- Parcerias com universidades, escolas de governo e SEPOG;
- Implantação de núcleos municipais de planejamento estratégico;
- Núcleo de projetos dentro do planejamento para captação de recursos.
- Uso de ferramentas modernas como OKR, dashboards, sistemas de monitoramento e georreferenciamento.

Essa estrutura reforça a governança e a capacidade de executar políticas públicas de forma mais eficiente.

Criar Conselhos ou Fóruns Permanentes de Desenvolvimento

Recomenda-se que os municípios instituam Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, ou fóruns equivalentes, capazes de:

- Garantir participação social contínua;
- Monitorar metas vinculadas aos ODS;
- Promover o diálogo entre poder público, setor privado e sociedade civil;
- Acompanhar ações relacionadas ao PDES em nível local.

Além disso, é necessário que os municípios adotem uma abordagem integrada e participativa na elaboração de seus planos, envolvendo sociedade civil, setor produtivo e instituições de ensino. A territorialização dos ODS permite que cada município identifique suas vocações e vulnerabilidades, promovendo políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Investimentos em saneamento, habitação, qualificação profissional e proteção ambiental devem ser priorizados, com foco na redução das desigualdades e na geração de oportunidades. Ao se comprometerem com essa agenda, os municípios não apenas fortalecem sua governança, mas também se posicionam como protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento que coloca Rondônia em destaque no cenário nacional e internacional.

Essa governança participativa legitima decisões e amplia a transparência.

Elaborar Planos Municipais de Sustentabilidade Integrados ao PDES

Além dos instrumentos clássicos (PPA, LDO, LOA, os municípios podem estruturar:

- Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável;
- Planos de Atuação Climática;
- Planos de Mobilidade Urbana;
- Planos de Saneamento Básico (Lei 14.026/2020);
- Planos de Redução de Riscos e Desastres.

A articulação desses instrumentos fortalece a territorialização do PDES e direciona investimentos para áreas prioritárias.

Ampliar o Acesso a Recursos Federais e Internacionais

Um passo estratégico é fortalecer a capacidade de captação de recursos. Para isso, recomenda-se que os municípios:

- Estruturem equipes responsáveis por elaboração de projetos;
- Acessem editais federais e internacionais (MMA, MAPA, MDR, bancos multilaterais, fundos climáticos, BID, CAF, GEF etc.);
- Formem consórcios intermunicipais para projetos maiores (manejo de resíduos, saneamento, regularização fundiária, energia renovável, compras públicas sustentáveis).

Isso amplia significativamente a capacidade de investimento local.

Implementar Agendas de Desenvolvimento Econômico Local (DEL)

Os municípios devem promover iniciativas que fortalecem a economia local, tais como:

- Incentivo ao empreendedorismo e microcrédito;
- Qualificação profissional voltada às cadeias produtivas regionais;
- Valorização da agricultura familiar e agroindústrias;
- Promoção do turismo rural, ecológico e cultural;
- Formalização de pequenos negócios.

A articulação entre setor público e produtivo reforça vocações territoriais e diversifica a economia.

Estruturar Políticas Municipais de Meio Ambiente Fortes

Os municípios precisam se alinhar ao ZEE e às metas ambientais do PDES por meio de:

- Atualização dos Planos Diretores;
- Regularização fundiária urbana e rural;
- Fiscalização municipal integrada ao SIMLAM e sistemas estaduais;
- Programas de recuperação de nascentes, APPs e áreas degradadas;
- Incentivos fiscais para atividades sustentáveis (pagamento por serviços ambientais, IPTU verde, ICMS socioambiental).

A sustentabilidade deve ser tratada como oportunidade, e não como barreira ao desenvolvimento.

Modernizar as Estruturas de Gestão Pública Municipal

Um ponto central é a transformação digital e a modernização administrativa. Recomenda-se:

- Digitalização de serviços públicos;
- Adoção de sistemas de gestão integrada;
- Implementação de políticas de dados abertos;
- Uso de plataformas de transparência e participação social;
- Automatização de processos administrativos e de licenciamento.

A modernização amplia a eficiência e melhora a qualidade do gasto público.

Fortalecer a Cooperação Intermunicipal e Regional

Rondônia possui diferenças geográficas, vocações e realidades socioeconômicas distintas. Por isso, os municípios devem:

- Formar pactos regionais:
- Desenvolver projetos consorciados;
- Integrar ações de saúde, educação, meio ambiente, logística e turismo;
- Compartilhar recursos técnicos e operacionais.

A cooperação é essencial para acelerar o desenvolvimento regional equilibrado.

Priorizar a Educação Técnica, Tecnológica e a Inovação

Os municípios podem atuar diretamente na promoção de:

- Telecomunicações de qualidade (para ensino remoto, serviços digitais e inovação);
- Parcerias com IFRO, universidades e escolas técnicas;
- Laboratórios de inovação e startups locais;
- Programas de jovens talentos e bolsas de pesquisa aplicada;
- Conexão entre escolas municipais e cadeias produtivas locais.

O capital humano é a base de qualquer transformação econômica e social.

Reforçar a Agenda de Inclusão Social e Produtiva

Recomenda-se ações que integrem assistência social, educação, trabalho e segurança alimentar, como:

- Programas de inclusão produtiva urbana e rural;
- Fortalecimento de cozinhas comunitárias e hortas urbanas;
- Apoio a mulheres empreendedoras, juventude, povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Políticas municipais de habitação e urbanização.

Isso reduz desigualdades e amplia oportunidades de forma territorializada.

Ao atender as recomendações baseadas nas diretrizes do PDES 2030, os municípios passariam a ser agentes de transformação para o crescimento e o desenvolvimento do Estado, fortaleceriam suas equipes de gestão e integrando às prioridades do PDES 2030, com maior celeridade quantos aos seus resultados sustentáveis ampliando a competitividade regional e promovendo o bem-estar social e preservação ambiental cooperando para que o Estado se torne protagonista no cenário amazônico e nacional.

As ações municipais serão decisivas para o sucesso do PDES e para a construção de um modelo de desenvolvimento que une prosperidade, inovação, justiça social e sustentabilidade.

Recomendações para Universidades

As universidades de Rondônia desempenham um papel estruturante na construção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, tecnológico e competitivo no estado. Diante das vocações produtivas consolidadas de energia limpa, agropecuária tecnificada, bioeconomia, biodiversidade, logística e produção de alimentos torna-se essencial que as instituições de ensino superior assumam compromisso ativo com a formação de profissionais alinhados a essas áreas estratégicas. Esse alinhamento deve ocorrer por meio da expansão planejada da oferta de cursos e da modernização curricular para atender às demandas emergentes da economia rondoniense.

É prioritária a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Engenharia de Energias Renováveis, Biotecnologia, Agroindústria, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Logística e Infraestrutura, Bioeconomia e Gestão Ambiental, Ciência de Dados Aplicada ao Campo, Cidades Inteligentes, entre outros. Tais formações são indispensáveis para superar o déficit de mão de obra altamente qualificada e para fortalecer o ecossistema de inovação, contribuindo diretamente para o aumento da produtividade, da eficiência energética e do desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade regional.

Paralelamente, o fortalecimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação deve constituir diretriz central. Isso inclui a implantação de laboratórios de ponta, a indução de pesquisas aplicadas orientadas às cadeias produtivas regionais, e o estímulo à transferência tecnológica para o setor produtivo, garantindo que o conhecimento gerado nas universidades alcance agricultores, indústrias, pequenas empresas, territórios tradicionais e comunidades rurais.

Nesse processo, a FAPERO precisa ser consolidada como o principal agente estruturador da política estadual de ciência, tecnologia e inovação. Para isso, é fundamental assegurar um orçamento contínuo, ampliado e estável, capaz de financiar projetos estratégicos, bolsas de pesquisa, programas de iniciação à inovação, formação de redes colaborativas, centros de excelência e parcerias com o setor produtivo, além do fortalecimento dos parques tecnológicos e incubadoras. Uma FAPERO robusta permite que os resultados da ciência cheguem de forma concreta à ponta, ao campo, às empresas e às comunidades.

Para cumprir o papel estratégico das Universidades em favor do desenvolvimento do Estado em consonância com o PDES 2030, o plano orienta algumas ações mais específicas por meio das seguintes diretrizes:

Diretrizes a serem consolidadas até 2030

Mapeamento contínuo das demandas produtivas e tecnológicas do estado, com atualização periódica dos currículos.

1. Mapeamento contínuo das demandas produtivas e tecnológicas do estado, com atualização periódica dos currículos.

2. Criação de polos de excelência e centros de pesquisa aplicada voltados às áreas estratégicas (energias limpas, bioeconomia, agroindústria, biodiversidade, logística e tecnologia).

3. Ampliação de programas de extensão universitária conectados às comunidades e arranjos produtivos locais.

4. Integração universidade–empresa–governo (tríplice hélice) como modelo de desenvolvimento territorial.

5. Digitalização e internacionalização do ensino, com estímulo a intercâmbios, redes globais de pesquisa e uso de tecnologias inteligentes.

6. Expansão de laboratórios vivos (living labs) em cidades e áreas rurais para testar soluções de sustentabilidade, agricultura de precisão, monitoramento ambiental e economia circular.

7. Formação continuada para professores e pesquisadores em áreas emergentes, assegurando atualização permanente e capacidade inovadora.

8. Fortalecimento da governança em CT&I, com a FAPERO atuando como indutora e articuladora das prioridades estaduais.

Com essas ações, Rondônia terá condições de consolidar, até 2030, um modelo de desenvolvimento baseado em conhecimento, inovação, inclusão produtiva e sustentabilidade, alcançando protagonismo nacional e inserção competitiva no cenário internacional.

Recomendações para Empresas

Rondônia desponta como uma terra de oportunidades estratégicas, sustentada por uma base produtiva robusta e por uma vocação natural voltada ao agronegócio, à geração de energia limpa e ao aproveitamento sustentável da biodiversidade. Para os empresários locais e potenciais investidores, o momento exige visão de longo prazo, capacidade de inovação e compromisso com práticas sustentáveis que reforcem a competitividade regional.

Um dos caminhos prioritários é o investimento na industrialização, especialmente nas atividades capazes de agregar valor às commodities já produzidas no estado. A transformação do perfil produtivo, hoje fortemente concentrado no setor primário, passa pela ampliação da agroindústria, pela diversificação da produção e pela adoção de tecnologias verdes. Esse movimento contribui para:

- Geração de empregos qualificados;
- Aumento do valor agregado das cadeias produtivas;
- Fortalecimento de clusters inovadores;
- Redução da dependência das commodities in natura;
- Posicionamento competitivo no mercado nacional e internacional.

A criação e a expansão de parques industriais bem estruturados constituem um eixo essencial desse processo. Ambientes produtivos com infraestrutura adequada, incentivos fiscais competitivos, desburocratização, serviços compartilhados e acesso facilitado à educação técnica podem consolidar Rondônia como polo de inovação sustentável na Amazônia. A sinergia entre agricultura familiar, agroindústria e bioeconomia potencializa ainda mais esse cenário, estimulando modelos produtivos inclusivos, responsáveis e altamente eficientes.

Entretanto, para que esse potencial se converta em protagonismo econômico real, é fundamental enfrentar e superar os gargalos logísticos e sociais que ainda limitam o desenvolvimento do estado. O setor empresarial possui papel decisivo nesse processo, atuando como agente de transformação, ao:

- Apoiar projetos de infraestrutura que modernizem o transporte e o escoamento da produção;
- Estimular parcerias público-privadas para acelerar obras estruturantes;
- Colaborar em iniciativas de saneamento, conectividade e urbanização;
- Contribuir para programas de capacitação que reduzam a informalidade e qualifiquem a mão de obra local.

- Contribuir para programas de capacitação que reduzam a informalidade e qualifiquem a mão de obra local.

A modernização logística é particularmente relevante nas regiões rurais e fronteiriças, onde a integração territorial depende de estradas seguras, hidrovias eficientes, centros de armazenamento, serviços digitais e eficiência no transporte da produção.

Ao alinhar desenvolvimento econômico, responsabilidade ambiental e inclusão social, o setor empresarial fortalece Rondônia internamente, amplia sua competitividade externa e posiciona o estado como referência em um mercado global cada vez mais orientado por critérios de sustentabilidade, rastreabilidade, transparência e inovação tecnológica.

Nesse contexto, a atuação empresarial torna-se não apenas uma oportunidade econômica, mas também um compromisso estratégico para consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável, integrado e resiliente, conforme preconizado pelo PDES RO 2030.

15. MAPA DE METAS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO PDES 2030

O Mapa de Metas e Indicadores de Desenvolvimento do PDES 2030 constitui um dos principais instrumentos de concretização da estratégia de longo prazo do Estado de Rondônia, estando diretamente alinhado ao modelo de gestão orientada para resultados previsto na legislação estadual. O conjunto de indicadores que compõem o quadro de metas de desenvolvimento foi elaborado a partir de um processo de construção conjunta, envolvendo equipes técnicas do Governo do Estado, gestores setoriais, representantes institucionais e a participação da sociedade civil, especialmente por meio das audiências públicas regionais realizadas durante a revisão do Plano. Esse processo assegurou que as metas refletissem as realidades territoriais e os anseios da população, em consonância com as diretrizes de transparência, participação social e intersetorialidade previstas no ordenamento legal estadual.

Os indicadores definidos no PDES 2030 expressam impactos de longo prazo, entendidos como transformações socioeconômicas, ambientais e institucionais mensuráveis, que extrapolam a lógica da simples execução de ações ou da entrega de produtos administrativos. Esse entendimento está em plena convergência com a legislação estadual, que estabelece que a gestão pública deve pautar-se pela utilização de indicadores qualitativos e quantitativos, com ênfase nos impactos sociais das ações governamentais, como critério central de avaliação de desempenho e efetividade das políticas públicas.

O Mapa de Metas de Indicadores de Desenvolvimento, apresentado na tabela que integra esta seção, organiza de forma estruturada os elementos necessários ao acompanhamento desses impactos. A tabela explícita, para cada Eixo Estratégico do PDES 2030, as metas de desenvolvimento associadas com os quantitativos esperados para o horizonte temporal deste Plano. Essa organização permite visualizar, de maneira clara, a relação entre o desafio identificado, o impacto pretendido e a forma objetiva de mensuração dos resultados ao longo do tempo.

A tabela também cumpre a função de traduzir a estratégia de longo prazo em parâmetros operacionais de monitoramento, sem perder o foco nos impactos. Ao explicitar indicadores mensuráveis e comparáveis, o quadro possibilita o acompanhamento sistemático da evolução das políticas públicas, a identificação de desvios e a adoção de medidas corretivas, fortalecendo os mecanismos

de avaliação e tomada de decisão baseados em evidências, assim como aprendizagem institucional.

Nesse sentido, o Mapa de Metas de Indicadores de Desenvolvimento adota o impacto como elemento estruturante da gestão orientada para resultados, conectando planejamento, orçamento, execução e controle. As metas ali dispostas não se limitam a registrar esforços administrativos, mas buscam evidenciar se as políticas públicas implementadas estão promovendo mudanças concretas na vida das pessoas, reduzindo desigualdades, ampliando o acesso a direitos e melhorando os indicadores socioeconômicos e ambientais do estado, conforme previsto na legislação que rege a organização e o funcionamento da Administração Pública Estadual.

Ao incorporar o conceito de impacto como central e ao explicitar, por meio da tabela, os indicadores e metas de acompanhamento, o PDES 2030 fortalece o alinhamento entre a estratégia de desenvolvimento de longo prazo e os instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Esse alinhamento assegura que a alocação de recursos, a priorização de programas e o monitoramento das políticas públicas estejam direcionados não apenas ao cumprimento formal de metas, mas à geração efetiva de benefícios duradouros para a sociedade.

Dessa forma, o Mapa de Metas e Indicadores de Desenvolvimento do PDES 2030 consolida-se como um instrumento de governança pública e de transparência, no qual desempenha papel central ao permitir o acompanhamento contínuo dos impactos gerados pelas políticas públicas. Trata-se de um pacto entre Estado e sociedade, no qual os compromissos assumidos são claramente definidos, mensuráveis e passíveis de monitoramento, reforçando a *accountability* e a orientação para resultados no horizonte de longo prazo.

QUADRO DE METAS DE DESENVOLVIMENTO POR EIXO PARA O PDES 2030

Eixo Inclusão Social, Proteção e Direitos Humanos

Meta	Objetivo Estratégico	Fonte Oficial
Reduzir a extrema pobreza para ≤ 1,0% e a pobreza relativa (mediana nacional) para ≤ 17% da população até 2030.	Erradicar a extrema pobreza	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / PNAD Contínua
	Reduzir a pobreza relativa	IBGE / PNAD Contínua
Reduzir o déficit habitacional para 7,38%	Ampliar acesso a moradia digna	Fundação João Pinheiro
Reduzir o índice de GINI para alcançar >= 0,414 até 2030	Reduzir desigualdade de Renda	IBGE

Eixo Gestão Ambiental, Territorial e Sustentabilidade

Meta	Objetivo Estratégico	Fonte Oficial
Reduzir em 40% o desmatamento ilegal nas Unidades de Conservação (UC) até 2030	Reduzir em 40% o desmatamento ilegal em UCs até 2030	INPE / SEDAM
Alcançar 100% de cobertura de destinação adequada de resíduos sólidos no Estado de Rondônia até 2030.	Alcançar 100% de destinação adequada de resíduos sólidos até 2030	SNIS / MMA
Ampliar progressivamente o número de análises de Cadastro Ambiental Rural (CAR), alcançando pelo menos 80% de incremento até 2030.	Ampliar em 80% as análises de CAR até 2030	SEDAM / SICAR
Ampliar em, no mínimo, 9 mil cadastros no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) até 2030, assegurando segurança jurídica, conformidade ambiental e maior agilidade nos processos de regularização fundiária rural em Rondônia.	Ampliar em no mínimo 9 mil cadastros no SNCR até 2030	INCRA

Eixo Educar, Transformar e Aprender		
Meta	**Objetivo Estratégico**	**Fonte Oficial**
Aumentar a proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Língua Portuguesa, para 98%, até 2030.	Alfabetização na idade certa	SEDUC / SAERO
Aumentar a proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Matemática, para 98%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Língua Portuguesa, para 98%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Matemática, para 98%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Língua Portuguesa, para 50%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública, em Matemática, para 30%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes da 2ª série do Ensino Médio da rede pública, em Língua Portuguesa, para 40%, até 2030.		
Aumentar a proficiência dos estudantes da 2ª série do Ensino Médio da rede pública, em Matemática, para 30%, até 2030.		
Melhorar a Taxa de Distorção Idade-série - RO no Ensino Fundamental Anos Inciais em 2,85 até 2030	Correção do fluxo escolar	MEC / INEP
Melhorar a Taxa de Distorção Idade-série - RO no Ensino Fundamental Anos finais para 9,25 até 2030		
Melhorar a Taxa de Distorção Idade-série - RO no Ensino Médio para 6,4 até 2030		
Reduzir a Taxa de Abandono no Ensino Fundamental Anos Inciais em 0,3% até 2030		
Reduzir a Taxa de Abandono no Ensino Fundamental Anos Finais em 0,95% até 2030		
Reduzir a Taxa de Abandono no Ensino Médio (%) em 1,9% até 2030		

Eixo Saúde e Bem-Estar		
Meta	**Objetivo Estratégico**	**Fonte Oficial**
Reduzir em 2% ao ano a taxa de mortalidade prematura pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Doenças do Aparelho Circulatório, Câncer, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas)	Promoção da saúde e prevenção	Ministério da Saúde
Reduzir a taxa de mortalidade infantil no estado de Rondônia para 12,96/1.000 hab	Redução da mortalidade infantil	Ministério da Saúde / DATASUS
Reduzir para 0 o número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Redução da mortalidade materna	Ministério da Saúde / DATASUS

Eixo Governança Pública Moderna e Inovação		
Meta	**Objetivo Estratégico**	**Fonte Oficial**
Rankear entre os 4 melhores estados do País em Eficiência da Máquina Pública (CLP) até 2030	Modernizar e aumentar a eficiência da gestão pública	CLP
Rankear entre os 10 melhores estados do País em Solidez Fiscal (CLP) até 2030	Garantir equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas	CLP
Estabelecer Nota A no ISP – Índice de Situação Previdenciária até 2030	Assegurar a sustentabilidade e qualidade da política previdenciária do ente	Ministério da Previdência / Secretaria de Previdência

Eixo Desenvolvimento Econômico, Inovação e Competitividade		
Meta	**Objetivo Estratégico**	**Fonte Oficial**
Atingir crescimento médio anual entre 3,0% e 3,8% até 2030	Crescimento econômico sustentável	IBGE
Elevar o PIB per capita de Rondônia em 25% até 2030	Elevação da renda média da população	IBGE
Aumentar as exportações de Rondônia em 40% até 2030 (média anual de 5% a 6%)	Ampliação da inserção competitiva de Rondônia nos mercados nacional e internacional	MDIC / ComexStat / Receita Federal / MAPA

Eixo Justiça e Segurança Inteligentes e Integradas		
Meta	**Objetivo Estratégico**	**Fonte Oficial**
Reduzir em pelo menos 1% a taxa de violência doméstica por 100.000 habitantes até 2030, em relação ao valor de 258,9 registrado em 2024.	Redução da violência doméstica	SENASP / SESDEC
Reduzir em 1,5% a taxa de homicídios dolosos por 100.000 habitantes até 2030, tomando como referência o valor de 23,8 registrado em 2024.	Redução da violência letal	SENASP / SESDEC
Reduzir em 2% a taxa de roubos e furtos por 100.000 habitantes até 2030, em relação ao valor de 2.382 registrado em 2024.	Redução da taxa de roubos e furtos	SENASP / SESDEC

16. Considerações Finais

A revisão do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia – PDES 2030 representa um marco histórico na consolidação de uma gestão pública participativa, inovadora e orientada por resultados. Fundamentado nos princípios de legitimidade, representatividade e autonomia, o processo de elaboração deste Plano buscou envolver amplamente a sociedade rondoniense, por meio de iniciativas presenciais e digitais, garantindo o direito à escuta, ao diálogo e à intervenção cidadã em todas as regiões do estado.

A participação social não foi apenas um requisito metodológico, mas um poderoso instrumento educativo e transformador, capaz de mobilizar diferentes segmentos comunidade científica, setor produtivo, juventudes, lideranças locais, povos e comunidades tradicionais na construção de políticas de estado. A sistematização de contribuições oriundas de audiências públicas, formulários digitais, reuniões técnicas e cartas de intenção permitiu que os anseios da sociedade fossem incorporados de forma qualificada, estratégica e territorializada.

Fortalecendo o planejamento e a gestão orientada por resultados, Rondônia reafirma seu compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo inovação, sustentabilidade, inclusão social e desenvolvimento econômico. O PDES 2030 passa a ser referência para os municípios e para os gestores estaduais, alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030, ao Plano Estratégia Brasil 2050, ao Zoneamento Ecológico-Econômico, às metas climáticas globais e aos desafios dos novos tempos: redução das desigualdades, combate à pobreza e à fome, adaptação às mudanças climáticas, inovação tecnológica e fortalecimento da cidadania.

Rondônia chega a esta fase com solidez econômica, consolidada especialmente pela força de sua agropecuária, pelo dinamismo do comércio e dos serviços, pela abertura crescente de novas empresas, e pela expansão dos investimentos públicos e privados em setores estratégicos energia limpa, bioeconomia, infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação. O estado avança com responsabilidade fiscal, estabilidade institucional e ambiente favorável aos negócios, atributos que o tornam um dos principais polos de oportunidades da Amazônia brasileira.

Mas o PDES 2030 também reconhece que há desafios emergentes e estruturantes que precisam continuar sendo enfrentados com determinação e visão de longo prazo. A ampliação e modernização da infraestrutura logística, a integração fronteiriça, a necessidade de diversificação econômica, um olhar especial ao segmento de minérios para otimização e oportunização com um especial foco na fiscalização, o fortalecimento da educação técnica e superior, e a expansão dos mercados internacionais exigem políticas públicas robustas e parcerias estratégicas entre governo, iniciativa privada, universidades e sociedade civil.

Ao mesmo tempo, Rondônia se prepara para desafios vindouros que exigirão ainda mais inteligência coletiva, como a transição energética, a digitalização da economia, a proteção dos recursos naturais e a construção de cidades mais resilientes, humanas e sustentáveis. A expansão dos corredores logísticos, a consolidação de parques industriais, o fortalecimento das zonas produtivas e a inclusão produtiva das famílias rurais e urbanas são caminhos que permitirão ao estado alcançar novos patamares de desenvolvimento.

O futuro que se desenha para Rondônia é de equilíbrio entre progresso econômico, responsabilidade ambiental e inclusão social. Um estado que cresce sem perder suas raízes; que se moderniza sem abandonar sua gente; que se abre ao mundo sem renunciar à sua identidade amazônica. A combinação de inovação, resiliência, diversidade cultural, juventude criativa e força produtiva faz de Rondônia um território com imenso potencial para liderar transformações positivas no cenário nacional e internacional.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Rondônia revisado é mais do que um documento técnico: é a expressão de um projeto coletivo de futuro. Um pacto entre passado e porvir. Uma afirmação de esperança, coragem e compromisso com as próximas gerações.

É o mapa de um caminho que se tece de forma colaborativa, estrada construída passo a passo por mãos que trabalham, que sonham e que acreditam na capacidade de Rondônia de ir além.

Porque Rondônia não é apenas um território.
É uma ideia em movimento.
É um povo que cresce.
É uma força que se reinventa.
É uma esperança que se renova.

E este plano é o convite para que todos caminhem juntos rumo a um estado mais justo, resiliente, inovador e ambientalmente equilibrado capaz de entregar resultados concretos, duradouros e inspiradores para toda a sua população.




RONDÔNIA
Governo do Estado
1943
1981
RONDÔNIA